INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,

CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

INSTITUTO FEDERAL
PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2012

BELÉM-PARÁ

2013

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão do Exercício 2012 do Instituto Federal do Pará apresentado aos órgãos de controle interno e externo nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 121/2012, Portaria TCU nº 150/2012, DN TCU nº 124/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

BELÉM – PARÁ

2013

Élio de Almeida Cordeiro
Magnífico Reitor

Regina Gloria Pinheiro de Oliveira Silveira
Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Cláudio Adalberto Koller
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

Maria Neusa de Lima Pereira
Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

José Alberto Alves de Souza
Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT

José Roberto Brito Pereira
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Cláudio Adalberto Koller
Presidente da Comissão Geral
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

MEMBROS DA COMISSÃO

Adriana Conceição Quaresma Sadala - **Pesquisadora Institucional – PRODIN**

Elza Olivia Souza da Silva - **Pró-Reitoria de Administração – PROAD**

Mauro Celso de Jesus Andrade - **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN**

Jucinaldo de Freitas Ferreira - **Pró-Reitoria de Ensino - PROEN**

Fernanda Suely Barata - **Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT**

Jaime Henrique Barbosa da Costa - **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG**

Cássio José Reis Ferreira - **Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP**

Yngreth da Silva Moraes - **Câmpus Abaetetuba**

Denilson Leite Gomes - **Câmpus Altamira**

Edison de Almeida Rodrigues - **Câmpus Belém**

Delleon de Sousa Silva - **Câmpus Bragança**

Nemer Vieira Zaire - **Câmpus Breves**

Dilma de Melo Barbosa - **Câmpus Castanhal**

Alcides Pontes Galvão - **Câmpus Conceição do Araguaia**

Leila Maria da Silva Fernandes - **Câmpus Itaituba**

Elielson Souza da Silva - **Câmpus Marabá Industrial**

Joel Jefferson Ribeiro Simões - **Câmpus Marabá Rural**

Erbena Silva Costa - **Câmpus Santarém**

Lauro Sérgio Rodrigues da Silva - **Câmpus Tucuruí**

LISTA DE SIGLAS

ACIM – Associação Comercial e Industrial
AGU – Auditoria Geral da União
APF – Administração Pública Federal
APLs - Arranjos Produtivos Locais
AUDIN- Auditoria Interna
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Cargo de Direção
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CENSUP – Censo da Educação Superior
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR - Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições de Ensino
CONSUP – Conselho Superior
COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRI – Certidão de Registro de Imóveis
DAP – Diretoria de Planejamento e planejamento
DBR – Demonstração de Bens e Renda
DDIN – Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINF - Diretoria de Infra-Estrutura
DINFRA – Diretoria de Infra-Estrutura
DINTER – Doutorado interinstitucional
DIPOF – Diretoria de Planejamento Orçamentária e Financeira
DIREN –Diretoria de Ensino
DIT – Diretoria de Inovação Tecnológica
DN – Decisão Normativa
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DOU – Diário oficial da União
DPDA – Diretoria de Pesquisa, Diagnóstico e Avaliação Institucional
DPOR – Diretoria de Planejamento e Orçamento
DRIAC – Diretoria de Registros Acadêmicos
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
EAD - Ensino à Distância
EDUCACENSO – Censo da Educação Básica
EMATER - Empresa de Assistencia Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
ENAD – Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM
EPT – Educação Profissional Tecnológica
E-TEC – Programa Escola Técnica Aberta do Brasil
ESR – Escola Superior de Redes
FAT – Fundação de Apoio à Tecnologia
FATE – Folha de Avaliação Técnica
FDI – Fórum de Dirigentes
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação

FORTI – Fórum dos Gestores de Tecnologia da Informação
GEPTE – Grupo de Estudos de Pesquisa, Trabalho e Educação
GESPUBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública
GID – Gratificação de Incentivo a Docência
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MESPALT – Amostra de Etiqueta Profissional de Altamira
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE – Núcleo de Docentes Estruturantes
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente
OCI – Órgão de Controle Interno
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PAC –Programa de Aceleração do Crescimento
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC – AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas ações afirmativas
PIBICTI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa de Iniciação de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PGF – Procuradoria Geral Federal
PLOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Pluri Anual
PPC - Projetos Pedagógicos de Cursos
PPCs- Projetos Políticos Pedagógicos de curso
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PROAD - Pró-Reitorias de Administração
PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRODEPA – Empres Paraense de Processamento de Dados
PRODIN - Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e continuada
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT – Pró- Reitoria de Extensão
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSS - Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União
PTA – Plano de Trabalho Anual
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
SCA - Sistema de Controle Acadêmico
SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SECEX – Secretaria de Controle Externo
SEDAP - Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SEDUC – Secretaria de Educação
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SEST - Serviço Social do Transporte
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAJ - Sistema de Cadastro de Ações Judiciais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SICTI - Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação das Instituições de Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará
SGA – Sistema de Gerenciamento Acadêmico
SIG – Sistema de Integrado de Gestão
SIGP - Sistema de Integrado de Gestão de Pessoal
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SINOBRAS – Siderúrgica Norte Brasil S.A
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada SISU
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TAE – Técnico Administrativo Educacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UF – Unidade Federativa
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFERSA - Fundação Federal Rural do Semiárido
UFRA – Universidade Federal Rural do Pará
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNITRABRALHO – Fundação de Estudos e Pesquisa Sobre Trabalho
UO – Unidade Orçamentári
UTFPR – Universidade Tecnológica do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da Unidade Jurisdicionada 13
Quadro 2: Finalidades e competências institucionais-IFPA 15
Quadro 3: Descrição dos Principais Parceiros (internos e Externos) 30
Quadro 4 – Número de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Ofertada nos Câmpus 69
Quadro 5 – Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica Concedida pelo CNPQ 69
Quadro 6 – Indicadores Gerais dos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPQ 70
Quadro 7 – Total de docentes efetivos do IFPA por Nível de Qualificação. 70
Quadro 8 – Total de servidores do IFPA cursando pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em programas gerenciados, através de convênios, pela PROPPG. 71
Quadro 9 - Indicador: Relação Número de Candidatos Inscritos / Vagas Ofertadas - PRONATEC 72
Quadro 10 - Indicador: Relação de Número de Ingressos / Alunos matriculados - PRONATEC..... 72
Quadro 11 - Indicador: Relação de Número de Concluintes / Alunos matriculados - PRONATEC.... 73
Quadro 12 - Indicador: Índice de Eficiência Acadêmica - PRONATEC 73
Quadro 13 - Indicador: Índice de Retenção de Fluxo Escolar - PRONATEC 74
Quadro 15 – Indicadores do Programa Universidade Aberta do Brasil- UAB 74
Quadro 15 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 76
Quadro 16 – Relatório de Correição – Exercício 2012 78
Quadro 17– ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ. 85
Quadro 18: Identificação das Unidades Orçamentárias 103
Quadro 19: Programação de Despesas Correntes 104
Quadro 20: Programação de Despesas Capital 105
Quadro 21: Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência..... 106
Quadro 22: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 109
Quadro 23: Despesas por Modalidade de Contratação - créditos originários 112
Quadro 24- Despesas por grupo e elemento de despesa - créditos originários – Despesas Correntes. 115
Quadro 25- Despesas por grupo e elemento de despesa - créditos originários – DEspesas de Capital 117
Quadro 26- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 119
Quadro 27- Despesas por grupo e elemento de despesa - créditos de Movimentação – Despesas Correntes 121
Quadro 28- Despesas por grupo e elemento de despesa - créditos de Movimentação – Despesas de Capital 123
Quadro 29 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 125
Quadro 30- Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 129
Quadro 31– Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) 130
Quadro 32 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador..... 131
Quadro 33 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) 131
Quadro 34 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) 132
Quadro 35 – Força de Trabalho da UNIDADE – Situação apurada em 31/12 133
Quadro 36– Situações que reduzem a força de trabalho da UNIDADE – Situação em 31/12 134
Quadro 37– Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UNIDADE (Situação em 31 de dezembro) 135
Quadro 38– Quantidade de servidores da UNIDADE por faixa etária - Situação apurada em 31/12 . 136
Quadro 39– Quantidade de servidores da UNIDADE por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 137
Quadro 40- Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 138
Quadro 41- Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro. 139

Quadro 42 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 140
Quadro 43 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 141
Quadro 44 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 141
Quadro 45 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac 142
Quadro 46 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro 142
Quadro 47 – Indicadores Gerenciais de Recursos humanos - Absenteísmo 143
Quadro 48 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 145
Quadro 49 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 146
Quadro 50 – Frota de veículos automotores de propriedade da UJ. 147
Quadro 51 – Frota de Veículos- Contradas de Terceiros 153
Quadro 52 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 155
Quadro 53 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ 155
Quadro 54 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada 157
Quadro 56- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 162
Quadro 56– Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 164
Quadro 57 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 164
Quadro 58 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. 166
Quadro 59 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 169
Quadro 60 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 172
Quadro 61 – Recomendações Expedidas e Implementadas em 2012. 178
Quadro 62 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR. 180
Quadro 63 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV 181
fonte: IFPA 181
Quadro 64 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 182
Quadro 65 - Indicador: Relação Número de Candidatos Inscritos / Vagas Ofertadas - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU 185
Quadro 66 - Indicador: Relação de Número de Ingressos / Alunos matriculados - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU 188
Quadro 67 - Indicador: Relação de Número de Concluintes / Alunos matriculados - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU 190
Quadro 68 - Indicador: Índice de Eficiência Acadêmica - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU 192
Quadro 69 - Indicador: Índice de Retenção de Fluxo Escolar - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU... 194
Quadro 70 - Indicador: Relação Alunos matriculados / Docente em Tempo Integral - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU 196
Quadro 71 - Indicador: Gastos Correntes por Aluno - Acórdão 2.267/2005-TCU 197
Quadro 72 - Indicador: Percentual de Gastos com Pessoal - Acórdão 2.267/2005-TCU 198
Quadro 73 - Indicador: Percentual de Gastos com OUtros Custeios (exceto benefícios) - Acórdão 2.267/2005-TCU 199
Quadro 74 - Indicador: Percentual de Gastos com Investimentos - Acórdão 2.267/2005-TCU 200
Quadro 75 – Indicador: Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com Renda Per capita Familiar - Acórdão 2.267/2005 201
Quadro 76 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2008/2009/2010 204
Quadro 77 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2011/2012 205

SUMÁRIO

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 13
IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES 13
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 13
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 15
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL 16
1.3.1 COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES SETORIAIS, MACROPROCESSOS E PRINCIPAIS PRODUTOS. 17
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 24
1.4.1 ÁREA DO ENSINO 24
1.4.2 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 26
1.4.3 ÁREA DA EXTENSÃO 26
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO 27
1.5.1 ÁREA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 27
1.5.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 28
1.5.3 ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS 29
1.5.4 ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 29
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS 30
INTRODUÇÃO: ANEXO III DA DN TCU Nº 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. 34
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 37
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 37
2.1.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 38
2.1.1.1 ÁREA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 38
2.1.1.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 39
2.1.1.3 ÁREA DO ENSINO 40
2.1.1.4 ÁREA DE EXTENSÃO 41
2.1.1.5 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 42
2.1.1.6 ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS 44
2.1.1.7 ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 45
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 46
2.2.1 ESTRATÉGIAS ADOTADAS 46
2.2.1.1 ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 46
2.2.1.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 47
2.2.1.3 ÁREA DO ENSINO 48
2.2.1.4 ÁREA DA EXTENSÃO 49
2.2.1.5 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 50
2.2.1.6 ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS 51
2.2.1.7 ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 51
2.2.2 AVALIAÇÃO DE RISCO 52
2.2.2.1 ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 52
2.2.2.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 53
2.2.2.3 ÁREA DO ENSINO 53
2.2.2.4 ÁREA DA EXTENSÃO 53
2.2.2.5 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 54
2.2.2.6 ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS 54
2.2.3 REVISÃO DE MACROPROCESSOS INTERNOS 55
2.2.3.1 ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 55
2.2.3.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 55
2.2.3.3 ÁREA DO ENSINO 55
2.2.3.4 ÁREA DA EXTENSÃO 55
2.2.3.5 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 56
2.2.3.6 ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS 56
2.2.4 ADEQUAÇÃO NAS ESTRUTURAS 56
2.2.4.1 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 56
2.2.4.2 ÁREA DA EXTENSÃO 56
2.2.4.3 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 56
2.2.4.4 ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS 57
2.2.5 DIVULGAÇÃO INTERNA 57
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES 57
2.3.1 RESULTADO DAS AÇÕES PLANEJADAS 57

2.3.1.1 Área da Administração Orçamentária e Financeira 57
2.3.1.2 Área do Desenvolvimento Institucional 58
2.3.1.3 Área da Extensão 60
2.3.1.4 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica 61
2.3.1.5 Área de Gestão de Pessoas 63
2.3.1.6 Área da Tecnologia da Informação 64
2.3.2 Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas 64
2.3.2.1 Área do Desenvolvimento Institucional 64
2.3.2.2 Área da Extensão 65
2.3.2.3 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica 65
2.3.2.4 Área de Gestão de Pessoas 66
2.3.2.5 Área da Tecnologia da Informação 66
2.3.3 Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade 66
2.3.3.1 Área do Desenvolvimento Institucional 66
2.3.3.2 Área da Extensão 67
2.3.3.3 Área Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica 68
2.4 Indicadores 69
2.4.1 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG 69
2.4.1.1 Área Pesquisa 69
2.4.1.2 Área Pós-Graduação 70
2.4.1.3 Área de Inovação Tecnológica 71
2.4.2 Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT 72
2.4.2.1 Indicadores do Programa PRONATEC 72
2.4.2.2 Indicadores do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB 74
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 75
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 75
3.1 Estrutura de Governança 75
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos 76
3.3 Sistema de Correição 78
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO 78
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU 84
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 85
PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 85
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ 85
4.1.1 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ. 85
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa 103
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ 103
4.2.2 Programação de Despesas 104
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes 104
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital 105
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 106
4.2.2.4 Análise Crítica sobre Programação de Despesas 107
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa 109
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa 112
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários 112
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários 112
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários 115
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 119
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 119
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 121
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 125
TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 125
5.1 Reconhecimento de Passivos 125
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 125
5.1.2 Análise Crítica do Reconhecimento de Passivo 127
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 129
5.2.1 Análise Crítica de Restos a Pagar 129
5.3 Suprimento de Fundos 130
5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos 130

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral 130
5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) 131
5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ 131
5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos 132
5.3.1.5 Análise Crítica 132
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 133
GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS. 133
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos 133
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 133
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada 134
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 135
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 136
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade 137
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 138
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 139
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria 139
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada 140
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos. 140
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 140
6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação 141
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC 141
6.1.7.2 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos 142
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 143
6.1.8.1 Absenteísmo 143
6.1.8.2 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais 143
6.1.8.3 Rotatividade (turnover) 143
6.1.8.4 Educação Continuada 144
6.1.8.5 Disciplina 144
6.1.8.6 Aposentadoria versus reposição do quadro. 144
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários 145
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 145
6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 146
7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 147
GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 147
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros 147
7.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada 147
7.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros. 153
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário 155
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 155
7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ 155
8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 157
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 157
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) 157
8.2 Análise Crítica 158
9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 162
GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 162
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 162
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 164
10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 164
DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 164
10.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 164
10.1.1 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 166
10.1.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício 169

10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO 172
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 175
GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS 177
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 180
10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93 180
10.3.2 ANÁLISE CRÍTICA 180
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV 181
10.4.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV 181
11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 182
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 182
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO 182
11.1.1 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS 182
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 182
11.2.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA 182
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 184
12 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 185
12.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005. 185
INDICADORES INSTITUCIONAIS – ACADÊMICOS 185
INDICADORES INSTITUCIONAIS: ADMINISTRATIVOS 197
INDICADORES INSTITUCIONAIS: SOCIOECONÔMICO 201
INDICADORES INSTITUCIONAIS: GESTÃO DE PESSOAS 204
12.2 RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES 206

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. Identificação e atributos das unidades

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo Federal			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		**Código SIORG**: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.			
Denominação abreviada: IFPA			
Código SIORG: 100917	**Código na LOA**: 26416	**Código SIAFI**: 158135	
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Educação Profissional		**Código CNAE**: 85.42-2-00	
Telefones/Fax de contato:	(91) 9102-7211	(91) 9136-1522	( )
Endereço eletrônico: gabinete.reitoria@IFPA.edu.br			
Página da Internet: http://www.IFPA.edu.br			
Endereço Postal: Av. João Paulo II, s/n°. CEP: 66.645-240. Bairro: Castanheira			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
• Lei de Criação dos Institutos Federais. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Publicado no DOU de 30/12/2008.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
1. Plano de Desenvolvimento Institucional 2. Estatuto. 3. Regimento.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
1. Resolução CONSUP; 2. Regulamento da atividade de Pesquisa do IFPA; 3. Regulamento do Programa de concessão de bolsas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará– IFPA; 4. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação do IFPA; 5. Guia para elaboração dos Relatórios de Gestão dos Câmpus e do IFPA para o Exercício 2012; 6. Organização Didático-Pedagógica dos cursos Técnicos e dos cursos superiores; 7. Instrução Normativa PRODIN/DINF 01/2012 de 29 de novembro de 2012, que estabeleceprocedimentos para acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia e dá outras providências.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
158508	Câmpus Abaetetuba		
158507	Campos Altamira		
158306	Câmpus Belém		
158506	Câmpus Bragança		
158162	Câmpus Breves		
158308	Câmpus Castanhal		
158509	Câmpus Conceição do Araguaia		
158512	Câmpus Industrial Marabá		
158567	Câmpus Itaituba		

158307	Câmpus Rural Marabá
158518	Câmpus Santarém
158481	Câmpus Tucuruí
158135	Reitoria
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
26416	Câmpus Abaetetuba
	Campos Altamira
	Câmpus Belém
	Câmpus Bragança
	Câmpus Breves
	Câmpus Castanhal
	Câmpus Conceição do Araguaia
	Câmpus Industrial Marabá
	Câmpus Itaituba
	Câmpus Rural Marabá
	Câmpus Santarém
	Câmpus Tucuruí
	Reitoria

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
158508	26416
158507	
158306	
158506	
158162	
158308	
158509	
158512	
158567	
158307	
158518	
158481	
158135	

Fonte: IFPA/Câmpus

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

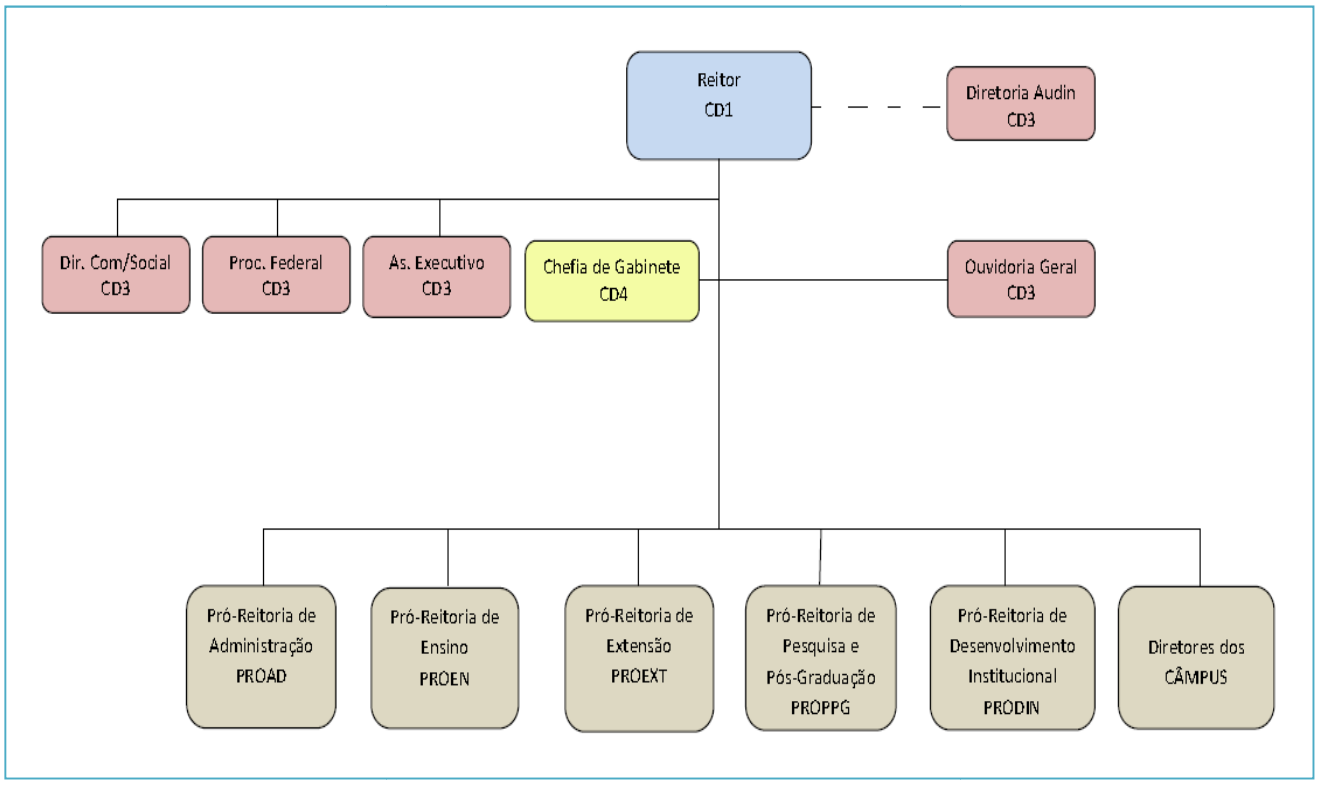
"Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes."

O quadro a seguir apresenta as finalidades e competências da Instituição estabelecidas em seu Estatuto:

Finalidades e Competências Institucionais	Capítulo II Art. 4
Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida particularmente do amazônida.	I
Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.	II
Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.	III
Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Pará.	IV
Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino crítico e ontocriativo das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e aplicada.	V
Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.	VI
Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.	VII
Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, economia solidária e o desenvolvimento científico e tecnológico.	VIII
Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.	IX
Estender a sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X

Fonte: Estatuto - IFPA

1.3 Organograma Funcional



Fonte: IFPA

1.3.1 Competências, Atribuições Setoriais, Macroprocessos e Principais Produtos.

CONSELHO SUPERIOR

Art. 4º Compete ao Conselho Superior:

I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
II. Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta, designando comissão para escolha do Reitor do IFPA e dos Diretores-Gerais dos *Câmpus*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008 e no Decreto nº 8.669, de 20 de outubro de 2009;
III. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação;
IV. Aprovar a proposta orçamentária anual elaborada pela Pro Reitoria de Administração- PROAD, com base nas necessidades dos câmpus e da Reitoria, previamente apreciado pelo Colégio de Dirigentes- CODIR;
V. Apreciar e aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
VI. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
VII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFPA, respeitando o caráter público e gratuito do ensino;
VIII. Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, bem como aprovar normas para o registro e emissão de diplomas;
IX. Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal e dos órgãos que o compõem, após consulta a comunidade, respeitada as especificidade geográfica de cada câmpus, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
X. Criar comissões especiais temporárias para tratar de matérias de interesse do Instituto;
XI. Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.
XII. Comunicar-se no canal do Site do IFPA, através de Portal dos Conselheiros, respeitados os princípios de liberdade de expressão assegurados constitucionalmente, para provimento de um canal de relacionamentos eficaz com a comunidade.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Art. 11º Compete ao Colégio de Dirigentes:

I. Referendar os elementos que integrarão a matriz orçamentária do IFPA com vistas à distribuição dos recursos financeiros entre as suas unidades gestoras;
II. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos a ser submetida ao CONSUP;
III. Elaborar, apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
IV. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPA.
V. Apreciar e recomendar o calendário acadêmico de referência anual;
VI. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
VII. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetidos.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

Art. 30º Compete à Pró-Reitoria de Administração:

I. Propor, executar e supervisionar as políticas de Administração, Planejamento orçamentário - financeiro e Gestão de Pessoas do IFPA, deliberadas pelo Conselho superior, analisadas e apreciadas pela Câmara de Gestão.
II. Propor e promover medidas para que seja assegurada a necessária infraestrutura a todos os órgãos do IFPA;
III. Coordenar e supervisionar o Plano de Desenvolvimento de Pessoal Docente e Técnico Administrativo em Educação do IFPA articulada com a PRODIN;
IV. Efetivar o planejamento, execução do orçamento e a aplicação de demais recursos financeiros, apresentando relatório anual, prestação de contas, balanços e balancetes;
V. Definir créditos adicionais e aplicação do ativo financeiro líquido para atendimento de despesas;
VI. Elaborar a proposta orçamentária anual do instituto, consolidando junto ao Ministério da Educação;
VII. Participar do processo de distribuição de vagas para o quadro permanente de servidores docentes e técnicos administrativos;
VIII. Promover a descentralização dos recursos orçamentários e financeiros para os câmpus e reitoria.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN

Art. 26º Compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

I. Coordenar (Supervisionar) a elaboração, acompanhar e avaliar o planejamento estratégico e o plano de desenvolvimento institucional, como instrumentos de gestão do IFPA;
II. Propor, executar e supervisionar as políticas de desenvolvimento institucional do IFPA, deliberada pelo conselho superior, após análise e apreciação da câmara de gestão;
III. Garantir e supervisionar a elaboração anual do plano de gestão da instituição;
IV. Coordenar as políticas de qualificação dos gestores para utilizar, de forma eficaz, o planejamento estratégico e demais instrumentos de gestão;
V. Elaborar no âmbito de sua competência projetos destinados a obtenção de financiamento solicitando, sempre que necessário à colaboração de outros órgãos;
VI. Gerenciar e disponibilizar informações para auxiliar os gestores na elaboração de políticas para o IFPA.
VII. Disponibilizar ferramentas de Tecnologias da Informação para auxiliar as unidades acadêmicas e administrativas na execução de suas atividades;
VIII. Avaliar de forma articulada com as pró-reitorias e câmpus, a estrutura organizacional do IFPA, visando atender o plano de desenvolvimento institucional;
IX. Identificar, de forma articulada com as pró-reitorias e diretorias dos *câmpus*, oportunidades para expansão do ensino, pesquisa e extensão;
X. Coordenar articulada com a comissão permanente de avaliação as políticas de avaliação institucional dos serviços prestados a sociedade;
XI. Coordenar de forma articulada com às pró-reitorias e os *Câmpus*, a elaboração e atualização dos instrumentos de gestão: estatuto, regimento geral, plano de desenvolvimento institucional, planejamento estratégico, plano plurianual, relatório de gestão e outros.

XII. Supervisionar e manter registros (banco de dados) da caracterização socioeconômica étnico/racial e educacional dos alunos do IFPA;
XIII. Desenvolver, com participação dos demais órgãos da instituição, ações relativas à pesquisa institucional que fundamentem a gestão do IFPA;
XIV. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário.

Diretor de Engenharia e Infraestrutura – ao qual compete as seguintes atribuições:

I. Acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços;
II. Atuar junto à administração dos câmpus no tocante ao desenvolvimento do plano urbanístico e de obras civis;
III. Prestar apoio e assessoria aos câmpus em assuntos relativos ao seu departamento;
IV. Coordenar a elaboração de projetos básicos, relatórios e orçamentários de obras e serviços de engenharia;
V. Coordenar as equipes de execução e fiscalização do desenvolvimento de projetos de obras;
VI. Emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas para obras e serviços a serem executados;
VII. Emitir e assinar termos de recebimento de obras;
VIII. Participar da elaboração e acompanhar a execução do plano diretor de infraestrutura da Instituição;
IX. Propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria na área de engenharia e infraestrutura;
X. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
XI. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área;
XII. Propor, elaborar, planejar e coordenar sistemas, processos, programas, projetos e ações pertinentes às políticas de gestão do conhecimento, pautado no estudo, pesquisas e avaliações institucionais;
XIII. Desenvolver Estudos e Pesquisas sobre a Educação Profissional local, regional e nacional de forma sistêmica com as questões do IFPA no campo do ensino, pesquisa, extensão e gestão;
XIV. Estudar, local, regional e nacionalmente, os arranjos produtivos, sociais e culturais;
XV. Disponibilizar banco de dados ferramenta de pesquisa institucional para auxiliar os gestores na tomada de decisão referentes às áreas ensino, da pesquisa, da extensão e da administração;
XVI. Desenvolver estudos e pesquisas econômicas e sociais em bases de dados governamentais;
XVII. Executar atividades integradas com grupos de pesquisa e/ou trabalho e com Comissões e/ou setores inter e intrainstitucionais pertinentes ao desenvolvimento de pesquisa, estudos e Avaliações Institucionais do IFPA;
XVIII. Outras atividades correlatas.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

Art. 27º Compete à Pró-Reitoria de Ensino:

I. Propor e supervisionar as políticas e programas de ensino do IFPA, ao CONSUP;
II. Garantir a identidade curricular e o desenvolvimento de políticas e ações pedagógicas previstas em leis especifica da Educação Profissional e Tecnológica;
III. Avaliar a proposta de criação de cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação, programas e projetos especiais de ensino;
IV. Elabora em conjunto com os Câmpus e submeter ao CONSUP o calendário acadêmico do IFPA com vistas a atender as demandas dos sistemas gerenciais acadêmicos do MEC.
V. Apreciar a oferta de vagas proposta anualmente pelos Câmpus referente a ingresso de alunos;
VI. Participar do processo de distribuição de vagas para o quadro permanente de servidores docentes e técnicos administrativos em educação;
VII. Apreciar o Plano de Concurso elaborado pelos Câmpus para ingresso na carreira docente permanente e/ou contratação de professor substituto;
VIII. Atuar no Planejamento Estratégico e Operacional com vistas a subsidiar a definição das políticas na área do ensino do IFPA;
IX. Definir políticas visando à articulação das atividades didático-pedagógicas, a qualidade dos cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação e dos programas e projetos especiais;

X. Acompanhar e supervisionar o controle acadêmico dos cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação, em articulação com o setor de registro e controle acadêmico de cada acâmpus;
XI. Coordenar, acompanhar e supervisionar o Projeto Político-Pedagógico do IFPA da educação básica e à graduação;
XII. Propor articulada com a PRODIN,critérios de expansão e oferta de cursos, com vistas a atender as demandas locais e regionais;
XIII. Estabelecer política de bolsas, prêmios e incentivos à permanência dos alunos da educação básica e da graduação, articulada com as demais Pró-Reitorias;
XIV. Estabelecer política de monitoria ou outras atividades equivalentes de apoio ao ensino;
XV. Estabelecer, em articulação com os Câmpus e DIGEP, programas de formação continuada para o corpo docente e técnico Administrativos do IFPA;
XVI. Criar, implantar e coordenar ações que possam garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
XVII. Analisar e regulamentar, a nível da instituição a legislação do ensino com proposição e reformulação de normas;
XVIII. Examinar propostas de convênios com entidades que ofereçam atividades de ensino, bem como outros convênios propostos no setor acadêmico;
XIX. Representar o IFPA nos foros de ensino;
XX. Zelar pela garantia da qualidade do ensino no IFPA.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEXT

Art. 28º Compete à Pró-Reitoria de Extensão:

I. Propor, executar e supervisionar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do IFPA, deliberada pelo Conselho superior, após analise e apreciação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão;
II. Coordenar e supervisionar as atividades de extensão e Extensão Tecnológica em articulação com os Câmpus;
III. Coordenar e supervisionar programas de extensão, Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos sócio-culturais;
IV. Apoiar o desenvolvimento de ações de integração Instituto comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas;
V. Manter banco de dados atualizado acerca do Observatório do Mundo do Trabalho, Acompanhamento de Egressos, Programas e Projetos de Extensão e Extensão Tecnológica, Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Estágios e Visitas Técnicas;
VI. Incentivar, organizar e apoiar as atividades extensionistas do IFPA;
VII. Estabelecer parcerias com a sociedade e instituições governamentais e não governamentais, visando ao desenvolvimento das atividades de extensão;
VIII. Fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais e internacionais;
XIX. Incentivar programas e ações desportivas e artístico-culturais do IFPA em articulação com os Câmpus e com organismos culturais da sociedade;

X. Estabelecer política de bolsas e estímulos aos docentes, técnicos administrativos e discentes do IFPA, com vistas a incentivar a participação em programas e ações de extensão;
XI. Manter acompanhamento e controle dos projetos e das atividades de extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto;
XII. Promover e supervisionar a divulgação junto às comunidades interna e externa dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão;
XIII. Promover políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional;
XIV. Publicar anualmente os editais para seleção de bolsistas e projetos a serem apoiados pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de extensão;
XV. Viabilizar e Fomentar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição;
XVI. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
XVII. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG

Art. 29º Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:

I. Propor, as políticas de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação do IFPA ao CONSUP;
II. Supervisionar e executar através das diretorias ou unidades correlacionadas de pesquisa, pós-graduação e inovação dos câmpus, as políticas de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação do IFPA, deliberadas pelo CONSUP, após analise e apreciação pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão;
III. Aos Câmpus, através das Diretorias ou unidades correlacionadas de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação, compete definir os programas e linhas de pesquisa de cada área de conhecimento ou eixo tecnológico;
IV. Incentivar a produção técnico-científica no IFPA;
V. Viabilizar mecanismos de financiamento e divulgação da produção científica da comunidade acadêmica;
VI. Acompanhar e subsidiar o desenvolvimento do Plano Institucional de qualificação em nível de pós-graduação Docente e Técnico Administrativo, em articulação com os Câmpus e DIGEP;
VII. Participar do processo de distribuição de vagas para o quadro permanente de servidores docentes e técnicos administrativos;
VIII. Avaliar propostas de criação e desativação de cursos e programas de pós-graduação;
VIX. Estabelecer política de bolsas de pesquisa e inovação tecnológica, bem como, estímulos, prêmios à comunidade acadêmica do IFPA.
X. Analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de Pós-Graduação e reformulação de normas e procedimentos;
XI. Analisar a adequação dos projetos dos cursos de Pós-Graduação, e suas atualizações, com base no Projeto Político-Pedagógico Institucional;
XII. Promover interlocução com os órgãos governamentais relacionados à Pesquisa e à Pós-Graduação;
XIII. Acompanhar em conjunto com as Diretorias de Pesquisas dos Câmpus os processos de avaliação dos cursos de Pós-Graduação;
XIV. Promover a cooperação técnico cientifica educacional nos campos da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica com outras instituições de ciência e tecnologia;
XV. Propor o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação, em conjunto com os Câmpus demais Pró-Reitorias;
XVI. Propor normas de funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação;

XVII. Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-Reitoria; e
XVIII. Participar da elaboração da política de gestão de pessoas e dos critérios para seleção de servidores, no âmbito da Pró-Reitoria.

Fonte: Regimento Geral – IFPA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP

Compete à Diretotia de Gestão de Pessoas - DGP:

I. Representar o IFPA interna e externamente, em questões relativas à política de gestão de pessoas;
II. Prestar assistência na área de sua especialidade ao Conselho Superior, à Reitoria e aos campi do IFPA;
III. Cumprir as metas e diretrizes institucionais referentes à área de gestão de pessoas;
IV. Orientar, visitar, interagir, conhecer as demandas e controlar a atuação dos Campi nas ações relativas ao pessoal;
V. Participar das reuniões internas do órgão transmitindo ao grupo da DGP as informações e demandas pertinentes à função de cada coordenação Geral da DGP;
VI. Propor e implantar o desenvolvimento de sistemas de informação na área de gestão de pessoas;
VII. Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas;
VIII. Subsidiar as ações das comissões estabelecidas para a elaboração de Concursos Públicos Institucionais;
IX. Atender e responder a todas as solicitações e determinações da Unidade de Auditoria Interna - AUDIN, da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU;
X. Prestar atendimento e assistência aos servidores ativos, aposentados, pensionistas, beneficiários de pensão alimentícia, estagiários (SIAPE), professores substitutos, a outras coordenadorias, às diretorias, Pró-Reitorias e Reitoria em relação às consultas pertinentes à gestão de pessoas;
XI. Propor políticas que assegurem a melhoria do desempenho administrativo, funcional e institucional;
XII. Consolidar as informações da área de pessoal para elaboração do Relatório de Gestão;
XIII. Administrar o controle do banco de servidores: professor equivalente e administrativo equivalente, atualizados;
XIV. Atender às solicitações formais das entidades representativas dos Servidores Públicos Federais da Educação, quando estas representarem o repasse de dados não confidenciais do servidor ou quando forem ordens judiciais.

Fonte: DGP/IFPA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Art. 34º Compete à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação:

I. Propor, gerenciar e orientar a aplicação e uso de softwares na Instituição;
II. Elaborar, desenvolver e orientar a operação dos sistemas de informação do Instituto Federal;
III. Elaborar projetos e relatórios necessários ao bom funcionamento das tecnologias da informação no Instituto Federal;
IV. Propor o acompanhamento e implantação de projetos de melhoria de infraestrutura e relativos à área de informatização da Instituição;
V. Coordenar a manutenção e a atualização dos sítios da Instituição;
VI. Supervisionar a execução da política de informatização da Reitoria e dos Câmpus;

VII. Auxiliar as comissões de concursos e processos seletivos, disponibilizando tecnologias de informação para o processamento de inscrições, relatórios, correção de provas e outros procedimentos que se fizerem necessários;
VIII. Realizar outras atividades afins.

Fonte: DTI/IFPA

CÂMPUS

DIRETORIA GERAL

Art. 59º O Diretor Geral exercerá também as seguintes atribuições:
I - propor ao Conselho Diretor do Câmpus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral;
II - presidir os atos de colação de grau em todos os cursos e a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios, sempre que designado por portaria específica do Reitor do IFPA;
III - convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição;
IV - aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente;
V - conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos;
VI - exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos do IFPA são: Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Gestão Financeira e Administrativa; Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas; e Tecnologia da Informação e Comunicação. Os três primeiros enquadram-se como finalísticos e os quatro últimos de Apoio. Ressalta-se que, considerando o atual contexto em que se estabeleceu o processo de intervenção na gestão global da instituição em meados do exercício de 2012, tais macroprocessos vem sofrendo adequações de tal modo que possam atender as prerrogativas legais, originárias da criação do IFs em todo o país e dos documentos institucionais formulados a partir de então. Todos objetivam, de forma articulada entre si, a promoção da educação profissional.

1.4.1 Área do Ensino

O macroprocesso finalístico de Ensino é o de maior abrangência do IFPA e compreende a promoção da Educação Profissional e Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, integrando e verticalizando de forma programática a Educação Profissional à Educação Básica e à Superior. Os macroprocessos nas questões referentes às políticas educacionais de ensino atuam na promoção e articulação das políticas da Educação Básica Profissionalizante do IFPA, com foco nas ações de implementação, regulamentação e acompanhamento da oferta regular de cursos técnicos em suas diferentes formas, tais como: subsequente, na modalidade de ensino presencial e a distância; integrado ao ensino médio; PROEJA, e PROEJA FIC. Na verticalização do ensino, no âmbito da graduação, os macroprocessos atuam na coordenação e articulação com a administração e órgãos complementares, na formulação e implementação de políticas que possibilitem promover o ensino superior de licenciatura, Engenharia e Tecnologia, por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Essas articulações na educação básica e superior são realizadas levando-se em conta a realidade local e regional, cumprindo a legislação do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, Secretaria de Educação Superior – SESU, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Conselho Nacional de Educação e Regimento Interno desse Instituto.

No âmbito geral, o referido macroprocesso em 2012 foi concentrado nas seguintes ações:

- ✓ Assessorar a atuação dos câmpus quanto à regularização dos PPCs dos cursos técnicos, FIC, PROEJA, em consonância com as políticas educacionais, visando à qualidade da gestão do ensino técnico em todas as suas modalidades de oferta e de formação inicial e continuada no Instituto;
- ✓ Implementação de políticas de melhoria da educação básica, estruturação do ensino médio integrado, prioritariamente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, os cursos em andamento e novos, com condições necessárias ao cumprimento da meta de acesso ao ensino técnico profissionalizante, em atendimento ao Termo de Acordo de Metas e Compromissos do IFPA junto ao MEC;
- ✓ Elaboração de minuta de regulamentações e procedimentos voltados às ações do ensino, para posterior encaminhamento ao CONSUP para aprovação, entre estas: proposta de atualização da Organização Didática, ainda em fase discussão; Certificação do ENEM; Normativa PRONATEC;
- ✓ Regulação da Política de Assistência ao Estudante do IFPA, regulamentado pela Resolução n.º134/2012. Este programa já possibilita aos estudantes o acesso a recursos

que, por meio de ações ligadas ao transporte, alimentação, moradia e outras incluídas no PNAES, o que dá condições de permanência e maior êxito na Instituição;

- ✓ Acompanhamento da oferta de cursos da educação profissional básica no IFPA, buscando atender aos programas de governo, à adesão ao PRONATEC, com os cursos de formação inicial e continuada; à Rede e-Tec Brasil, com cursos técnicos na modalidade EAD; ao Brasil Profissionalizado, com oferta de cursos regulares nas modalidades subsequente, integrado e Proeja;
- ✓ Orientação, acompanhamento e supervisão dos procedimentos para o preenchimento do Formulário Eletrônico para Reconhecimento de Curso Superiore;
- ✓ Divulgação, orientação e esclarecimentos para todos os câmpus quanto ao teor da Portaria nº 006 de 14/03/2012, logo após sua publicação;
- ✓ Acompanhamento do Exame nacional de desempenho dos estudantes – ENADA em todos os câmpus que ofertam cursos superiores;
- ✓ Acompanhamento e assessoria nas visitas de avaliação de Reconhecimento e Renovação de reconhecimento de cursos superiores de Tecnologia, Engenharia e Licenciatura;
- ✓ Planejamento do curso de Formação Pedagógica para Professores da EPT;
- ✓ Acompanhamento das turmas especiais dos cursos presenciais do PARFOR;
- ✓ Planejamento e implementação das ações de continuidade da licenciatura em educação do campo – PROCAMPO;
- ✓ Acompanhamento dos projetos PIBID;
- ✓ Análise e acompanhamento do fluxo de processos dos PPCs de Licenciatura nos câmpus do IFPA com base na normativa específica da PROEN (ação de fluxo contínuo);
- ✓ Orientação e aplicação de políticas do MEC junto aos cursos de Licenciatura do IFPA (SESU, SETEC, INEP, CAPES);
- ✓ Acompanhamento dos cursos de EAD no âmbito da Universidade Aberta do Brasil para fins de regulação e avaliação dos cursos de licenciatura;
- ✓ Adesão anual, execução e acompanhamento do processo de seleção do Sistema de Seleção Unificada – SISU – para ingresso nos cursos de graduação dos câmpus do IFPA;
- ✓ Realização de encontro com dirigentes de ensino dos câmpus para discussão sobre outras formas de ingresso nos cursos de graduação do IFPA, complementares ao SISU, como vestibular, transferências externas (vertibulinho);
- ✓ Apoio e participação na elaboração do projeto LIFE/CAPES, Câmpus Belém e Câmpus Abaetetuba;
- ✓ Elaboração de proposta de modelo de EAD a ser institucionalizado no IFPA; e de minuta de alteração da Carga Horária Docente para discussão nos câmpus;
- ✓ Discussão e implantação da Lei nº 12711/2012 (Lei de Cotas) nos processos seletivos do IFPA para ingresso de discentes a partir de 2013;
- ✓ Desenvolvimento de ações com vista à atualização dos dados acadêmicos na base de dados do sistema SCA;
- ✓ Reformulação da Estrutura Organização da PROEN com incorporação de setores vinculados a outras Pró-Reitorias, tais como: Diretoria de Registro e Indicadores Acadêmicos, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação do Programa e-Tec Brasil, Coordenação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, Assessoria de Ações Inclusivas.

1.4.2 Área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

A Pesquisa, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação é o macroprocesso finalístico do IFPA que tem por competência a promoção da pesquisa científica e tecnológica, da inovação bem como o ensino de pós-graduação.

Em 2012, este macroprocesso foi conduzido da seguinte forma:

- ✓ Fomento a iniciação científica aos alunos de graduação e de cursos técnicos;
- ✓ Incentivo a criação de grupos de pesquisa da instituição;
- ✓ Implementação de programa de apoio a projetos de pesquisa;
- ✓ Estabelecimento de cooperações técnicas para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação, eventos e demais ações de fomento a produção cientifica;
- ✓ Estímulo à inovação tecnológica, sua proteção e transferência para sociedade;
- ✓ Captação de recursos financeiros junto às agências estaduais e nacionais de fomento à pesquisa, à inovação tecnológica e à pós-graduação;
- ✓ Promoção de oficinas, seminários e congressos científicos.

1.4.3 Área da Extensão

O macroprocesso finalístico de Extensão tem como locus a implementação de um processo educativo, cultural e científico que, de forma indissociável e articulado ao ensino, pesquisa e inovação tecnológica, viabiliza a relação dialógica e transformadora entre a instituição e os diversos segmentos sociais. Nesse sentido caracterizou-se pela implantação e desenvolvimento de ações de Extensão nos campi, por meio do estabelecimento, realização e consolidação de parcerias intergovernamentais e não governamentais no âmbito regional, nacional e internacional; incentivo, valorização e interação com as realidades sociais necessárias à formação profissional do professor das escolas da zona rural em conjunto com as prefeituras, no âmbito das ações de extensão; desenvolvimento de ações conjuntas com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação através da participação em eventos e projetos de pesquisa; implementação logística e operacional dos programas de formação UAB, ETEC, PROCAMPO, PROEJA, Mulheres Mil, PRONATEC e CentrAlCiência, viabilizando o desenvolvimento das ações pactuadas pela instituição junto aos orgãos de fomento; e finalmente, ampliação do fomento e incentivo a projetos de extensão vinculados aos campi do IFPA, promovendo o acompanhamento e avaliação dos mesmos.

Este macroprocesso em 2012 foi conduzido da seguinte forma:

- ✓ Planejamento, acompanhamento e execução dos programas governamentais Mulheres Mil, PRONATEC, UAB, e-Tec e PROEJA, e fomento à cursos de formação inicial e continuada (FIC), assim como cursos de nível médio e superior em EAD (até julho de 2012);
- ✓ Implementação do programa interministerial CentrAlCiência-Centro de Recursos em Educação Científica, Tecnológica e Ambiental: Rede Ciência para Cidadania, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, visando a interiorização das ações de formação vocacional e profissionalizante em 23 municípios do estado;
- ✓ Criação do Núcleo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva do IFPA, como parte da estrutura funcional do CentrAlCiência, e integrante da Rede Nacional de Núcleos prevista no Plano Viver Sem Limites do governo federal, projeto aprovado em Edital pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e publicado no DOU em Julho/2012;

- ✓ Proposição, implementação e acompanhamento de execução de editais de fomento a projetos de extensão de caráter interno - Edital 16/2012-PRÓ-EXTENSÃO/IFPA, e de caráter externo - Edital PROEXT/MEC 2013, nos campi de Abaetetuba, Breves, Itaituba, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí (edital interno) e Belém, Castanhal e Tucuruí (edital externo);
- ✓ Implementação e gerenciamento de convênios de cooperação técnica, científica e educacional, com entidades dos setores público e privado;
- ✓ Implantação do Programa Caravana da Ciência e Tecnologia, com a efetivação da produção de 5 laboratórios móveis na área de informática, no estilo carreta-baú, para implementação em 2013 de cursos itinerantes nos vários municípios do estado;
- ✓ Implementação do plano de expansão do sistema de vídeo conferência e upgrade do Data Center do Instituto Federal do Pará, visando fomentar a capacidade instalada da instituição consoante às tecnologias de informação e comunicação, permitindo o fiel cumprimento da missão e competências institucionais, democratizando e garantindo o acesso à informação e ao conhecimento produzido, além de qualificar e alçar as ações de educação à distância da instituição ao patamar de excelência quanto à viabilidade e inclusão de todos;
- ✓ Adesão do Instituto Federal do Pará ao Programa Ciência Sem Fronteiras do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- ✓ Implementação do Acordo de Cooperação França-Brasil para a Educação Profissional e Tecnológica, através de ações de cooperação com liceus franceses;
- ✓ Implementação da Cooperação Internacional firmado entre o IFPA e Embaixada Francesa, com a finalidade de manutenção da parceria visando a mobilidade de estagiários franceses nos Campi do Instituto;
- ✓ Elaboração da Normatização do Estágio Institucional obrigatório e não obrigatório, para implementação nos campi do IFPA;
- ✓ Elaboração da Normatização do PRONATEC, visando a implementação do fluxo do processo de execução do programa no IFPA e a descentralização orçamentária do programa a ser efetivada em 2013;
- ✓ Planejamento, proposição e acompanhamento da elaboração do Projeto Arquitetônico, junto à PRODIN/DINF, do prédio que abrigará as ações de EAD do IFPA.

1.5 Macroprocessos de Apoio

1.5.1 Área Administração Orçamentária e Financeira

O macroprocesso de apoio da Gestão financeira e Administrativa é o que apresenta um caráter de subsidiar os atos orçamentário, financeiros e administrativos no âmbito do IFPA, uma vez que controla e supervisiona a promoção e execução da política de Planejamento Orçamentário-Financeiro e de Administração da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, seja de recursos de fonte centralizada quanto das descentralizadas em relação a matriz orçamentária da instituição, além de outras fontes próprias.

No âmbito geral, o referido macroprocesso em 2012 foi conduzido da seguinte forma:

- ✓ Formalização da matriz orçamentária;
- ✓ Distribuição do orçamento a cada câmpus, mediante ao montante previsto na Matriz CONIF/LOA;

- ✓ Criação dos Centros de Custo na Reitoria e Câmpus, através da Unidade Gestora Responsável (UGRs);
- ✓ Gestão e Controle de recursos orçamentários descentralizados, oriundos de outros órgãos;
- ✓ Distribuição do orçamento a cada câmpus, oriundos de outros órgãos;
- ✓ Orientação aos câmpus nas áreas financeiras e orçamentárias;
- ✓ Assessoramento e realização de oficinas nos câmpus, nas áreas de planejamento, orçamento, compras, contratos e patrimônio;
- ✓ Realização de compras compartilhadas (aéreas rodoviárias e fluviais);
- ✓ Treinamento e capacitação na área de protocolo;
- ✓ Divulgação das ações do programa de Gestão Ambiental no Fórum Mundial de Educação Profissional Técnica e Tecnológica em Florianópolis;
- ✓ Ações integradas junto as Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campi;
- ✓ Participação e Realização de eventos como: FORPLAN, CONIF, oficina institucional de planejamento orçamentário;
- ✓ Encontro de Diretores de Administração e Planejamento dos Campi, visando discutir planejamento, execução orçamentária e financeira e outros assuntos pertinentes à gestão do IFPA como um todo;
- ✓ Contratação de serviços de consultoria e financiamento de cursos aos servidores do IFPA;
- ✓ Promoção e financiamento de oficinas, cursos entre outros eventos sobre o planejamento e execução financeira do IFPA e suas unidades.

1.5.2 Área do desenvolvimento institucional

Embora recente, o macroprocesso de Desenvolvimento Institucional apresenta um caráter inovador à gestão dos IFs, não apenas no IFPA, como também em toda a RFEPEPT. É o macroprocesso de apoio que no IFPA tem por competência a promoção da integração intrainstitucional, o que significa dizer, entre os setores vinculados a Reitoria e entre ela e os campi de modo articulado/integrado por meio da promoção e coordenação dos processos de pesquisa institucional (coleta, sistematização de dados e informações inerentes a produção e gestão do conhecimento institucional), planejamento estratégico e avaliação institucional e de procedimentos institucionais necessários para o conhecimento estratégico e tomada de decisão.

Este macroprocesso, em 2012, foi conduzido da seguinte forma:

- ✓ Realização de estudos e pesquisa institucionais;
- ✓ Coordenação, acompanhamento e planejamento institucional;
- ✓ Realização de estudos bibliográficos e documental para identificar e caracterizar os APL's na área de influência dos novos câmpus;
- ✓ Pesquisa realizada junto aos Câmpus;
- ✓ Realização de estudos preliminares para o desenvolvimento do projeto do Observatório da Educação Profissional e do mundo produtivo, neste momento está em fase de (re) elaboração;
- ✓ Participação em várias comissões e grupos de trabalhos, tais como: comissão de Prestação de Contas, comissão de Programa de Gestão ambiental, comissão de Implantação do SIG, Grupo Gestor, Programa de Internacionalização (Ciências Sem Fronteiras), Grupo de trabalho do Programa de Captação e Retenção de Alunos, Comissão FIES Técnico;

- ✓ Realização de estudos de EGRESSOS, Pesquisa institucional junto aos Câmpus, estudo sobre a situação de ingressantes e matriculados do IFPA, estudo sobre os indicadores institucionais, estudo sobre os programas e ações do governo registradas no SIMEC/IFPA;
- ✓ Participação efetiva para implementação da ação de gestão ambiental.

1.5.3 Área de Gestão de Pessoas

Este macroprocesso tem como objetivo prover o IFPA com pessoal capacitado e qualificado para o desempenho dos cargos e funções, promovendo o desenvolvimento profissional do quadro de pessoal e a melhoria do clima organizacional, com vistas ao atingimento dos objetivos estratégicos.

Este macroprocesso, em 2012, foi conduzido da seguinte forma:

- ✓ Provimento do quadro de servidores;
- ✓ Desenvolvimento e capacitação de pessoas;
- ✓ Administração do quadro de pessoal, remuneração e benefícios;
- ✓ Promoção da assistência, saúde e qualidade de vida do trabalhador;
- ✓ Administração da segurança e medicina do trabalho.

1.5.4 Área da Tecnologia da Informação

A DTIC do IFPA atua especificamente em processos que são responsáveis por criar um ambiente propício para o desenvolvimento dos trabalhos dos outros setores, também conhecidos como processos meios. E está sempre buscando alinhamento, mesmo que informalmente, com as ações do Instituto em suas atividades fins, a saber, Ensino, Pesquisa e Extensão.

A DTI do IFPA desenvolveu, no último ano, diversos projetos para atender as demandas levantadas pela área de negócio da Instituição e, para isto, atuou nos seguintes processos de apoio:

- ✓ Gestão e Governança de TI: processo responsável pelo alinhamento das ações da DTI com as ações definidas pela Instituição;
- ✓ Desenvolvimento e Implantação de Sistemas e Aplicações: processo responsável pelo desenvolvimento e implantação de sistemas na instituição;
- ✓ Manutenção da Infraestrutura necessária para a Instituição: processo responsável por manter em funcionamento toda a estrutura de Rede e Internet possibilitando ao usuário, através do uso de um login e uma senha, utilizar todos os recursos de Tecnologia da Informação para o desempenho de suas atividades;
- ✓ Suporte Técnico aos processos de negócio da Instituição: processo responsável por prestar o suporte técnico a todos os usuários através de auxílio técnico em suas atividades diárias;
- ✓ Gerenciamento do processo de aquisição de bens e serviços de TI: processo responsável por gerenciar todas as aquisições de bens e serviços de TI de modo que as mesmas estejam alinhadas com as demandas Institucionais, com o planejamento definido e dentro das normas exigidas pelos órgãos reguladores.

1.6 Principais Parceiros

QUADRO 3: DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PARCEIROS (INTERNOS E EXTERNOS)

PRINCIPAIS PARCEIROS	DESCRIÇÃO	UNIDADE
DTIC	✓ Participação na Comissão de Implantação do SIG IFPA; ✓ Acompanhamento do processo de automação dos indicadores de gestão no sistema acadêmicos do IFPA.	PRODIN
FDI	Participação nos grupos de trabalho de Diagnóstico e de Planejamento do Fórum.	
GEPTE/UFPA	Participação no desenvolvimento da pesquisa sobre avaliação de egressos do Integrado.	
ICMBIO	Participação em eventos para estabelecimento de parceria.	
PROAD	✓ Participação no Programa de Gestão Ambiental; ✓ Apoio ao Planejamento orçamentário e financeiro do IFPA e orientação aos gestores; ✓ Elaboração de boletins informativos sobre programas e ações no SIMEC.	
PROEN	✓ Participação em avaliações de curso superiores; ✓ Estudos diagnósticos do desempenho do ensino em sistemas internos e externos; ✓ Participação na proposta de implantação do Programa de capitação e retenção de alunos e política de egressos.	
PROEN/SETEC	Realização de capacitação para multiplicadores de operacionalização dos sistemas de informação: SISTEC e EDUCACENSO para representantes dos 12 câmpus do IFPA em parceria com a SETEC.	
PROEXT	✓ Participação no Programa de Internacionalização do IFPA (Ciência sem Fronteiras, principalmente); e ✓ Participação do grupo gestor do PRONATEC	
CÂMPUS	✓ Elaboração do Relatório de Gestão 2011; ✓ Pesquisa de informações Institucionais, Arranjos produtivos e Infraestrutura; ✓ Coletar informações dos câmpus para formulação de propostas de melhoria da qualidade da educação ofertada; ✓ Orientar os dirigentes do IFPA para a elaboração dos planos de gestão das unidades gestoras.	
Secretaria do Estado de Educação;	Cooperação para o desenvolvimento do Programa de Plano Nacional de Formação de Professores.	PROEN
Secretarias Municipais de Educação	Termo de Cooperação para o desenvolvimento do Programa de Plano Nacional de Formação de Professores.	
	Cooperação para o desenvolvimento dos cursos do e-TEC Brasil	
Prefeitura de Rondon do Pará	Termo de Cooperação Técnico Cientifico junto às Prefeituras	
Prefeitura de São João de Pirabas	Termo de Cooperação Técnico Científico junto às Prefeituras	
Companhia Vale do Rio Doce		
Agremiação Carnavalesca Bole-Bole.	Termo de Cooperação Técnico Científico.	
CNPQ	Programas de bolsas de iniciação cientifica (PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC – EM e PIBITI)	PROPPG
Diretorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação dos Câmpus do IFPA.	✓ Seminário SICTI; ✓ Curso de Especialização em Gestão Pública; ✓ Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares; ✓ Programas de Iniciação Científica de cada Câmpus.	
IFPR/ UTFPR	Parceria para Capacitação EAD de servidores em Inovação Tecnológica;	
MPEG	Acordo de Cooperação Técnico Cientifico para execução do Curso de especialização em Gestão da Inovação	

UFC UFPA	Convênio para qualificação de servidores (mestrado / doutorado).	
UNICAMP	DINTER-Convênio (docentes)	
CAPES	Programa Jovens Talentos para Ciência; PIQDTEC; DINTER.	
Prefeituras Municipais de Vitória do Xingu, Brasil Novo e Porto de Moz, Gurupá, Uruará, Anapu	Fornecendo apoio logístico (transporte, alimentação e Hospedagem) para os professores desenvolverem suas atividades, além de estrutura física (sala de aula e laboratórios de informática) de acordo com o convênio firmado entre as partes: IFPA – Reitoria, Prefeitura e Câmpus.	Altamira
Secretaria Municipal de Educação de Altamira - SEMED	Fornecendo suporte para o desenvolvimento dos programas: PROEJA-FIC, Mulheres Mil. Além de fornecer ambientes adequados para acontecer as aulas do PRONATEC.	
Secretaria Estadual de Educação - SEDUC	Auxiliando na seleção dos alunos para participarem dos cursos ofertados no PRONATEC	
MEC/CAPES	Fornecendo suporte (bolsa pesquisa) para os professores desenvolverem suas atividades no programa PARFOR.	
SEST/SENAST	Fornecendo suporte para o programa Mulheres Mil com ações sociais	
O Boticário, Lua de Mel, Restaurante Sabores e Magia, Gráfica Xingu e Gráfica Tapajós, Ballet Art, Guarda municipal, 51 BIS, Supermercado Cardoso, Altavei, entre outros.	Fornecendo suporte para a 1ª MESPALT – Amostra de Etiqueta Profissional da Altamira.	
Iniciativaprivada	Recebendo alunos estagiários e absorvendo alunos egressos.	
Fornecedores de materiais (Externos)	Aquisição de materiais de consumo e permanente que contribuíram para o desempenho das atividades do Câmpus.	
Prestadores de serviços (Externos)	Prestadores de serviços, como de limpeza e segurança que proporcionaram mais comodidade as atividades.	
DTIC (Interno)		
CÁRITAS	Participação nas atividades extraclasses que envolvam a dimensão social.	Bragança
EMATER	Participação nas atividades de visitas técnicas dos cursos de Gestão Ambiental, Agroecologia, Agropecuária e Licenciatura em Educação do Campo.	
Prefeitura Municipal de Bragança	Participação na oferta de cursos dos programas governamentais e convênios.	
Prefeitura Municipal de Pirabas		
Universidade Federal do Pará – UFPA.	A principal é possibilitar o processo interdisciplinar e o diálogo entre atores sociais com suas experiências, sendo a interdisciplinaridade constituinte e constituidora dos cursos, traduzida em seminários, visitas de observação, oficinas, concepção dos projetos político-pedagógico pelos cursistas entre outras estratégias de integração entre a UFPA e o IFPA.	
Prefeitura Municipal de Breves	Parceria em eventos, doação do terreno do Câmpus e cessão de espaços para serem ministradas as aulas.	Breves
SEMED – Secretaria Municipal de Educação	Parceria em eventos do instituto e cessão de espaços físicos para serem ministradas as aulas e funcionamento da Secretaria do Câmpus	
Universidade Federal do Pará – UFPA	✓ Realização e execução em rede de projetos de pesquisa, inovação tecnológica e extensão. ✓ A participação de Professores e Pesquisadores no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.	Castanhal

	✓ O uso de Laboratórios de pesquisa e equipamentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	
Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária – EMBRAPA	✓ A parceria visa a realização e execução em rede de projetos de pesquisa, inovação tecnológica e extensão. ✓ A participação de Pesquisadores no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. ✓ O uso de Laboratórios de pesquisa e equipamentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	
Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA	Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia.	
Fundação de Apoio à Tecnologia – FAT - Programa "Parceiros Vitae" de Apoio ao Ensino Técnico e Agrotécnico	Apoio financeiro para implantação do Laboratório de Controle de Qualidade de Produtos agroindustriais, contribuindo à modernização curricular e tecnológica da educação profissional técnica dos alunos de nível médio dos cursos de Agropecuária e Agroindústria do IFPA – Câmpus Castanhal, através do desenvolvimento de habilidades e competências na área de controle de qualidade de alimentos.	
Fundação de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho - UNITRABALHO	Gestão financeiro dos recursos dos projetos e aquisição de equipamentos e materiais permanente para o Laboratório de Análise de Alimento, físico-químico e sensorial do IFPA Câmpus Castanhal.	
Universidad de Alicante (Espanha)	✓ A parceria visa a realização e execução em rede de projetos de pesquisa, inovação tecnológica e extensão. ✓ A participação de Pesquisadores no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. ✓ Realização de atividades de Intercambio internacional entre docentes, técnicos e discentes.	
A.de.A.Prado – Comércio ME.	Disponibilização de vagas de estágio curricular obrigatório.	Itaituba
A.I.M. Ribeiro – ME.		Itaituba
COSANPA (Itaituba).		Itaituba
Escola Municipal Cel. Raimundo Pereira Brasil.		Itaituba
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).		Itaituba
Nossa Casa Materiais de Construção.		Itaituba
P. Sousa e Sousa Informática ME.		Itaituba
Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Produção.		Itaituba
Universidade Federal do Pará	Instituições de ensino	Marabá Industrial
Faculdade Metropolitana		
VALE	Mineradora	
ACIM	Associação comercial e industrial	
Carajás Informática	Empresas de informática	
CARAJÁS TI e TELECOM LTDA		
Nw Tec Manutenção de Computadores LTDA		
SINOBRAS	Siderúrgica	
Vetor Incorporadora Construtora LTDA	Construtora	
Amazon Grass Garden LTDA-EPP	Empresas de topografia	

J.b. Serviços Topográficos LTDA.		
Miranda Topográfia LTDA		
DAP	Execução financeira dos projetos desenvolvidos no câmpus, aquisição de materiais e equipamentos, apoio logístico no desenvolvimento das atividades e projetos.	Tucuruí
DOW CORNING	Oferta de oportunidade de estágio curricular obrigatório aos discentes do câmpus, assim como viabilização de visitas técnicas nas dependências da fábrica e parceria para desenvolvimento de atividades do programa "Jovem Aprendiz".	
ELETROBRAS/ELETRONORTE		
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Parceria no desenvolvimento de projetos de extensão	
Secretaria Municipal de Saúde		
DIREN	Parceria para realização de visitas técnicas, estágio supervisionado, realização de cursos de extensão e eventos no Câmpus.	
DIRPIP	Parceria para desenvolvimento de pesquisa e extensão, realização de eventos no Câmpus e participação dos alunos em eventos científicos.	
Supermercado Coopernorte	Oferta de oportunidade de estágio curricular obrigatório aos discentes do câmpus e parceria para desenvolvimento de atividades do programa "Jovem Aprendiz"	
Supermercado Supernorte		
Associação dos Pequenos Agricultores da Vila das Crioulas	Oferta de oportunidade de estágio curricular obrigatório aos discentes do câmpus e parceria para desenvolvimento de atividades de Pesquisa e Extensão	
Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Tucuruí e Região		
SRM GALVÃO		

Fonte: IFPA

INTRODUÇÃO: ANEXO III DA DN TCU Nº 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA), instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e **multicampi**, integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criada a partir da edição da Lei No 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, como parte do plano de ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, constitui-se de 12 câmpus (Belém, Abaetetuba, Altamira, Itaituba, Breves, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Santarém, Tucuruí, Marabá Rural, Castanhal, Bragança). Está com expansão definida para mais cinco municípios: Ananindeua, Cametá, Paragominas, Parauapebas e Óbidos.

Em razão da medida cautelar (Processo N° 16553-77.2012.4.01.3900 – Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado do Pará – 4ª Vara Federal – Matéria Criminal) do final de junho de 2012, determinando o afastamento do exercício dos servidores que compunham a alta administração do IFPA, e em seguida o despacho do Sr. Ministro da Educação Aloizio Mercadante Oliva, em 4 de julho de 2012, contendo a nomeação do Professor Elio de Almeida Cordeiro como Reitor Pró-Tempore, através da Portaria nº 874/2012/MEC, publicada no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2012 na página 129 do Caderno 2, deu-se início dia 06 de julho de 2012 ao período de intervenção na Reitoria do IFPA.

Quando a gestão interventora assumiu o IFPA encontrou muitos problemas e passou a fazer encaminhamentos em fases e etapas distintas.

Inicialmente, convidou gestores de diversos institutos para formação de sua equipe principal de trabalho, o que veio completar-se em setembro de 2012.

Paralelamente iniciou-se a etapa de diagnóstico das situações problemáticas nos mais diversos setores, norteando a gestão a fim de efetuar a regularização, a normalização e a regulamentação dos procedimentos internos. Esse diagnóstico inicial mostrou que em quase todos os setores (registro acadêmico, coordenação dos cursos, recursos humanos, extensão, compras, gestão de contratos, licitações, gestão de obras, prestação de contas...) os procedimentos administrativos eram realizados de forma irregular (desrespeitando a legislação e/ou orientações da SETEC/MEC ou dos órgãos de controle externos) e sem regulamentação interna, o que torna os processos sem uma padronização mínima e de difícil gerenciamento.

Conforme orientação da Secretaria de Educação Profissional de Tecnológica – SETEC, a equipe de gestão interventora inicialmente se ocupou em priorizar pela continuidade das ações de ensino, assumindo a premissa de que a comunidade discente precisava ser poupada ao máximo dos impactos gerados pelas circunstâncias em que se encontrava o IFPA. Existe desde então um esforço no sentido formalizar os projetos pedagógicos de cursos que se encontram em andamento, encaminhando-os à aprovação interna para regularização. Neste período de atuação da gestão interventora, tem sido enfatizada a atualização e regularização dos dados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e do Sistema de Controle Acadêmico – SCA. Vale ressaltar o fato de que os resultados insatisfatórios de avaliações institucionais referentes aos anos de 2010 e 2011 pelos órgãos de regulação do Ministério da Educação – MEC fizeram com que a atual gestão adotasse cada vez mais procedimentos de regularização e melhoria da qualidade (infraestrutura, corpo docente e projeto político pedagógico) de todos os cursos ofertados pelo instituto, tanto no âmbito interno, quanto junto aos setores de regulação do MEC.

Conselhos Diretores dos Campi, Comissões, Comitês e outros órgãos colegiados essenciais para o funcionamento do IFPA estão sendo reestruturados ou implementados (alguns, apesar de previstos na legislação, nunca haviam sido implementados).

As apurações administrativas passaram a ter importância, e conforme apresentado nos itens 3.3 e 3.4 desse relatório, foi providenciado treinamento de servidores para atuarem nas comissões de apuração, bem como vem sendo utilizado servidores de outros órgãos e instituições federais.
O Sistema Integrado de Gestão – SIG, adquirido pelo IFPA em 2010, para permitir a gestão integrada através de sistemas informatizados, somente teve sua implantação iniciada pela nova equipe gestora e tem sido considerada de suma importância para garantir maior transparência e lisura no encaminhamento dos processos administrativos institucionais.

A atual gestão interventora entende que a aprovação pelo Conselho Superior - CONSUP do novo modelo de gestão, sistêmico matricial, e consequente aprovação do novo Organograma da Reitoria, contendo as atribuições de cada função institucional e as definições das competências, além do diagnóstico das ações realizadas e em andamento, permitirão ao IFPA alcançar seus objetivos com transparência, integridade e responsabilidade.

A capacitação dos servidores também passou a ser uma meta. Procura-se oportunizar ao servidor condições para que possa cada vez mais qualificar-se para o desempenho de sua função.

A regularização das obras, contratos de obras e da dominialidade das áreas atualmente ocupadas pelo IFPA (pelos Campi e Reitoria) recebeu especial atenção da nova gestão, pois houve a identificação de que diversas obras foram abandonadas pelas empresas contratadas ou mesmo foram entregues não estando devidamente concluídas. Além disso, diagnosticou-se que a maioria das áreas com instalações do IFPA não estão com a dominialidade regularizada.

Foi constado que o IFPA carece de Normatização e Regulamentação para quase todos os processos internos de gestão e já foi possível regulamentar a Assistência Estudantil, Concessão de Diárias e Passagens, Abertura de Novos Cursos, Procedimentos de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Processos de Movimentação dos Servidores – redistribuição, remoção, cessão, exercício provisório/colaboração. Outras ações estão sendo realizadas gradativamente e encaminhadas para aprovação pelos órgãos superiores.

A gestão interventora foi cientificada da existência de inúmeras notificações pendentes sobre irregularidades referentes determinações e recomendações exaradas pelo TCU e CGU. Tais pendências se referem a um passivo de Acórdãos e Solicitações de Auditorias registradas desde o ano de 2000 e a equipe da Reitoria vem sendo estruturada para conseguir atender também a estas demandas e consequente eliminação das pendências.

No item 12.2 desse relatório de gestão faz-se um relato mais aprofundado sobre a atuação e os problemas gerados pela Fundação de Apoio à Educação Tecnológica e Extensão do CEFET/PA – FUNCEFET, que mesmo não sendo uma fundação baseada no que dispõe a Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, ela foi utilizada pelo CEFET e depois pelo IFPA, como se assim o fosse.

OS ITENS DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012 QUE NÃO SE APLICAM A REALIDADE DA UJ TENDO EM VISTA A COMPETÊNCIA SER DE OUTRA UJ:

1) **Parte A, item 4, do anexo II da DN TCU nº 119, de 18/1/2012.**
   Programação e Execução da despesa orçamentária e financeira.
   a. **Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ;**
      i. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;
      ii. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;
      iii. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;
      iv. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;
      v. Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

2) **Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.**
Informações contábeis
   a. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

   b. Parecer da Auditoria Independente

ITENS DA NORMA DN TCU Nº 119/2012 QUE APESAR DE SE APLICAREM A NATUREZA DA UNIDADE, NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

1) **Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.**
Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira
   a. Transferências de Recursos
   i. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício;
   ii. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios;
   iii. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes;
   iv. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, termos de Cooperação e Contratos de Repasse;
   v. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

   b. Suprimento de Fundo
   i. Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos
      1. Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

2) **Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.**
Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados
   a. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação
   i. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.

   b. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
   i. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão;
   ii. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público;
   iii. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados;
   iv. Composição do Quadro de Estagiário.

3) **Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.**
Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário
   a. Gestão do Patrimônio Imobiliário
   i. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

4) **Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.**
Informações contábeis
   a. **Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**
      i. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.
         1. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;
         2. A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;
         3. As taxas utilizadas para os cálculos;
         4. A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;
         5. O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações

A Lei n.º 11.892/2008, em seu artigo 2.º, define que os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Assim sendo, a missão foi elaborada em um processo coletivo resultante de uma metodologia que privilegiou a gestão participativa, tanto por meio de consultas à comunidade acadêmica e externa, à sociedade, como por meio de audiências públicas e oficinas. A resultante desse processo foi a composição da missão, da visão, dos objetivos estratégicos e dos valores compartilhados pelo IFPA.

Segundo do PDI 2009-2013, a instituição define que:

MISSÃO	VISÃO DE FUTURO	VALORES
Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.	Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.	Para a consecução da missão e visão do IFPA foram traçados objetivos que por sua vez estão pautados em valores, estes obtidos pela análise de conteúdo dos depoimentos e manifestações na consulta pública e em cada um dos grupos de trabalhos das oficinas para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Processo de elaboração dos objetivos estratégicos do IFPA foi realizado de forma setorial, contemplando dimensões que geraram macro-objetivos, e estas foram desdobradas em micro-objetivos, cada uma com suas respectivas metas, considerando o quadriênio 2009-2013, que para fins de atendimento do relatório de gestão do exercício 2012, foram alinhados aos macroprocessos finalístico e de apoio, conforme exigido pela atual legislação do TCU.

2.1.1 Objetivos Estratégicos

2.1.1.1 Área Administração Orçamentária e Financeira

A Pró-Reitoria de Administração, para atender seus objetivos estratégicos, acerca da gestão orçamentária e financeira do IFPA, buscou gerir e otimizar com responsabilidade os recursos públicos investidos na instituição, além de investir na valorização do servidor , apoiando e fomentando a formação continuada, promovendo a gestão ambiental sustentável, execução financeira e logística das ações demandadas por órgãos colegiados institucionais, de programas vinculados à Rede Federal, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/2008 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.

O planejamento estratégico da PROAD foi baseado no PDI e nos objetivos institucionais estabelecidos no estatuto e no regimento geral do IFPA para o atingimento das metas para 2012, observando que não temos um planejamento estratégico consolidado por exercício, porém o que estamos utilizando como plano de metas e ações para os anos de 2009 a 2013 é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que encontra-se dasatualizado, todavia é o documento aprovado pelo Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e o Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. O PDI sistematiza os objetivos, as ações e as metas para proporcionar a oferta do ensino básico, tecnológico e profissional do Instituto Federal do Pará – nos exercícios de 2009 a 2013, juntamente com o Acordo de Metas e Compromissos, em cumprimento aos ditames da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O Plano de Gestão, surge à fase de acompanhamento e avaliação, com o objetivo de garantir o atingimento dos objetivos propostos através das metas estabelecidas, como também, caso seja necessário, de corrigir rumos e superar dificuldades. Esse acompanhamento é realizado de forma sistematizada, através de encontros periódicos envolvendo os diretores administrativos dos Campi com o Diretor de Planejamento e orçamento, Diretor Financeiro e Pró-Reitoria de Administração. O resultado desses encontros servem para subsidiar decisões no Colégio de Dirigentes, estabelecendo diretrizes para o aperfeiçoamento do que foi planejado ou para um novo planejamento, em consonância com o momento em que se encontre a ação.

A atuação do IFPA visando atender o previsto em Lei incorpora em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) as ações necessárias à execução dos Programas de Trabalho definidos pelo Ministérios da Educação. Este Planejamento construído a partir do envolvimento de todo o corpo gestor e das representações de todos os segmentos da comunidade se constitui no elemento balizador, que orienta e determina a execução das ações administrativas e acadêmicas para o alcance e o cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Neste sentido, buscamos executar os principais objetivos estratégicos traçados pelo o IFPA que repercutiram acentuadamente na qualidade de suas ações no exercício de 2012, e nos serviços educacionais prestados a sociedade, melhorando a qualidade de vida dos atores internos e externos que se relacionam com o Instituto.

Dentre as **ações planejadas** e executadas pela PROAD, podemos citar:

- Acompanhamento e execução dos recursos oriundos da LOA e Créditos Adicionais, destinados à expansão e reestruturação;
- Suporte técnico orçamentário e financeiro à construção dos 05(cinco) novos campi;
- Modernização e reforma dos 12 (doze) campi;
- Promoção à formação inicial e continuada de professores, servidores e gestores, em articulação com os sistemas de ensino estadual e municipal, nas modalidades EAD, semipresencial e presencial.

- Descentralização e monitoramento da execução de recursos junto às Unidades do IFPA, no sentido de garantir a gestão administrativa, financeira e técnica para o desenvolvimento das ações planejadas.
- Manutenção dos serviços terceirizados; da infraestrutura física de obras de pequeno vulto;
- Aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico;
- Aquisição de veículos;
- Capacitação de recursos humanos;
- Descentralização de recursos aos campi, no sentido de suprir as necessidades básicas do educando, por meio da ação Assistência ao Educando;
- Execução e acompanhamento dos recursos destinados aos Programas de Governo: PARFOR, PROCAMPO, E-TEC, UAB, PRONATEC...
- Contribuição financeira anual ao Conselho Nacional das Instituições da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-CONIF, para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação.;
- Promoção da gestão ambiental sustentável, no âmbito do IFPA;
- Fornecimento de dados de gestão aos órgãos de controle interno e unidades do IFPA, quando solicitados.

2.1.1.2 Área do Desenvolvimento Institucional

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) tem como objetivo estratégico ampliar a abrangência do instituto no estado por meio da criação de novos câmpus, cursos e serviços educacionais levando em consideração a região de atuação dos campi; investir na melhoria da qualidade da educação ofertada; utilizar racionalmente os recursos disponíveis no IFPA; investir em programas de excelência na gestão pública, no qual busca promover o desenvolvimento institucional por meio da gestão do conhecimento (Pesquisa e Diagnóstico Institucional) e gestão de Infraestrutura.

Ações Planejadas

- Capacitação em sistemas de informação, acompanhamento e avaliação do Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no IFPA.
- Acompanhamento da transferência de dados dos câmpus aos sistemas de informação, acompanhamento e avaliação do Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no IFPA.
- Atualização contínua dos procedimentos em atendimento a legislação.
- Padronização de procedimento de alimentação dos sistemas de informação, acompanhamento e avaliação do Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no IFPA.
- Implantação dos Instrumentos Metodológicos da Gestão Estratégica;
- Implantação da Gestão de Planejamento Integrado e Participativo;
- Análise do diagnóstico de demandas sociais e institucionais;
- Captação de recursos e financiamentos ao atendimento das demandas sociais e institucionais;
- Implantação do GESPÚBLICA;
- Capacitação de servidores e colaboradores nos níveis estratégicos, táticos e operacionais a respeitos dos processos de Diagnóstico e Avaliação Institucional;

- Implantação de Metodologias Participativas de Pesquisa, de Diagnostico e Avaliação do IFPA diante da execução de Programas, Ações e Projetos de Governo;
- Elaboração do Projeto de Sistema Integrado de Diagnóstico e Avaliação Institucional através da implantação da Rede de Observatórios do IFPA;
- Implantação da Rede de Observatórios do IFPA;
- Implementação de Pesquisas e Avaliações das práticas e processos institucionais (Ambiente Interno);
- Implementação de Pesquisas e Avaliações das implicações do cenário Externo (Ambiente Externo) nas práticas e processos institucionais;
- Implantação de Fomento logístico organizacional;
- Concessão de bolsas de desenvolvimento de Atividades de Pesquisa e Avaliação Institucional;
- Redimensionamento das Atribuições e Áreas de atuação da Diretoria de Pesquisa e Diagnostico Institucional;
- Redimensionamento e equalização dos recursos humanos da Diretoria de Pesquisa e Diagnostico Institucional.

2.1.1.3 Área do Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino tem como objetivo estratégico regular os cursos ofertados no âmbito do IFPA; descentralizar a gestão acadêmica dos cursos de EAD (e-Tec Brasil); consolidar os dados do SISTEC/EDUCACENSO 2012; monitorar o plano de melhorias dos cursos superiores; consolidar os dados do Censo Superior, construir a gestão acadêmica compartilhada de curso; garantir o desenvolvimento dos cursos superiores com qualidade desde sua concepção à efetivação dos Projetos Pedagógicos; mobilizar os gestores quanto à importância do trabalho coletivo na efetivação de uma formação de acadêmica de qualidade, esclarecer quanto à função social do IFPA assumida no estado do Pará para o atendimento a demanda regional; assessorar os câmpus na execução das ações e na construção de desempenho de indicadores de qualidade institucional.

Ações Planejadas

- Aprovação de projeto pedagógico de curso e autorização de funcionamento do curso por câmpus;
- Diretrizes da descentralização, elaboração do calendário e projetos de estágios supervisionados;
- Capacitação dos servidores responsáveis pelo gerenciamento do SISTEC e do preenchimento do EDUCACENSO 2012;
- Monitoramento das ações estratégias para a melhoria do desempenho dos cursos superiores
- Monitoramento do preenchimento do Censo Superior;
- Capacitação dos gestores de ensino acerca da importância da gestão compartilhada;
- Capacitação dos gestores de ensino sobre a dinâmica dos cursos superiores;
- Orientação quanto às ações estratégicas necessárias para o coordenador dos cursos obterem resultados satisfatórios;
- Orientação quanto à legislação em vigor e as diretrizes curriculares necessárias para o bom funcionamento dos cursos;
- Orientação quanto os trâmites necessários ao atendimento das exigências da regulação dos cursos superiores junto ao MEC.

2.1.1.4 Área de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão tem como objetivos estratégicos - institucionalizar a EAD em todos os campi, garantindo a institucionalização em pelo menos 4 campi anualmente; - apoiar a inserção do estudante no mercado de trabalho (Estágio e Emprego), buscando junto às empresas o aumento de vagas de estágio; - integrar ações de pesquisa e pós-graduação com as atividades de extensão, promovendo no mínimo 5 ações integradas anualmente; - desenvolver programas de extensão de caráter multicampi, realizando pelo menos 2 programas de extensão anuais; - buscar e criar fontes de financiamento para os projetos de extensão, alocando pelo menos uma nova fonte de financiamento a cada ano; - constituir equipe multidisciplinar para o gerenciamento da EAD, promovendo o acompanhamento das ações desenvolvidas nos Cursos da UAB-Universidade Aberta do Brasil, nos respectivos polos de apoio presencial; - fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA, atendendo à demanda de alunos vulneráveis sócio-economicamente; - implantar programas de acompanhamento de egressos, implementando programas em todos os campi até 2013; - promover cursos de extensão a pessoas com necessidades educacionais especiais, implementando pelo menos 5 cursos anuais em cada câmpus; - fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA, promovendo projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida; - oferecer cursos de extensão à comunidade em áreas especializadas, promovendo pelo menos 100 cursos até 2013; - promover a internacionalização do IFPA, difundindo junto aos campi a possibilidade de participação em ações internacionais.

Ações Planejadas:

- Implementação dos núcleos de educação à distância (EAD) nos campi;
- Realização de visitas a Instituições de renomado desenvolvimento em EAD;
- Viabilização de desenvolvimento do Projeto Arquitetônico do Prédio do Núcleo de EAD;
- Ampliação de parcerias para oferta de estágio curricular obrigatório aos discentes;
- Fortalecimento de parcerias para implantação do Programa de integração da Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos – PROEJA;
- Participação em eventos promovidos para o fortalecimento da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão;
- Implementação do Programa CentrAlCiência, com realização de pesquisa em 23 municípios acerca das cadeias produtivas e cadeias de saberes, para definição das áreas de ação cursos vocacionais e profissionalizantes a serem ministrados nesses municípios;
- Desenvolvimento e produção de recursos e instrumentos técnico-científico-educacionais e de divulgação institucional, voltados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais;
- Busca de parcerias para implantação do Programa Mulheres Mil, junto a Secretarias de Educação Municipais e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Incremento da participação do IFPA no Edital PROEXT MEC 2013, com vistas ao desenvolvimento de programas e projetos de extensão nas áreas de expertise do instituto;
- Promoção do Edital nº 16/2012 - Pró-Extensão/IFPA, visando incrementar, estimular e ampliar os projetos e ações de extensão do Instituto em todos os campi;
- Implantação da Rede Ciência para a Cidadania, do Programa CentrAlCiência, com vistas ao incremento das ações de EAD e, ainda, de promoção do ensino vocacional e profissionallizante nos vários municípios do estado;

- Realização de reuniões de acompanhamento das ações desenvolvidas nos Cursos da Universidade Aberta do Brasil – UAB, nos respectivos polos de apoio presencial;
- Instituição de programa de acompanhamento de permanências discente e política de egressos;
- Ampliação e fortalecimento das ações voltadas ao atendimento à pessoa com deficiência;
- Desenvolvimento de ações para efetivação do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES Técnico;
- Elaboração do Projeto Ciência & Tecnologia Sem Barreiras, submetido e selecionado no Edital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criando o Núcleo de Pesquisa, Desenvovimento e Inovação em Tecnologias Assistivas do IFPA, integrando a instituição à Rede Nacional prevista no Plano Viver Sem Limites do Governo Federal;
- Implantação do Programa Caravana da Ciência, com a implementação dos Laboratórios Móveis do CentrAlCiência visando a execução itinerante dos cursos vocacionais e profissionalizantes;
- Estabelecimento de parceria para oferta de cursos do Programa de Formação Profissional da Vale nos municípios de Belém, Canaã dos Carajás, Ourilândia e Parauapebas;
- Viabilização de parceria para oferta de cursos técnicos a funcionários da empresa Mineração Rio do Norte;
- Regulamentação da execução e acompanhamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- Participação em Reunião do Fórum de Relações Internacionais – FORINTER;
- Negociação de Acordo de Cooperação Internacional com Guiana Francesa;
- Formação do Comitê Gestor para a Internacionalização do IFPA;
- Seleção de Professores em participação em Programa de Treinamento de Professores de Inglês como Língua Estrangeira;
- Adesão e Implantação no IFPA do Programa Ciência Sem Fronteiras do CNPq/MCTI.

Análise Crítica

As ações da PROEXT previstas para 2013 visam solucionar todas as pendências legais encontradas em relação aos convênios, contratos e programas de responsabilidade da Pró-Reitoria, bem como promover ações visando o fortalecimento da extensão dentro do IFPA, levando as ações reais de extensão para todos o estado do Pará. Entre essas ações, se destacam a Institucionalização da EaD no IFPA, dotando todos os campi e Polos Avançados do IFPA de toda a infraestrutura necessária para viabilização da EaD, com central de armazenamento de dados e vídeoaulas, equipamento de videoconferência, rede de internet via satélite, biblioteca digital; levar o PRONATEC a todo o estado do Pará, com oferta de cerca de 15000 vagas em 2013, com mais de 260 cursos de formação profissional; aquisição de laboratórios móveis de informática, para promover a inclusão digital da população paraense; ampliação da oferta do Programa Mulheres Mil, que a partir de 2013 será inserido no Programa Bolsa Formação PRONATEC.

2.1.1.5 Área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica tem como objetivo estratégico promover a pesquisa científica e tecnológica, o ensino de Pós-Graduação e a qualificação, bem como implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

Ações Planejadas

- Captação de bolsas juntos as agências de fomento;
- Lançamento de editais para concessão de bolsas de iniciação científica;
- Prestação de assessoria aos Diretores de Pesquisa dos campi para a implantação dos PIBICTI;
- Lançamento de edital para compra de equipamentos para pesquisa;
- Lançamento de edital para custear a participação em eventos científicos;
- Realizar o IV SICTI no câmpus Industrial Marabá;
- Ampliar o número de convênios de cooperação técnico-científico-educacional para o desenvolvimento de pesquisa, pós-graduação e inovação em rede, e para qualificação de servidores em níveis de mestrado e doutorado;
- Implantar pelo menos um mestrado profissionalizante, priorizando as vocações regionais e o potencial de professores doutores nos campi;
- Promover cursos e oficinas sobre redação de patentes, proteção à propriedade intelectual, lei do bem e de inovação, para todos os pesquisadores pertencentes a grupos de pesquisa do IFPA;
- Promover Curso de Especialização em Gestão da Inovação em parceria com a REDE NAMOR;
- Promover eventos para a disseminação da cultura de Inovação em todos os campi;
- Realizar eventos nos campi do interior para esclarecer questões pertinentes a Propriedade Intelectual;
- Estruturar um arranjo organizacional de apoio ao NIT nos diversos campi;
- Celebração de convênios de cooperação técnico-científico com IES do Pará e do Brasil;
- Articular em rede com outros NIT's de instituições superiores públicas;
- Propor ao CONSUP normativas que discipline a Inovação Tecnológica no âmbito do IFPA;
- Estimular a incubação de empresas e o empreendedorismo no âmbito do IFPA;
- Proteger as criações produzidas no IFPA através do Registro correspondente.

Análise Crítica/considerações setoriais

O planejamento estratégico da PROPPG foi baseado no PDI e nos objetivos institucionais estabelecidos no estatuto e no regimento geral do IFPA para o atingimento das metas para 2012. Os cenários diagnosticados quando da realização do planejamento foram:

- Falta de corpo docente qualificado para desenvolver projetos de pesquisa e criação de cursos de pós-graduação;
- Falta de um sistema informatizado que integre as ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Cultura exclusivista ao ensino profissionalizante de nível médio e de graduação;
- Falta de definição das linhas de pesquisa prioritárias;
- Falta de incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- Falta de um diagnóstico dos projetos de pesquisa em andamento no IFPA;
- Falta de uma avaliação da produção dos grupos de pesquisa do IFPA;
- Falta de normatização da distribuição de carga horária de trabalho docente nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Falta de um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

Em função do cenário diagnosticado foram planejadas estratégias para atingir os objetivos pretendidos as quais serão detalhadas posteriormente.

2.1.1.6 Área de Gestão de Pessoas

A DPG em seu planejamento estratégico buscou atender as ações previstas no PDI 2009-2013 do IFPA que por sua vez atenderia aos objetivos institucionais estabelecidos no estatuto e no regimento geral do IFPA para o atingimento das metas para 2012.

Ações Planejadas

- Aumento o quadro de docentes e técnicos-administrativos proporcionalmente à expansão do Instituto;
- Promoção da qualificação de 80 (oitenta) por cento do quadro de pessoal, até 2013, para atendimento das políticas de inclusão social do Instituto, assim como, no período, aumentar em pelo menos 11 (onze) especialistas e vinte por cento dos servidores técnico-administrativos em gestão pública do quadro de pessoal para o atendimento às políticas de inclusão social do IFPA;
- Incentivo a qualificação de vinte por cento do quadro de docentes para titulação de especialista, mestre e/ou doutor, por meio de elaboração?.
- Realização em todos os campi, no mínimo duas ações ao ano de promoção à saúde do trabalhador, no mínimo duas ações de orientação à carreira do servidor público.
- Adesão a um programa de desburocratização e excelência na Gestão Pública.
- Implantação do SIPAC Sistema de Administração e Acompanhamento de Processos.
- Redimensionamento da força de trabalho.
- Busca de padronização dos procedimentos e serviços da DGP.
- Gestão da Qualidade de Vida
- Execução ou Realização de concurso publico
- Contratação de professor substituto
- Criação da política de incentivo a qualificação do quadro de pessoal.
- Acompanhamento do Curso de especialização em Gestão Publica dos Servidores técnicos-administrativos.
- Realização de exames periódicos, de capacitação sobre a carreira de TAE com foco na CIS – Comissão Interna de Supervisão, da promoção de Exame Médicos Periódico, de Realizar Pericia Médica, além de operacionalização do lançamento da Per capita- Saúde Suplementar
- Acompanhamento dos procedimentos da área de gestão de pessoas no âmbito da Reitoria e dos Campi,
- Levantamento do quantitativo do pessoal cargo a cargo dos câmpus visando a realização de concurso publico.
- Padronização dos procedimentos de Remoção do servidor.
- Implantação do SIGA-RH, assim como treinamento de servidores do IFPA junto a UFRN regerente a implantação do sistema integrado de gestão de pessoas no SIPAC
- Criação da Comissão de Segurança e Prevenção de Riscos no Trabalho.
- Valorização do quadro de servidores.
- Treinamento SIAPE Saúde módulo Pericia Médica.

Análise Crítica

Várias ações foram executadas ao longo de 2012. Infelizmente, como já foi dito antes, a ausência de um Planejamento Estratégico Setorial, formal, impediu que pudéssemos ter uma visibilidade maior sobre a eficiência, eficácia, efetividade e os impactos das estratégias adotadas naquele ano.

Nada obstante, a partir das ações identificadas no levantamento de informações antes referido, em alinhamento com os Objetivos Estratégicos do IFPA.

Os dados coletados nos mostram que prioritariamente a DGP empenhou-se em 2012 em qualificar o quadro de servidores e executar as políticas relacionadas à saúde do trabalhador.

Desta forma, para 2013, fica patente a necessidade de realizarmos o Planejamento Setorial Anual, para que possamos avançar com mais objetividade na execução das ações estratégicas a cargo desta Diretoria, na parte que nos compete no cumprimento de Missão Institucional.

2.1.1.7 Área da Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como objetivo estratégico subsidiar no âmbito institucional, por meio de ferramentas e logística tecnológica necessários ao atendimento dos objetivos estratégicos das demais áreas de atuação do IFPA prestando assessoramento técnico à Reitoria, Pró-Reitorias e Câmpus em questões diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão, de uma determinada área de interesse institucional, responsabilizando-se pelo estabelecimento de princípios, diretrizes, planejamento e avaliação de projetos implementados de forma integrada pelos Câmpus no que tangue ao uso e aos desenvolvimentos do ferramental tecnológico a gestão macro e micro.

Ações Planejadas

- Expandir o EAD nas regiões do Pará que não têm cobertura para atender as necessidades locais;
- Diminuir os índices de evasão;
- Manter atualizado o site do instituto;
- Consolidar a ferramenta WIKI IFPA;
- Implantar sistemas de acompanhamento e avaliação da gestão pública;
- Implantar melhorias nos setores ligados e de apoio ao ensino;
- Construir uma rede sólida para a realização de pesquisas organizacionais;
- Reduzir custos;
- Investir na valorização do servidor;
- Fortalecer a segurança digital nos sistemas gerenciais e redes (dados e voz);
- Disponibilizar sistemas de informação gerenciais para subsidiar a gestão;
- Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para subsidiar a integração entre os campi e reitoria;
- Manter atualizado o site do instituto;
- Fornecer dados de gestão aos Órgãos de Controle Interno e Setores do IFPA.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos
2.2.1 Estratégias Adotadas

2.2.1.1 Área da Administração Orçamentária e Financeira

As Atividades estratégicas para a execução orçamentária, financeira, de contratos, planejamento, aquisições, patrimônio, almoxarifado, licitações, pregões, cotações, enfim, todos os procedimentos para a funcionalidade das Unidades do IFPA, foram sistematizadas e acompanhadas a partir de cronogramas estabelecidos pela PROAD, capacitando servidores em suas áreas de atuação nos Campi, dando suporte técnico, no sentido de acompanhar e monitorar, sistemáticamente, ações.

Os procedimentos realizados estão relacionados com as rotinas diárias de cada atividade, colocando o servidor para vivenciar situações do dia-a-dia em sua área de atuação, mostrando as legislações e suas responsabilidades com a Administração Pública, onde foram estabelecidas diretrizes e metas 2012.

O Planejamento de Gestão Orçamentária 2012 do IFPA foi elaborado com base em princípios de gestão democrática e de planejamento participativo, envolvendo a Reitoria e os Campi Belém, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí. Cabendo à Pró-Reitoria de Administração coordenar as ações, juntamente com a Diretoria de Planejamento e Orçamento, e os Diretores Administrativos como representantes dos Campi.

Na execução do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará , através da Ação de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que objetiva a Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, visando atender o Termo de Metas do Governo Federal, ficou proposto a viabilização de recursos para implantação de cinco novos Campi; foram realizadas licitações para Construção dos Campi de Cametá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas e Ananindeua;

Na Ação de Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica, que objetiva garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino, foram otimizadas as execuções dessa ação com a solicitação de crédito suplementar junto a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Ainda dentro deste contexto podemos citar:

- Realização de procedimentos de descentralização e monitoramento a execução de recursos destinados às Unidades do IFPA, bem como dos recursos financeiros voltados a promoção da formação inicial e continuada de professores, servidores e gestores, em articulação com os sistemas de ensino estadual e municipal, nas modalidades à distância, semipresencial e presencial, além da execução e acompanhamento financeiro dos recursos destinados aos Programas de Governo, dentre eles: PARFOR, PROCAMPO, E-TEC, UAB, PRONATEC;
- Concretização de contratação e manutenção dos serviços terceirizados referentes a mão de obra, à infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto;
- Aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, de veículos;
- Capacitação de recursos humanos, entre outros.
- Participação em órgãos colegiados institucionais e Nacionais, além de eventos setoriais e nacionais.

Análise crítica

A dotação orçamentária, no momento da sua construção, foi estudada e construída por uma comissão representada por reitores e pró-reitores, baseados em um limite orçamentário pré-determinado pelo Ministério da Educação, do qual foi estruturado de forma proporcional aos números de alunos e o tipo de curso que são ofertados por cada uma das Unidades Orçamentárias (UO). Entretanto, a expansão da rede federal de ensino Tecnológico implantado pelo governo federal, trouxe alguns desafios no que diz respeito às novas Unidades Gestoras (câmpus) criadas sem o número suficiente de aluno para sua manutenção, ou seja, sem orçamento proporcional aos alunos matriculados, provocando um esforço maior na distribuição das Unidades Gestoras que já estavam em pleno funcionamento.

O comportamento orçamentário em relação ao ano anterior, sofreu um pequeno aumento, entretanto, este aumento já era previsto, até porque toda rede federal de ensino técnico profissional está em plena expansão fato que por si só requer mais materiais e serviço e principalmente o aumento do número do quadro de pessoal.

As Principais alterações relevantes na dotação orçamentária de 2012 em relação ao exercício de 2011 estão ligadas ao aumento do número de alunos matriculados e um aumento da folha de pagamento, provocado pela criação e consolidação dos novos campi, corroborando com a política de expansão da rede federal de ensino tecnológico implantado pelo Governo Federal.

As principais dificuldades encontram-se basicamente em falta de pessoal suficiente para fomentar esta expansão a qual estamos passando, sobrecarregando alguns setores e profissionais nos diversos níveis da instituição, mesmo com essa carência de pessoal, e considerando a questão da intervenção, a execução orçamentária alcançou o patamar de 97%.

2.2.1.2 Área do Desenvolvimento Institucional

As seguintes estratégias foram adotadas para o alcance dos objetivos:

- Implantação do planejamento integrado e participativo, articulando as demandas sociais e institucionais e pensamento estratégico, por meio da implementação de programas de melhorias de processos e aperfeiçoamento da gestão, além da realização de estudos e pesquisas institucionais sobre assuntos acadêmico-administrativo tais como: EGRESSO, situação de Ingressantes e matriculados, gestão das ações do IFPA na LOA 2011 e Indicadores Institucionais, perfil da participação do IFPA nos programas e ações do Governo registrado no SIMEC em 2011 e 2012, levantamento de dificuldades institucionais (Estrutura, organização e funcionamento das ações por área de atuação), Organização do Processo de Prestação de Contas Anual, exercício 2011, Atualização do Guia do Relatório de Gestão, compatibilidade numérica de alunos matriculados na base de dados institucional (SCA) e externa (SISTEC);
- Participação em grupos de trabalho institucionais: Comissão Geral de Prestação de Contas do IFPA, Comissão Geral do Programa de Gestão Ambiental do IFPA, Comissão Geral de Implantação do SIG IFPA, Grupo Gestor (Reitoria) do PRONATEC, Grupo Gestor do Programa de Internacionalização (Ciências sem Fronteiras), Grupo de Trabalho do Programa de Captação e Retenção de aluno (apenas iniciada fase de capacitação de servidores representantes de cada pró-reitoria), Grupo de Pesquisa sobre avaliação dos egressos do Integrado, Comissão FIES Técnico – PRONATEC: Avaliadores para Habilitação de Instituições privadas de Ensino Técnico;
- Fomento a normatização e a padronização/compatibilização dos procedimentos de atualização, alimentação e acompanhamento de dados acadêmicos institucionais nos sistemas de informação, acompanhamento, avaliação e regulação do desempenho da

Educação Profissional e Tecnológica no IFPA por órgãos do governo SETEC, INEP e MEC, tais como os dados dos campi informados aos sistemas: e-MEC (Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Processos que Regulam a Educação Superior no Brasil, ENADE), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2012, SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, EDUCACENSO (Censo da Educação Básica 2012) e CENSUP (Censo da Educação Superior 2011) em parceria com demais setores da PRODIN, Pró-Reitorias e diretorias sistêmicas;

- Fomento a normatização e a padronização/compatibilização/Atualização e/ou reformulação da base de dados institucionais no Sistema de Controle Acadêmico (SCA) em relação aos demais sistemas externos como SIG, SISTEC, SIMEC em parceria com demais setores da PRODIN, Pró-Reitorias e diretorias sistêmicas;
- (Re)elaboração de um Sistema/Programa integrado de Pesquisa e Avaliação Institucional e do Observatório Institucional;
- Realização de atividades preparatórias início dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício 2012 do IFPA, com a consequente proposição de criação da comissão permanente para tal assunto;
- Realização de capacitação de servidores em cursos de curta duração sobre Avaliação Institucional e Direito Educacional, além de outros Cursos e Eventos externos, como: Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica em Florianópolis;
- Promoção em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino da capacitação e orientação para multiplicadores e operacionalização dos sistemas SISTEC e EDUCACENSO aos representantes de pelo menos um servidor por cada Câmpus.

2.2.1.3 Área do Ensino

As seguintes estratégias foram adotadas para o alcance dos objetivos:

- Foram realizadas análises e aprovações de projetos pedagógicos de cursos técnicos e superiores, que culminaram em atos de regulamentação por meio de autorização de funcionamento do curso por câmpus pelo CONSUP;
- Estabeleceu-se diretrizes para descentralização, onde se elaborou um calendário e projetos de estágios curricular supervisionados;
- Realização de capacitação dos servidores responsáveis pelo gerenciamento do SISTEC e do preenchimento do EDUCACENSO 2012, monitoramento das ações estratégias para a melhoria do desempenho dos cursos superiores e do preenchimento do Censo Superior; capacitação dos gestores de ensino acerca da importância da gestão compartilhada, assim como, sobre a dinâmica dos cursos superiores, além de orientação quanto às ações estratégicas necessárias para os coordenadores de cursos obterem resultados satisfatórios; orientação quanto à legislação em vigor e as diretrizes curriculares necessárias para o bom funcionamento dos cursos técnicos e ou superiores, bem como quanto aos trâmites necessários ao atendimento as exigências da regulação dos cursos superiores junto ao MEC.

2.2.1.4 Área da Extensão

As seguintes estratégias foram adotadas para o alcance dos objetivos:

- Celebração de Convênios e Acordos: Cooperação Técnica com a Eletronorte, para oferta estágio curricular obrigatório aos discentes do IFPA; Acompanhamento das parcerias efetivadas entre os campi do IFPA, voltadas à oferta de estágio curricular obrigatório; implantação do programa de integração da educação básica na modalidade de educação para jovens e adultos (PROEJA); oferta de cursos técnicos de nível médio, voltados para formação profissional e de nível superior, com entidades públicas e privadas como: VALE (nos municípios de Belém, Canaã dos Carajás, Ourilândia e Parauapebas), Mineração Rio do Norte (cursos técnicos a funcionários da empresa), e prefeituras municipais; Negociação de Acordo de Cooperação Internacional com Guiana Francesa; Cooperação França-Brasil para a educação profissional e tecnológica.
- Fomento a ações de extensão: Elaboração do Edital nº 16/2012 - Pró-Extensão; Participação de alunos do IFPA, em estágio internacional através do Ciência sem Fronteiras; Realização de pesquisa de demanda de cadeias produtivas em 23 municípios; Desenvolvimento de instrumentos técnico-científicos, educacionais e de divulgação; instrumentalização do laboratório científico-pedagógico do CentrAlCiência.
- Participação em eventos: I seminário de iniciação científica, tecnológica e inovação do câmpus Conceição do Araguaia; 1º seminário de extensão e estágio do câmpus Altamira; II encontro sobre o ensino do IFPA; Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica; Participação em Reunião do Fórum de Relações Internacionais – FORINTER; Reunião de Planejamento do IV SICTI, PROEXT MEC 2012; curso de capacitação em retenção de alunos e política de egressos; II seminário de inclusão social promovido pela defensoria pública de Barcarena, I encontro da rede nacional de núcleos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia assistiva; reuniões de planejamento no câmpus (Tucuruí), aulas inaugurais dos cursos e solenidades de entrega de certificados(Abaetetuba, Cuiarana) do PRONATEC; reuniões no instituto federal do Paraná sobre tecnologias aplicáveis à EAD; reunião de negociação para a expansão do programa, com sociedade civil e lideranças comunitárias de Altamira; Solenidades de formatura do curso de Pedagogia, no Pará (Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Moju, Muaná, Redenção, Salinópolis e Tucumã), e em Roraima (Bonfim, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis e Uiramutã); reuniões voltadas à produção do relatório de gestão – exercício 2012;
- Participação e submissão de propostas a Editais: PROEXT MEC 2012; Projeto de Implantação da Rede Ciência para a Cidadania; Submissão do Projeto Ciência Sem Barreiras; Programa Caravana da Ciência.
- Produção e execução dos editais nº 001, 002 e 003/2012/PROEXT/Reitoria (seleção de servidores para atuar no PRONATEC),
- Visita de acompanhamento e avaliação: pólos de apoio presencial da UAB, nos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia e Tucumã,
- Aquisição de equipamentos para implantação do sistema de vídeo conferência do IFPA e levantamento de materiais permanentes da pró-reitoria;
- Confecção de 1.200 uniformes escolares (camisas);
- Repasse de material didático-pedagógico aos campi;
- Proposição de inicialização do certame licitatório para execução dos projetos de engenharia e complementares, relativos ao prédio do centro de EAD;
- Oferta do programa mulheres mil nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural, Santarém e Itaituba;

- Discussão sobre a formalização do convênio com a fundação Arthur Bernardes, elaboração da minuta e submissão ao Conselho Superior;
- Desenvolvimento de cursos: Capacitação de professores de estágio supervisionado; Seleção de Professores em participação em Programa de Treinamento de Professores de Inglês como Língua Estrangeira; Realização de 31 cursos/oficinas profissionalizantes presenciais Elaboração de projetos pedagógicos de cursos de Formação Continuada (80h), Aperfeiçoamento (180h) e Especialização (390h);
- Envolvimento em comitês e comissões: Formação do Comitê Gestor para a Internacionalização do IFPA; composição da comissão do Relatório de Gestão; composição da comissão de avaliação do fundo de financiamento estudantil – FIES Técnico;
- Patrimônio: Realização do levantamento de materiais permanentes da Pró-Reitoria.

Análise Crítica

Os objetivos estratégicos de 2012 foram prejudicados devido aos problemas com a intervenção do Ministério Público Federal no IFPA e na FUNCEFET, o que afetou todos os convênios de cooperação que tinham a interveniência da FUNCEFET. As ações estratégicas adotadas pela PROEXT para o atingimento dos objetivos estratégicos no exercício de 2012 visaram, inicialmente, a solução desses problemas e, posteriormente, a continuidade e ampliação dos programas e projetos. As ações tiveram bom êxito.

2.2.1.5 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

As seguintes estratégias foram adotadas para o alcance dos objetivos:

- Promoção, acompanhamento e normatização para fomento das ações de pesquisa, por meio de captação de bolsas de iniciação científica junto às agências de fomento, lançamento de editais para concessão das bolsas de iniciação científica, auxílio financeiro para participação de servidores (professores e técnico-administrativos) em eventos científicos e financiamento para compra de equipamentos para pesquisa, além de prestação de assessoria aos diretores de pesquisa dos campi a respeito da implantação dos PIBICTI e da realização de evento anual científico institucional, o IV SICTI que em 2012 ocorreu no câmpus Industrial Marabá.
- Estabelecimento, e/ou ampliação do número, de convênios de cooperação técnico-científico-educacional com IES do Pará e do Brasil para o desenvolvimento de pesquisa, pós-graduação e inovação em rede, e para qualificação de servidores em níveis de mestrado e doutorado.
- Promoção de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, por meio da realização do curso de Especialização em Gestão da Inovação em parceria com a REDE NAMOR e com a implantação do primeiro curso de mestrado profissionalizante da instituição, priorizando as vocações regionais e o potencial de professores doutores no câmpus de Castanhal;
- Implementação, por meio da proposição da estruturação de um arranjo organizacional de apoio ao NIT, nos diversos campi, de forma articulada em rede com outros NIT's de instituições superiores pública;
- Promoção e disseminação da cultura de Inovação em todos os campi, por meio da realização de cursos, oficinas sobre redação de patentes, proteção à propriedade

intelectual, lei do bem e de inovação, para todos os pesquisadores pertencentes a grupos de pesquisa do IFPA, além do aprofundamento das orientações aos campi sobre as questões pertinentes à propriedade intelectual, à proteção das criações produzidas no IFPA, através do Registro correspondente, estimulação à incubação de empresas e ao empreendedorismo no âmbito do IFPA, bem como a submissão ao CONSUP de normativas que discipline a Inovação Tecnológica no âmbito do IFPA.

Análise Crítica

Para o alcance das metas na érea de pesquisa a principal mudança foi à criação da Coordenação dos programas institucionais de bolsa de iniciação científica, tecnológica e de inovação - PIBICTI. A realização de um cuidadoso planejamento orçamentário e o acompanhamento periódico dos docentes em qualificação foram fundamentais para a manutenção e ampliação das ações de qualificação dos servidores. A principal restrição para o alcance das metas de inovação foi a falta de recursos humanos.

2.2.1.6 Área de Gestão de Pessoas

Entre as políticas adotas para atingimento dos objetivos estratégicos podemos citar:

- Estabelecimento de parcerias, por meio de contato direto com a PROEN para obter informações sobre a demanda das áreas da educação do quadro docente;
- Realização de Levantamento da demanda de cursos de capacitação e pós-graduação entre servidores do quadro permanente;
- Acompanhamento da Saúde dos Servidores nos Campi;
- Promoção da saúde e segurança do Trabalho no Câmpus;
- Promover a avaliação de desempenho dos servidores

Análise critica:

Como o macroprocesso Gestão de Pessoas está presente em toda a estrutura do IFPA, naturalmente se trabalhou de forma sinergética com as assessorias das Pró-Reitorias, Procuradoria, Diretorias Gerais e coordenações dos campi, de forma que as políticas institucionais a cargo da DGP pudessem ser implementadas e executadas em 2012. Na busca de superarmos as dificuldades encontradas no atendimento das demandas do dia-a-dia e ao mesmo tempo capacitando a nova equipe da DGP, procurou-se desenvolver a padronização dos procedimentos administrativos e aprimoramento dos fluxos de trabalho, assim como realizar treinamentos para os servidores.

2.2.1.7 Área da Tecnologia da Informação

As estratégias traçadas para o alcance dos dos objetivos foram as seguintes:

- Contratação de links de Internet pelo próprio Câmpus
- Solicitação de contratação de links através da RNP
- Fazer aquisição de dispositivos para facilitar o acesso aos sistemas para PNE

- Realização de treinamento de pessoal dos setores do IFPA para atualização do site institucional;
- Fazer a aquisição de software específico para utilização do formato flipage.
- Realização de treinamento específico dos setores para uso dos sistemas SIMEC, SISTEC e Sistema de Compras por Registro de Preços do MEC;
- Adesão ao Projeto SIGA-EPT.
- Estabelecimento de prazos para abertura e fechamento do Sistema Acadêmico;
- Estabelecimento de normas específicas para cumprimento de prazos e sanções em caso de não cumprimento;
- Fazer a implantação do Sistema Pergamum (Bibliotecas);
- Manter atualizado o SCA.
- Fazer adesão ao serviço FONE@RNP;
- Instalação de servidores com sistemas livres;
- Fomentar a utilização de ferramentas para escritório gratuitas.
- Garantir duas vagas por Câmpus para capacitação na Escola Superior de Redes – RNP.
- Fazer a adesão ao Projeto ICP-EDU.
- Implantar Sistema Integrado de Gestão do IFPA, em convênio com a UFRN.
- Definição de padrões de equipamentos e software para padronizar as aquisições nos Câmpus e garantir interoperabilidade dos sistemas;
- Implantar pelo menos 2(dois) links de Internet por Câmpus.
- Realizar treinamento com pessoal de Marketing para manutenção do site institucional.
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão para uso em todos os Campi do IFPA;
- Disponibilizar informações do SIG na Internet.

2.2.2 Avaliação de Risco

2.2.2.1 Área da Administração Orçamentária e Financeira

Quanto à avaliação dos riscos que podem comprometer as metas institucionais, a PROAD não formalizou os riscos de forma sistemática, no entanto conta com o apoio da Unidade de Auditoria Interna para monitoramento dos controles internos, todos os processos de aquisição de bens/serviços e de construção de obras de engenharia que são encaminhados e analisados pela Procuradoria Federal junto ao IFPA, assim como os aditivos. Iniciou-se um processo de regulamentações, com implementações imediatas a partir do 2º semestre/2012, outros ainda em construção, visando regulamentar atividades que contribuam para a prevenção de riscos e prejuízos ao patrimônio público. As minutas de normativas internas da instituição vem sendo discutidas em reuniões com os gestores e disponibilizadas para contribuições e, posteriormente, encaminhadas ao Conselho Superior para aprovação, em alguns casos. Nas reuniões do Colégio de Dirigentes, além de assuntos pontuais de sua competência o espaço é aproveitado para discutir ações de planejamento e avaliações de riscos, que são devidamente registradas nas Atas das reuniões.

2.2.2.2 Área do Desenvolvimento Institucional

Os riscos avaliados por esta diretoria foram os seguintes:

- Inexistência de planejamento integrado e participativo em virtude do modelo de gestão vigente;
- Imediatismo na implantação de programas do governo sem tempo hábil para um planejamento adequado;
- Distâncias territoriais/geográficas dos câmpus do IFPA;
- Limitação orçamentária e financeira da PRODIN;
- Dificuldades de monitoramento das políticas públicas considerando o número reduzido de servidores;
- Falta de articulação pra buscar recursos;
- Desconhecimento sistematizado, sobre aspectos sócios econômicos do estado e seus arranjos produtivos locais (APL's);
- Baixa capacitação em gestão;
- Sistema incipiente de informação gerencial.

2.2.2.3 Área do Ensino

- Falta de um planejamento integrado e participativo para o ensino, em virtude do modelo de gestão vigente, que articulasse o tripé ensino, pesquisa e extensão;
- Falta de normativas e regulamentos das ações docentes e de procedimentos acadêmico-administrativos.
- Dependência da gestão administrativa-financeira dos câmpus quanto a implantação de infraestrutura voltada para o ensino como aparelhamento de bibliotecas e laboratórios, adequações de salas de aulas, etc;
- Dependência da gestão administrativa-financeira dos recursos para diárias e passagens e suprimentos de fundos dos câmpus para realização das ações presenciais do ensino de EAD;
- Baixo empenho dos coordenadores de cursos no processo ensino-aprendizagem, no atendimento aos pareceres técnico-pedagógicos, no engajamento ao alcance dos objetivados pela instituição;
- Necessidade de mais envolvimento dos responsáveis pelo gerenciamento do sistema e-Mec, Sistec, Educacenso, Censo Superior;
- Baixa dependência do empenho dos coordenadores e gestores acadêmico dos cursos nos câmpus;
- Baixo compromisso de gestores, técnicos e docentes na atualização e gerenciamento da vida acadêmica dos discentes na instituição.

2.2.2.4 Área da Extensão

- Inexistência de planejamento integrado e participativo em virtude do modelo de gestão vigente;
- Imediatismo na implantação de programas do governo sem tempo hábil para um planejamento adequado;
- Distâncias territoriais/geográficas dos câmpus do IFPA;
- Limitação orçamentária e financeira;

- Dificuldades de monitoramento das políticas públicas considerando o número reduzido de servidores;
- Falta de articulação para captação de recursos;
- Desconhecimento sistematizado, sobre aspectos sócios econômicos do estado e seus arranjos produtivos locais (APL's);
- Baixa capacitação técnica em gestão
- Sistema incipiente de informação gerencial.
- Apreensão de documentos pela CGU;
- Impossibilidade de exequibilidade dos convênios firmados, face à suspensão das atividades da FUNCEFET;
- Ausência de regime de colaboração integrada por parte de alguns Campi, pois agem como instituições isoladas/independentes, e não como unidades do IFPA dentro do processo de gestão institucional.

2.2.2.5 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

Os riscos avaliados foram os seguintes:

- Não lançamento de editais e/ou não aprovação da proposta da instituição pelas agências de fomento;
- Não concessão de todas as bolsas disponíveis;
- Problemas de comunicação e logística;
- Problemas com o orçamento disponível;
- Não comprometimento dos docentes na avaliação dos trabalhos científicos;
- Problemas com a logística do IV SICTI;
- Problemas com convênios em andamento;
- Falta de docentes suficientes com doutorado;
- Falta de infra-estrutura nos campi;
- Problemas com o orçamento disponível e logística;
- Atraso na avaliação dos setores administrativos do IFPA;
- Falta de recursos humanos nos campi;
- Falta de recursos humanos no NIT;
- Atraso na avaliação dos setores administrativos do IFPA;
- Ausência de criações.

2.2.2.6 Área de Gestão de Pessoas

Entre os riscos Avaliados por esta Diretoria podemos citar:

- Quadro de Pessoal reduzido
- Falta de recursos financeiros para capacitação e qualificação de servidores.
- Quadro de Pessoal reduzido
- Centralização das ações na DIGEP- Reitoria
- Quadro de Pessoal reduzido;
- Falta de qualificação técnica;
- Inoperância da DIGEP - Reitoria
- Falta de planejamento dos setores e Coordenações;
- Os servidores não tomam a iniciativa em deflagrar o processo avaliativo.

2.2.3 Revisão de Macroprocessos Internos

2.2.3.1 Área da Administração Orçamentária e Financeira

A execução dos macroprocessos no exercício de 2012 ocorreu de forma articulada, seguindo as competências, diretrizes e princípios estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Pró-Reitoria de Administração Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, planejamento, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFPA, gerenciando e otimizando com responsabilidade os recursos públicos; fomentando a valorização do servidor; elaborando diretrizes e ações de ordem orçamentária e financeira para o fomento da gestão do IFPA; fomentando a formação continuada de gestores do IFPA, dentre outras.

2.2.3.2 Área do Desenvolvimento Institucional

Na área do desenvolvimento Institucional houve uma ampla revisão dos seus macroprocessos o que impactou inclusive na alteração da estrutura organizacional da Pró-Reitoria responsálvel, a PRODIN, com a extinção da Diretoria de Pesquisa Diagnóstico e Avaliação (DPDA) e reorganização da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDIN), que aglutinou os processos de desenvolvimento de pesquisa e avaliação institucionais da diretoria extinta, assim como houve a criação da Coordenação de Normas e Procedimentos. Além disso, ocorreu a transferência dos macropocessos de “registro e indicadores acadêmicos” e de “assistência ao educando”, “de CENTRAL CIÊNCIA” com os respectivos setores DRIAC, Assistência Estudantil e Central Ciência à PROEN.

2.2.3.3 Área do Ensino

Foram incorporados de outras pró-reitorias subáreas de atuação ligadas ao ensino, tendo em vista promover uma articulação entre os diferentes níveis de educação e modalidades de ensino, incorporando-se ao Pró-Reitoria de Ensino do IFPA as coordenações do Programa UAB e e-Tec Brasil. Além disso, incorporou-se, também, as coordenações de Assistência ao Educando e de Ações Inclusivas com vista a substanciar as políticas de ensino voltadas a permanência e assistência do educando durante seu tempo de formação. Outro setor incorporado à Pró-reitoria de Ensino, no que concerne a gestão e controle, foi o setor de registro acadêmico, visto que a vida do estudante durante seu tempo de formação precisa estar devidamente registrada em formatos e arquivos específicos.

Além disso, houve reelaboração das estratégias no que tange a gestão do ensino na instituição e a forma de sua execução desempenhada pelos câmpus, seja da Educação básica, seja da Educação Superior, promovendo-se adequações nos planos dos cursos oferecidos na instituição.

2.2.3.4 Área da Extensão

Houve a necessidade de:

a) criação da regulamentação para os processos relacionados à extensão no IFPA;

b) repasse de ações de extensão anteriormente executadas pelos campi de forma não integrada à gestão direta da PROEXT.

2.2.3.5 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

Foram desenvolvidas revisões de macroprocessos internos, tais como, melhoria do acompanhamento dos editais das agências de fomento; lançamento de outras chamadas até a concessão de todas as bolsas de iniciação científica; planejamento das ações das diretorias e assessorias em consonância com planejamento orçamentário e de logística previamente definido de acordo com o orçamento institucional; ampliação do quadro de avaliadores; revisão de convênios com a devida solução das pendências; acompanhamento do retorno de docentes da qualificação com o título de doutor; adequação da política de Inovação; lançamento de edital para compra de equipamentos para fomento das ações de pesquisa e inovação tecnológica, além da intensificação das atividades de estímulo à inovação; adequação do projeto de cursos de especialização; realização do planejamento integrado com os campi, participação na ação de planejamento de distribuição de servidores da Reitoria.

2.2.3.6 Área de Gestão de Pessoas

A revisão dos de macroprocessos internos da DGP concentraram-se nas questões como: a criação da comissão do concurso junto a PROEN; a realização de levantamento de demanda sobre ___, que foi realizada, porém há a necessidade de se alocar, previamente, os recursos financeiros disponíveis para a ação de formação e desenvolvimento de servidores; revisão dos procedimentos de __ em que teve início a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para formação da Unidade do SIASS/UFPA; na Instituição da Comissão de Risco Ambiental de Trabalho; ale da revisão de estratégias de r a sensibilização junto ao quadro de servidores, para que coordenadores e coordenados insiram a avaliação de desempenho em sua agenda de prioridades.

2.2.4 Adequação nas Estruturas

Ocorreu uma reordenação do escopo de atuação das áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, consequentemente, reestruturação da organização do organograma e das ações setoriais. Houve ainda, a continuidade das ações referentes ao desenvolvimento de tecnologias.

2.2.4.1 Área do Desenvolvimento Institucional

a) Redução no quadro de servidores.
b) Alteração da estrutura organizacional da PRODIN com a extinção da DPDA e reorganização da DDIN, que aglutinou os processos da DPDA e criou outros Coordenação de Normas e Procedimentos e repasse da DRIAC e Assistência Estudantil a PROEN.

2.2.4.2 Área da Extensão

a) Redução no quadro de servidores;
b) Apreensão de documentos pela CGU;
c) Impossibilidade de exequibilidade dos convênios firmados, face à suspensão das atividades da FUNCEFET.

2.2.4.3 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

a) Criação da Coordenação PIBICTI;
b) Criação da comissão organizadora do IV SICTI.

2.2.4.4 Área de Gestão de Pessoas

a) Reestruturação da Coordenação Geral de Saúde e Qualidade de Vida
b) Criação de um setor de segurança e saúde no trabalho

2.2.5 Divulgação Interna

De forma geral, a divulgação interna ocorreu a todas as áreas da instituição de tal modo que os principais meios foram: o site do IFPA, reuniões de trabalho, e-mail, sistemas e outros ferramentais institucionais, eventos/encontro especializado de cada área, além de documentos diversos de circulação institucional, como: Instrução Circular, Memorandos, Portarias, Boletins de serviços, entre outros.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

2.3.1 Resultado das ações planejadas

De modo geral, as ações planejadas foram realizadas a contento, tendo em vista que as áreas finalísticas e de apoio da instituição contribuíram para o atingimento da política e da missão do IFPA para a formação profissional técnica e tecnológica. Contudo, há necessidade de ampla reavaliação dos processos de planejamento e seu acompanhamento de forma sistêmica e integrada.

Dentro deste contexto, no ano de 2012, o IFPA procurou atender às demandas e necessidades sociais e governamentais, onde de tal forma podemos visualizar nos resultados alcançados pelas:

2.3.1.1 Área da Administração Orçamentária e Financeira

O IFPA, até a elaboração da matriz orçamentária 2012, realizava a construção do plano de trabalho anual de cada *Câmpus* e da Reitoria, consolidava as demandas e alimentava o Simec com as informações que comporiam o Plano de Trabalho Anual (PTA) do Instituto, no qual constam todas as ações. Essas ações eram estratégias a serem desenvolvidas com vistas à melhoria dos processos e o avanço/desenvolvimento do Instituto no sentido do alcance dos objetivos estratégicos definidos e do cumprimento da missão institucional.

A construção do Plano de Trabalho Anual, que ocorria nos últimos meses do ano anterior, muitas vezes não era concluído, passando ao primeiro trimestre ano seguinte, com o contexto no qual está inserido é dinâmico, por vezes as ações previstas consideradas necessárias deixam de ser prioritárias e acabam não sendo executadas naquele ano e transferidas para o ano seguinte. Surgindo também ao longo do ano, ações não previstas que necessitam ser desenvolvidas e incorporadas na atuação do Instituto, algumas vezes por desdobramentos ou fatores internos e muitas vezes por novas proposições surgidas de órgãos externos, especialmente a SETEC/MEC.

Durante o processo de desenvolvimento do PTA, as unidades de trabalho vão avaliando as ações estratégicas previstas, as novas ações demandadas e as prioridades de realização, sempre no foco de garantir a melhoria dos macroprocessos finalísticos e dos seus resultados, todavia, ocorrem sempre mudanças. No ano de 2012, especialmente devido à greve, houve um encolhimento do tempo disponível para o desenvolvimento de ações estratégicas previstas, bem como emergiram outras ações não previstas que necessitavam serem realizadas.

A partir da elaboração da matriz orçamentária 2013, passamos a utilizar o Quadro de Detalhamento de Despesa, por unidade, facilitando o repasse das demandas informadas pelos Campi e Reitoria, diretamente ao Simec.

Na execução do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no

Estado do Pará, através da Ação de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que objetiva a Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, visando atender o Termo de Metas do Governo Federal, ficou proposto a viabilização de recursos para implantação de cinco novos Campi; foram realizadas licitações para Construção dos Campi de Cametá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas e Ananindeua.

Na Ação de Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica, que objetiva garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino, foram otimizadas as execuções dessa ação.

Melhoria na gestão de processos, programas e sistemas institucionais comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos, visando à consecução da missão, objetivos e metas institucionais;

Promoção do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão/administração do Instituto por meio da viabilização das condições materiais de funcionamento (estrutura física, equipamentos, materiais de consumo e serviços).

Promoção da gestão dos recursos humanos do Instituto por meio da realização de ações, projetos e programas que possibilitem o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores;

Fomento para o desenvolvimento da gestão dos recursos da tecnologia da informação por meio da implantação de programas e sistemas informatizados comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos.

2.3.1.2 Área do Desenvolvimento Institucional

Os resultados das ações planejadas no exercício 2012 foram os seguintes:

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDIN) teve como prioridade em 2012 promover ações que resultassem na utilização do Planejamento Estratégico e PDI do IFPA, onde através do seu plano de gestão, para o período de 2010 a 2014, procurou traçar metas e alinhar as diretrizes pela busca de bons resultados. No qual, refletiram-se em desafios como: implantar em todos os níveis a gestão estratégica, promover a cultura do planejamento no IFPA, implantar programa de desburocratização e excelência na gestão pública, desenvolver a cultura permanente em pesquisa, diagnóstico e avaliação institucional, promover e implantar o sistema integrado de pesquisa e avaliação institucional e redimensionar a estrutura e organização da diretoria de pesquisa. E ainda, estimular a prestação de informações institucionais de forma fidedigna, normatizar as ações de prestação de informações institucionais, atualização contínua dos procedimentos em atendimento a legislação; todos estes vinculados aos objetivos estratégicos de ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos câmpus, cursos e serviços educacionais, levando sempre em consideração a região de atuação dos câmpus, investir na melhoria da qualidade da educação ofertada, utilizar racionalmente os recursos disponíveis e investir em programas de excelência na gestão pública.

As supracitadas estratégicas adotadas pela DDIN, descritas sob a forma de Projetos no Plano de Gestão da PRODIN (2010-2014), estão centradas, basicamente, nos pontos: capacitação dos gestores em Gestão Estratégica, com o escopo de prepará-los para o desenvolvimento de seus princípios, estabelecimento de uma estrutura organizacional e processual do planejamento institucional, captação estratégica de recursos extraorçamentário de acordo com as necessidades sociais e institucionais e desburocratização e excelência na gestão pública. Quanto à avaliação de risco, em relação às estratégias adotadas, relaciona-se com as ameaças e fraquezas diagnosticadas no âmbito do ambiente interno e externo na qual a DDIN encontra-se inserida. Pois, devido a

algumas mudanças ocorridas no âmbito institucional, os objetivos estratégicos delineados por esta diretoria foi afetado de forma bastante significativa. Ocasionado muitas vezes pela falta de tradição de planejamento integrado e participativo ou mesmo pela imposição do governo na implantação de programas, ou até mesmo devido às distâncias territoriais/geográficas dos câmpus; além das limitações orçamentárias e financeiras, entre outros. A única alteração que ocorreu nos macroprocessos foi, em Captação de recursos e financiamentos ao atendimento das demandas sociais e institucionais, visto que se deu como forma de proporcionar maior clareza à sociedade interna e externa do IFPA. Tendo em vista que o propósito da antiga denominação estava confuso e de complexo entendimento.

Das ações planejadas pela DDIN, duas foram parcialmente realizadas. As razões desta realização parcial das ações de **"Implantação do planejamento integrado e participativo"** e **"Articulação entre demandas sociais e institucionais e pensamento estratégico"** e a não realização da ação de **"Implementação e implantação de programas de melhorias de processos e aperfeiçoamento da gestão"** derivaram do baixo comprometimento com a gestão baseada em planejamento, do processo de reestruturação organizacional no qual o IFPA se inseriu em 2012 e por razões de limitação orçamentária. O que foi efetuado em 2012, da primeira das duas ações parcialmente realizadas, foi à elaboração e apresentação do projeto básico de capacitação dos gestores em Gestão Estratégica. Da segunda, parcialmente realizada, foi executado em 2012 o diagnóstico sócio econômico dos municípios paraenses em que se encontram os câmpus Abaetetuba, Belém, Castanhal, Marabá, Santarém e Tucuruí do IFPA, assim como a coleta de informações gerais a cerca da realidade dos câmpus Abaetetuba e Tucuruí**.** Quanto à ação não realizada de **"Implementação e implantação de programas de melhorias de processos e aperfeiçoamento da gestão"**, a mesma encontra-se na sua fase preliminar, onde, por se tratar da implantação do GESPÚBLICA, as ações prévias visando sua efetivação estão sendo desenvolvida, por isso a ação não avançou.

A diretoria de pesquisa, extinta pela reformulação da estrutura institucional, dentro de sua atuação programática realizou alguns estudos e levantamentos preliminares, na busca de construir um cenário ideal para implementação de determinadas ações. Onde procurou capacitar alguns servidores, na área de avaliação institucional e direito educacional, cuja finalidade era construir um entendimento melhor sobre os procedimentos que envolvem o diagnóstico e a avaliação institucional. Ainda diante deste contexto, foi iniciada a elaboração de um projeto na tentativa de implantar a rede de observatório do IFPA (Instituo Federal do Pará), sendo que este serviria como um instrumento de produção e gestão do conhecimento institucional; e com isso, dar início a outras atividades atreladas a este.

Podemos considerar que a execução do plano de ações da diretoria de pesquisa e avaliação teve um bom rendimento no exercício de 2012 ao citarmos que quase 67% das ações planejadas foram realizadas ainda neste período, tendo como principais resultados: o levantamento inicial de dados de egressos do curso de TELECOMUNICAÇÕES e geral do IFPA, sendo que este último foi desenvolvido em parceria com o grupo de Pesquisa do GEPTE, Pesquisa de Ingressantes no IFPA desde 2004, Informativo da Gestão das Ações da LOA 2011, Informativo de Programas e ações do IFPA 2012, onde este auxiliou no planejamento orçamentário das Pró-Reitorias e Câmpus, Informativo DPDA/PRODIN: Documento referencial para elaboração do plano de ação do IFPA (proposta), Prestação de contas e Relatório de Gestão do IFPA – 2011, Guia do Relatório de Gestão, Quadro comparativo do quantitativo de alunos matriculados no SCA e SISTEC, que ajudariam no planejamento da instituição de modo geral. Tais resultados tinham como objetivo o desenvolvimento institucional em atendimento aos objetivos estratégicos do IFPA aos quais compete a PRODIN promover, conforme descrito no PDI (2009-2013). Por outro lado, o não alcance pleno do plano de ação da DPDA deu-se em razão de determinados fatores: quadro reduzido de funcionários (até o momento da extinção, a DPDA contava com três servidores, sendo um deles o Diretor, o outro Coordenador e um Estatístico, onde, o primeiro acumulava suas funções

com a docência e aqueles dois últimos eram do quadro TAE), recurso orçamentário limitado e mudanças no planejamento, etc.

Salientamos ainda que as informações devem ser fornecidas de forma objetiva, precisa e pontual auxiliando e otimizando a busca pelos dados institucionais. Há não existência de sistema automatizado para proporcionar as citações acima, dificulta e até mesmo impossibilita um planejamento adequado e o cumprimento dos prazos impostos pelo Ministério da Educação e instituições de controle, uma vez, que o IFPA possui 12 câmpus com sistemas de comunicações instáveis e insatisfatórios, e com a maior distância em relação a reitoria de aproximadamente 800 km.

A proposta de forma de gestão para o IFPA é a descentralizada. Neste propósito, este pesquisador institucional visou a criar unidades organizacionais vinculadas em cada câmpus, para interagir respondendo as necessidades de execução entre os câmpus do IFPA, tendo como objetivo suprimir as deficiências de falta do sistema gerencial que possibilite acesso às informações institucionais. Ao término do ano de 2012 apenas o Câmpus Castanhal possui uma unidade organizacional interagindo e auxiliando o pesquisador institucional em tempo hábil. Nos Câmpus de Conceição do Araguaia, Altamira, Abaetetuba, Tucuruí, Breves, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Bragança o auxílio ao pesquisador foi organizado através das unidades organizacionais denominadas de Secretaria Acadêmica, o Câmpus Belém, encontra-se no mesmo Município da Reitoria e possui o maior número de alunos, o auxílio ao pesquisador institucional foi através das unidades organizacionais denominadas de Chefias de Departamentos com seus respectivos Coordenadores de Cursos, além da Secretaria Acadêmica e Diretoria de Ensino.

Diante do exposto, as informações são prestadas para a comunidade interna e externa de maneira precária e com déficit de informações, não sendo possível visualizar o potencial do IFPA. Trazendo questionamento dos órgãos de controle da administração pública e um ineficaz planejamento das ações para atendimentos das políticas públicas. Dessa forma, o orçamento público é aplicado de maneira inadequada com serviços, ou materiais de consumo ou permanente com exageros ou escassez de acordo com a ocasião, motivados pela inexistência de paramentos para o atendimento pontual da demanda.

2.3.1.3 Área da Extensão

- Experiência adquirida para a implementação da EAD;
- Oportunidade de oferta de estágio aos alunos de todo os câmpus;
- Promoção do estreitamento de ações entre ensino-pesquisa e extensão;
- Oferta de cursos do Programa Mulheres Mil, em quatro municípios (Abaetetuba, Altamira, Breves e Conceição do Araguaia), totalizando 8 cursos ofertados, em 12 turmas
- 5 (cinco) Projetos aprovados no PROEXT MEC 2011;
- 21 (vinte e um) projetos de extensão aprovados nos campi do IFPA (Abaetetuba, Breves, Itaituba, Marabá, Santarém e Tucuruí), pelo Pró-Extensão 2012;
- Acompanhamento da execução dos cursos, a fim de coletar informações para a melhoria da qualidade do ensino;
- Execução de política de acesso e permanência do aluno;
- Promoção de eventos de discussão e estreitamento entre os agentes institucionais do Ifpa, voltados ao atendimento à pessoa portadora de deficiência;
- Manutenção do controle de patrimônio;
- Tramitação processual em andamento durante o segundo semestre de 2012;
- Reunião de informações relativas às ações desenvolvidas pela PROEXT;

- Convênios e Acordos de Cooperação em execução até o 1º semestre de 2012, suspensos após intervenção;
- Convênios e Acordos de Cooperação em execução até o 1º semestre de 2012, e com problemas de execução face à intervenção na FUNCEFET
- Dedicação e desempenho dos estudantes que permaneceram até o final dos cursos, apesar de todas as dificuldades;
- Professores capacitados, com estratégias de ensino capazes de propiciar o alcance dos objetivos dos cursos, de uma forma geral;
- Infraestrutura adequada de alguns campi para a realização dos cursos;
- Divulgação feita pela equipe do PRONATEC nas escolas estaduais, para garantir o conhecimento da oferta dos cursos pelos estudantes da rede estadual;
- Realização de cursos de formação inicial e continuada, atendendo 4.455 alunos, pelo PRONATEC;
- Realização de aulas práticas e visitas técnicas que produziram bons resultados, para satisfação de educandos e professores;
- Pagamento da bolsa-auxílio e entrega de materiais didáticos e uniformes;
- Novos demandantes procuraram a Coordenação do PRONATEC;
- Bom resultado alcançado na formação profissional dos estudantes, a partir de relatos dos mesmos.
- Internacionalização do IFPA, através de acordos, proporcionando estágio internacional de acadêmicos de diferentes países, três acadêmicos do Câmpus Belém, selecionados para fazer graduação sanduiche no exterior.
- Compromisso firmado com 09 prefeituras municipais, para implantação dos Núcleos de Formação e Qualificação – NFQ, NFQs implementados em 11 municípios, Elaboração: de 09 modelos arquitetônicos para construção de NFQs;
- Mapeamento de cadeas produtivas e de saberes em 23 Municípios Paraenses;
- Produção: de publicações impressas (11 títulos publicados, outros em fase de licitação para impressão); de recursos eletrônicos (4 jogos); materiais de divulgação (2 folders, cartazes e folheto); material expositivo (Portal do Conhecimento); Criação do site (WWW.dcc.ifpa.edu.br);
- Aprovação de projeto junto ao MCTI, que estabelece o IFPA como Núcleo de Tecnologias Assistivas Nacionais;
- Produção de 04 jogos eletrônicos, de alfabeto e numerário em 04 linguagens;
- Elaboração do Projeto Potencializando Saberes;
- Elaboração de dois projetos, em modelagem 3D, de 02 ônibus e 01 barco;
- Realização de 17 cursos FIC (460 alunos, em 11 municípios), e 28 oficinas de Potencialização de Saberes FIC (1.120 alunos, em 20 municípios), e 03 treinamentos técnicos FIC (30 profissionais, em 06 municípios);
- Elaboração de projetos pedagógicos de cursos de Formação Continuada (80h), Aperfeiçoamento (180h) e Especialização (390h)

2.3.1.4 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

Os resultados das ações planejadas foram:

O programa de bolsas de Iniciação Científica, a realização do IV SICTI e o lançamento de edital para custear a participação de servidores do IFPA em eventos científicos foram as ações realizadas que proporcionaram maior impacto no crescimento da pesquisa no IFPA. A diminuição

do número total de bolsas de iniciação científica financiadas pelo CNPq foi ocasionada pela não concessão de todas as bolsas ofertadas provocado, em nossa opinião, pela falta de infraestrutura, vocação para pesquisa e motivação dos professores. A interação da PROPPG com os Campi foi prejudicada por problemas de comunicação e logística. A falta de vocação para pesquisa, proporcionada pela pouca proporção de professores qualificados, está sendo mitigada através do incentivo à qualificação dos professores. Pode-se considerar que em 2012 houve avanços na qualificação dos professores através da celebração de parcerias com Universidades. Com relação ao ensino de Pós-Graduação do IFPA no ano de 2012 foi criado o 1º curso de mestrado no Câmpus Castanhal. Acredita-se que a criação de novos cursos poderá ser limitada pela falta de infraestrutura e qualificação dos professores.

Apesar dos avanços na área de inovação tecnológica algumas dificuldades foram constatadas. O NIT IFPA não avançou na questão de sua estrutura física e administrativa. Atualmente divide espaço com toda a composição da PROPPG. Outras dificuldades em sua estruturação estão na carência de servidores, contando apenas com uma assistente administrativa e um Professor que coordena o NIT, e a falta de capacitação. A promoção de eventos de Inovação Tecnológica, principalmente para integração dos campi do interior ao NIT foi prejudicada por questões financeiras e falta de prioridade em matéria de inovação. Dificuldades em estabelecer acordo de cooperação com o MPEG- Museu Paraense Emílio Goeldi para promoção do Curso de especialização em Gestão da Inovação.

Há, ainda, a necessidade de se observar que algumas ações não foram executadas em função da mudança na gestão da instituição ocorrida em julho por motivo de intervenção no IFPA.

Principais dificuldades enfrentadas para execução do plano de ação 2012:

- Estrutura de recursos humanos na PROPPG insuficiente para implementar, desenvolver e supervisionar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação no âmbito do IFPA;
- Insuficiência ou quase inexistência de infra-estrutura de recursos humanos e físicos nos campi para desenvolver e executar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação no âmbito do IFPA;
- Sistema de gerenciamento acadêmico (SGA) que permita gerenciar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação ineficiente e ineficaz, principalmente na operacionalização do mesmo nos campi. Praticamente inexiste instrumento que permita supervisionar atividades de pesquisa e inovação nos campi;
- Falta de mecanismos de controle dos campi sobre os grupos de pesquisa e das pesquisas atualmente desenvolvidas, assim como dos servidores envolvidos, nº de convênios, nº dos servidores participantes da pós-graduação, nº de entidades promotoras; nº de matrículas, nome e quantitativo dos coordenadores com suas respectivas portarias. È importante também citar a falta de registro no sistema do controle acadêmico(SCA), sobre a produção acadêmica de nossos servidores que após conclusão de sua pós-graduação, participam em congressos, seminários e outros eventos científicos além de apresentarem trabalhos. Controles que levaria essas atividades ao conhecimento da comunidade do Instituto, além de fortalecer a divulgação da pesquisa, da pós-graduação e da inovação no instituto;
- Cultura: na atualidade é dos maiores entraves no que diz respeito a pesquisa, pois, o quadro de servidores ainda é revestido de uma cultura exclusivista para o ensino profissionalizante no âmbito do IFPA; (precisamos sensibilizar os servidores para a pesquisa nos campi, além de verificar os seus planejamentos orçamentários);
- Baixo índice de qualificação dos servidores, em nível de doutorado, e consequentemente da produtividade científica para atuarem em programas de pós-graduação stricto sensu; exigidos pelos órgãos de fomento.

- Os campi não apresentam dados de seus desempenhos da política da pesquisa, pós-graduação e inovação estabelecida no PDI.
- Mudança de gestão no mês de julho de 2012 em função da intervenção sofrida na instituição: a mudança de gestão(substituição dos gestores do IFPA: reitor, pró-reitores e diretores) provocou a interrupção e a não execução de algumas ações planejadas o que prejudicou o alcance dos objetivos traçados e o andamento da execução do plano de ação 2012.

2.3.1.5 Área de Gestão de Pessoas

Entre os resultados alcançados podemos citar:

- Houve melhora no atendimento ao servidor em razão da padronização das pericias medicas - ação concluída;
- Foram feitos levantamento de necessidade de cada câmpus - ação em andamento..
- A contratação de pessoasl visa suprir os claros no quadro de docente em virtude de afastamentos, com o objetivo de dar continuidade aos serviços prestados pela Instituição.
- Foram beneficiados na Per capita saúde suplementar 800(oitocentos) servidores e 20 (vinte) pensionistas, no valor total de 1.846.672,31(um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) - ação concluída.
- Esta ação retorna informações estratégicas sobre possíveis patologias relacionadas ao ambiente organizacional, possibilitando ações proativas visando à preservação da saúde do servidor - ação concluída.

Análise Critica:

Visando à melhoria da gestão de pessoas, no Planejamento Estratégico Setorial de 2013 serão criadas novas estratégias para:

- Adequar às normas e políticas de pessoal definidas pela SRH à realidade do IFPA;
- Promover com mais agilidade o atendimento eficiente e cordial aos servidores que procuram a área de gestão de pessoas como suporte às suas necessidades;
- Garantir a correção nos proventos dos servidores, e promover ações relacionadas à saúde do servidor bem como promover uma política de formação e desenvolvimento profissional em conjunto com as demais áreas da Instituição visando ao cumprimento da Missão Institucional.

Em relação à ampliação da efetivação dos direitos do servidor, a DGP em 2013 tomou a iniciativa em buscar novas parcerias com operadoras de plano de Saúde, tendo inclusive mantido contatos nesse sentido com a empresa Aliança Administradora de Benefícios de Saúde, em Belém (PA).

Além disso, para atender à demanda já identificada, a DGP estuda a necessidade de se lançar concurso pública para o ingresso de novos servidores no quadro permanente de Médicos da instituição.

2.3.1.6 Área da Tecnologia da Informação

Os resultados das ações planejadas no exercício 2012 foram os seguintes:

- A RNP somente realiza a contratação e links depois que a unidade de ensino encontra-se no status "ativa" no SISTEC, cabendo a unidade em fase de implantação a contratação com recursos próprios;
- Pessoas foram treinadas para realização da atualização das informações dos sites institucionais, contudo, com muita resistência na utilização da ferramenta adotada;
- Foi realizado o treinamento de servidores para utilização dos sistemas SIMEC, SISTEC e Sistema de Compras por Registro de Preços do MEC;
- Em novembro de 2012, foi definido o prazo pela PROEN para atualização de SCA sob pena de responder administrativamente pelo não cumprimento da determinação;
- Estabelecimento de normas específicas para cumprimento de prazos e sanções em caso de não cumprimento - a legislação já contempla norma específica para cumprimento de prazos e sanções em caso de não cumprimento;
- Foi iniciada a instalação e configuração do Sistema Pergamum (Bibliotecas) e início dos trabalhos de catalogação do acervo. Contudo, ainda não foi concluído em razão do número reduzido de pessoal especializado na execução da tarefa.
- Está se fazendo um esforço concentrado para garantir a atualização do SCA, na Reitoria e nos Câmpus, com cobranças sistemáticas sobre os responsáveis pelas informações.
- Foi realizada a adesão ao serviço FONE@RNP, com treinamento de pessoal especializado na Reitoria e instalação dos equipamentos necessários enviados pela RNP. O serviço está em fase de registro das contas dos usuários para finalizar a implantação e iniciar a sua utilização;
- Quase todos os equipamentos servidores no IFPA estão com instalação de sistemas livres;
- Foi incluído na programação do Plano de Capacitação desenvolvido pela DIGEP a formação específica em ferramentas para escritório gratuitas.
- O Plano de Capacitação de TI em convênio com a RNP/ESR e FORTI se consolidou e foram formados 18(dezoito) servidores entre Analistas/Técnicos de TI no IFPA.
- Iniciou-se a implantação do Sistema Integrado de Gestão do IFPA, em convênio com a UFRN. O primeiro módulo a ser implantado foi o de pessoal, seguido do módulo de protocolo; os demais módulos estão em fase de estudo e adequação para implantação em 2013;
- Foi possível a implantação de 2(dois) links de Internet em 4(quatro) Câmpus. Quatro outros serão licitados em 2013 pela RNP e os demais esperam nova oportunidade.
- Está se definindo na Reitoria a Equipe de Marketing para posterior treinamento e uso das ferramentas de manutenção do site institucional;
- Iniciou-se a implantação do Sistema Integrado de Gestão do IFPA, em convênio com a UFRN. O primeiro módulo a ser implantado foi o de pessoal, seguido do módulo de protocolo;
- Disponibilizar informações do SIG na Internet: os módulos implantados foram disponibilizados na Internet.

2.3.2 Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas

2.3.2.1 Área do Desenvolvimento Institucional

- Baixo comprometimento com a gestão baseada em planejamento.
- Processo de reestruturação organizacional e planejamento da Instituição;

- Limitação orçamentária.
- Quadro reduzido de funcionários;
- Mudanças no planejamento da instituição.

2.3.2.2 Área da Extensão

- Processo de intervenção e mudança de gestores, impedimentos legais
- A divulgação deficiente ou inexistente dos cursos do PRONATEC, por parte da entidade demandante;
- O desconhecimento por parte dos estudantes sobre o curso escolhido;
- Os atrasos no início das aulas;
- Inexperiência de alguns professores com cursos de formação inicial e continuada;
- Mudanças nas resoluções CD/FNDE nº 062/2011, de 11/11/2011, para CD/FNDE nº 072/2011, de 20/12/2011 e depois para resolução CD/FNDE nº 04/2012, de 16/03/2012, o que ocasionaram muitos problemas de readequação das atividades;
- Atrasos no pagamento de bolsas de auxílio aos estudantes;
- Valor do auxílio estudantil definido pela resolução insuficiente para o custeio dos gastos com transporte e alimentação;
- Falta de informação, naquele momento, sobre a possibilidade e os procedimentos do cadastro reserva, o que possibilitaria a reposição dos estudantes que não iniciaram as aulas ou que desistiram no inicio dos cursos;
- Atraso no pagamento dos profissionais atuantes no PRONATEC;
- Demora na publicação do edital para a seleção de bolsistas;
- Demora na unificação das matrizes curriculares dos cursos do PRONATEC;
- Intervenção no IFPA e seus desdobramentos, retardando a continuidade da execução da demanda de 2011;
- Constante substituição de Coordenadores Adjuntos no Câmpus Belém, do PRONATEC;
- A falta de divulgação do Manual de Gestão do Bolsa Formação, acarretando o não esclarecimentos de procedimentos administrativos;
- Alunos selecionados pelo demandante em 2011, (alunos finalizando o ensino médio) em desacordo com o perfil do curso selecionado, ocasionando evasão em alguns cursos;
- Falta de apoio à Coordenação do PRONATEC/Câmpus Belém por parte da Diretoria Geral.

2.3.2.3 Área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

- Problemas de comunicação e logística pela falta de um planejamento antecipado das ações e infraestrutura dos campi;
- Problemas com o orçamento disponível e logística pela falta de um planejamento antecipado das ações e mudança de gestão no mês de julho em função da intervenção no IFPA;
- Devido ao atraso na avaliação dos setores administrativos do IFPA e adequação do projeto e do edital do curso de Especialização em Gestão da Inovação, o curso foi iniciado somente em 2013;
- Problemas com o orçamento disponível e logística em virtude da falta de um planejamento antecipado das ações e da mudança de gestão no mês de julho em função da intervenção no IFPA;

- Falta de recursos humanos nos campi para atuarem na gestão do setor de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Falta de recursos humanos e de estruturação física do NIT;
- Ausência de criações produzidas no IFPA para registro.

2.3.2.4 Área de Gestão de Pessoas

- Não foi possível realizar o Mapeamento das condições de saúde com vistas a se promover ações preventivas visando ao bem-estar do servidor - ação não concluída..
- Não nos permite instituir a CIS, uma vez que a estratégia inicial era capacitar o servidor que viria a compor esta Comissão - ação não concluída.
- A não conclusão dos trabalhos não nos permite mapear os ambientes de trabalho de forma eficaz, impossibilitando-nos de empreendemos ações preventivas - ação não concluída;
- Numero de servidores reduzidos e a falta de profissionais com conhecimento técnico(médico) na equipe da Coordenação Geral de Qualidade de Vida.
- Falta de recursos financeiros e espaço físico.
- Faltaram recursos orçamentários destinados à valorização de servidores e a qualidade de vida.
- Falta de espaço físico, equipamento, treinamento e disponibilização de carga horária, conforme avaliação da Comissão de Risco Ambiental.

2.3.2.5 Área da Tecnologia da Informação

- Não foi possível a contratação de links de Internet em todos os Câmpus, alguns por falta de serviços disponíveis na cidade não atender aos requisitos de contratação;
- Não foi elaborado nenhum projeto para aquisição de dispositivos para atendimento à PNE;
- Não foi feita a aquisição de software específico para utilização do formato flipage por estar em fase de implantação o setor específico de marketing da Reitoria;
- Em razão da aquisição do Sistema Integrado de Gestão em convênio com a UFRN, não foi feita a adesão ao Projeto SIGA-EPT;
- Em razão do reduzido número de servidores na TI da Reitoria, não foi possível a criação de setor específico de Gestão de TI para conduzir a adesão ao Projeto ICP-EDU;
- Não foi possível a definição de padrões de equipamentos e software para padronizar as aquisições nos Câmpus em razão de não ter se definida a Equipe de Elaboração do PDTI para definir essas normativas. Está se aguardando a indicação dos membros da Equipe pelos Câmpus do IFPA.

2.3.3 Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade

2.3.3.1 Área do Desenvolvimento Institucional

O impacto dos resultados das ações nos objetivos estratégicos foram os destacados abaixo:

- Levantamento inicial de dados de egressos, curso: TELECOMUNICAÇÕES e geral do IFPA, este último em parceria com grupo de Pesquisa do GEPTE;
- Pesquisa de Ingressantes no IFPA desde 2004;

- Informativo da Gestão das Ações da LOA 2011;
- Informativo de Programas e ações do IFPA 2012 auxiliou no planejamento orçamentário das Pró-Reitorias e Câmpus;
- Informativo DPDA/PRODIN: Documento referencial para elaboração do plano de ação do IFPA (proposta);
- Prestação de contas e Relatório de Gestão do IFPA – 2011;
- Guia do Relatório de Gestão;
- Quadro comparativo do quantitativo de alunos matriculados no SCA e SISTEC.

2.3.3.2 Área da Extensão

- Institucionalização da EaD, a partir da implantação dos NEADs, a partir de 2013;
- Experiência adquirida para a implementação da EaD no IFPA;
- Início da construção do prédio em 2013, do prédio que abrigará as ações de EaD do IFPA;
- Oportunidade de oferta de estágio aos alunos do Ifpa, em todo o Estado do Pará;
- Promoção do estreitamento de ações entre ensino-pesquisa e extensão;
- Oferta de cursos do Programa Mulheres Mil, em 4 municípios (Abaetetuba, Altamira, Breves e Conceição do Araguaia), totalizando 8 cursos ofertados, em 12 turmas;
- 5 (cinco) Projetos aprovados no PROEXT MEC 2011;
- 21 (vinte e um) projetos de extensão aprovados nos campi do IFPA (Abaetetuba, Breves, Itaituba, Marabá, Santarém e Tucuruí);
- Acompanhamento da execução dos cursos, a fim de coletar informações para a melhoria da qualidade do ensino;
- Execução de política de acesso e permanência do aluno;
- Promoção de eventos de discussão e estreitamento entre os agentes institucionais do Ifpa, voltados ao atendimento à pessoa portadora de deficiência;
- Manutenção do controle de patrimônio;
- Tramitação processual em andamento durante o segundo semestre de 2012;
- Reunião de informações relativas às ações desenvolvidas pela PROEXT;
- Convênios em execução até o 1º semestre de 2012, e com problemas de execução face à intervenção na FUNCEFET;
- Participação em eventos para discussão do papel do Assessor Internacional, do Programa Ciência Sem Fronteiras nos IFs e outros programas de cunho internacional do Governo Federal;
- Envio de processo para apreciação da Procuradoria do IFPA do Acordo de Cooperação Internacional entre IFPA/UFPA/UEPA/SEDUC e REITORIA DE EDUCAÇÃO DA GUIANA FRANCESA;
- Dois professores (Belém e Altamira) selecionados para participar Programa de Treinamento de Professores de Inglês como Língua Estrangeira promovido pelo Conselho Britânico;
- Três alunos selecionados para para fazer graduação sanduiche no exterior;
- Dedicação e desempenho dos estudantes que permaneceram até o final dos cursos, apesar de todas as dificuldades;
- Professores capacitados, com estratégias de ensino capazes de propiciar o alcance dos objetivos dos cursos, de uma forma geral;
- Infraestrutura adequada de alguns campi para a realização dos cursos;

- Divulgação feita pela equipe do PRONATEC nas escolas estaduais, para garantir o conhecimento da oferta dos cursos pelos estudantes da rede estadual;
- Realização de aulas práticas e visitas técnicas que produziram bons resultados, para satisfação de educandos e professores;
- Pagamento da bolsa-auxílio e entrega de materiais didáticos e uniformes;
- Novos demandantes procuraram a Coordenação do PRONATEC;
- Bom resultado alcançado na formação profissional dos estudantes, a partir de relatos dos próprios;
- Ampliação da Rede Ciência para a Cidadania;
- Produção de perfil sócio-econômico-educacional dos municípios pesquisados
- Produção de difusão das ações desenvolvidas pelo programa, e aplicação pedagógica de ferramentas instrucionais;
- Atendimento a pessoas portadoras de deficiência através da produção de implementos pedagógicos, propulsores do processo de inclusão social e assessibilidade;
- Projetos apresentados às bancadas federais, para os quais foram firmados compromissos de dotação de Emenda Individual para execução;
- Difusão do conhecimento através da capacitação da população paraense;
- Propostas prontas para submissão a editais de fomento.

2.3.3.3 Área Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica

Os principais impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos foram:

- Manutenção dos Programas apesar da redução do quantitativo das bolsas de iniciação científica destas agências;
- A aprendizagem pelos alunos de técnicas e métodos de pesquisa, bem como o estímulo ao desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- Estruturação dos laboratórios de pesquisa;
- Aumento da divulgação da produção bibliográfica;
- Divulgação das ações de pesquisa do IFPA;
- A qualificação de servidores nos vários campos do saber, relacionados ao ensino da educação profissionalizante, o que sem dúvida alguma nos permite objetivar uma maior qualidade na transmissão dos saberes, assim como uma maior estimulação a pesquisa e a extensão.
- Incentivo à pesquisa e qualificação dos servidores.

2.4 Indicadores

2.4.1 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG

2.4.1.1 Área Pesquisa

QUADRO 4 – NÚMERO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA OFERTADA NOS CÂMPUS

CÂMPUS	BOLSAS OFERTADAS EM 2011		BOLSAS OFERTADAS EM 2012	
	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO
Abaetetuba	---	---	---	----
Altamira	21	---	22	---
Belém	45	45	67	67
Bragança	---	2	---	---
Breves	---	---	---	---
Castanhal	23	15	122	10
Conceição do Araguaia	34	13	2	14
Itaituba	40	39	10	10
Marabá Industrial	---	---	60	---
Marabá Rural	---	---	25	---
Tucuruí	41	17	20	25
Santarém	50	---	40	---
TOTAL	**254**	**131**	**368**	**126**

Fonte: Diretorias e Coordenações de Pesquisa dos Campi - IFPA

Análise Crítica

Sabemos que 10 campi implantaram seus programas de bolsas de iniciação científica. O Quadro acima apresenta o número de bolsas de iniciação científica que nos foi informado pelos campi. Ainda, a reitoria não possui um sistema de controle acadêmico capaz de extrair esses resultados.

O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de bolsas de iniciação científica e tecnológica concedidas pelo CNPq nos diversos programas institucionais durante o período de 2010 a 2013.

QUADRO 5 – BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CONCEDIDA PELO CNPQ

Modalidade/Ano	Quantidade de bolsas concedidas pelo CNPq		
	2010-2011	2011-2012	2012 -2013
PIBIC	0	3	3
PIBIC – Ações Afirmativas	0	5	2
PIBITI	38	28	10
PIBIC EM	0	0	20
Total	**38**	**36**	**35**

Fonte: Plataforma Carlos Chagas - CNPq

Análise Crítica

Tivemos redução no quantitativo de bolsas do PIBIC, PIBIC-Af e PIBITI em função da diminuição dos recursos ofertados pelo CNPq.

QUADRO 6 – INDICADORES GERAIS DOS GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO CNPQ

Grupos de Pesquisa – Indicadores gerais					
Ano	**Grupos**	**Pesquisadores**	**Estudantes**	**Técnicos**	**Câmpus**
2011	31	239	146	7	6
2012	41	385	270	18	8

Fonte: Plataforma Lattes – Diretório de Grupos de Pesquisa - CNPq

Análise Crítica

Os dados foram extraídos do sistema do diretório de grupos de pesquisa do CNPq, a qual representa o quantitativo de servidores e alunos no âmbito do IFPA cadastrados em grupos de pesquisa. Houve um crescimento de todos os indicadores relacionados com os grupos de Pesquisa.

O quadro abaixo apresenta o total de docentes do IFPA por nível de qualificação.

QUADRO 7 – TOTAL DE DOCENTES EFETIVOS DO IFPA POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO.

Qualificação	2011		2012	
	Nº	%	Nº	%
Graduação	134	18,6	127	17,3
Aperfeiçoamento	9	1,2	5	0,7
Especialização	241	33,4	244	33,3
Mestrado	284	39,3	287	39,2
Doutorado	54	7,5	70	9,5
Total	**722**	**100**	**733**	**100**

Fonte: DGP/SIGP/IFPA-12/2012

Análise Crítica

Com relação ao nível de qualificação dos docentes efetivos pode-se destacar o aumento de 54 para 70 doutores, o que representa 9,5% do total de docentes.

2.4.1.2 Área Pós-Graduação

O quadro a seguir apresenta o total de servidores (docentes e técnicos) do IFPA que estão cursando pós-graduação (mestrado e doutorado) em programas gerenciados, através de convênios, pela PROPPG.

QUADRO 8 – TOTAL DE SERVIDORES DO IFPA CURSANDO PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO E DOUTORADO) EM PROGRAMAS GERENCIADOS, ATRAVÉS DE CONVÊNIOS, PELA PROPPG.

PROGRAMA	MESTRADO		DOUTORADO	
	nº de docentes	nº de técnicos administrativos	nº de docentes	nº de técnicos administrativos
PPCC – Programa de Pós-graduação em Ciência de Computação / UFPA	-	03	-	-
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente / UFPA	05	-	-	-
PPGEE - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica/UFPA	-	02	05	-
PPGEC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil /UFPA	02	-	-	-
PPGEd - Programa de Pós-Graduação em Educação / CCSA / UFRN	-	-	01	-
PPGEM – Prog. de Pós-Grad. em Engenharia de Materiais/UFOP	-	-	02	-
TOTAL	**07**	**05**	**08**	**-**

Fonte: PROPPG/IFPA

Análise Crítica

Os convênios para qualificação de servidores (docentes e técnicos) a nível de pós-graduação mostram-se diversificados em relação à área de conhecimento. O quantitativo de servidores cursando pós-graduação ainda é insuficiente em relação à demanda total do IFPA. Entretanto, há uma perspectiva de crescimento no número de convênios para 2013 a fim de atender essa demanda.

2.4.1.3 Área de Inovação Tecnológica

1. Números de instrumentos jurídicos assinados (convênios, termos aditivos e licenciamento); - 1 (um) convênio de cooperação técnico-científico para a execução do curso de especialização em gestão da inovação em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.
2. Número de contratos de licenciamento e de tecnologia vigente (número de contratos e licenciamento e de participação em resultados vigentes);
3. Ganhos econômicos (valor total de ganhos econômicos recebidos);
4. Pedidos de patentes e patentes concedidas (número de pedidos de patentes depositados no INPI e números de patentes concedidas);
5. Comunicação de invenções (números de comunicação de invenções);
6. Programas de computador registrados;
7. Valor total dos instrumentos jurídicos assinados (volume financeiro total de instrumentos jurídico- convênios, termos aditivos, contratos e licenciamento);
8. Empresas incubadas;
9. Pré-incubação de projetos.

Análise Crítica

O NIT foi implantado no ano de 2012, entretanto as ações da DIT foram comprometidas em virtude das dificuldades enfrentadas durante ano e relatadas no referido relatório. Por isso os indicadores acima ficaram sem mensuração.

2.4.2 Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT

2.4.2.1 Indicadores do Programa PRONATEC

QUADRO 9 - INDICADOR: RELAÇÃO NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS / VAGAS OFERTADAS - PRONATEC

Fórmula de Cálculo:
Relação candidato/vaga = Inscrições / Vagas ofertadas

CÂMPUS/IFPA	2011			2012		
	N º INSC	VAGAS	I	N º INSC	VAGAS	I
Abaetetuba	171	120	1,4	0	0	
Altamira	338	240	1,4	0	0	
Belém	3005	1375	2,1	0	0	
Bragança	1237	840	1,4	0	0	
Breves	262	210	1,2	0	0	
Castanhal	719	730	0,9	0	0	
Conceição do Araguaia	837	660	1,2	0	0	
Itaituba	378	160	2,3	0	0	
Marabá Industrial	395	260	1,5	0	0	
Marabá Rural	0	0	0	0	0	
Santarém	2195	1325	1,6	0	0	
Tucuruí	0	0	0	0	0	
Geral IFPA	9537	5920				

Fonte: SISTEC/PROEXT Legenda: N º INSC- Número de Inscritos; I- Índice.

QUADRO 10 - INDICADOR: RELAÇÃO DE NÚMERO DE INGRESSOS / ALUNOS MATRICULADOS - PRONATEC

Fórmula de Cálculo:

Relação de Ingressos / Alunos = Número de ingressos / Alunos matriculados x 100

CÂMPUS/IFPA	2011			2012		
	ING	M	I	ING	M	I
Abaetetuba	117	117	100			
Altamira	208	208	100	93	93	100
Belém	1418	1418	100	146	146	100
Bragança	361	361	100	0	0	
Breves	213	213	100	0	0	
Castanhal	331	331	100	0	0	
Conceição do Araguaia	348	348	100	0	0	
Itaituba	171	171	100	0	0	
Marabá Industrial	82	82	100	0	0	
Marabá Rural	0	0	0	0	0	
Santarém	1206	1206	100	123	123	100
Tucuruí	0	0	0	0	0	
Geral IFPA						

Fonte: SISTEC/PROEXT Legenda: ING: número de ingressantes; M: número de alunos matriculados; I: índice

QUADRO 11 - INDICADOR: RELAÇÃO DE NÚMERO DE CONCLUINTES / ALUNOS MATRICULADOS - PRONATEC

Fórmula de Cálculo:

Relação de Concluintes/Aluno =

$$\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2011			2012		
	C	M	I	C	M	I
Abaetetuba	0	117	0	72	0	0
Altamira	0	208	0	105	93	112,9
Belém	81	1418	5,7	139	146	95,21
Bragança	21	361	5,8	114	0	0
Breves	0	213	0	192	0	0
Castanhal	0	331	0	133	0	0
Conceição do Araguaia	0	348	0	251	0	0
Itaituba	0	171	0	30	0	0
Marabá Industrial	38	82	46,34	0	0	0
Marabá Rural	0	0	0	0	0	0
Santarém	34	1206	2,82	786	123	639
Tucuruí	0	0	0	0	0	0
Geral IFPA						

Fonte: SISTEC/PROEXT Legenda: C- Concluintes; M- Alunos Matriculados; I- Índice.

QUADRO 12 - INDICADOR: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA - PRONATEC

Fórmula:

Índice de Eficiência Acadêmica =

$$\frac{\sum \text{Nº de concluintes}}{\sum \text{Nº de todas as situações finais}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2011			2012		
	C	M	I	C	M	I
Abaetetuba	72	117	61,54	0	0	0
Altamira	105	208	50,48	0	0	0
Belém	374	875	42,74	0	0	0
Bragança	135	315	42,86	0	0	0
Breves	192	213	90,14	0	0	0
Castanhal	133	312	42,63	0	0	0
Conceição do Araguaia	251	348	72,13	0	0	0
Itaituba	58	142	40,85	0	0	0
Marabá Industrial	38	82	46,34	0	0	0
Marabá Rural	0	0	0	0	0	0
Santarém	813	1206	67,41	0	0	0
Tucuruí	0	0	0	0	0	0
Geral IFPA						

Fonte: SISTEC/PROEXT Legenda: C: número de concluintes; M: Número de matriculados (situações finais).

QUADRO 13 - INDICADOR: ÍNDICE DE RETENÇÃO DE FLUXO ESCOLAR - PRONATEC

Fórmula:

Índice = Nº de alunos retidos x 100
Alunos matriculados

CÂMPUS/IFPA	2011			2012		
	R	M	I	R	M	I
Abaetetuba	117	20	17,9	0	0	0
Altamira	208	40	19,23	93	0	0
Belém	1418	407	28,7	146	74	50,68
Bragança	361	15	4,155	0	0	0
Breves	213	12	5,63	0	0	0
Castanhal	331	127	38,37	0	0	0
Conceição do Araguaia	348	77	22,13	0	0	0
Itaituba	171	55	32,16	0	0	0
Marabá Industrial	82	14	17,07	0	0	0
Marabá Rural						
Santarém	1206	272	22,55	123	0	0
Tucuruí						
Geral IFPA						

Fonte: SISTEC/PROEXT

Legenda: R - Número de alunos Retidos; M – Número de alunos Matriculados; I- Índice.

2.4.2.2 Indicadores do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB

QUADRO 14 – INDICADORES DO PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL- UAB

Cursos	Pólos	Alunos Matriculados (2009)	Alunos em curso (2012)	Alunos evadidos (2012)
Biologia	13	542	446	96
Física	11	229	134	95
Geografia	10	394	343	51
Matemática	9	241	134	107
Pedagogia	30	914	785	129
TADS	7	334	228	106
TGS	6	291	140	151
TOTAIS	**30**	**2945**	**2210**	**735**
PÓLOS DE APOIO PRESENCIAL				
Altamira/PA	Cantá/RR	Moju/PA	Redenção/PA	S João da Baliza/RR
Alto Alegre/RR	Caracaraí/RR	Muaná/PA	Rorainópolis/RR	S S da Boa Vista/PA
Amajari/RR	Caroebe/RR	Mucajaí/RR	Salinópolis/PA	Tailândia/PA
Boa Vista/ RR	Conc. do Araguaia/PA	Normandia/RR	Santana/AP	Tucumã/PA
Bonfim/RR	Iracema/RR	Pacaraima/RR	Santana do Araguaia/PA	Uiramutã/RR
Canaã dos Carajás/PA	Juruti/PA	Paragominas/PA	S Luiz do Anauá/RR	Vitória do Jari/AP

Fonte: PROEXT

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. Estrutura de governança e de autocontrole da gestão

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança do IFPA está definida no Estatuto e no Regimento Geral e tem como órgãos superiores o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, além das demais atividades, comitês e conselhos elencados que servem de apoio à administração. Com a aprovação pelo CONSUP do novo modelo de gestão, sistêmico matricial e consequente aprovação das atribuições das funções com definição de suas competências e o conjunto das ações permitem a instituição alcançar seus objetivos com transparência, integridade e responsabilidade, podendo a qualquer momento criar novas ações que venham contribuir no esforço de agir na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Conselho Superior – Delibera, autoriza e aprova as diretrizes para atuação do Instituto. Aprecia as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros. Este conselho tem participação de representantes externos ao IFPA;

Colégio de Dirigentes - órgão superior do IFPA de caráter consultivo e de apoio e assessoramento aos processos decisórios do Conselho Superior, da Reitoria e dos Campi;

Procuradoria Federal - órgão de execução da PGF e é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada a legislação pertinente;

Auditoria interna - é o órgão técnico responsável por fortalecer a gestão, em como racionalizar as ações de controle, no âmbito do Instituto Federal do Pará, e prestar apoio, dentro de suas especificidades, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente;

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – cujo papel é estabelecer parâmetros e padrões para o funcionamento das tecnologias da informação, acompanhar e orientar os investimentos na área de TI, ajustando o uso das tecnologias de Informação aos objetivos estratégicos da instituição. Este comitê foi instituído em 27 de agosto de 2012, através da portaria nº 797/2012-GAB;

Comissão Própria de Avaliação – suas atividades de avaliação são realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidade e responsabilidades sociais da instituição de educação superior;

Conselho Diretor - é o órgão consultivo e deliberativo máximo do Câmpus, com composição e atribuições que lhe são conferidas no Regimento Geral e pelo Regimento Interno do Câmpus. Tem participação de representantes da sociedade civil.

Comitê de Pesquisa e Pós-graduação – Em 2012 foi criado o Comitê de Pesquisa e Pós-graduação do IFPA cujas competências estão baseadas nas resoluções 38/2010 e 33/2011 do CONSUP. É um órgão consultivo da PROPPG que tem como atribuições emitir pareceres, analisar e avaliar propostas e projetos de competência da PROPPG. O comitê é formado por servidores ativos e permanentes da instituição com titulação de doutorado nas diversas áreas do conhecimento.
Comissões de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Públicas – São constituídas conforme Instrução Normativa PRODIN/DINF 01/2012 de 29 de novembro de 2012, que estabelece

procedimentos para acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia e dá outras providências.

Núcleo Docente Estruturante - São atribuições do NDE, contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do Curso, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, além de zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO 15 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar					X

responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica:

A partir do momento em que foi nomeada a gestão interventora pelo MEC, há um esforço intenso para regulamentar, normatizar os procedimentos internos da Instituição, assim como formalizar e incentivar os procedimentos de controle interno e melhorar os processos de comunicação através de todas as estruturas institucionais. Salienta-se que, perceptivelmente, essas não eram práticas adotadas, nem mesmo incentivadas, pela antiga gestão que conduziu o IFPA até meados de 2012.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte: IFPA

3.3 Sistema de Correição

O IFPA, quando assumiu o Reitor Pró-Tempore de Intervenção e sua equipe, ao estruturar os trabalhos da nova gestão, buscou informações sobre relatórios, denúncias e processos que estavam represados e não vinham tendo seu fluxo normal quanto à apuração de possíveis irregularidades, bem como de eventuais procedimentos já em andamento. Também foram surgindo novas demandas no transcorrer dos trabalhos e o IFPA não tinha em sua estrutura uma unidade especializada na matéria disciplinar, dotada de competência exclusiva para o assunto. A coordenação desses trabalhos ficou sob a responsabilidade da Assessoria do Reitor e Gabinete.

Em 10 de dezembro de 2012, através da portaria nº 1122/2012/GAB, foi designada uma Comissão de Assessoramento à Instalação de Processos Administrativos e Sindicâncias que, a partir de relatórios e processos identificam e apontam o tipo de procedimento administrativo disciplinar mais adequado a cada situação, através de despacho.

A comissão de assessoramento também coordena os trabalhos na formação das comissões que atuarão nos processos de sindicância ou disciplinares, solicita ao Gabinete a nomeação destas, tendo sempre em consideração a gravidade e prescrição de prazos.

De 19 a 23/11/2012, o IFPA realizou treinamento de 33 servidores para condução de processos disciplinares e de sindicância, sendo ministrado por instrutores do TCU/Brasília. Porém tem utilizado servidores de outros órgãos e instituições para algumas comissões, sempre mesclando com servidores do IFPA, visando complementar os conhecimentos e dar experiência aos servidores treinados.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

QUADRO 16 – RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – EXERCÍCIO 2012

1.							
Número do processo:	**23051.000043/2011-56**						
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória	
	☐	Sindicância Patrimonial			**X**	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	**X**	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº: 0279/2011-GAB				Data: 07.04.2011		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.000043/2011-56 deste Instituto Federal do Pará.**						
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa		**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado	
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):					
2.							
Número do processo:	**23051.001108/2011-99**						
Tipo de processo:	**X**	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória	
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar	

Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 1236/2011-GAB				Data: 19.12.2011	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.001108/2011-99 deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
3.						
Número do processo:	**23051.000089/2012-56**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0012/2012-GAB Nº: 0130/2012-GAB Nº: 0131/2012-GAB				Data: 05.01.2012 Data: 02.02.2012 Data: 02.02.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.000089/2012-56 deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
4.						
Número do processo:	**23051.000351/2012-62**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0022/2012-GAB				Data: 10.01.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.000351/2012-62 deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	☐	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			X	Processo Julgado

Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
5.						
Número do processo:	**23051.001494/2012-91**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0132/2012-GAB				Data: 02.02.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fato ocorrido no dia 24/01/2012 (manifestacao dos alunos de Licenciatura Plena em Educacao do Campo realizada no refeitorio).**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
6.						
Número do processo:	**23051.0001982/2012-07**					
Tipo de processo:	X	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0184/2012-GAB				Data: 28.02.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de possíveis responsabilidades de servidores em se oporem, de forma injustificada, ao andamento da execução da gestão no âmbito do Câmpus Belém.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
7.						
Número do processo:	**23051.002523/2012-32**					
Tipo de processo:	X	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar

Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0158/2012-GAB				Data: 14.02.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de possíveis responsabilidades de servidores em se oporem, de forma injustificada, ao andamento da execução da gestão no âmbito do Câmpus Belém.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
8.						
Número do processo:	**23051.003284/2012-38**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0292/2012-GAB				Data: 21.03.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de possíveis irregularidades cometidas no período de eleição para o Conselho Superior, pelo servidor matrícula SIAPE nº 1669426, no Câmpus Conceição do Araguaia.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
09.						
Número do processo:	**23051.003498/2012-12**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	X	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0265/2012-GAB Nº: 0487/2012-GAB				Data: 15.03.2012 Data: 08.05.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de extravio, em 2008, de documentos relativos ao enquadramento do servidor matrícula SIAPE nº 1636166, na carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Câmpus Tucuruí.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	X	Relatório

	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
10.						
Número do processo:	**23051.004046/2012-40**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			**X**	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	**X**	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0339/2012-GAB				Data: 09.04.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de acumulação ilegal de cargos pelo servidor matrícula SIAPE nº 1661633 do IFPA.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
11.						
Número do processo:	**23051.005017/2012-03**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			**X**	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☐	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0353/2012-GAB				Data: 13.04.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.005017/2012-03 deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				

Instauração de TCE						
12.						
Número do processo:	**23051.005524/2012-39**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			**X**	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	**X**	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0429/2012-GAB				Data: 29.04.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.0055524/2012-39 deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
13.						
Número do processo:	**23051.010847/2011-17**					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	**X**	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 1249/2011-GAB				Data: 09.01.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.010847/2011-17, deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
14.						
Número do processo:	**23051.002523/2012-32**					
Tipo de processo:	**X**	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	**X**	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 0513/2012-GAB				Data: 11.05.12	
Fato sob apuração	**Apuração de possíveis responsabilidades de servidores em se oporem, de forma**					

(descrição sucinta):	**injustificada, ao andamento da execução da gestão no âmbito do Câmpus Belém.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	☐	Processo Julgado		
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				
15.						
Número do processo:	**23051.013042/2011-17**					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa			☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial			x	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	**X**	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 125/2011-GAB				Data: 27.01.2012	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de fatos relatados no Processo nº 23051.013042/2011-17, deste Instituto Federal do Pará.**					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	**X**	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	☐	Processo Julgado		
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R$):				

Belém, 25 de janeiro de 2013.

Denise Cruz da Silva
Responsável pela emissão do Relatório
Portaria nº 222/08-GAB

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O sistema CGU/PAD não vinha sendo alimentado de forma tempestiva e o Presidente da Comissão nomeada pela portaria nº 1122/2012/GAB, foi indicado e credenciado no sistema para atualização e manutenção de dados. Esse trabalho está em andamento.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. Programação e execução da despesa orçamentária e financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

QUADRO 17– AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

Identificação da Ação	
Código	0181
Descrição	Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores Civis
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processado	Não Processado	
R$25.999.998,00	R$27.199.998,00	R$27.053.672,46	R$27.053.672,46	-	-	R$27.053.672,46

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores Civis	-	-	-	R$ 25.999.998,00	R$ 27.053.672,46

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Critica

A **Ação 0181** - O Pagamento de Aposentadorias e Pensões Servidores Civis, pertencente ao programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, foi executada durante o exercício de 2012 dentro da normalidade, ou seja, os pagamentos de aposentados e pensionistas foram realizados em dia e, de acordo com a legislação vigente. Os recursos orçamentários alocados nesta ação em 2012, não foram suficientes para pagamento desse benefício aos servidores, fazendo-se necessário, a solicitação de créditos suplementares, fato deu-se em decorrência do aporte orçamentário previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício. O IFPA, durante o exercício de 2012 foram registrados 8 atos de concessão de aposentadoria e 5 concessões de pensão civil no TCU; bem como 04 registros de atos cadastrados no SISAC para concessão de aposentadoria e 2 atos cadastrados para concessão de pensão civil, conforme informações da Diretoria de Gestões de Pessoas/SIMEC.

Identificação da Ação	
Código	0005
Descrição	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios)
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 31.130,00	R$ 28.990,00	R$ 28.989,80	R$28.989,80	-	-	R$ 28.989,80

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios)	-	-	-	R$ 31.130,00	R$ 28.989,80

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Critica

A **Ação 0005** – Cumprimento de Sentença Judicial Transita em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas, pertencente ao programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais. Esta ação foi executada dentro da normalidade no exercício de 2012, ou seja, os pagamentos de precatórios estabelecidos na LOA foram realizados de acordo com a legislação vigente, já que os mesmos são pagos diretamente via SIAFI aos beneficiários, pelos Tribunais Federais.

Identificação da Ação	
Código	00G5
Descrição	Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 3.424,00	R$ 14.384,00	R$ 3.424,00	R$ 3.423,99	-	R$ 0,01	R$ 3.423,99

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos	-	-	-	R$ 3.424,00	R$ 3.424,00

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Critica

A **Ação 0005** - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, pertencente ao programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais foi executado dentro da normalidade, sendo as contribuições incidentes sobre a folha de pagamento no exercício de 2012, sendo que as mesmas foram recolhidas conforme legislações vigentes.

Identificação da Ação	
Código	20RJ
Descrição	Apoio a capacitação e formação inicial e continuada de profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$100.300,00	R$100.300,00	R$83.689,91	R$30.720,00	-	R$ 52.969,91	R$ 30.720,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Curso de especialização e aperfeiçoamento em Educação no Campo	Pessoa beneficiada	350	40	R$100.300,00	R$83.689,91

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Critica

A **Ação 20RJ** - Apoio a capacitação e formação inicial e continuada de profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica, pertencente ao programa 2030 - Educação Básica. Esta ação foi desenvolvida exclusivamente no IFPA pelo câmpus Marabá Rural, o qual esta desenvolvendo o curso de especialização e aperfeiçoamento em Educação no Campo, no polo de Vigia de Nazaré. O curso atende a demanda do MEC, a qual é desenvolver a formação continuada de educadores do campo e quilombola, que atuam em classes ou escolas multisseriadas. Desse modo o curso apresenta cinco eixos, o qual será desenvolvido em oito etapas, neste primeiro ano o curso atendeu 40 alunos e os recursos orçamentários foram executados dentro da legislação vigente.

Identificação da Ação	
Código	20RG
Descrição	Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 18.000.000,00	R$ 24.639.861,00	R$ 18.000.000,00	R$ 2.248.709,38	-	R$ 15.751.290,62	R$ 2.248.709,38

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Expansão e restruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica	Vaga disponibilizada	7.500	7.500	R$ 18.000.000,00	R$ 24.639.861,00

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20RG** - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pertence ao programa 2031- Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação foi executada em 100% no exercício de 2012. Pois só houve liberação de R$ 18.000.000,00, o saldo restante de R$ 6.639.861,00, foi resultante de credito suplementar para reabertura no exercício de 2013, mas não foi liberado. Os gastos relativos a esta ação, foram oriundos de obras, assim distribuídos: Construção dos blocos de ensino do câmpus Altamira, Construção do Câmpus de Óbidos I fase, Construção do bloco pedagógico de Breves, Pavimentação da via de acesso e Construção do almoxarifado do câmpus de Marabá Rural, construção do câmpus de Cametá e Paragominas, já com relação a equipamentos foram utilizados em grande parte para mobiliar e equipar os campi de Óbidos e Castanhal. Dessa forma a ação planejada foi exitosa, obtendo-se 100% (cem por cento) de realização do programado.

Identificação da Ação	
Código	20RL
Descrição	Funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 57.597.122,00	R$ 70.813.692,00	R$ 58.002.538,80	R$ 39.184.853,35	R$ 707.160,11	R$ 18.817.683,45	R$38.477.693,24

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo estado	Aluno matriculado	26.900	25.597	R$ 57.597.122,00	R$ 58.002.538,80

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20RL** – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, pertencente ao programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada durante todo o exercício de 2012 dentro da normalidade. Os recursos orçamentários alocados nesta ação no exercício, foram de maior expressividade, com propósito de oferecer todas as condições financeiras para que a atividade fim da Instituição aconteça da melhor forma possível. O IFPA ao longo do exercício de 2012 atendeu a 25.597 alunos matriculados, dos 26.900 previstos. Cumprindo a sua função social que é ofertar o ensino público, gratuito e de qualidade para os jovens e adolescentes no Estado do Pará.

Identificação da Ação	
Código	2994
Descrição	Assistência ao Educando da educação profissional
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 10.007.911,00	R$ 10.674.578,00	R$ 9.141.632,97	R$ 6.224.108,79	R$ 8.523,36	R$ 2.917.524,18	R$ 6.215.585,43

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência ao Educando da educação profissional	Aluno assistido	21.000	11.806	R$ 10.007.911,00	R$9.141.632,97

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 2994** – Assistência ao Educando da Educação Profissional, pertencente ao Programa 2031- Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação foi executada por todos os campi do Instituto Federal de Educação Tecnologia do Pará, na sua grande maioria, foi utilizada para aquisição de merenda escolar, pagamento de bolsa de estudo e auxilio moradia, além de outras ações. Vale destacar que foram atendidos 11.806 alunos dos 21.000 previstos.

Identificação da Ação	
Código	6380
Descrição	Fomento ao desenvolvimento da educação profissional
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 143.872,00	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fomento ao desenvolvimento da educação profissional	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 6380** – Fomento ao desenvolvimento da educação profissional, pertencente ao Programa 2031- Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação não foi executada, pois só houve inscrição da despesa em crédito bloqueado pela SOF, já que esta medida foi para que seja liberado este recurso em 2013, para garantir a aplicabilidade desta ação, em virtude da LOA 2013, não ter sido aprovado em 2012.

Identificação da Ação	
Código	00ID
Descrição	Contribuição ao conselho nacional das instituições da rede federal de educação profissional, cientifica e tecnológica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 78.245,00	R$ 78.245,00	R$78.245,00	R$78.245,00	-	-	R$78.245,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento da anuidade do CONIF	-	-	-	R$78.245,00	R$78.245,00

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 00ID**– Contribuição ao conselho nacional das instituições da rede federal de educação profissional cientifica e tecnológica, pertencente ao Programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada na sua totalidade, esta execução foi relativa ao pagamento da anuidade do CONIF que o IFPA paga em todo exercício financeiro, sendo que a despesa transcorreu normalmente, obedecendo às legislações em vigor.

Identificação da Ação	
Código	09HB
Descrição	Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 13.333.300,00	R$ 16.328.651,00	R$ 15.812.612,69	R$ 15.812.612,69	-	-	R$ 15.812.612,69

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos	-	-	-	R$ 13.333.300,00	R$ 15.812.612,69

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 09HB -** Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos, pertencente ao programa 2109 – Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada durante o exercício de 2012 dentro da normalidade, ou seja, os recolhimentos da referida contribuição foram realizados em dia e de acordo com a legislação vigente. Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação em 2012, não foram suficientes para pagamento desse imposto retido sobre vencimentos dos servidores, fazendo se necessário, a solicitação de créditos suplementares, este fato deu-se em decorrência do aporte orçamentaria previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício.

Identificação da Ação	
Código	2004
Descrição	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 1.572.000,00	R$ 1.848.437,00	R$ 1.837.782,83	R$ 1.837.782,83	-	-	R$ 1.837.782,83

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	Pessoa beneficiada	1.379	1.379	R$ 1.572.000,00	R$1.837.782,83

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 2004** – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, pertencente ao programa 2109 – Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada no exercício, de acordo com proposta aprovada pelos servidores através de reembolso com valores estabelecidos pelo MEC. Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação, não foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores, fazendo se necessário, a solicitação de créditos suplementares, este fato deu-se em decorrência do aporte orçamentaria previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício. Considerando os valores percebidos pelos servidores foram reembolsados no mínimo 1.379 servidores.

Identificação da Ação	
Código	2010
Descrição	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processado	Não Processado	
R$168.000,00	R$202.388,00	R$191.472,71	R$191.472,71	-	-	R$ 191.472,71

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados	Criança atendida	212	212	R$168.000,00	R$191.472,71

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 2010 -** Assistência Pré - Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, pertencente ao programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada dentro da normalidade, sendo que os recursos alocados inicialmente para o exercício foram insuficientes para atender as despesas com pagamento desse benefício. Por esse motivo o IFPA, solicitou créditos suplementares, este fato deu-se em decorrência do aporte orçamentário previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício. Foram atendidas no mínimo 212 crianças.

Identificação da Ação	
Código	2011
Descrição	Auxilio transporte aos servidores empregados
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processado	Não Processado	
R$ 360.000,00	R$606.240,00	R$520.749,15	R$520.749,15	-	-	R$ 520.749,15

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará	Servidor beneficiado	195	195	R$ 360.000,00	R$520.749,15

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 2011** – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados, pertencente ao programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada durante todo o exercício de 2012, dentro da normalidade. Sendo que os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação, não foram suficientes para atender a todas as despesas com o

pagamento desse benefício aos servidores, o que tornou necessária, a solicitação de recursos suplementares. Este fato foi em decorrência do montante orçamentário previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento deste benefício até o encerramento do exercício. Os pagamentos deste benefício aos servidores foram realizados conforme legislação vigente, beneficiando no mínimo 195 servidores.

Identificação da Ação	
Código	2012
Descrição	Auxilio alimentação aos servidores e empregados
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 4.800.000,00	R$4.985.000,00	R$ 4.952.862,89	R$ 4.952.862,89	-	-	R$ 4.952.862,89

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Auxilio alimentação aos servidores empregados	Servidor beneficiado	1.316	1.316	R$ 4.800.000,00	R$4.952.862,89

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 2012** – Auxílio Alimentação aos servidores e empregados, pertencente ao programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada durante todo o exercício, dentro da normalidade. Os recursos orçamentários alocados nesta ação inicialmente em 2012, não foram suficientes para atender a todas as despesas com o pagamento desse benefício aos servidores, fazendo-se necessária, a solicitação de aporte de recursos suplementares. Este fato foi em decorrência do montante orçamentário previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento deste benefício até o encerramento do exercício. Os pagamentos deste benefício aos servidores, foi realizado conforme legislação vigente, beneficiando no mínimo 1.316 servidores.

Identificação da Ação	
Código	20CW
Descrição	Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$184.369,00	R$184.369,00	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos	Servidor beneficiado	1.024	0	R$184.369,00	-

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20CW** – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos, pertencente ao programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação não foi executada durante todo o exercício de 2012, em virtude de haver recursos orçamentários oriundos do exercício de 2011, ano em que foi implementada esta ação. Por esse motivo não foi utilizado recursos no exercício de 2012.

Identificação da Ação	
Código	20TP
Descrição	Pagamento de pessoal ativo da União
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R$ 70.926.888,00	R$ 85.126.888,00	R$ 84.666.816,79	R$ 84.666.816,79	-	-	R$ 84.666.816,79

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de pessoal ativo da União	-	-	-	R$ 70.926.888,00	R$84.666.816,79

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20TP** – Pagamento de pessoal ativo da União, pertencente ao programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi executada durante todo o exercício, dentro da normalidade. Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação em 2012, não foram suficientes para atender todas as despesas com o pagamento de salários aos servidores, fazendo-se necessária, solicitação de aporte de recursos suplementares. Este fato foi em decorrência do montante orçamentário previsto inicialmente na LOA, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício. Os pagamentos realizados aos servidores foram realizados conforme legislação vigente.

Identificação da Ação	
Código	4572
Descrição	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processado	Não Processado	
R$ 499.501,00	R$ 499.501,00	R$ 93.475,52	R$ 87.977,52	-	R$ 5.498,00	R$ 87.977,52

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	Servidor capacitado	100	52	R$ 499.501,00	R$ 93.475,52

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 4572** – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação, pertencente ao programa 2109- Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação, no ano de 2012, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do IFPA, dentre seus objetivos constava a capacitação dos servidores. Todavia, a Diretoria de Gestão de Pessoas na ocasião, apresentou o referido Plano em julho de 2012, cujo valor orçado previsto ultrapassou cinco vezes ao montante previsto inicialmente na Matriz Orçamentaria, este fato inviabilizou quase na totalidade a sua execução. Diante disso, foram propostas várias formas de utilizar os recursos para capacitar os servidores, sendo que a decisão tomada junto às cinco Pró-reitoras foi acordado em reunião, que cada uma realizasse sua demanda de acordo com suas necessidades de capacitação. De certa maneira, conseguimos capacitar cinquenta e dois servidores da Reitoria, em várias áreas de atuação, tais como: Patrimônio, Protocolo, Gestão de Pessoas, Licitações. Ressaltamos que a execução orçamentaria foi considerada pouco expressiva. Mas estas distorções serão corrigidas no exercício seguinte, pois sob nova gestão, a Diretoria de Gestão de Pessoas, elaborou o Plano de Capacitação envolvendo os servidores de todo o Instituto para o exercício de 2013, em execução a partir do primeiro semestre do referido ano.

Identificação da Ação	
Código	8370
Descrição	Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para reforma agraria
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- Câmpus Marabá Rural
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$268.998,00	R$188.887,60	R$ 19.854,85	-	R$ 169.032,75	R$ 19.854,85

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para reforma agraria	Capacitar pessoas	80	75	R$268.998,00	R$188.887,60

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A Ação 8370 - Capacitação e formação profissional de nível médio e superior para reforma agraria, pertencente ao programa 2066 – Reforma Agraria e Ordenamento da Estrutura Fundiária. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. Esta ação teve o objeto: A formação de 80 jovens assentados da reforma agrária do sul e sudeste do Pará, os quais serão atendidos, pelo curso Técnico em Agropecuária, ênfase em Agroecologia, integrado com o Ensino Médio, através de processos formativos integrados, articulando áreas de conhecimento, saberes popular e científico, formação humana e profissional, diferentes práticas, tempos e espaços pedagógicos, visando contribuir para a sustentabilidade da Agricultura Familiar e Camponesa no sul e sudeste paraense, considerando as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político institucional. No momento foram atendidos 84 alunos, mas houve apenas 9 desistências, ou seja, o curso esta em andamento com boa possibilidade de alcançar os seus objetivos iniciais que eram atender 80 alunos, o referido curso

acaba só no ano de 2013. Com relação à execução orçamentaria, temos a informar que grande parte do recurso foi gasto com diárias e passagens a servidores do câmpus e aquisição de material de consumo para atender o curso que esta em andamento, outra natureza de despesa preponderante foi à contratação de professores, através de serviços de pessoas físicas, para ministrarem aulas nos cursos do programa. Ressaltamos que o montante não executado de R$ 80.110,40, foi decorrente do repasse do recurso ter acontecido no dia 07 de dezembro de 2012, o que prejudicou bastante a execução desta ação, pois era o ultimo mês do exercício financeiro, este saldo foi devolvido para o INCRA.

Identificação da Ação	
Código	20RJ
Descrição	Apoio á capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para educação básica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 7.143.553,10	R$ 3.201.826,90	R$ 2.257.907,77	-	R$ 943.919,13	R$ 1.807.261,67

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica	Aluno atendido	118	118	R$ 3.090.000,00	R$ 2.154.685,11
02	Programa Universidade aberta do Brasil	Aluno atendido	1.935	1.037	R$ 4.053.553,10	R$ 1.047.141,79

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20RJ** – Apoio á capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para educação básica, pertencente ao programa 2030-Educação básica. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações realizadas pela CAPES. Com o intuito de atendimento dos programas Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Programa de Formação de Professores da Educação básica (PARFOR). A Grande maioria dos recursos aportados a estes programas foram executados na Reitoria. Já com relação à execução dos programas ficou assim descriminada:

- **Universidade Aberta do Brasil (UAB):** Este programa tem como objetivo, atender estudantes de outros municípios distantes da capital Belém, através de educação à distância, democratizando assim o acesso à educação superior. A meta física prevista inicialmente para o exercício de 2012 foi de 1.935 alunos, no entanto só foram atendidos aproximadamente 1.037 alunos. Em virtude da grande desistência dos alunos matriculados inicialmente, o que ocasionou uma grande evasão escolar no programa, outro ponto importante foi à baixa execução orçamentaria, que foi ocasionada pelo planejamento inicial dos gastos o qual previa a realização de aquisição de materiais e serviços, a serem executados no 2º semestre de 2012. Fato que não foi possível em virtude da intervenção ocorrida no IFPA no mês de julho de 2012, por parte do Ministério da Educação. O programa ficou parado por três meses, retornando as suas atividades normais em setembro de 2012, mas com a aproximação do encerramento do exercício, o IFPA só conseguiu executar R$ 1.047.141,79, dos R$ 4.053.553,10, previstos inicialmente. Grande parte destes gastos foi com: Diárias a servidores e

colaboradores eventuais, passagens e com materiais de consumo. Os saldos não utilizados foram devolvidos a CAPES.

-**Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR):** Este programa tem como objetivo: Induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. A meta física prevista para o exercício foi à inclusão de 118 novos alunos, sendo que a criação do programa no IFPA foi em 2010 e vai até 2014. No momento o programa esta contemplando 3.072 alunos em todo o estado do Pará, sendo que as metas estão conformidade com o planejado para os cursos. Ressaltamos que a evasão escolar no programa, acontece em virtude da falta de apoio financeiro ao aluno, pois na grande maioria eles se deslocam de localidades distantes das cidades e permanecem até dois meses e os mesmos tem que se manter com seus próprios recursos. Com relação à execução orçamentaria do ano, grande parte do recurso foi gasto com diárias a servidores e colaborados eventuais e passagens, além da aquisição de materiais de consumo para serem distribuídos aos campi. A única despesa que não foi executada foi à contratação de pessoa jurídica, para fornecimento de mão de obra terceirizada, esse serviço era para atender a falta de pessoa administrativa para atender as demandas do programa, mas em virtude da Intervenção do Ministério da Educação ocorrida no instituto, o processo não prosseguiu e por este motivo não foi executado mais de R$ 1.000.000,00, o qual retornou a CAPES.

Identificação da Ação	
Código	8744
Descrição	Apoio à alimentação escolar na educação básica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 478.920,00	R$ 262.244,23	R$218.676,50	-	R$ 43.567,73	R$ 218.676,50

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoio a alimentação escolar na educação básica	Aluno alimentado	5.961	3.505	R$ 478.920,00	R$ 262.244,23

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 8744** – Apoio a alimentação escolar na educação básica, pertencente ao programa 2030 - Educação Básica, esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias realizadas pelo FNDE. O objetivo desta ação era aquisição de merenda escolar, para atendimento dos alunos da instituição. A Reitoria distribuiu os recursos orçamentários para cada câmpus, nos montantes destinados a cada um pelo FNDE, mediante ao numero de alunos. Ressaltamos a baixa execução deste programa, em virtude da dificuldade dos campi em atender as exigências da legislação, as quais são necessárias para atendimento do programa. Apenas os campi de Belém, Castanhal e Marabá Rural, executaram a ação no âmbito do instituto, já em relação aos recursos destinados aos campi de: Abaetetuba, Altamira, Breves, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Itaituba, Santarém e Tucuruí, foram devolvidos pelo IFPA ao FNDE, pois não foram executados.

Identificação da Ação	
Código	8252
Descrição	Educação profissional e tecnológica a distância E-TEC Brasil
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 238.386,70	R$ 19.206,67	R$19.206,67	R$ 1.058,53	-	R$ 18.148,14

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Conclusão das aulas presenciais do 2º módulo e reoferta das turmas em andamento da rede ETEC Brasil	Aluno atendido	1.530	1.190	R$ 238.386,70	R$ 19.206,67

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 8252** – Educação profissional e tecnológica à distância E-TEC Brasil, pertencente ao programa 2031- Educação Profissional e Tecnológica. Este programa foi recebido pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias realizadas pelo FNDE, esses créditos orçamentários eram exclusivamente para pagamento de diárias e passagens, aos professores que iriam ministrar aulas presenciais nos polos das diversas localidades no estado do Pará. Ressaltamos que a baixa execução desta despesa, foi em virtude da solicitação orçamentaria equivocada da Coordenação do programa. Pois no momento de solicitar o termo de cooperação com o FNDE, a coordenação solicitou apenas diária a servidores e passagens, mas não contemplou diária a colaboradores eventuais, sendo que a grande maioria das viagens que ocorreriam era oriundas desta despesa. No entanto a coordenação do programa detectou o equivoco e solicitou a mudança de naturezas de despesas do termo de cooperação técnica, mas pelo fato de encerramento do exercício de 2012, o FNDE não autorizou a mudança o que prejudicou bastante a execução do programa no decorrer deste exercício. Sendo que estava programado 209 viagens para aplicação de aulas presenciais, mas só foram realizadas 63 viagens, em virtude do equivoco mencionado acima. Foram atendidos no mínimo 1.190 alunos, já o restante das aulas serão implementadas no exercício de 2013.

Identificação da Ação	
Código	20RG
Descrição	Restruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 4.997.580,03	R$ 4.904.406,54	R$71.915,29	-	R$ 4.832.491,25	R$ 71.915,29

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Construção do muro do câmpus de Breves	Obra	1	1	R$ 1.155.192,74	R$ 1.148.064,63
02	Construção do bloco pedagógico do câmpus de Breves	Obra	1	1	R$ 1.691.258,36	R$ 1.688.825,77
03	Construção do pórtico e guarita da reitoria	Obra	1	1	R$ 646.801,01	R$ 609.315,29
04	Aquisição de livros e equipamentos para Câmpus Itaituba	Equipamentos	-	-	R$ 109.791,52	R$ 64.022,49
05	Aquisição de equipamentos diversos para o câmpus Tucuruí	Equipamentos	-	-	R$ 1.394.536,40	R$ 1.394.178,36

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20RG**– Restruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, pertencente ao programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias realizadas pela Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação. O objeto desta ação era a realização de obras e aquisição de equipamentos, visando sanar deficiências estruturais e de equipar laboratórios da Reitoria e campis do IFPA. O instituto participou com vários projetos do edital 01/2013 de Restruturação da Rede Federal da SETEC/MEC, no entanto só foram contemplados os projetos dos campi:

- **Câmpus de Breves**: Este câmpus recebeu recursos orçamentários para construção do muro e da coordenação pedagógica e pesquisa. O montante total empenhado nas obras da restruturação da rede, para o câmpus de foi de R$ 2.836.890,40;
- **Reitoria**: A reitoria recebeu recursos orçamentários para construção da guarita e pórtico de entrada da mesma, o montante total empenhado nas obras da restruturação da rede, na Reitoria foi de R$ 609.315,29;
- **Câmpus Itaituba**: Este câmpus recebeu recursos orçamentários para aquisição de equipamentos de laboratório e para aquisição de acervo bibliográfico, o montante total empenhado nas aquisições da restruturação da rede, no câmpus Itaituba foi de R$ 64.022,49;
-**Câmpus Tucuruí**: Este câmpus recebeu recursos orçamentários para Aquisição de veículos, equipamentos para laboratório e equipamentos diversos, o montante total empenhado nas aquisições da restruturação da rede, neste câmpus foi de R$ 1.394.178,36;

No tocante esta ação foi executada quase na plenitude, pois os saldos não utilizados foram oriundos da economicidade alcançadas nas licitações realizadas e estes saldos foram devolvidos a Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da Secretaria de Planejamento e Orçamento do

Ministério da Educação, vale destacar que os benefícios advindos desta ação, como a realização de obras e aquisição de equipamentos, vão beneficiar diversos alunos.

Identificação da Ação	
Código	6380
Descrição	Fomento ao desenvolvimento da educação profissional
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 2.791.031,53	R$ 2.530.889,24	R$ 208.797,00	R$ 24.899,10	R$ 2.322.091,34	R$ 183.897,90

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Programa Mulheres Mil	Mulheres atendidas	800	598	R$ 635.091,53	R$ 414.352,24
02	Programa Núcleo de estudos em Agroecologia	Projetos	02	02	R$ 47.400,00	R$ 37.000,00
03	Termo de cooperação para aquisição de equipamentos de videoconferência	Aquisição de equipamentos	129	129	R$ 2.079.540,00	R$ 2.079.537,00

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 6380**– Fomento ao desenvolvimento da educação profissional, pertencentes ao programa 2031- Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias realizadas pela SETEC/MEC e pela Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação. O objeto desta ação foi à realização de capacitações de Mulheres em situação de vulnerabilidade (Programa Mulheres Mil), além da aquisição de equipamentos de videoconferência para o IFPA e a realização de projetos do núcleo de estudos em agroecologia.
Esta ação esta dividida em três programas distintos conforme descrição a seguir:

- **Mulheres Mil**, este programa foi implementado no IFPA, com o objetivo de prover melhoria significativa na vida de 598 mulheres em situação de vulnerabilidade social no estado do Pará. O programa esta implantado nos campi de Abaetetuba, Altamira, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Santarém, Marabá Rural e Tucuruí. Com relação à execução orçamentaria deste programa foi satisfatória e não foi executado na totalidade o recurso, pois a dotação orçamentaria referente aos campi de Itaituba, Marabá rural, Santarém e Tucuruí, foi repassado apenas em outubro de 2012, pela Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e em virtude do prazo para utilização o qual era o final do mês de novembro de 2012, só parte do recurso vou gasto e os saldos não utilizados foram devolvidos, apesar dos percalços o programa atendeu no mínimo as 598 mulheres previstas inicialmente.

- **Núcleo de Estudos em Agroecologia**, este programa foi implementado no IFPA, com o objetivo de desenvolver estudos em agroecologia no Estado do Pará. O programa esta sendo desenvolvido

nos câmpus de Castanhal e Marabá Rural, estes campi oferecem bolsa de estudo aos estudantes para desenvolverem trabalhos na área de agroecologia. Com relação à execução orçamentaria, a única natureza de despesa recebida através de descentralização orçamentaria via Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, foi a de auxilio ao educando e a mesma aconteceu dentro da normalidade.

-**Termo de cooperação para aquisição de equipamentos de videoconferência**, esta ação foi implementada pelo IFPA, com o objetivo de oferecer melhor Sistema de ensino a distancia no âmbito do IFPA. Esta ação foi pactuada com a SETEC/MEC, o que gerou o termo de cooperação técnica, para aquisição de equipamentos de videoconferência. Com relação à execução orçamentaria realizada pelo IFPA, esta ação foi executada na totalidade, com a aquisição de todos os equipamentos previstos, com esta aquisição o instituto poderá oferecer cursos a distancia com maior efetividade, ou seja, este termo de cooperação técnica, foi de vital importância para o desenvolvimento do ensino à distância no IFPA.

Identificação da Ação	
Código	20RH
Descrição	Gerenciamento das politicas de educação
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 8.000,00	R$ 3.506,75	R$ 3.506,75	-	-	R$ 3.506,75

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação em Relatório de Gestão 2011	Pessoa capacitada	1	1	R$ 3.000,00	R$ 1.913,46
02	VIII encontro de encerramento do exercício	Pessoa capacitada	2	2	R$ 5.000,00	R$ 1.593,29

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20RH** – Gerenciamento das politicas de educação, pertencentes ao programa 2109-Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias realizadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC e pela Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação. O objeto dos repasses de recursos foram para a realização do pagamento de diárias e passagens a servidores da Reitoria, com o intuito de participarem de capacitações, assim descriminadas:

1-Participação do servidor: Tayan Roberto Silva Martinez, no treinamento sobre elaboração do relatório de gestão do ano de 2011, realizado pela SETEC/MEC, em Brasília;

2- Participação dos servidores: Elza Olivia Souza da Silva e Altiere Costa de Souza, no VIII encontro de encerramento do exercício de 2012, realizado pela setorial financeira do MEC, na cidade de Belo Horizonte. Os recursos orçamentários alocados nesta ação em 2012, através das descentralizações recebidas foram suficientes para atender a todas as despesas com os deslocamentos dos servidores, na realização dos treinamentos efetuados, por esta ação.

Identificação da Ação	
Código	20RK
Descrição	Funcionamento das universidades federais
Unidade Responsável	Ministério da Educação – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 175.432,40	R$ 40.141,92	R$40.141,92	-	-	R$ 40.141,92

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Curso de Gestão Pública	Aluno atendido	40	40	R$ 175.432,40	R$ 40.141,92

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 20RK** – Funcionamento das universidades federais, pertencente ao programa 2032-Educação Superior – Graduação, pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão do Ministério da Educação. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias encaminhadas pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), esses repasses orçamentários são correspondentes ao termo de cooperação técnica firmado entre UFRA e o IFPA. Com o intuito de realização do curso de gestão pública. O curso é destinado aos servidores da UFRA. O crédito orçamentário oriundos da parceria entre os órgãos foi para pagamento de servidores do IFPA, através da rubrica cursos e concursos e de professores contratados como serviço de pessoas físicas. Esses profissionais que trabalharam ministrando aulas no curso de gestão pública. Os recursos orçamentários alocados nesta ação em 2012, através de descentralizações recebidas foram suficientes para atender a todas as despesas com o curso, sendo que o saldo não utilizado foi devolvido a Universidade.

Identificação da Ação	
Código	8799
Descrição	Apoio a centros de referência em direitos humanos
Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Câmpus Altamira
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 465.443,32	R$ 410.841,94	-	-	R$ 410.841,94	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Atendimento de pessoas em vulnerabilidade diversas	Pessoa atendida	480	-	R$ 465.443,32	R$ 410.841,94

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 8799** – Apoio a centros de referência em direitos humanos, pertencente ao programa 2064- Promoção e defesa dos Direitos Humanos da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias encaminhadas pela Secretaria de Direitos Humanos, esses repasses orçamentários são oriundos do termo de cooperação técnica nº 01/2012-SDH/PR, firmado entre Secretaria de Direitos Humanos e o IFPA. Este recurso será para implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos no Município de Altamira. O referido centro tem como Objetivo a realização de ações integradas e de atendimento social, psicológico e jurídico a todas as vitimas de preconceito, discriminação, violência e abusos. Neste ano de 2012 o câmpus Altamira já providenciou a contratação das estruturas básicas, necessárias ao desenvolvimento da ação, como a contração de pessoa jurídica em diversas áreas para atendimento do publico alvo do programa, sendo que os atendimentos só aconteceram a partir de 2013.

Identificação da Ação	
Código	8802
Descrição	Apoio a ações e serviços para o fornecimento de documentação civil básica
Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos – IFPA – câmpus Altamira
Unidade Orçamentária	26416

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	R$ 20.600,00	R$ 20.077,01			R$ 20.077,01	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Atendimento de pessoas em vulnerabilidade diversas	Pessoa atendida	480	-	R$ 20.600,00	R$ 20.077,01

Fonte: PROAD/IFPA

Analise Critica

A **Ação 8802**– Apoio a ações e serviços para o fornecimento de documentação civil básica, pertencente ao programa 2064- Promoção e defesa dos Direitos Humanos da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica. Esta ação foi recebida pelo IFPA, através de descentralizações orçamentarias encaminhadas pela Secretaria de Direitos Humanos, esses repasses orçamentários são oriundos do termo de cooperação técnica nº 01/2012-SDH/PR, firmado entre Secretaria de Direitos Humanos e o IFPA. Este recurso será para implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos no Município de Altamira. O referido centro tem como Objetivo a realização de ações integradas e do atendimento social, psicológico e jurídico a todas as vitimas de preconceito, discriminação, violência e abusos. Neste ano de 2012 o câmpus Altamira já providenciou a contratação de estruturas básicas necessárias, ao desenvolvimento da ação, como aquisição de equipamentos diversos, para atendimento do publico alvo do programa, sendo que os atendimentos só aconteceram a partir de 2013.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO 18: IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.	26416	158135

Fonte: PROAD/IFPA

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO 19: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		R$ 110.294.740,00	R$ 86.796.605,00	-	-	R$ 51.584.073,00	R$ 56.342.758,00
LOA	PLOA		R$ 110.294.740,00	R$ 86.796.605,00	-	-	R$ 51.584.073,00	R$ 56.342.758,00
LOA	LOA		R$ 110.294.740,00	R$ 86.796.605,00	-	-	R$ 52.184.073,00	R$ 56.642.758,00
CRÉDITOS	Suplementares		R$ 18.406.511,00	R$ 27.123.145,00	-	-	R$ 6.105.567,00	R$ 1.746.000,00
CRÉDITOS	Especiais	Aberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Reaberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Aberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Reaberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		R$ 2.140,00	R$ 504.698,00	-	-	-	R$ 7.184.000,00
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
TOTAL			**R$ 128.699.111,00**	**R$ 113.415.052,00**	**-**	**-**	**R$ 58.289.640,00**	**R$ 51.204.758,00**

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO 20: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		R$ 40.533.375,00	R$ 25.488.203,00	-	-	-	-
LOA	PLOA		R$ 40.533.375,00	R$ 25.488.203,00	-	-	-	-
LOA	LOA		R$ 41.183.375,00	R$ 26.288.203,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		R$ 262.495,00	R$ 7.000.000,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Aberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Reaberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Aberto	R$ 15.040.973,00	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Reaberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações				-	-	-	-	-
TOTAL			R$ 56.486.843,00	R$ 33.288.203,00	-	-	-	-

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO 21: QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		R$ 161.878.813,00	R$ 143.139.363,00	R$ 40.533.375,00	R$ 25.488.203,00	-	-
LOA	PLOA		R$ 161.878.813,00	R$ 143.139.363,00	R$ 40.533.375,00	R$ 25.488.203,00	-	-
LOA	LOA		R$ 162.478.813,00	R$ 143.439.363,00	R$ 41.183.375,00	R$ 26.288.203,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		R$ 24.512.078,00	R$ 28.869.145,00	R$ 262.495,00	R$ 7.000.000,00	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Aberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Reaberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Aberto	-	-	R$ 15.040.973,00	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Reaberto	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		R$ 2.140,00	R$ 7.688.698,00	-	-	-	-
Outras Operações						-	-	-
TOTAL			**R$ 186.988.751,00**	**R$ 164.619,810,00**	**R$ 56.486.843,00**	**R$ 33.288.203,00**	**-**	**-**

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

4.2.2.4 Análise Crítica sobre Programação de Despesas

Com base nos dados apresentados nos Quadros de programação de despesas e reserva de contingência, observa a Lei Orçamentária Anual (LOA), consignou para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Unidade Orçamentária (UO) 26416, composta pela Reitoria e 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Industrial Marabá, Rural Marabá, Itaituba, Santarém, Breves e Tucuruí), o valor total de R$ 203.662.188,00. Comparando este valor ao montante constante na PLOA, R$ 202.412.188,00, constata-se um acréscimo de R$ 1.250.000,00, assim descrito:

- Na categoria Despesas correntes de custeio, o montante foi de R$ 600.000,00, proveniente de emenda parlamentar destinadas a ações de custeio na Reitoria do IFPA, a qual foi liberada integralmente e foi utilizada pelos campi e a Reitoria;
- Na categoria Despesa de Capital, grupo investimento, foram provenientes de emenda parlamentares destinadas as ações contínuas de reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descrita da seguinte forma: R$ 300.000,00 para aquisição de equipamentos do Câmpus Castanhal e R$ 350.000,00 para aquisição de equipamentos do Câmpus Marabá Rural há que se ressaltar, que essa emendas parlamentares de investimento, despesa de capital não foram liberadas.

Ficou evidenciado que a variação total na Programação de Despesas constante na LOA do ano de 2011 para 2012 correspondeu a 19,99%, situação justificada pelo pleno funcionamento dos 12 campi do Instituto, refletindo assim à necessidade de manter a qualidade da estrutura, a fim de proporcionar cada vez mais melhorias no ensino. Além disso, destaca-se a construção em andamento de 05 novas unidades: Câmpus de Ananindeua 1ª etapa, Obidos 1ª etapa, construção total do Câmpus de paraupebas e início das obras do Câmpus de Cametá e Câmpus de Paragominas.

A evolução da despesa no âmbito do instituto ficou evidenciada da seguinte maneira:

As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, foi o que apresentou maior crescimento orçamentário de um ano para outro, visto que no exercício de 2011 a LOA, consignava o montante de R$ 86.796.605,00 e em 2012 R$ 110.294.740,00, demonstrando uma variação de 19,99%, resultante do aumento do número de servidores (docentes e técnicos administrativos) contratados para atuarem nos campi.

Já o grupo de Investimentos foi o que apresentou o segundo maior crescimento de um ano para outro, visto que no exercício de 2011 a LOA informava o valor de R$ 26.288.203,00 e em 2012 R$ 41.183.375,00, demonstrando uma variação de 56,66%, conforme explicitado anteriormente pelo pleno funcionamento dos campi do interior que passaram a ofertar mais cursos aumentando em alguns casos o numero de alunos, em consequência houve a necessidade de manutenção dessas unidades, como por exemplo, a contratação de vigilância e limpeza etc..., assim como a reestruturação daquelas já existentes.

Já o grupo de Outras Despesas Correntes, apresentou decréscimo de um ano para outro, visto que no exercício de 2011 a LOA informava o valor de R$ 56.642.758,00 e em 2012 R$ 52.184.073,00, demonstrando uma variação de 8,54%, em virtude do momento de expansão do IFPA, como por exemplo, a construção de cinco campi novos, o que necessitou o aumento da despesa de capital em detrimento das despesas de custeio.

É importante destacar ainda, que durante o exercício de 2012 nas Despesas correntes, houve a abertura Créditos Adicionais Suplementares para atendimento das despesas com saldos, descriminados abaixo:

1- Despesas com Pessoal no montante de R$ 18.406.511,00, esta necessidade de abertura de credito suplementar, foi pela previsão inicial na LOA, ter sido insuficiente, para atendimento da despesa até o encerramento do exercício, as liberações de créditos suplementares de pessoal ficou assim distribuída:

- Despesa com contribuição e suas autarquias, montante de R$ 10.960,00;
- Despesas com aposentados e pensionistas, montante de R$ 1.200.000,00;
- Despesas com contribuição da união (Plano da Seguridade Social patronal do servidor ativo), montante de R$ 2.995.551,00;
- Despesas com pagamento de servidores ativos, montante de R$ 14.200.0000,00.

2- Já as outras despesas correntes tiveram credito suplementares no montante de R$ 6.105.567,00, essas liberações foram para atender os benefícios, auxílios da folha, em virtude da previsão inicial da LOA, ter sido insuficiente, para atender as despesas ate o encerramento do exercício de 2012, além dos benefícios, teve ainda a liberação de credito suplementar para atender ao programa PROCAMPO, pois o mesmo passou a ser realizada na matriz orçamentária da UO, outra despesa de custeio a qual teve credito suplementar foi à reabertura de créditos não utilizados no exercício anterior, mas neste caso não houve liberação de cota para empenho, por parte da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, a outra despesa que teve credito suplementar foi às oriundas de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2011, além das despesas correspondentes de excesso de arrecadação do exercício de 2012, essas liberações estão assim descriminadas:

- Despesas com auxilio alimentação, montante de R$ 185.000,00;
- Despesas com auxilio transporte, montante de R$ 246.240,00;
- Despesas com assistência medica a servidores, montante de R$ 276.437,00;
- Despesas com assistência pré-escolar, montante de R$ 34.388,00;
- Despesas com o programa PROCAMPO, montante de R$ 1.729.560,00;
- Despesas com reabertura de credito não utilizada no exercício anterior, mas não liberados para utilização, montante de R$ 2.759.716,00;
- Despesas com superávit financeiro de arrecadação própria do exercício 2011, montante de R$ 56.000,00;
- Despesas com excesso de arrecadação do exercício de 2012, montante de R$ 818.226,00.

3- Em se tratando de Despesas de Capital, o valor do crédito adicional/suplementar foi de R$ 262.495,00 cuja origem decorreu da inscrição de saldos não utilizados no exercício de 2011, sendo que esta despesa foi liberada para utilização.

Outro ponto importante foi à abertura de créditos extraordinários durante o exercício de 2012 corresponderam ao total de R$ 15.040.973,00, foi provenientes da inscrição de investimento por antecipação da LOA 2013, para atendimento de despesas de capital, em virtude da não aprovação da LOA 2013.

Já os créditos cancelados totalizaram o montante de R$ 2.140,00, esses créditos foram oriundos de despesas com pessoal referente a precatórios, que não foram utilizados pelos tribunais Federais.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 22: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA — Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação interna	Concedidos	158135	158507	20121-14422206487990001			R$ 410.841,94
	Concedidos	158135	158307	26101-12363203163800001			R$90.709,84
	Concedidos	158135	158308	26101-12363203163800001			R$24.800,00
	Concedidos	158135	158481	26101-12363203163800001			R$78.000,00
	Concedidos	158135	158507	26101-12363203163800001			R$71.578,90
	Concedidos	158135	158508	26101-12363203163800001			R$45.500,00
	Concedidos	158135	158509	26101-12363203163800001			R$34.134,50
	Concedidos	158135	158567	26101-12363203163800001			R$52.157,50
	Concedidos	158135	158307	26291-12368203020RJ0001			R$ 7.999,44
	Concedidos	158135	158481	26291-12368203020RJ0001			R$7.900,00
	Concedidos	158135	158506	26291-12368203020RJ0001			R$7.840,00
	Concedidos	158135	158508	26291-12368203020RJ0001			R$7.125,00
	Concedidos	158135	158306	26298-12306203087440001			R$174.055,56
	Concedidos	158135	158307	26298-12306203087440001			R$34.079,11
	Concedidos	158135	158308	26298-12306203087440001			R$54.109,56
	Concedidos	158135	158308	26416-12363210920TP0015			R$3.933,12
	Concedidos	158135	158306	26416-12363203120RL0015			R$10.251.357,32
	Concedidos	158135	158307	26416-12363203120RL0015			R$2.676.179,16
	Concedidos	158135	158308	26416-12363203120RL0015			R$4.981.581,23
	Concedidos	158135	158481	26416-12363203120RL0015			R$3.598.373,44
	Concedidos	158135	158506	26416-12363203120RL0015			R$1.651.329,07
	Concedidos	158135	158507	26416-12363203120RL0015			R$1.062.066,59
	Concedidos	158135	158508	26416-12363203120RL0015			R$1.301.461,56
	Concedidos	158135	158509	26416-12363203120RL0015			R$1.611.966,84
	Concedidos	158135	158512	26416-12363203120RL0015			R$1.035.028,51
	Concedidos	158135	158518	26416-12363203120RL0015			R$2.038.993,01
	Concedidos	158135	158567	26416-12363203120RL0015			R$1.350.435,94
	Concedidos	158135	158306	26416-12363203129940015			R$500.000,00
	Concedidos	158135	158307	26416-12363203129940015			R$950.603,22
	Concedidos	158135	158308	26416-12363203129940015			R$915.121,93
	Concedidos	158135	158481	26416-12363203129940015			R$662.732,19
	Concedidos	158135	158506	26416-12363203129940015			R$590.000,00
	Concedidos	158135	158507	26416-12363203129940015			R$482.300,00
	Concedidos	158135	158508	26416-12363203129940015			R$292.043,95
	Concedidos	158135	158509	26416-12363203129940015			R$436.450,00
	Concedidos	158135	158512	26416-12363203129940015			R$112.042,00
	Concedidos	158135	158518	26416-12363203129940015			R$458.056,90
	Concedidos	158135	158567	26416-12363203129940015			R$464.907,48
	Concedidos	158135	158307	26416- 12368203020RJ0015			R$83.689,91
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	158135	090049	26416-28846090100050015	R$28.989,80		
	Concedidos	158135	090049	26416-28846090100G50001	R$3.424,00		
	Concedidos	158135	153063	26416-12363203120RL0015			R$75.000,00
	Concedidos	158135	153103	26416-12363203120RL0015			R$250.000,00
	Recebidos	373001	158307	49201-21363206683700001			R$188.887,60
	Recebidos	153173	158135	26298-12363203182520001			R$262.244,23
	Recebidos	153173	158135	26298-12306203087440001			R$262.244,23
	Recebidos	154003	158135	26291-12368203020RJ0001			R$3.201.826,90
	Recebidos	153034	158135	26253-12364203220RK0015			R$40.141,92
	Recebidos	152734	158135	26101-12363203163800001			R$245.667,34

	Recebidos	150016	158135	26101-12363203163800001			R$183.709,40
	Recebidos	150014	158135	26101- 12122210920RH0001			R$ 3.506,75
	Recebidos	200016	158135	2 20121- 14422206487990001			R$ 411.904,39
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
		Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	Concedidos	158135	158307	26416-12363203120RG0015	R$1.361.573,11		
	Concedidos	158135	158308	26416-12363203120RG0015	R$1.233.549,12		
	Concedidos	158135	158518	26416-12363203120RG0015	R$111.020,12		
	Concedidos	158135	158306	26416-12363203120RL0015	R$6.361.917,89		
	Concedidos	158135	158307	26416-12363203120RL0015	R$737.072,43		
	Concedidos	158135	158308	26416-12363203120RL0015	R$3.286.161,43		
	Concedidos	158135	158481	26416-12363203120RL0015	R$1.273.232,88		
	Concedidos	158135	158506	26416-12363203120RL0015	R$762.758,96		
	Concedidos	158135	158507	26416-12363203120RL0015	R$1.043.930,27		
	Concedidos	158135	158508	26416-12363203120RL0015	R$471.576,79		
	Concedidos	158135	158509	26416-12363203120RL0015	R$402.084,80		
	Concedidos	158135	158512	26416-12363203120RL0015	R$1.183.775,80		
	Concedidos	158135	158518	26416-12363203120RL0015	R$575.382,34		
	Concedidos	158135	158567	26416-12363203120RL0015	R$436.270,63		
	Concedidos	158135	158307	26416-12363203129940015	R$47.893,35		
	Concedidos	158135	158507	26416-12363203129940015	R$467.000,00		
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	158135	158307	26101- 12363203163800001	R$9.625,00		
	Concedidos	158135	158567	26101- 12363203163800001	R$12.350,50		
	Concedidos	158135	158481	26101-12363203120RG0001	R$1.394.178,36		
	Concedidos	158135	158567	26101-12363203120RG0001	R$ 64.022,49		
	Concedidos	158135	158507	20121- 14422206488020001	R$ 20.077,01		
	Recebidos	152734	158135	26101- 12363203163800001	R$2.101.512,50		
	Recebidos	150016	158135	26101- 12363203163800001	R$ 4.124,16		
	Recebidos	200016	158135	20121- 14422206488020001	R$ 20.077,01		
	Recebidos	152734	158135	26101-12363203120RG0001	R$4.904.406,54		

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

Análise Crítica

No que diz respeito aos Créditos recebidos por movimentação interna e externa no exercício 2012, verifica-se que os primeiros tiveram relevância na execução orçamentária do Instituto, à medida que serviram para custear despesas correntes relacionadas às atividades de manutenção de programas como: Mulheres Mil, núcleo de estudo em agroecologia, projeto Brasil França, Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica a Distância E-TEC BRASIL, Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR, Formação Inicial e Continuada a Distância - UAB, implantação do programa de direitos humanos, Desenvolvimento de projetos educacionais para acesso e permanência na Universidade de estudantes de baixa renda (PROCAMPO), capacitação em elaboração de relatório de gestão, destaque orçamentário para folha de pagamento de dezembro de 2012, termo de cooperação para atendimento da ação Restruturação da rede Federal, termo de cooperação para atendimento a aquisição de equipamentos de videoconferência, termo de cooperação com a Universidade Federal da Amazônia (UFRA), para atendimento do curso de gestão Publica.

A procedência de tais créditos foi na sua maioria das UG's: 150016 (SETEC), 150014 (SPO/MEC), 152734 (Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentaria da SPO MEC), 153173 (FNDE) e 154003 (CAPES), 153034 (UFRA), 200016 (Secretaria de Direitos Humanos). Da mesma forma que ocorreu com os créditos originários que foram executados pelas doze 12

Unidades Gestoras, através de movimentações internas concedidas pela Reitoria, os créditos descentralizados recebidos tiveram o mesmo direcionamento, conforme se observa no quadro de movimentação orçamentária, por grupo de despesas, cuja distribuição foi a seguinte:

Reitoria (UG 158135) recebeu créditos para custeio dos programas UAB, PARFOR, PROCAMPO e ETEC-BRASIL, além dos creditos oriundas da UFRA, já em relação a investimentos para aquisição de equipamentos e obras, referente à Restruturação da Rede Federal, para realização da obra de adequação da guarita da Reitoria e construção do bloco de ensino e construção do muro do Câmpus de Breves, sendo ainda que teve o termo de cooperação com a SETEC, para aquisição de equipamentos de videoconferência.

Câmpus Belém (UG 158306), recebeu créditos de custeio e investimento para merenda escolar, assistência estudantil e funcionamento da educação;

Câmpus Tucuruí (UG 158481), cujos créditos recebidos foram para atender demandas de custeio e investimento dos programas: Mulheres Mil, PARFOR, Restruturação da Rede Federal, Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Castanhal (UG 158308), recebeu créditos de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Núcleo de estudo em agroecologia, merenda escolar, programa PROCAMPO, Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando e Expansão da Rede Federal;

Câmpus Marabá Rural (158307) recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, Núcleo de estudos em Agroecologia, PARFOR, PROCAMPO, PRONERA em parceira com o INCRA, Merenda Escolar; Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando e Expansão da Rede Federal;

Câmpus Bragança (158506), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: PARFOR, PROCAMPO, Merenda Escolar; Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Altamira (158507), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, PARFOR, PROCAMPO, termo de cooperação para o centro de referencia em direitos humanos, Merenda Escolar; Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Abaetetuba (158508), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, PARFOR, PROCAMPO, Merenda Escolar; Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Conceição do Araguaia (158509), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, PARFOR, PROCAMPO, Merenda Escolar; Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Industrial de Marabá (158512) recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Merenda Escolar; Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Santarém (158518), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, Merenda Escolar; PROCAMPO, Funcionamento da Educação Profissional, Expansão da Rede Federal e Assistência ao educando;

Câmpus Itaituba (158567), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, Merenda Escolar; Restruturação da Rede Federal, Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando;

Câmpus Itaituba (158481), recebeu credito de custeio e investimento, para atender demandas dos programas: Mulheres Mil, PARFOR, PROCAMPO, Merenda Escolar; Restruturação da Rede Federal, Funcionamento da Educação Profissional e Assistência ao educando.

No que tange as movimentações Externas de outras despesas correntes concedidas, destacam-se os créditos repassados as UGS: 153063 (UFPA), referente à segunda parcela do contrato de pós-graduação em Recursos Naturais Meio Ambiente e UG: 153103 (UFRN) referente à segunda parcela do Termo de Cooperação Técnica para instalação e gerenciamentos de programas administrativos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. E a UG: 090049 (Tribunal Regional Federal da 1ª região), referente a recursos de precatórios.

Nas movimentações externas de despesa com pessoal, destacam-se os creditos repassados a UG: 090049 (Tribunal Regional Federal da 1ª região), referente a recursos de precatórios, constantes na Lei Orçamentaria Anual de 2012.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO 23: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS — Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1-Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**R$ 29.848.162,28**	**R$ 21.336.255,90**	**R$ 29.321.328,33**	**R$ 20.536.071,40**
a) Convite	R$ 149.229,96	R$ 543.657,10	R$ 149.229,96	R$ 487.351,09
b) Tomada de Preços	R$ 1.559.918,41	R$ 1.143.615,26	R$ 1.559.918,41	R$ 1.143.615,26
c) Concorrência	R$ 2.732.675,89	R$ 1.893.978,80	R$ 2.732.675,89	R$ 1.893.978,80
d) Pregão	R$ 25.406.338,02	R$ 16.254.684,74	R$ 24.879.504,07	R$ 16.140.774,14
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2- Contratações Diretas (g+h)	**R$ 5.853.140,48**	**6.827.258,28**	**R$ 5.677.389,56**	**R$ 5.432.067,11**
g) Dispensa	R$ 5.297.026,11	5.030.994,04	R$ 5.123.611,68	R$ 4.706.320,57
h) Inexigibilidade	R$ 556.114,37	1.796.264,24	R$ 553.777,88	R$ 725.746,54
3-Regime de Execução Especial	**R$ 140.501,01**	**142.839,94**	**R$ 140.501,01**	**R$ 142.839,94**
i) Suprimento de Fundos	R$ 140.501,01	142.839,94	R$ 140.501,01	R$ 142.839,94
4-Pagamento de Pessoal (j+k)	**R$ 137.327.254,85**	**R$ 121.849.362,43**	**R$ 137.322.961,25**	**R$ 121.827.948,13**
j) Pagamento em Folha	R$ 135.604.222,05	R$ 120.160.729,79	R$ 135.604.222,05	R$ 120.160.729,79
k) Diárias	R$ 1.723.032,80	R$ 1.668.632,64	R$ 1.718.739,20	R$ 1.667.218,34
5-Outros	**R$ 9.753.938,73**	**R$ 9.868.685,20**	**R$ 9.745.133,73**	**R$ 9.567.522,80**
6. TOTAL (1+2+3+4+5)	**R$ 182.922.997,35**	**R$ 160.004.401,75**	**R$ 182.207.313,88**	**R$ 157.506.449,38**

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

Análise Crítica

Conforme demonstrativo apresentado depreende-se que nos exercícios 2012 e 2011 a modalidade de contratação adotada no IFPA foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquire bens comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Essas aquisições são em grande parte de material de consumo, contratação de

serviços de pessoa jurídica, locação de mãos de obra e aquisição de material permanente para atender as demandas dos 12 campi e Reitoria. O percentual de variação nas despesas liquidadas, nessa modalidade teve um crescimento foi de 56,30% de um ano para outro.

Verificou-se também um decréscimo na modalidade Convite, no percentual de 264,31%, esta modalidade de licitação foi utilizada para atendimento de despesas, assim discriminada:

UG: 158135, Reitoria, foi utilizada para serviços de instalações telefônicas;
UG: 158481, Câmpus Tucurui, foi utilizado para aquisição de gás de cozinha e água mineral, além de aquisição de uniformes escolares e contratação de empresa para pintura do Câmpus;
UG: 158567, Câmpus Santarém, foi utilizado para contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia.

Com relação à modalidade de licitação, Tomada de Preço teve um crescimento de 36,40% em relação ao ano de 2011 e serviu sobremaneira na contratação de empresas para realização de obras de construções e manutenção físicas das unidades distribuídas da seguinte forma:
UG: 158306, Câmpus Belém, foi à contratação de empresa de engenharia para reparo da cobertura dos blocos “A” e ‘B” além da construção do restaurante estudantil;
UG: 158308, Câmpus Castanhal, foi à contratação de empresa de engenharia para construção do prédio de agroindústria;
UG: 158481, Câmpus Tucurui, realizou a contratação de empresa de engenharia para reforma e ampliação da Biblioteca do Câmpus;
UG: 158507, Câmpus Altamira, realizou a contratação de empresa de engenharia para restruturação da rede elétrica do Câmpus.

Em relação à modalidade de licitação, concorrência teve um crescimento de 44,28% em relação ao ano de 2011 e foi utilizada também na realização de obras de manutenção das unidades, assim descriminado:
UG: 158135, Reitoria, foram realizado as obras de construção do bloco de ensino e tecnologia da informação do Câmpus Altamira, construção do Câmpus de Obidos e construção do Câmpus de Breves;
UG: 158306, Câmpus Belém, foi realizado obras de construção do bloco “M”;
UG: 158308, Câmpus Castanhal, foi realizado obras e construção do bloco pedagógico;
UG: 158481, Câmpus Tucurui, foi realizado a contratação de empresa de engenharia para adaptação do alojamento do Câmpus;
UG: 158509, Câmpus Conceição do Araguaia, foi à contratação de empresa para reprografia de documentos.

No que tange a modalidade de contratação Direta, constatou-se um crescimento nesta modalidade, a qual foi de 5,29% demonstrando assim que os 12 campi e a Reitoria estão em pleno funcionamento.

O crescimento nas contratações se deu em virtude dos elevados valores gastos com energia elétrica, água potável, assim como os valores gastos com pagamento de taxas de cursos, para participação em congressos e eventos e para capacitação dos servidores, além de contratações emergenciais de apoio administrativo na Reitoria, assim como a aquisição de material de consumo e

material permanente, sendo estes dois últimos por cotação eletrônica, que é a modalidade de licitação do inciso II da Lei 8.666/93, que evidencia um grau de transparência maior em relação às aquisições realizadas por dispensa normal.

Já em relação à modalidade de contratação inexigibilidade de licitação, as mesmas decresceram em 5,29% de um ano para outro e estão relacionadas aos serviços de publicação da Imprensa Nacional, Empresa Brasileira de Comunicação EBC, pagamento do Conselho Nacional das Instituições de Ensino (CONIF), pagamento de ART'S ao Conselho Regional de Engenharia CREA, pagamento de correspondências aos Correios, pagamento de licenciamento da frota de veículos ao Departamento de Transito do Estado do Pará, assim como a contratação de empresas para realização de treinamentos e aquisição de acervo bibliográfico.

Em se tratando de Suprimento de Fundos nota-se que sua utilização é realizada pelo Câmpus Belém UG: 158306 e Câmpus Marabá Rural UG: 158307. Houve um decréscimo na utilização do Cartão Corporativo do Governo Federal de 1,66 %, justificada pela diminuição de viagens de micro estágio.

O expressivo valor da folha de pagamento, conforme já mencionado anteriormente foi ocasionado pela contratação de novos servidores para atuarem nos novos campi e complementarem o quadro dos campi já existentes.

As diárias tiveram um acréscimo 3,26% de 2011 para 2012, o que é explicado pelo aumento de viagens e pela inclusão na matriz orçamentária, através de credito suplementar do programa PROCAMPO. Grande parte da execução foi com recursos oriundos da ação 2992 (funcionamento da educação profissional), sendo executada preponderantemente pela Reitoria do IFPA, devido à necessidade de constante deslocamento dos servidores/docentes para ministrarem aulas nos polos tanto fora, quanto dentro do Estado. Ressalta-se também o envio de servidores da área administrativa da Reitoria para os campi recém-implantados tendo em vista a descentralização da execução orçamentária e financeira.

A modalidade de contratação, outros que nada mais é que os empenhos emitidos como não se aplica, por não se enquadrarem em nenhuma das modalidades de licitação teve um decréscimo 1,18%, em relação a 2011, decorrente em grande parte pelas despesas com bolsas de estudo e auxilio a pesquisa que teve um gasto pago de R$ 7.277.404,11, assim como os gastos com obras no montante de R$ 881.720,39, referentes à construção do Ginásio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá, assim como gastos com obras no Câmpus de Conceição do Araguaia, além dos gastos pagos com ajuda de custo e indenização de moradia, decorrentes de transferências de servidores nos totais de R$ 116.435,51 e R$ 148.467,08, respectivamente.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO 24- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – DESPESAS CORRENTES

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
1 – Despesas de Pessoal	**R$127.565.515,74**	**R$112.708.745,20**	**R$127.565.515,73**	**R$112.697.702,20**	**R$ 0,01**	**R$11.043,00**	**R$127.565.515,73**	**R$ 112.697.702,20**
319011	R$ 80.956.138,88	R$ 69.586.775,93	R$ 80.956.138,88	R$ 69.586.775,93	R$ 0,01	R$ 11.043,00	R$ 80.956.138,88	R$ 69.586.7759,3
319001	R$ 20.618.132,20	R$ 19.097.616,66	R$ 20.618.132,20	R$ 19.097.616,66	-	-	R$ 20.618.132,20	R$ 19.097.616,66
319013	R$ 16.308.151,45	R$ 14.526.068,69	R$ 16.308.151,45	R$ 14.526.068,69	-	-	R$ 16.308.151,45	R$ 14.526.068,69
Demais elementos do grupo	R$9.683.093,21	R$ 9.498.283,92	R$ 9.683.093,20	R$ 9.487.240,92	-	-	R$ 9.683.093,20	R$ 9.487.240,92
2 – Juros e Enc.da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Desp. Correntes	**R$ 52.224.224,63**	**R$ 44.183.514,56**	**R$ 43.568.855,96**	**R$ 36.173.557,92**	**R$ 8.655.368,67**	**R$ 8.009.956,64**	**R$ 43.297.652,23**	**R$ 35.437.43,27**
339039	R$ 13.489.016,16	R$ 9.909.168,48	R$10.589.302,77	R$ 8.154.8924,41	R$ 3.542.937,26	R$ 3.832.006,41	R$ 10.589.302,77	R$ 8.107.363,85
339037	R$ 12.361.045,30	R$ 8.890.612,75	R$ 9.946.078,90	R$ 6.163.041,24	R$ 2.099.660,16	R$ 1.741.866,13	R$ 9.728.317,60	R$ 5.944.086,24
339018	R$ 7.751.986,48	R$ 7.223.204,98	R$ 7.146.544,11	R$ 6.077.162,07	R$ 1.771.742,53	R$ 1.060.163,74	R$ 7.137.739,11	R$ 5.718.392,47
Demais elementos do grupo	R$ 18.622.176,69	R$ 18.160.528,35	R$ 15.886.930,18	R$ 15.778.462,20	R$ 1.241.028,72	R$ 1.375.920,36	R$ 15.842.292,75	R$ 15.667.560,71
TOTAL	**R$ 79.789.740,37**	**R$ 56.892.259,76**	**R$171.134.371,69**	**R$ 148.871.260,12**	**R$8.655.368,68**	**R$8.020.999,64**	**R$170.863.167,96**	**R$ 148.135.105,47**

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

Analise Critica das Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Na execução da despesa corrente por grupo e elemento, observa-se que de 2011 para 2012, as despesas de Pessoal e Encargos se mantiveram. Foram distribuídas da seguinte forma:
Despesa com pessoal: 339011 despesas com servidores ativos, 339001, despesa com servidores inativos e 339013, despesa com PSS Patronal. Tal situação evidencia a prevalência dessas despesas no orçamento do órgão o que é explicado pela expansão da Instituição, como por exemplo, à criação de 05 novos campi e polos de ensino distribuídos no estado do Pará o que ocasionou a contratação de novos servidores, consequentemente impactou nos encargos patronais.

Em relação ao grupo de outras despesas correntes os gastos com serviços de pessoa jurídica se sobressaíram nos dois exercícios. Serviram para custear as despesas com energia elétrica, água e esgoto, manutenção dos bens imóveis e demais serviços para custeio da Instituição. No que diz respeito ao segundo grupo que apresentou relevância nos gastos da Entidade destaca-se a terceirização de mão de obra para atender os serviços de vigilância ostensiva, limpeza e conservação, cozinheiros, coperiragem, teleatendentes e motoristas das 12 unidades e a Reitoria.

Em seguida, no terceiro grupo figura o auxilio financeiro a estudantes proveniente de dotação específica no orçamento do exercício 2012, principalmente as oriundas da ação 2994, a qual é a assistência ao educando, as despesas deste grupo, foram destinadas ao pagamento de bolsistas tanto do Instituto Federal do Pará, quanto do Programa Universidade Aberta do Brasil.

QUADRO 25- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – DESPESAS DE CAPITAL Valores em R$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
4 –Investimentos	**40.678.223,15**	**33.023.661,31**	**11.788.625,66**	**11.133.141,63**	**28.889.597,49**	**21.890.519,68**	**11.344.145,92**	**9.371.343,91**
449051	24.578.063,73	18.849.121,39	7.423.471,08	6.414.900,97	20.384.987,15	12.434.220,42	7.008.291,34	5.308.594,96
449052	15.928.081,42	13.787.285,21	4.193.076,58	4.488.217,65	8.504.610,34	9.299.067,56	4.193.076,58	3.832.725,94
449039	172.078,00	304.774,71	172.078,00	147.543,01	-	157.231,70	142.778,00	147.543,01
Demais elementos do grupo	-	82.480,00	-	82.480,00	-	-	-	82.480,00
5 – Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6- Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**40.678.223,15**	**33.023.661,31**	**11.788.625,66**	**11.133.141,63**	**28.889.597,49**	**21.890.519,68**	**11.344.145,92**	**9.371.343,91**

Fonte: DIPOF/PROAD/IFPA

Análise Crítica das Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Na execução da despesa de capital, grupo investimentos as alterações significativas dizem respeito às obras que estão em andamento, tanto na capital, quanto nos interior, conforme abaixo:

UG: 158135 Reitorias: Foi para Construção dos campi de Breves, Ananindeua, Óbidos, Pagagominas, Cametá, além da construção do bloco pedagógico de Tecnologia da Informação do Câmpus Altamira, da construção e pavimentação da via de acesso ao Câmpus Marabá Rural e construção do ginásio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá;

UG: 158306 Câmpus Belém: Foi para Construção do restaurante estudantil e reforma dos bloco de ensino;

UG: 158308 Castanhal: Foi realizado a construção do laboratório de Agroindústria e Construção do bloco de pedagogia;

UG: 158506 Câmpus Bragança: Foi realizado a Contratação de empresa especializada em projetos de sondagem e topografia;

UG: 158509 Câmpus Conceição do Araguaia: Foi para construção da Estação de Tratamento de efluentes e adequações dos espaços físicos do Câmpus;

UG: 158307 Câmpus Marabá Rural: Foi realizado a construção do Almoxarifado e contratação de empresa de engenharia para realização de obras de conclusão do Câmpus;

UG: 158507 Câmpus Altamira: Foi realizado a Contratação de empresa de engenharia para restruturação da rede elétrica do Câmpus;

UG: 158512 Câmpus Marabá Industrial: Foi realizado a Contratação de empresa de engenharia para implantação da rede lógica do novo prédio do Câmpus;

UG: 158481 Câmpus Tucurui: Foi realizado a Contratação de empresa de engenharia para pintura e para construção do bloco de pedagógico do Câmpus.

Em segundo lugar na execução de investimento está a aquisição de equipamentos de uso comum, como computadores, equipamentos de informática e mobiliário em geral e equipamentos de laboratório, pois para o efetivo funcionamento dos 12 campi e a reitoria é necessário à estruturação adequada dos laboratórios e espaços físicos.

E em terceiro estão às aquisições de softwares para os servidores e computadores do Instituto Federal do Pará.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 26- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1-Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**1.040.520,90**	**8.731.773,17**	**744.123,71**	**8.664.029,36**
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	5.625.014,96	-	5.625.014,96
d) Pregão	1.040.520,90	3.106.758,21	744.123,71	3.039.014,40
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2- Contratações Diretas (g+h)	**33.504,89**	**299.610,68**	**33.504,89**	**299.610,68**
g) Dispensa	33.504,89	299.610,68	33.504,89	299.610,68
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3-Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4-Pagamento de Pessoal (j+k)	**1.765.981,86**	**2.919.210,00**	**1.545.632,50**	**2.919.210,00**
j) Pagamento em Folha	40.141,92	1.679.968,73	40.141,92	1.679,968,73
k) Diárias	1.497.227,94	1.239.241,27	1.343.834,50	1.239.241,27
5-Outros	**228.612,00**	**6.117.841,82**	**201.798,00**	**5.863.469,51**
6. TOTAL (1+2+3+4+5)	**2.840.007,65**	**18.068.435,67**	**2.363.403,02**	**17.746.319,55**

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

Análise Crítica das Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Conforme demonstrativo apresentado constata-se que nos exercícios 2012 e 2011, a modalidade de contratação adotada no IFPA para os créditos recebidos por movimentação foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquire bens comuns, nos exatos termos do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005. Tais aquisições foram em grande parte de material de consumo, serviços de pessoa jurídica e aquisição de materiais permanentes assim distribuídos:

UG 158306: Câmpus Belém, utilizado para aquisição de merenda escolar;

UG 158308: Câmpus Castanhal, utilizado na aquisição de material de consumo para atendimento da merenda escolar;

UG 158507: Câmpus Altamira, utilizado em grande parte com material de consumo, passagens e serviço de pessoa jurídica, para atendimento ao centro de referencia em Direitos Humanos;

UG 158481: Câmpus Tucuruí, utilizado com equipamentos para atendimento da ação restruturação da rede federal do edital SETEC/MEC;

UG 158307: Câmpus Marabá Rural, utilizado para aquisição de merenda escolar, aquisição de material de consumo para o programa PARFOR, aquisição de passagens aéreas e materiais de consumo para o programa Mulheres Mil e com aquisição de passagens aéreas, material de consumo, contratação de pessoa física, para atendimento do Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e o referido Câmpus;

UG 158135: Reitoria, utilizado com aquisição de material de consumo, reprografia, serviços de pessoa jurídica passagens referente ao projeto PARFOR, UAB, ETEC BRASIL e aquisição de equipamentos de videoconferência, para atendimento do termo de cooperação entre o IFPA e a SETEC/MEC;

UG 158567: Câmpus Itaituba, utilizado com equipamentos para atendimento da ação restruturação da rede federal do edital SETEC/MEC e para aquisição de passagens aéreas e aquisição de mobiliário para o projeto Mulheres Mil.

Verificou-se também que a modalidade Convite, Tomada de Preços e concorrência não foi liquidada e paga despesas dos créditos recebidos por movimentação.

Constatou-se ainda redução nas contratações diretas, no percentual de 794,23%, as quais foram utilizadas pelos seguintes campi: Altamira, Abaetetuba, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural e Tucuruí, para aquisição de equipamentos, serviços de pessoa física, material de consumo e serviços pessoa jurídica para o programa PARFOR, Mulheres Mil e Termos de Cooperação Técnica firmado com o INCRA, projeto (PRONERA), esta redução acentuada demonstrar que o órgão esta empenhado em reduzir as aquisições através desta modalidade.

Da mesma forma que o Convite e Tomada de Preços, não houve movimentação no exercício na modalidade Inexigibilidade e também em Suprimento de Fundos.

O montante da folha de pagamento de R$ 40.141,92, foi ocasionado pelos pagamentos através da rubrica cursos e concursos dos professores que ministraram aulas no curso de pós-graduação em gestão publica do IFPA Câmpus Belém, referente ao termo de cooperação existente entre o IFPA e a UFRA.

Em relação às diárias relativas aos créditos recebidos por movimentação, apresentaram um aumento de 20,81% em relação ao exercício de 2011, em razão da execução dos projetos PARFOR, ETEC Brasil, UAB, Mulheres Mil e Termo de Cooperação Técnica firmado entre o INCRA e o Câmpus Marabá Rural, projeto PRONERA. Esta despesa foi executada em grande parte pela Reitoria do IFPA devido à necessidade de deslocamento dos servidores/docentes para ministrarem aulas nos polos localizadas no Estado do Pará, em Amapá e Roraima e em outros Estados.

A modalidade outros consolida os saldos de empenho emitidos na condição de não se aplica, em decorrência do não enquadramento nas demais modalidades de licitação. Apresentou um decréscimo de 2.576,09%, em relação ao ano anterior e decorreu, em grande parte, das despesas com bolsas de estudo dos diversos projetos externos como Mulheres Mil e Núcleo em Estudos em Agra ecologia e pela Incorporação de alguns programas a Matriz Orçamentária do Instituto, como por exemplo, o programa PROCAMPO.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 27- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – DESPESAS CORRENTES Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
1 –Despesas de Pessoal	**-**	**R$1.679.968,73**	**-**	**R$1.679.968,73**	**-**	**-**	**-**	**R$1.679.968,73**
3319011	-	R$1.344.126,47	-	R$1.344.126,47	-	-	-	R$1.344.126,47
3319113	-	R$ 335.842,26	-	R$ 335.842,26	-	-	-	R$ 335.842,26
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	**4.556.032,75**	**17.647.407,00**	**3.158.769,99**	**6.923.827,79**	**1.984.126,39**	**10.723.579,21**	**2.291.487,73**	**6.896.855,98**
339030	1.311.345,49	8.626.000,00	1.007.931,22	2.191.587,41	1.010.431,26	8.282.680,00	917.552,92	2.191.587,41
339036	1.058.941,22	2.237.264,10	558.038,64	1.841.241,80	418.073,88	1.375.385,00	493.109,50	1.841.241,80
339014	558.038,64	1.933.701,80	390.677,63	747.104,85	196.186,00	769.456,67	373.656,77	633.169,47
Demais elementos do grupo	1.627.707,40	4.850.441,10	1.202.122,50	2.143.893,73	359.435,25	296.057,54	507.168,54	2.230.857,30
TOTAL	**4.556.032,75**	**R$19.327.375,73**	**3.158.769,99**	**R$8.603.796,52**	**1.984.126,39**	**10.723.579,21**	**2.291.487,73**	**R$8.576.824,71**

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

Análise Crítica das Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

No Grupo de Outras Despesas Correntes, constata-se que, em primeiro lugar, estão as despesas com aquisição de material de consumo, para atendimento dos programas Mulheres Mil, PARFOR e PRONERA, já com relação a restos a pagar não processados destacam-se os créditos, decorrente da criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), cujo objetivo, segundo a Lei nº 12.513/2011 é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

Em segundo lugar, está à despesa com pessoa Física, jurídica e diárias visando o atendimento de diversos projetos, em especial os: Mulheres Mil, PARFOR e também o Termo de Cooperação Técnica firmado entre INCRA e Câmpus Marabá Rural (PRONERA).

Em terceiro lugar estão às despesas com diárias, passagens e auxilio financeiro a estudantes, visando o atendimento de diversos projetos, em especial os: Mulheres Mil PARFOR e também o Termo de Cooperação Técnica firmada entre INCRA e Câmpus Marabá Rural (PRONERA).

QUADRO 28- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – DESPESAS DE CAPITAL Valores em R$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
4 –Investimentos	**7.025.996,05**	**11.144.743,47**	**71.915,29**	**9.464.639,15**	**6.954.080,76**	**1.680.104,32**	**71.915,29**	**9.169.494,84**
449052/449051	3.572.790,36	8.552.739,54	71.915,29	6.987.160,30	3.500.875,07	1.565.579,24	71.915,29	6.733.987,99
449051	3.446.205,69	1.890.976,96	-	1.776.451,88	3.446.205,69	114.525,08	-	1.734.479,88
449039	7.000,00	701.026,97	-	701.026,97	7.000,00	-	-	701.026,97
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6- Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**7.025.996,05**	**11.144.743,47**	**71.915,29**	**9.464.639,15**	**6.954.080,76**	**1.680.104,32**	**71.915,29**	**9.169.494,84**

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

Análise Crítica das Despesas de Capital por Grupo e Elemento de despesa dos Créditos recebidos por movimentação

No que diz respeito à execução dos créditos recebidos por grupo e elemento de despesa por movimentação em Investimentos merecem destaque:

Em primeiro lugar, estão as aquisições de material permanente, assim descriminadas:

UG: 158135, Reitoria, foi realizado aquisição de equipamentos de videoconferência para a Pró-reitoria de Extensão;

UG: 158307, Câmpus Marabá Rural, foi realizado aquisição de equipamentos para o projeto Mulheres Mil;
UG 158507, Câmpus Altamira, realizado Aquisição de equipamentos para atendimento do centro de Referencia de Direitos Humanos;

UG 158567, Câmpus Itaituba, foi realizado Aquisição de equipamentos para atendimento a ação Restruturação da Rede Federal e para o programa Mulheres Mil;

UG 158481, Câmpus Itaituba, foi realizado Aquisição de equipamentos para atendimento a ação Restruturação da Rede Federal.

A segunda posição foi ocupada pelas despesas com Obras, assim discriminadas:

UG: 158135, Reitoria, foi realizada construção do Muro e bloco pedagógico do Câmpus de Breves e construção da Guarita da Reitoria.

Em terceiro lugar está à despesa com aquisição de reprografia e encadernação, para atendimento do programa Mulheres Mil.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO 29 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333909201	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158135	PAGAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO	-	303.390,29	303.390,29	-
Razões e Justificativas:					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333909214	DIÁRIAS – CIVIL				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158509	921.316.972-87	-	727,41	727,41	-
Razões e Justificativas:					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333909218	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158306	000.452.992-85	-	390,00	390,00	-
158306	392.924.522-15	-	390,00	390,00	-
158306	609.228.852-49	-	390,00	390,00	-
158306	007.697.262-32	-	390,00	390,00	-
158306	591.331.982-68	-	390,00	390,00	-
158306	004.773.0.2-50	-	390,00	390,00	-
158306	007.600.582-88	-	390,00	390,00	-
158306	942.668.912-53	-	390,00	390,00	-
158306	958.359.542-04	-	390,00	390,00	-
158306	890.742.202-82	-	390,00	390,00	-
158306	000.377.762-66	-	390,00	390,00	-
158306	015.101.912-67	-	390,00	390,00	-
158306	637.305.612-00	-	390,00	390,00	-
158306	797.814.462-34	-	390,00	390,00	-
158306	735.387.522-49	-	390,00	390,00	-
158306	963.170.192-15	-	390,00	390,00	-
158306	010.886.142-21	-	390,00	390,00	-
158306	984.471.062-68	-	390,00	390,00	-

158306	002.959.092-26	-	390,00	390,00	-
158306	007.467.862-04	-	390,00	390,00	-
158306	002.195.032-65	-	390,00	390,00	-
158306	710.617.382-72	-	390,00	390,00	-
158306	899.568.182-91	-	390,00	390,00	-
158306	012.237.602-19	-	390,00	390,00	-
158306	982.665.362-00	-	780,00	780,00	-
158306	006.151.442-09	-	390,00	390,00	-
158306	872.358.202-25	-	390,00	390,00	-
158306	920.738.322-53	-	390,00	390,00	-
158306	884.889.932-34	-	390,00	390,00	-
158306	000.284.342-00	-	390,00	390,00	-
158306	003.438.232-17	-	390,00	390,00	-
158306	876.213.982-72	-	390,00	390,00	-
158306	984.302.462-15	-	390,00	390,00	-
158306	022.176.952-82	-	220,00	220,00	-
158306	005.610.512-67	-	220,00	220,00	-
158306	994.493.152-72	-	220,00	220,00	-

Razões e Justificativas:

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação
333909230	MATERIAL DE CONSUMO

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158306	09.721.163/0001-38	-	5.907,16	5.907,16	-
158306	47.866.934/0001-74	-	16.908,36	16.908,36	-
158308	09.721.163/0001-38	-	84,00	84,00	-

Razões e Justificativas:

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação
333909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158507	08.088.541/0001-25	-	275,94	275,94	-

Razões e Justificativas:

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação
333909236	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAS FISICA

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158306	005.940.082-04	-	133,50	133,50	-
158509	634.513.521-68	-	1.200,00	1.200,00	-

Razões e Justificativas:

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação

333909237	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158509	05.742.568/0001-00	-	15.198,54	15.198,54	-
Razões e Justificativas:					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333909239	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158306	04.164.616/0001-59	-	37.485,06	37.485,06	-
158306	33.530.486/0001-29	-	16.766,77	16.766,77	-
158307	04.895.728/0001-80	-	86.804,73	86.804,73	-
158506	05.352.726/0001-07	-	2.351,12	2.351,12	-
158507	09.500.121/0001-77	-	1.795,60	1.795,60	-
158518	33.000.118/0001-79	-	2.540,43	2.540,43	-
158518	02.449.992/0364-36	-	1.390,34	1.390,34	-
Razões e Justificativas:					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333909248	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS À PESSOA FÍSICA				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158518	777.862.892-91	-	384,00	384,00	-
Razões e Justificativas:					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
333919239	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
158135	110245 / 00001	-	3.917,73	3.917,73	-
158306	110245/0001	-	4.828,83	4.828,83	-
Razões e Justificativas:					

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

5.1.2 Análise Crítica do Reconhecimento de Passivo

As despesas de exercícios anteriores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, reconhecidas e pagas ao longo do exercício 2012, apresentaram um decréscimo considerável, cujo valor total montou em R$ 516.009,81. Essas decorreram preponderantemente da insuficiência de dotação orçamentária para pagamento das diversas despesas da Reitoria e de seus 12 campi no exercício 2011, haja vista que o planejamento orçamentário desse exercício ficou

aquém das reais necessidades da Instituição, fato que fica evidenciado na comparação da LOA de ambos os exercícios. Em 2011, os recursos destinados às despesas Correntes somaram R$ 56.642.758,00, ao passo que as de 2012 totalizaram R$ 52.184.073,00, ou seja uma diferença de 4.458.685,00, de um ano para outro. A distribuição do reconhecimento dessas despesas ficou demonstrado da seguinte forma:

UG 158307, Câmpus Rural Marabá, rubrica 33909239 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), foi pago o montante de R$ 86.804,73, oriunda da falta de recursos de custeio, para pagamento da conta de energia elétrica do mês de Dezembro de 2011;

UG 158135, Reitoria, rubrica 33909201 (servidor ativo), foram pagos um montante de R$ 303.390,29, essa despesa foram oriundas do pagamento de GEDBT de professores substitutos, pois os mesmos já estavam com destrato e excluídos da folha de pagamento no exercício de 2011, além do pagamento de despesas oriundas do ano de 2011 de servidores ativos que foram incluídas na folha de pagamento de janeiro de 2012.

UG 158306, Câmpus Belém, rubrica 33909218, (Auxilio Financeiro a Estudante) o montante pago foi de R$ 13.920,00, os pagamento ocorreram em virtude da falta de recursos para Assistência Estudantil do mês de Dezembro de 2011, outra rubrica foi a 333909230, (material de consumo), no montante de R$ 22.815,52, para pagamento das faturas do contrato de combustíveis da empresa TICKET Serviços e para pagamento do contrato de água mineral da empresa Nagase e Martins LTDA, já na rubrica 33909236 (Serviço de Pessoa Física), os pagamentos são referente a colaborador externo que trabalhou como fiscal no processo seletivo do ano de 2011 e ainda a rubrica 333909239 (Serviço de Pessoa Jurídica), no montante de R$ 54251,83, referente a reconhecimento de contas de telefonia das empresas TNL PCS S/A e Embratel do ano de 2011 e pagamentos de serviços de reparo no bloco “C” e “D”.
UG 158308, Câmpus Castanhal, rubrica 333909230, (material de consumo), no montante de R$ 84,00, referente à aquisição de alimentos para merenda escolar, pois o empenho foi cancelado no exercício de 2011 e foi necessário reconhecer a despesa..

UG 158507 Câmpus Altamira, rubrica 33909233 (Passagens), foi pago um montante de R$ 275,94, referente a passagens não cobradas no exercício de 2011 e cobradas apenas em 2012, pela empresa WORLD AGENCIA DE VIAGENS, OPERADORA, a outra rubrica foi a 333909239 (Serviço de Pessoa Jurídica), no montante de R$ 1.795,60, essa despesa foi referente ao pagamento de serviços de reprografia, prestados no exercício de 2011, pela empresa Gráfica Felix LTDA.

UG 158506 Câmpus Bragança, rubrica 333909239 (Serviço de Pessoa Jurídica), no montante de R$ 2.351,12, essa despesa foi referente ao contrato de serviços gráficos da empresa Copy system LTDA, pois a empresa cobrou apenas em maio de 2012 as faturas referentes a 2011.
.
UG 158518 Câmpus Santarém, rubrica 33909239 (serviço de pessoa jurídica), no montante de R$ 3.930,77, referente a pagamento de contas de telefonia do mês de novembro de 2011 da empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A e Vivo, em virtude da falta de recursos na época e a rubrica 333909248 (Auxilio a Pessoa Física), para reconhecimento e pagamento de ressarcimento a saúde em favor de JOAO CARLOS DE MELO JUNIOR, referente à despesa de 2011, neste caso recomendamos o cancelamento do empenho desta despesa, pois a forma correta seria que o Câmpus reconhece se a despesa e encaminha se a Reitoria, para que a mesma solicitasse ao MEC a liberação e futuro pagamento deste tipo de despesa.

UG 158509 Câmpus Conceição do Araguaia, rubrica 33909214 (Diárias), foi pago um montante de R$ 727,41, em favor de TARCISIO LEMOS MONTEIRO CARVALHO, pois a despesa na época não foi lançada e a rubrica 333909236 (Serviço Pessoa Física), no montante de R$ 1.200,00, em favor de ROSANIA MOURA LIMA DA SILVA, a qual ministrou a disciplina primeiro socorros, essas despesas foram referente ao exercício de 2011 e em virtude da falta de dotação a despesas foi reconhecida em 2012, assim como a rubrica 333909237 (Locação de Mão de Obra), no montante de R$ 15.198,54, referente à repactuação contratual de 2011 em favor da empresa E S E SEGURANCA PRIVADA LTDA.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 30- SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	2.745.068,49	110.077,31	2.632.382,65	2.608,53
2010	113.743,80	100,00	112.860,00	783,80
2009	950,51	-	-	950,51
2008	-	-	-	-
2007	3.640,59	-	-	3.640,59
2006	10.384,21			10.384,21
2005	12.096,72			12.096,72
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	42.027.540,42	1.473.432,99	29.957.216,85	10.596.890,58
2010	3.447.899,41	104.112,62	1.293.770,28	2.050.016,51
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

5.2.1 Análise Crítica de Restos a Pagar

Os valores concernentes aos Restos a Pagar processados, estão assim discriminados:

Os Restos a pagar Processados, inscritos no ano de 2005, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011 pertencentes ao Câmpus Belém, UG 158306, totalizam respectivamente R$ 12.096,72, R$ 10.384,21, R$ 905,74, R$ 950,91, R$ 783,80 e R$ 376,42, são provenientes do não pagamento do empenho 2005NE800001, da empresa M.M Distribuidora, fornecedora de livros, do empenho 2006NE800005, da empresa Telemar Norte leste prestadora de serviços de telecomunicações, do empenho 2007NE800046, da empresa Irmãos Teixeira e do empenho 2009NE800030 da empresa AES Comercial LTDA, do empenho 2010NE900462, da empresa Paragas Distribuidora, referente a gás de cozinha e do empenho 2011NE800059, da empresa Azevedo & Passos LTDA, fornecedora de tonner para impressora.

Os restos a pagar processados inscritos no exercício de 2007 e 2011, pertencentes ao Câmpus Castanhal, UG, 158308, no valor de R$ 2.734,85 e R$ 1.412,74 decorrem do não pagamento dos empenhos 2007NE800001 e 2007NE800002 da empresa irmãos Teixeira, pois a

empresa estava com SICAF vencido e do não pagamento de faturas dos correios do empenho 2011NE800024, em favor da empresa Brasileira de Correios.

Os restos a pagar processados inscritos no exercício de 2011, pertencentes ao Câmpus Marabá Rural, UG, 158307, no valor de R$ 109,37 decorre do não pagamento de faturas de telefonia fixa do empenho 2011NE800110, da empresa Telemar Norte Leste.

Os restos a pagar processados inscritos no exercício de 2011, pertencentes ao Câmpus Conceição do Araguaia, UG, 158509, no valor de R$ 42,00 decorre da liquidação e do não pagamento de ajuda de custo ao estudante Joacy Conceição Pereira faturas, referente ao empenho 2011NE000024.

Os restos a pagar processados inscritos no exercício de 2011, pertencentes ao Câmpus Marabá Industrial, UG, 158512, no valor de R$ 668,00 decorre da liquidação e do não pagamento do empenho 2011NE800075 referente à aquisição de quadros de aviso, em favor da empresa Multi Quadros e Vidros.

No intuito de apurar o não pagamento destes Restos a Pagar até o final do exercício de 2012, os Câmpus serão notificados, para verificar a situação a fim de efetuar o pagamento ou proceder ao cancelamento dos mesmos.

Em relação aos Restos a pagar Não Processados, verifica-se que nos anos de 2010 a 2011, Os saldos destes exercícios foram em grande parte pagos ainda no exercício 2012. Relativamente aqueles inscritos em 2010 que são decorrentes de créditos orçamentários empenhados praticamente no último mês do fechamento do exercício por não existe tempo hábil para processamento das despesas que tendem a ocorrer no início do ano seguinte. São despesas relativas à contratação de serviços, Obras e aquisição de equipamentos, já com relação aos restos a pagar do exercício de 2011, na maioria foram pagos no exercício de 2012 e são oriundos de obras da expansão da rede e aquisição de equipamentos para atendimentos dos 12 campi e a Reitoria. Por fim vale mencionar que as UG's 158135, Reitoria, UG: 158306 Câmpus Belém e UG: 1158481 Câmpus Tucurui foram as Unidades que tiveram valores expressivos em Restos a Pagar.

5.3 Suprimento de Fundos

5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO 31– DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 158306	CÂMPUS BELÉM	-	-	156.037,65	156.037,65
UG 158307	CÂMPUS RURAL MARABÁ	-	-	10.908,00	10.908,00
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		**-**	**-**	**166.945,65**	**166.945,65**

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 32 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	158306	Limite de Utilização da UG		R$ 300.000,00	
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
ANDREA F. COSTA	467.163.783-91	8.118,00	-	8.118,00	8.118,00
AUGUSTO. S.S.FERNANDES	055.834.542-53	8.910,00	-	8.910,00	8.910,00
BIRATAN S. PALMEIRA	341.474.032-04	8.000,00	-	4.052.24	4.052.24
CLEDSON N.ALVES	637.225.422-00	8.000,00		2.848,50	2.848,50
GEISE COSTA COELHO	665.049.532-87	8.000,00	-	4.652,00	4.652,00
INALDO S . S. FILHO	886.030.402-49	8.000,00	-	5.268,82	5.268,82
JAIME H.B.COSTA	440.779.712-68	8.000,00	-	4.125,00	4.125,00
JEAN FRANCA VELOSO	727.371.232-91	8.000,00	-	7.169,00	7.169,00
JOÃO A.S. BARRADAS	256.013.342-34	8.000,00	-	7.920,00	7.920,00
JOÃO LUIZ GOUVEA	049.073.612-20	8.000,00	-	3.454,00	3.454,00
JORGE P. OLIVEIRA	221.582.352-68	8.000,00	-	6.336,00	6.336,00
JOSÉ MARIA B.PINTO	032.629.362-00	10.062,00	-	10.062,00	10.062,00
KLEBER R.M.SILVA	184.240.662-00	8.000,00	-	6.987,00	6.987,00
MARINETE S.BOULHOSA	467.005.602-68	8.000,00	-	6.152,00	6.152,00
MARIO ROCHA VASCONCELOS	150.543.302-91	8.000,00	-	6.233,00	6.233,00
MARLIS E.R.REQUELME	512.742.802-49	8.000,00	-	4.460,00	4.460,00
NEILTON S.TAPAJOS	615.176.902-34	8.000,00	-	3.428,52	3.428,52
NEYBER J. F.BARATA	186.607.382-68	8.000,00		6.297,00	6.297,00
PAMELA MELO COSTA	756.695.012-68	8.000,00	-	3.220,58	3.220,58
PAULO C. G.OLIVEIRA	210.901.812-72	8.316,00	-	8.316,00	8.316,00
SERGIO F.SILVA	032.490.262-04	8.000,00	-	4.356,35	4.356,35
TAYLOR A. COLLYER	049.654.422-53	8.000,00	-	7.227,00	7.227,00
Total Utilizado pela UG			-	129.593,01	129.593,01
Código da UG 2:	**158307**	**Limite de Utilização da UG:**		**R$ 30.000,00**	
ADALCILENA H C DUARTE	590.041.852-91	8.000,00	-	5.714,34	5.714,34
SOLANGE F.M.FERREIRA	033.356.152-04	8.000,00	-	5.193,66	5.193,66
Total Utilizado pela UG				**10.908,00**	**10.908,00**
Total Utilizado pela UJ				**140.501,01**	**140.501,01**

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO 33 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	**Conta Tipo "B"**		**Saque**		**Fatura**		**Total (R$)**
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	24	140.501,01	140.501,01
2011	-	-	-	-	26	142.839,94	142.839,94
2010	-	-	-	-	18	101.729,82	101.729,82

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 34 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	**Conta Tipo "B"**						**CPGF**					
	2012		**2011**		**2010**		**2012**		**2011**		**2010**	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	10.908,00	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	22	129.593,01				

Fonte: DPOR/PROAD/IFPA

5.3.1.5 Análise Crítica

Com relação a suprimento de fundos temos a informar que de todos os suprimentos emitidos no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, apenas duas solicitações de suprimento de fundos, nãoforam prestadas contas, sendo os referidos suprimentos pertencentes ao Câmpus Rural de Marabá UG: 158307, assim discriminada:

ADALCILENA H C DUARTE	590.041.852-91	R$ 5.714,34
SOLANGE F.M.FERREIRA	033.356.152-04	R$ 5.193,66

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 35 – FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	**1.322**	**1.322**	**61**	**47**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.1.1. Docente	-	-	-	-
1.1.2. Técnico Administrativo	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**1.322**	**1.322**	**61**	**47**
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.309	1.309	51	44
1.2.1.1. Docente	731	731	29	15
1.2.1.2. Técnico Administrativo	578	578	22	29
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.2.1. Docente	0	0	0	0
1.2.2.2. Técnico Administrativo	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	1
1.2.3.1. Docente	1	1	0	1
1.2.3.2. Técnico Administrativo	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	10	10	2
1.2.3.1. Docente	7	7	7	0
1.2.3.2. Técnico Administrativo	3	3	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	**45**	**45**	**10**	**29**
2.1. Docente	45	45	10	29
2.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0
3. Servidor sem Vínculo com a Administração Pública (3.1+3.2)	0	0	0	0
3.1. Docente	0	0	0	0
3.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2+3)	**1.367**	**1.367**	**71**	**76**

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

As admissões de servidores são decorrentes do plano de expansão da rede tecnológica, onde no Pará foram criados novos Campi, como o Câmpus de Breves, além dos PólosVigia e Ananindeua. Porém, o quadro de pessoal do IFPA ainda carece de incremento, face às crescentes demandas de atividades meio e finalísticas.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 36– SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**10**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	08
1.1.1. Docente	01
1.1.2. Técnico Administrativo	07
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	02
1.3.1. Docente	01
1.3.2. Técnico Administrativo	01
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**15**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	02
2.2.1. Docente	02
2.2.2. Técnico Administrativo	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	13
2.4.1. Docente	13
2.4.2. Técnico Administrativo	00
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**37**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	19
3.1.1. Docente	08
3.1.2. Técnico Administrativo	11
3.2. A pedido, a critério da Administração	18
3.2.1. Docente	10
3.2.2. Técnico Administrativo	08
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	00
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	00
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**00**
4.1. Doença em pessoa da família	00
4.2. Capacitação	00
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**01**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2. Serviço militar	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	01
5.4.1. Docente	00
5.4.2. Técnico Administrativo	01
5.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**00**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**63**

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

O considerável número de remoção é decorrente da necessidade de adequação dos servidores nos Campi, onde visando um equilíbrio e melhor aproveitamento do conhecimento científico, foram lotados nos Campi que possibilitaram a efetividade destes.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 37– DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**08**	**81**	**53**	**06**
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	08	81	53	06
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		68	44	05
1.2.1.1. Docente		41	25	01
1.2.1.2. Técnico Administrativo		27	19	04
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		10	08	0
1.2.3.1. Docente		07	07	0
1.2.3.2. Técnico Administrativo		03	01	0
1.2.4. Sem vínculo		02	0	0
1.2.4.1. Docente		0	0	0
1.2.4.2. Técnico Administrativo		02	0	0
1.2.5. Aposentados		01	01	01
1.2.5.1. Docente		01	01	01
1.2.5.2. Técnico Administrativo		0	0	0
2. Funções gratificadas	**27**	**255**	**141**	**17**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		255	141	17
2.1.1. Docente		100	51	04
2.1.2. Técnico Administrativo		155	90	13
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	**35**	**336**	**194**	**23**

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

As movimentações nos cargos de direção e funções gratificadas buscaram atender as necessidades de pessoal mais qualificado frente às unidades organizacionais. Pois, a consolidação dos Campi em suas autonomias de gestão e a necessidade de atualização dos profissionais demandaram tais circunstancias. Outro fator relevante de movimentação nos cargos de direção e funções gratificadas aconteceu a partir do segundo semestre de 2012, quando ocorreu a gestão interventora na Instituição.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 38– QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UNIDADE POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidor por Faixa Etária				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	**278**	**488**	**312**	**230**	**53**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	**264**	**465**	**306**	**229**	**52**
1.2.1. Docente	114	276	178	131	33
1.2.2. Técnico Administrativo	150	189	128	98	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	**14**	**23**	**06**	**01**	**01**
1.3.1. Docente	14	23	06	01	01
1.3.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	**0**	**02**	**04**	**03**	**04**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior(CD)	0	02	04	03	04
2.2.1. Docente	0	02	03	02	01
2.2.2. Técnico Administrativo	0	00	01	01	03
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	**278**	**490**	**316**	**233**	**57**

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

O quadro de pessoal do IFPA apresenta relativa experiência em função da idade, uma vez que apenas **20%** destes possui idade até 30 anos e **80%** com idades superiores aos 30 anos. O grupo mais numeroso é representado pela Faixa Etária compreendida entre 31 e 40 anos(35%). O quadro de pessoal do IFPA, relativamente, jovem, é resultado das ampliação dos banco de equivalências, que permitiram a realização de concursos públicos para as categorias técnico-administrativo e docente.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 39– QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UNIDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	**0**	**0**	**0**	**20**	**231**	**331**	**390**	**315**	**71**	**0**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	20	231	317	381	293	71	0
1.2.1. Docente	0	0	0	0	0	124	250	285	70	0
1.2.2. Técnico Administrativo	0	0	0	20	231	193	131	08	01	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	14	09	22	0	
1.3.1. Docente	0	0	0	0	0	14	09	22	0	
1.3.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2. Provimento de cargo em comissão	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**01**	**01**	**05**	**05**	**01**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior(CD)	0	0	0	0	0	01	01	05	05	01
2.2.1. Docente	0	0	0	0	0	0	0	04	05	00
2.2.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0	01	01	01	00	01
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	**0**	**0**	**0**	**20**	**231**	**332**	**391**	**320**	**76**	**01**

LEGENDA: Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

A predominância de servidores no IFPA quanto ao nível de escolaridade, está na **Especialização**. Tal dado demonstra uma melhora na qualificação dos servidores em relação ao exercício de 2011 onde a predominância era dos servidores apenas com **graduação**. Porém, foram tímidas as ações em projeto de incentivo à qualificação dos servidores de forma geral, o que deverá ser foco de incentivo no próximo exercício, por meio das políticas de qualificação institucionalizadas pela Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 40- QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2012	117.882.422.53	0	0	0	0	5.236.468,50	331.155,79	303.390,29	1.945.805,63	125.699.242,74
2011	369.748.650,11	NO	174.473.087,28	3.379.270,62	31.673.312,65	9.958.571,62	8.999.181,54	NO	NO	598.232.073,82
2010	51.074.465,38	NO	22.062.991,13	477.538,25	4.261.354,72	NO	NO	NO	NO	77.876.349,48
Servidores com Contratos Temporários										
2012	1.866.272,99	0	0	0	0	0	0	0	0	1.866.272,99
2011	14.749.433,44	0	0	0	0	0	0	0	0	14.749.433,44
2010	2.927.349,42	0	109.719,70	NO	NO	NO	NO	NO	NO	3.037.069,12
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	24.488.325,08	0	0	0	0	0	0	24.488.325,08
2010	0	0	4.170.494,06	0	0	0	0	0	0	4.170.494,06

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 41- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1 Integral	**256**	**6**
1.1 Voluntária	237	6
1.1.1. Docente	159	2
1.1.2. Técnico Administrativo	78	4
1.2 Compulsório	2	0
1.2.1. Docente	0	0
1.2.2. Técnico Administrativo	2	0
1.3 Invalidez Permanente	17	0
1.3.1. Docente	9	0
1.3.2. Técnico Administrativo	8	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	**32**	**2**
2.1 Voluntária	20	0
2.1.1. Docente	4	0
2.1.2. Técnico Administrativo	16	0
2.2 Compulsório	7	1
2.2.1. Docente	4	1
2.2.2. Técnico Administrativo	3	0
2.3 Invalidez Permanente	5	1
2.3.1. Docente	2	1
2.3.2. Técnico Administrativo	3	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	**288**	**8**

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

Foram registradas 8 (oito) aposentadorias no exercício de 2012, sendo estas vacâncias providas por candidatos oriundos de concursos ainda em vigênciano IFPA ou por processo de redistribuição de servidores de outras Instituições Federais de Ensino.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 42 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciadas no exercício de referência
1. Aposentado	**49**	**3**
1.1 Integral	45	3
1.1.1. Docente	20	2
1.1.2. Técnico Administrativo	25	1
1.2 Proporcional	**4**	**0**
1.2.1. Docente	3	0
1.2.2. Técnico Administrativo	1	0
2. Em Atividade	**80**	**2**
2.1. Docente	40	1
2.2. Técnico Administrativo	40	1
3. Total (1+2)	**129**	**5**

Fonte: SIAPE/DGP/IFPA

Análise Crítica

Houve o acréscimo de 5 (cinco) novas pensões civis no exercício de 2012, sendo que somente 2 foram provenientes de servidores em atividade. Assim, o aumento não foi superior a 5% do total acumulado no mesmo período.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Quando do ingresso do servidor no IFPA é solicitado o preenchimento de uma declaração de acumulação ou não de cargos públicos. Ressaltamos que o próprio SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) no âmbito da Administração Pública Federal é programado para acusar a duplicidade de registros de um servidor já cadastrado em outro órgão federal. E em se tratando da classe docente deste IFPA, quando os mesmos passam a exercer suas atividades em dedicação exclusiva é exigida uma declaração que não exercem outra atividade remunerada.

Objetivando cumprir os itens: 9.9, 9.9.1, 9.9.2, 9.9.2.1, 9.9.3 do Acórdão TCU n°2315/2012, a Diretoria de Gestão de Pessoas do IFPA encaminhou em 17/12/2012, a todas as unidades que compõem a Instituição, o Memorando Circular nº 2315/2012/DGP//IFPA, com a finalidade de detectar casos de acumulações indevidas de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade máxima do IFPA notifica o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção de escolha de qual cargo permanecerá em efetivo exercício, porém, dentro prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adota

procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolve como previsto em lei. Informamos que a partir de outubro de 2012 quando houve a substituição do antigo diretor de gestão de pessoas pela atual diretoria de gestão de pessoas, não foi observada nenhuma ocorrência de acumulação indevida de cargo público que necessitasse emitir alguma notificação a servidor. Porém foram tomadas medidas imediatas para atendimento do Acórdão TCU n°2315/2012.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO 43 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	67	259	8	0
Concessão de aposentadoria	8	5	4	5
Concessão de pensão civil	5	4	2	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo
Totais	**80**	**268**	**14**	**7**

Fonte: SISAC/DGP/IFPA

QUADRO 44 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	74	96	7	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	**74**	**96**	**7**	**0**

Fonte: SISAC/DGP/IFPA

QUADRO 45 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	2	1	5
Concessão de aposentadoria	0	2	1	1
Concessão de pensão civil	1	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo
Total	**1**	**4**	**2**	**7**
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	3	0	1	3
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	**3**	**0**	**1**	**3**

Fonte: SISAC/DGP/IFPA

Análise Crítica

Analisando os quadros acima evidenciamos a necessidade de o IFPA realizar de forma tempestivaos registros de pessoal relacionados com admissão de pessoal, desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão no SISAC, conforme estabelece a legislação pertinente. A nova Diretoria de Gestão de Pessoas, designada pela portaria nº984/2012-GAB/IFPA, de 17/10/2012, ao tomar conhecimento por meio do memorando nº143/2012-AUDIN, de 11/10/2012 de que haviam 218 atos de admissões e uma aposentadoria que não foram cadastrados no SISAC desde o ano de 2010, tomou a medida imediata de promover a regularização desses registros, não sendo, contudo, concluído o trabalho, até a presente data, devido a carência de pessoal no quadro da DGP.

6.1.7.2 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO 46 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	11	0	0	0
Concessão de aposentadoria	4	3	1	0
Concessão de pensão civil	5	2	3	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	**20**	**5**	**4**	**0**

Fonte: SISAC/DGP/IFPA
Obs: Conforme processos de solicitação de auditoria – TCU e para cumprimento de acórdãos - TCU

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6.1.8.1 Absenteísmo

QUADRO 47 – INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS - ABSENTEÍSMO

Câmpuss	Faltas Injustificadas				Faltas Justificadas (atestado médico)				Total faltas injustificadas e justificadas			
	Qtd Servidores		Nº Dias		Qtd Servidores		Nº Dias		Total de Servidores		Total de Dias	
	Téc adm	Docente	Téc adm	Docente	Téc adm	Docente	Téc adm	Docente	Téc adm	Docente	Téc adm	Docente
Abaetetuba					1	4	30	92	1	4	30	92
Altamira					8	3	332	66	8	3	332	66
Belém		8		14	29	29	1.056	638	29	37	1.056	652
Bragança					1	4	7	159	1	4	7	159
Breves	1		3		6	2	330	30	7	2	333	30
Castanhal					846	17	1.366	431	846	17	1.366	431
Conceição do Araguaia	5	1	17	1		1		63	5	2	17	64
Industrial Marabá	4		4		3	2	15	180	7	2	19	180
Itaituba					1	3	15	29	1	3	15	29
Reitoria	8		8		7	1	127	14	15	1	135	14
Rural Marabá	1	2	2	2	1	1	4	15	2	3	6	17
Santarém					3	2	131	45	3	2	131	45
Tucurui		15		56	3	3	200	415	3	18	200	471
Total	**19**	**26**	**34**	**73**	**909**	**72**	**3.613**	**2.177**	**928**	**98**	**3.647**	**2.250**

Fonte: DGP

6.1.8.2 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No sistema SIAPE-SAUDE não foi encontrado nenhum registro para doenças ocupacionais. Relatamos também que não houve nenhum registro de acidente de trabalho no exercício de 2012.

6.1.8.3 Rotatividade (turnover)

A rotatividade de pessoal, também conhecida por turnover, está relacionada com a entrada e saída de servidores do IFPA, sendo que no exercício de 2012, essa rotatividade de pessoal teve uma diferença de 18 servidores, sendo 57 ingressos e 39 egressos do quadro efetivo, enquanto que em relação aos servidores temporários, apresentou diferença de 20 servidores, sendo 10 ingressos e 30 egressos. Desta forma, realizando um comparativo entre as duas categorias de servidores percebeu-se que o índice de rotatividade foi maior entre os servidores temporários do que entre os servidores efetivos.

6.1.8.4 Educação Continuada

No ano de 2012, o Plano Anual de Capacitação do IFPA, foi executado com base no Plano de Capacitação em parceria com a UFPA, atendendo a capacitação individual de cada servidor do IFPA.

6.1.8.5 Disciplina

Não há na Unidade Jurisdicionada mecanismos necessários para mensurar a disciplina, sendo mensurada somente por meio de avaliação de desempenho dos servidores, a Diretoria de Gestão de Pessoas estará desenvolvendo durante o ano mecanismos para mensurar tal indicador.

6.1.8.6 Aposentadoria versus reposição do quadro.

Aposentadoria versus reposição do quadro: Há uma preocupação com a reposição do quadro de pessoal que ingressam na inatividade, contudo nem sempre as vagas decorrentes destas aposentadorias são aproveitadas para composição do quadro da Instituição na mesma área do servidor inativo, uma vez que em muitos casos não há concurso vigente. Assim, aproveitam-se de imediato os candidatos em cadastro de reserva, as áreas onde houve lacunas em decorrências das aposentadorias são atendidas em novos concursos públicos de acordo com a demanda.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 48 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante	
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	
UG/Gestão: 158135/26416	**CNPJ: 10.763.998/0001-30**

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	029/2009	02.650.833/0001-23	23/09/2009					**04**			P
2010	V	O	005/2010	02.650.833/000123	03/05/2010					**08**			P
2011	V	O	009/2011	02.650.833/0001-23	02/05/2011					**04**			P
2011	L	O	002/2011	08.573.956/0001-94	10/01/2011					**02**			P
2011	L	O	005/2011	05.753.028/0001-13	21/02/2011					**12**			P
2010	V	O	006/2010	02.650.833/0001-23	03/05/2010					**08**			P

Observações: Os contratos 029/2009 e 005/2010 prestam serviços no terreno do prédio da reitoria, os contratos 002 e 009/2011 prestam serviços no prédio de funcionamento do Projeto Central Ciência, sito à travessa Timbó, 2752 e o contrato nº 006/2010 a prestação de serviço é nas instalações do Câmpus Conceição do Araguaia.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios/IFPA

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 49 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.														
UG/Gestão: 158135/26416					**CNPJ: 10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7	O	011/2010	07.876.984/0001-18	01/09/2010					**-**			P
2011	6	O	014/2011	08.672.138/0001-93	26/10/2011					**01**			P
2011	7	O	015/2011	33.530.486/0001-29	01/09/2011					**-**			P
2011	8	O	019/2011	09.232.949/0001-91	17/10/2010	17/10/2012				**-**			E
2011	8	O	020/2011	47.866.934/0001-74	01/10/2011					**-**			P
2011	3	O	024/2011	33.000.118/0001-79	05/12/2011					**-**			P
2011	6	O	025/2011	07.499.215/0001-48	14/012/2011					**02**			P
2012	9	O	001/2012	09.578.690/0001-35	30/01/2012	26/12/2012							E
2012	12	E	008/2012	05.753.028/0001-13	10/09/2012	09/03/2013				**09**			E
Observações:													

LEGENDA

Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios /IFPA

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

7.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 50 – FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UJ.

CÂMPUS - ABAETETUBA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	NSE1563	Onibus Mercedes	Transporte Coletivo	2004	10.278	4
02	NSM8852	Micro-ônibus Volare	Transporte Coletivo	2009	24.773	4
03	NSV5972	Micro-ônibus Comil	Transporte Coletivo	2009	4.859	1
04	NSR9086	Ford Ranger	Transporte Carga Leve	2010	21.730	3
05	NSS6898	Ford Fiesta	Transporte de Pessoal	2010	12.503	3
06	OFV7912	Ford Ranger	Transporte Carga Leve	2012	10.072	1
07	OBZ7694	Ford Fiesta	Transporte de Pessoal	2012	176	1
Média Geral (Abaetetuba)					12.056	2,43 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 53.520,06**	
CÂMPUS - ALTAMIRA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
08	NSM9372	Micro ônibus Volare W9	Transporte Coletivo	2009/2010	13950	3
09	JTN4535	Hilux CD 4x4	Transporte Carga Leve	1995	4659	18
10	NOS3218	Hilux CD 4x4	Transporte Carga Leve	2009	22684	4
11	JVG7929	Motocicleta Honda Titan	Transporte de Pessoal	2004/2005	2906	8
12	OFJ7575	Ford Fiesta Sedan	Transporte de Pessoal	2012	255	1
13	OFW1109	Ford Ranger XL 13P	Transporte Carga Leve	2012	233	1
Média Geral (Altamira)					6384	5,83 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 17.002,95**	
CÂMPUS - BELÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
14	JVY4912	Ford Ranger	Transporte Carga Leve	2007	2.500	5
15	JVY4992	Ford Ranger	Transporte Carga Leve	2007	3.323	5
16	JVU9973	Micro Ônibus Volare Marcopolo	Transporte Coletivo	2008	15.560	4
17	JUT4402	VW Comil Bello	Transporte	2004	4.236	8

			Coletivo			
18	JTA7266	Ônibus Volvo Marcopolo	Transporte Coletivo	1987	18.786	25
19	JVG2262	WVComilCampioneR	Transporte Carga Leve	2005	34.391	7
20	NSS7018	Ford Ranger	Transporte Carga Leve	2010	14.627	2
21	NSS6998	Ford Ranger	Transporte Carga Leve	2010	18.974	2
22	NSW4174	Fiat Ducatto	Transporte Carga Leve	2011	18.691	1
23	JUD6683	WV Santana	Transporte de Pessoal	2002	874	10
24	NTC3859	Ford Ecosporte	Transporte Carga Leve	2010	5.560	2
25	NTC3899	Ford Ecosporte	Transporte Carga Leve	2010	7.933	2
26	NSJ9861	Ônibus Mercedes 0-500	Transporte Coletivo	2009	42.850	3
Média Geral (Belém)					11.769	5,8 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 310.093,24**	
CÂMPUS - BRAGANÇA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (anos)
27		Ônibus 47 lugares	Transporte Coletivo	2005	20.000	8
28		Ônibus 43 lugares	Transporte Coletivo	2005	20.000	8
29		Micro Ônibus - 26 lugares	Transporte Coletivo	2005	20.000	8
30		Toyota	Transporte Carga Leve	2010	10.000	3
31		Palio	Transporte de Pessoal	2010	10.000	3
32		Fiesta	Transporte de Pessoal	2010	10.000	3
Média Geral (Bragança)					15.000	5,5 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 37.932,20**	
CÂMPUS - CASTANHAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
33		Fiat Uno	Transporte de Pessoal	2006	----	7
34		Santana 2.0	Transporte de Pessoal	1994	----	19
35		Hilux Cab.Dupla	Transporte Carga Leve	2009	----	4
36		Hilux Cab.Dupla	Transporte Carga Leve	2009	----	4
37		L 200 Cab.Dupla	Transporte Carga Leve	2006	----	7
38		Toyota	Transporte Carga Leve	1992	----	21
39		Jeep Toyota	Transporte Carga	1997	----	16

			Leve			
40		Micro ônibus Volaire	Transporte Coletivo	2006	----	7
41		Ônibus Mercedes Benz	Transporte Coletivo	1995	----	18
42		Motocicleta Hunter	Transporte de Pessoal	2005	----	8
Média Geral (Castanhal)					----	11,1 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 231.397,45**	
CÂMPUS - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
43	JVQ0427	Fiat/Palio	Transporte de Pessoal	2008/2009	15.5781	4
44	JWD2925	Mitsubishi L200	Transporte Carga Leve	2009/2009	93.497	3
45	NSM9302	Marcopolo Volare	Transporte Coletivo	2009/2010	57.212	3
46	NSM9182	Marcopolo Volare	Transporte Coletivo	2009/2010	51.696	3
Média Geral (Conceição do Araguaia)					89.547	3,25 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 59.768,18**	
CÂMPUS - ITAITUBA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (anos)
47	JVF-3199	Mitsubishi L200 4x4	Transporte Carga Leve	2004	2.512	9
48	NSM9352	MARCOPOLO/VOLARE W9 OM	Transporte Coletivo	2009	3.835	4
49	NSR4551	Camionete Nissan Frontier	Transporte Carga Leve	2009	7.777	4
50	NSR4601	Camionete Nissan Frontier	Transporte Carga Leve	2009	16.480	4
Média Geral (Itaituba)					7.651	5,3 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 43.182,69**	
CÂMPUS - MARABÁ INDÚSTRIAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (anos)
51		Camionete Nissan Frontier	Transporte Carga Leve	2011	10.000	2
52		Camionete Nissan Frontier	Transporte Carga Leve	2011	12.000	2
53		Camionete Hilux	Transporte Carga Leve	2011	11.000	2
54		Micro ônibus	Transporte Coletivo	2009	10.000	4
Média Geral (Marabá Industrial)					10.750	2,5 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 27.343,69**	
CÂMPUS - MARABÁ RURAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)

55	NSN5107	FORD RANGER	Transporte Carga Leve	2011	11.935	2
56	JWB6401	FORD RANGER	Transporte Carga Leve	2009	23.539	4
57	NSO2238	TOYOTA HILUX	Transporte Carga Leve	2009	50.480	4
58	AVA3689	FORD RANGER	Transporte Carga Leve	2012	10.987	1
59	JVR3834	MOTOCICLETA NXR	Transporte de Pessoal	2008	728	5
60	JFO7904	TOYOTA BANDEIRANTE	Transporte Carga Leve	1993	3.544	20
61	NSM8912	MICRO ÔNIBUS VOLARE	Transporte Coletivo	2010	17.692	3
62	NTB6736	ÔNIBUS MERCEDES	Transporte Coletivo	2011	16.489	2
63	CRM1111	TRATOR NEW HOLLAND	Atividades Especiais	2010	88	3
64	OFU1831	MICRO ÔNIBUS VOLARE	Transporte Coletivo	2012	6.445	1
65	PVN2012	LANCHA YAMADA	Transporte de Pessoal	2011	3	2
66	OBY3752	MINIBUS RENAULT VANS	Transporte Coletivo	2012	12.666	1
67	OBY3672	RENAULT LOGAN	Transporte de Pessoal	2012	8.813	1
68	NSR3399	PALIO WEEKEND	Transporte de Pessoal	2011	39.205	2
69	NTY8464	MOTOCICLETA HONDA	Transporte de Pessoal	2012	0	1
70	NTY8465	MOTOCICLETA HONDA	Transporte de Pessoal	2012	0	1
Média Geral (Marabá Rural)					12.663	3,3 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 154.875,54**	
REITORIA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
71	NSS-6948	Fiesta 1.6 Flex	Transporte de Pessoal	2010/2011	12.008	2
72	NSR-9026	Ford Ranger XL 13P	Transporte Carga Leve	2010/2011	23.853	2
73	NOS-2208	Hilux CD 4X4	Transporte Carga Leve	2009/2009	35.861	3
74	NST-4849	Ford Ranger 13 D	Transporte Carga Leve	2010/2010	12.843	2
75	NSM-8982	Micro Ônibus V9 ON	Transporte Coletivo	2009/2010	14.089	3
76	NSJ-1438	Micro Ônibus V9 ON	Transporte Coletivo	2009/2010	26.932	3
77	NSI-9743	Ônibus Mercedes 0500R	Transporte Coletivo	2010/2010	32.433	3
78	JTQ-8970	Kombi	Transporte Carga Leve	1994/1995	6.244	18
Média Geral (Reitoria)					20.533	4,5 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 189.867,69**	

CÂMPUS - SANTARÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
79	NSO1228	Toyota/Hilux CD 4x4	Transporte Carga Leve	2009/2009	14.571	3
80	NSM9512	Marcopolo/Micro ônibus	Transporte Coletivo	2009/2010	6.869	3
81	NST9425	Fiat/Mini Bus	Transporte Coletivo	2010/2011	5.101	2
82	OTE2801	Ford/Fiesta	Transporte de Pessoal	2012/2013	324	1
Média Geral (Santarém)					6.716	2,25 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 51.057,16**	
CÂMPUS - TUCURUÍ						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
83	NSM-9122	Marcopolo/Volare W9 OM	Transporte Coletivo	2009	26.541	4
84	JTS0356	Land Rover defender 130	Transporte Carga Leve	1997	11.127	16
85	NST4203	VW Voyage	Transporte de Pessoal	2010	41.439	3
Média Geral (Tucuruí)					26.369	7,7 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 50.799,25**	
Informações Gerais_Frota de Veículos_IFPA						
Média anual de Km rodado					**18.286 km**	
Média de Idade da frota de veículos					**5 Anos**	
Custo total associado à manutenção da frota					**R$ 1.226.840,10**	

Fonte: PROAD/IFPA

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, detém apenas frota de Veículos Próprios para uso em transporte institucional. A gestão da frota de veículos do IFPA é gerenciado por servidor do Câmpus e Reitoria designado por ato administrativo do Gabinete e/ou Diretoria, visando coordenar o Setor de Transportes subordinado à Coordenação Geral de Administração e Manutenção e à Diretoria de Administração e Planejamento, cuja Coordenação compete organizar, planejar e executar as atividades de controle, tais como, realizar manutenções periódicas e eventuais dos veículos oficiais, assim como normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o uso dos veículos oficiais de propriedade do IFPA, observando a legislação e regulamentos internos da Instituição.

A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota baseia-se:

I - Instruçao Normativa SEDAP nº 205, de 08 de abril de 1988, que racionaliza como minimização de custos o uso de material (veículos, combustível e outros itens empregados ou passíveis de emprego aopresente objeto, nas organizações públicas federais;
II - Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
III - Decreto Federal 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais próprios ou contratados;

IV - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código Brasileiro de Transito;
V - Instrução Normativa dos Câmpus e da Reitoria;
VI - IN/SLTU/MPOG nº 3/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

Considerando a distância entre municípios e capital e municípios entre si, é de fundamental importância da logística nas mais diversas atividades humanas, e notória, principalmente, no Estado do Pará, pelas adversidade e especificidades de acesso. Sem os serviços pelo setor logístico, em particular pela área de transporte de pessoas e mercadorias, a execução das ações-fins não poderiam ser prestadas com eficiência, comprometendo assim a efetividades das políticas públicas de expansão da rede pública federal de ensino técnico.

Dentre as utilizações dos veículos da frota oficial do IFPA temos a utilização em atividades administrativas, de ensino, de pesquisa e extensão, esportivas e as de política estudantil, cujas atividades são resultantes do planejamento anual de disciplinas, como por exemplo, as visitas técnicas quando incluídas nos planejamentos pedagógicos das diversas disciplinas dos cursos em evidências nos Câmpus, assim como as atividades vinculadas aos projetos de pesquisa e extensão e as demais atividades advindas de planejamentos de setores envolvidos com esporte e cultura.

Atualmente, o IFPA conta com os veículos informados na consolidação da informação pelos câmpus e Reitoria, que está incompleta devido a falta de informação de alguns câmpus. Esse quantitativo e espécies de veículos não atende as necessidades do IFPA, haja vista desprender um grande impacto negativo que gera à comunidade a solicitação do atendimento dos vários cursos técnicos integrados e subsequentes, os cursos de graduação, os cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e douturado, assim como as intensas atividades vinculadas aos vários projetos de pesquisa e extensão e outras atividades administrativas, isto de forma simultânea, diariamente, durante semanas e meses.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

Atualmente possuímos 85 veículos, classificados como transporte de serviços comuns para atender a Reitoria e mais 12 (doze) Câmpus em pleno funcionamento, sendo 27 veículos que são utilizados como transporte coletivo, 20 veículos utilizados como Transporte de Pessoal, 37 veículos utilizados como transporte de carga leve e 01 veículo utilizado em atividades espeiciais.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra.

A média anual de quilômetros rodados é de 18.286 km/ano.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.

A nossa frota tem uma idade média de aproximadamente de 5 (cinco) anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

Os custos associados à manutenção da rota informada foi de R$ 1.226.840,10 (Hum milhão, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta reais e dez centavos), que abrange gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, entre outros.

g) Plano de substituição da frota.

Esta decisão é tomada baseando-se em crtérios técnicos que consideram a viabilidade econômica e a condição técnica operacional dos veículos, além do alinhamento à política financeira da Instituição.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

Existem critérios técnicos para essa tomada de decisão, considerando a viabilidade econômica, condição técnica operacional dos veículos, além , do alinhamento à política financeira da organização. É uma questão muito complexa, haja vista que devem ser precedidas de estudos mais elaborados especializados visando a viabilidade técnica, econômica, financeira, bem como questões político-estratégicas, além, de outros fatores que poderão influenciar na aquisição e/ou locação de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Cada Unidade Gestora tem a sua autonomia de gestão de veículo norteada pela Legislação vigente mencionada do item “a” através de coordenações ou departamento, controlando a saída e entrada de veículos, a quilometragem rodada, manutenção e guarda dos veículos, entre outras atividades para um bom funcionamento das atividades meio e fim da Instituição.

7.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.

QUADRO 51 – FROTA DE VEÍCULOS- CONTRADAS DE TERCEIROS

CÂMPUS - ALTAMIRA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	JUN0915	Ônibus Wolkswagen	Transporte Coletivo	2004	6.743	7
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 55.594,79**	

Fonte: PROAD/IFPA

a) Estudos técnicos realizados para opção pela terceirização da frota:

O veículo terceirizado foi destinado a atender demandas da coordenação pedagógica para transporte de alunos em atividades de aulas externas, como visiotas técnicas, atividades de coordenações para atender o funcionamento dos cursos.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

Cooperativa de Transportes de Novo Repartimento - CNPJ: 10.333.191/0001-67

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

A empresa Cooperativa de Transportes de Novo Repartimento foi licitada através do pregão eletrônico 04/2011, realizado contrato administratrivo número 05/2012, com vigência de maio a dezembro de 2012, pelo valor global de R$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais). Foi pago no exercício de 2012 o valor de R$ 46.624,00 e o saldo de R$ 82.776,00 foi anulado dentro do exercício por falta de tempo hábil para a execução do valor contratado.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Lei 1.081 de 13 de abril de 1950; Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 e Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade:

Os veículos atrelados ao IFPA/Câmpus Altamira são de suma importância para o andamento das atividades tanto acadêmicas quanto administrativas. Os mesmos são utilizados m uitas vezes em locais de difiícil acesso como ramais e estradas não asfaltadas e distâncias muito grandes, tornando-se necessário a utilização desse ônibus nas atividades do Instituto.

f) Quantidade de veículos existentes, discrminando os grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela Unidade Jurisdicionada:

01 ônibus classificado como Transporte Coletivo para atendimento à comunidade acadêmica.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no item "f" supra:

O veículo terceirizado ropdou em média 6.743 km/ano, tendo em vista o objetivo a que se propusera.

h) Idade Média anual por grupo de veículos:

O veículo terceirizado tinha em média 7 anos;

i) Custos associados à manutenção da frota contratada:

Os valores dispendido com essa contratação foi de R$ 55.594,79 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setente e nove centavos), incluído o valor do aluguel e combustível para o veículo.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 52 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF PARÁ**	**13**	**12**
	Abaetetuba	1	1
	Belém	2	2
	Bragança	1	1
	Castanhal	1	1
	Conceição do Araguaia	1	1
	Marabá	2	2
	Itaituba	1	1
	Santarém	1	1
	Tucuruí	1	1
	Altamira	1	1
	Breves	1	-
	UF "n"	**-**	**-**
Subtotal Brasil		**13**	**12**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**	**Σ**
	PAÍS "n"	**Σ**	**Σ**
Subtotal Exterior		**Σ**	**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**13**	**12**

Fonte: Coordenação Geral de Almoxarifado e Patrimônio/IFPA

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO 53 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158135	-	-	-	-	-	-	-	-
158306	042700649500-9	-	-	13.837.430,98	-	-	-	-
158307	-	-	-	-	-	-	-	-
158308	044700187500-2	-	-	27.698.757,65	-	-	-	-
158481	-	-	-	-	-	-	-	-
158506	043300010500-9			8.230.396,73				
158507	-	-	-	-	-	-	-	-
158508	-	-	-	-	-	-	-	-
158512	-	-	-	-	-	-	-	-
158509	-	-	-	-	-	-	-	-
158518	-	-	-	-	-	-	-	-
158567	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							**-**	**-**

Fonte: Coordenação Geral de Almoxarifado e Patrimônio/IFPA

Análise Crítica

O IFPA conta atualmente com 13 unidades (são 12 Campi e 01 Reitoria) que estão em pleno funcionamento de sua capacidade administrativa, orçamentária e financeira. Destas, 10 (Dez) possuem prédio próprio, uma funciona em prédio da Prefeitura Municipal (Altamira), outra nas dependências da Usina da Eletronorte (Tucuruí) e outra no Assentamento da Fazenda Cabaceira (Marabá), sendo que apenas 03 (Três) estão registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A Coordenação de Gestão de Materiais formalizou, em 13 de julho de 2011, um processo administrativo para cada Unidade, informando a lista dos documentos necessários para registro dos imóveis na SPU/PA. Naquele momento foi detectado que a maioria da documentação necessária estava pendente, inclusive Alvará e Habite-se das construções. Desde então, esta Coordenação está empenhada em realizar o registro dos bens, todavia, esta ação deve ser conjunta, ou seja, depende de vários setores da Reitoria, principalmente da Diretoria de Infraestrutura (DINFRA), da qual dependemos para a impressão das plantas, gravação em mídia, preenchimento da FATE (Folha de Avaliação Técnica Expedida), emissão dos alvarás de licença para as construções e habite-se da liberação da obra e funcionamento do prédio.

Cabe-nos mencionar que anteriormente a formalização dos processos citados acima e em virtude das cobranças da CGU referente à Gestão Patrimonial de exercícios anteriores, esta Coordenação realizou visita a sede da SPU/PA para levantamento da documentação necessária bem como de quais procedimentos para os registros dos bens imóveis.

Ressaltamos ainda, que todas as unidades com pendências foram informadas da necessidade de registro dos imóveis, através de e-mails no dia 18 de novembro de 2011, entretanto, da mesma forma que esta Coordenação, todas encontram as mesmas dificuldades, pois, como citado anteriormente, a maioria da documentação acreditamos ser de responsabilidade da DINFRA (Diretoria de Infraestrutura e Engenharia).

Os imóveis de propriedades dos demais câmpus que não estão cadastrados na SPU/PA, por esses motivos acima expostos.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 54 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

	Quesitos a serem avaliados
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: ----------
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: DTI/IFPA

8.2 Análise Crítica

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação é responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação e deve cumprir suas metas e realização de suas ações baseadas nos objetivos e metas traçadas para a instituição.

O aumento do nível de maturidade da governança de TI na Administração Pública Federal (APF), em especial do IFPA, depende da ação conjunta de todos os envolvidos nesse processo.

As mudanças ocorridas até então, com a publicação da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010, por exemplo, auxiliou a instituição no aprimoramento de seus controle internos e houve um comprometimento conjunto para cumprimento das orientações determinadas. O processo de contratação de TI tem se fortalecido devido às ações que foram propostas e realizadas conforme o definido. Entretanto, ainda temos muito que avançar na construção da maturidade de todos os processos que compõem a governança de TI no IFPA.

Cabe a cada um se empenhar por fazer a sua parte, erigindo um pilar, que será agregado a outros nesta construção, o que tornará a TI cada vez mais estratégica e os processos de governança de TI mais maduros, favorecendo assim as ações do IFPA como um todo.

No ano de 2012, diversas atividades foram realizadas. Contudo, em razão do quantitativo inadequado de pessoal em todo o IFPA, o foco se deu principalmente em atividades operacionais. Até mesmo os responsáveis pelo gerenciamento das atividades de TI estiveram envolvidos em atividades operacionais o que interrompeu e atrasou trabalhos focados em planejamentos.

Estamos enfrentando também a perda de profissionais qualificados para outras instituições públicas, em razão dos baixos salários de profissionais de TI estabelecidos para Analistas e Técnicos, prejudicando ainda mais a continuidade do negócio da instituição.

Fato importante a se destacar foi a criação através da Portaria nº 797/2012-GAB de 27 de agosto de 2012, do Comitê Gestor de TI do IFPA, onde os principais representantes do IFPA compõem o Comitê, possibilitando ajustar o uso das tecnologias de TI aos objetivos estratégicos da instituição.

Diversas empresas prestaram serviços ao IFPA visando respaldar os projetos definidos pela instituição. Em sua maioria, os trabalhos foram feitos através de contrações e não parcerias. Como parcerias podemos citar:

• **Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e Companhia de Processamento de Dados do Pará - PRODEPA**: através de acordo firmado nos níveis superiores da rede educacional, a RNP e o PRODEPA forneceram, no ultimo ano, conexão de Internet para os seguintes Câmpus de nossa Instituição:

- **Link de Internet fornecido pela RNP e PRODEPA(Navegapará):**

CÂMPUS	LINK DE INTERNET
Reitoria	1 Gbps
Belém	1 Gbps
Abaetetuba	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Santarém	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Itaituba	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps

CÂMPUS	LINK DE INTERNET
Altamira	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Tucurui	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Castanhal	RNP: 4 mbps
Marabá Industrial	Navegapará: 4 Mbps
Bragança	Navegapará: 4 Mbps
Conceição do Araguaia	2 Mbps

Marabá Rural	2 Mbps
Ananindeua	Navegapará: 4 Mbps
Vigia de Nazaré	Navegapará: 4 Mbps

• **Escola Superior de Redes (ESR): Através do Plano Anual de Capacitação (PAC) de 2012** firmado com o **Fórum dos Gestores de Tecnologia da Informação - FORTI**, o IFPA capacitou 18(dezoito) de seus Técnicos Administrativos de TI conforme quadro exibido abaixo:

NOME DO SERVIDOR	NOME DO CURSO	PERIODO	LOCAL DO CURSO	CÂMPUS	STATUS
Anderson de Souza Almeida	Serviço fone@RNP	13/08/2012 a 17/08/2012	Brasília(DF)	REITORIA	CONCLUIDO
Andracir Alves Oliveira	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança	18/06/2012 a 22/06/2012	Brasília(DF)	BELEM	CONCLUIDO
André Carvalho dos Santos	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	BELEM	CONCLUIDO
André Carvalho dos Santos	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	BELEM	CONCLUIDO
Demethrius Pereira Lucena de Oliveira	Administração de Videoconferência	24/09/2012 a 28/09/2012	Porto Alegre (RS)	BREVES	CONCLUIDO
Douglas Almeida de Mesquita	Segurança em Redes sem Fio	22/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	BELEM	CONCLUIDO
Edson Marques da Silva	Serviço fone@RNP	13/08/2012 a 17/08/2012	Brasília(DF)	REITORIA	CONCLUIDO
Edson Marques da Silva	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	10/09/2012 a 14/09/2012	Rio de Janeiro (RJ)	REITORIA	CONCLUIDO
Francisco Everton Oliveira de Andrade	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	25/06/2012 a 29/06/2012	Brasília(DF)	REITORIA	CONCLUIDO

NOME DO SERVIDOR	NOME DO CURSO	PERIODO	LOCAL DO CURSO	CÂMPUS	STATUS
Jackson Almeida de Queiroz	Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet	09/07/2012 a 13/07/2012	Brasília(DF)	ALTAMIRA	CONCLUIDO
Jackson Almeida de Queiroz	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	ALTAMIRA	CONCLUIDO
Jackson Almeida de Queiroz	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	ALTAMIRA	CONCLUIDO
Jorge Luis Moraes Valente	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	CASTANHAL	CONCLUIDO
Jorge Luis Moraes Valente	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	CASTANHAL	CONCLUIDO
José Freitas da Silva Filho	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	BRAGANÇA	CONCLUIDO
José Freitas da Silva Filho	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	BRAGANÇA	CONCLUIDO
Josivaldo Lisboa de Oliveira	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	ABAETETUBA	CONCLUIDO
Josivaldo Lisboa de Oliveira	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	ABAETETUBA	CONCLUIDO
Leonardo Possamai Mezzomo	Gerenciamento de Serviços de TI	20/08/2012 a 22/08/2012	Brasília(DF)	TUCURUI	CONCLUIDO
Leonardo Possamai Mezzomo	ITIL - Information Technology	23/08/2012 a 24/08/2012	Brasília(DF)	TUCURUI	CONCLUIDO

	Infrastructure Library				
Osvaldo Abraão Lima Figueira	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	SANTAREM	CONCLUIDO
Osvaldo Abraão Lima Figueira	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	SANTAREM	CONCLUIDO
Phellipe Marinho Santis	Administração e Projeto de Redes	19/11/2012 a 23/11/2012	Brasília(DF)	MARABÁ INDUSTRIAL	CONCLUIDO
Raimundo Clarindo de Melo Machado	Introdução ao Linux	13/08/2012 a 17/08/2012	Rio de Janeiro (RJ)	ABAETETUBA	CONCLUIDO
Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira	Virtualização de Servidores	16/07/2012 a 20/07/2012	Brasília(DF)	ITAITUBA	CONCLUIDO

NOME DO SERVIDOR	NOME DO CURSO	PERIODO	LOCAL DO CURSO	CÂMPUS	STATUS
Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	ITAITUBA	CONCLUIDO
Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	ITAITUBA	CONCLUIDO
Ralfh Alan Gomes Machado	Tecnologias de Redes sem Fio	19/11/2012 a 23/11/2012	Brasília(DF)	MARABÁ RURAL	CONCLUIDO
Ralfh Alan Gomes Machado	Fundamentos de Governança de TI	22/10/2012 a 23/10/2012	Brasília(DF)	MARABÁ RURAL	CONCLUIDO
Ralfh Alan Gomes Machado	Governança de TI	24/10/2012 a 26/10/2012	Brasília(DF)	MARABÁ RURAL	CONCLUIDO
Ricardo José Cabeça de Souza	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança	02/07/2012 a 06/07/2012	João Pessoa (PB)	REITORIA	CONCLUIDO

• **Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN):** A área de TI da UFRN está, através contatos telefônicos e Disponibilização/Compartilhamento de Software apoiando na implantação do novo sistema de gestão denominado **Sistema Integrado de Gestão (SIG)** em seus diversos módulos (SIGP, SIPAC, SIGAA, etc.);

Precisamos alocar pessoal em áreas consideradas críticas, como a área de gestão, para elaboração e aprovação de documentos considerados essenciais para a administração da TI, como por exemplo o Plano estratégico de TI e o Plano Diretor de TI da instituição.
Existe a necessidade de alocação de um profissional por tempo integral para gerenciar todas as aquisições de Bens e Serviços de TI e uma equipe de suporte operacional para atendimento das demandas cada vez maiores aos Câmpus do IFPA.
Em relação à infraestrutura de Internet, para 2013, a RNP estará licitando links para as seguintes unidades: Marabá Rural (4 Mbps), Marabá Industrial (4 Mbps), Bragança (4 Mbps) e Breves (4 Mbps).

Será necessária também a contratação dos links das unidades em construção: Ananindeua, Cametá, Paragominas, Parauapebas e Óbidos.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO 55- GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Apenas através da Aplicação nos editais de licitação, conforme a Lei 12.349/2010 que alterou o Art.3º da Lei 8.666/93				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		**X**			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		**X**			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		**X**			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Não há estudo de impacto				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel reciclado, sacola oxibiodegradável, lápis de manejo sustentável				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**Sim ( )**		**Não ( )**		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Inclusão de critérios nos editais de licitação				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				**X**	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto				**X**	

ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
	Ação de Sensibilização com palestras, apresentação de vídeos à comunidade interna, em parceria com o Projeto Reciclar Câmpus Belém e Reitoria.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
	Ação de Sensibilização com palestras, apresentação de vídeos à comunidade interna, em parceria com o Projeto Reciclar Câmpus Belém e Reitoria, além da distribuição de canecas ecológicas em fibra de côco e polipropileno reciclado.				

Considerações Gerais:

A gestão ambiental e as licitações sustentáveis no IFPA vêm sendo gradativamente implantadas, não apenas pelo cumprimento da legislação sobre o tema, mas também pela consciência institucional inerente às questões de sustentabilidade, uma vez que a partir de 2011 foi criada a Comissão de Gestão Ambiental do IFPA que teve seus trabalho paralisados em função do processo de intervenção ocorrido em junho/2012. No entanto, os trabalhos têm sido retomados, inclusive, pela adesão da instituição ao Projeto Esplanada Sustentável do Governo Federal demonstrando o alinhamento com o Programa de Gestão Ambiental do IFPA, em fase atual de reelaboração.

De um modo geral, podemos afirmar que a Instituição vem atendendo, mesmo que parcialmente, as exigências legais para aquisição de bens e serviços.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: PROAD/IFPA

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO 56– CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA — Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	-	-	-	-	-	-
Água	-	-	-	313.162,25	253.786,62	-
Energia Elétrica	-	-	-	2.773.970,90	2.084.731,39	-
			Total	3.087.133,15	2.338.518,01	-

Fonte: DIFIN/SIAFI/IFPA

Demonstramos o valor referente ao consumo de energia elétrica e água do IFPA nos anos de 2011 e 2012, pelos valores totais pagos. Não foi possível verificar o quantitativo numero na unidade de consumo.

O valor pago referente à energia elétrica teve um acréscimo de 32,1% em relação aos valores pagos em 2011. Isso deveu-se em virtude do aumento da utilização de laboratórios que demandam a utilização de equipamentos elétricos do IFPA.

Não informamos o quantitativo de papel consumido e respectivo valor, em virtude da aquisição separada por cada câmpus e a obtenção de dados gerenciais do órgão em virtude da natureza da despesa referente a papel ser a mesma para materiais de expediente, e não foi possível mensurar através dos relatórios gerenciais.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 57 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.					100917
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	9068/2012-0	4455/2012- 2ª Câmara	9.4.1 9.4.2 9.4.3 9.4.4	DE	Ofício TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.					100917
Descrição da Deliberação					

Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará que:
9.4.1 No prazo de 15 (quinze) dias, altere o percentual do adicional por tempo de serviço para 21%, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.4.2 Comunique ao interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.4.3 No prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;
9.4.4 Emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da presente deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP	103711

Síntese da Providência Adotada

A Auditoria Interna do IFPA expediu Memorando nº 46/2012 ao Reitor que o encaminhou à Diretora de Gestão de Pessoas; tendo informado que a determinação do Acórdão nº 4455/2012 foi executada pela DGP e comunicado ao TCU por meio do Of. 197/2013, de 03/12/2012. O percentual do adicional por tempo de serviço foi alterado de 23% para 21%.

Síntese dos Resultados Obtidos

Percentual alterado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A ação foi concluída com sucesso pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, que adotou as diligências necessárias de notificação ao servidor objeto do Acórdão e após procedeu a execução no sistema SIAPE, corrigindo o percentual do adicional por tempo de serviço de 23% para 21%. O TCU foi notificado pela DGP da execução do Acórdão por meio do Ofício 197/2012, de 03/12/2012.

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02	15036/2012-0	2315/2012- Plenário	9.9.1 9.9.2 9.9.2.1 9.9.3 9.9.4	DE	OF.1146/2012-TCU/SECEX-RN

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Deliberação

9.9.1 Apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;
9.9.2 Verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;
9.9.2.1 Fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;
9.9.3 Promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;
9.9.4 Informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP	103711

Síntese da Providência Adotada
No dia 17/12/2012 a Diretora de Gestão de Pessoas do IFPA expediu Memorando Circular nº 13/2012/DGP/IFPA, ao Gabinete da Reitoria, Procuradoria Federal, Auditoria Interna e Diretoria de Tecnologia da Informação, solicitando: **a**)Distribuir aos servidores lotados na Unidade, o formulário de acumulação de cargos públicos, para preenchimento e posterior encaminhamento à DGP, até o dia 11/01/2013; **b**)Confirmada a acumulação de cargos públicos a DGP promoverá as ações expressas nos itens 9.9.2; 9.9.2.1 e 9.9.3 do Acórdão acima; **c**)Proceder ao controle diário das freqüências dos servidores de forma a identificar se existe descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva; **d**)Encaminhar à DGP, até o quinto dia útil do mês subseqüente, a freqüência de todos os servidores lotados na Unidade. Em 17/12/2012 a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) encaminhou aos Diretores-Gerais dos Câmpus, o Memorando nº 14/2012, acompanhado de formulário sobre acumulação de cargos públicos e solicitando aos destinatários a restituição devidamente preenchido até o dia 18/01/2013.
Síntese dos Resultados Obtidos
Confirmação de acumulação de cargos públicos mediante apresentação de formulário expedido pela DGP para todos os Câmpus do IFPA.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A ação foi executada pela Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, que encaminhou as orientações necessárias a todas as Unidades e Campi que compõem o IFPA, entretanto, nem todos os campi cumpriram com o prazo de entrega dos trabalhos, restando prejudicada a conclusão final dos trabalhos de análise de acumulações de cargos públicos.

Fonte: IFPA

10.1.1 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 58 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.					100917
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	S/N	1159/2011-1ª Câmara	9.3 9.3.1 9.3.2 9.3.3 9.3.4 9.3.5 9.3.6 9.4	DE	Ofício TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.					100917
Descrição da Deliberação					
9.3. Determinar à CGU/PA que informe ao Tribunal, em futuras contas do Cefet-PA: 9.3.1. Sobre as conclusões a que chegou a Comissão instituída pelo Ministério da Educação nos autos do processo administrativo disciplinar nº 23000.009833/2002-10; 9.3.2. Acerca do ressarcimento ao erário, pelo servidor Antônio Elcio Padilha do Amaral, dos valores recebidos indevidamente, a título de Gratificação de Incentivo à Docência - GID, incompatível com o exercício do cargo em					

comissão (Lei nº 10.187/01);
9.3.3. Sobre a recomposição ao erário dos valores pagos indevidamente aos servidores Antônio Cláudio Fernandes Farias e Antônio Carlos Pinheiro Teixeira;
9.3.4. Acerca do reconhecimento do curso de aperfeiçoamento como se de especialização fosse e a persistência do pagamento da gratificação de titularidade aos servidores José Vieira Tavares de Souza (processo 2002.39.00.009071/3); Antônio Cláudio Fernandes Farias (processo 2002.39.008504/3) e Edson Ary de Oliveira Fontes (processo 2002.39.008596/5), que teria subsidiado a continuação do pagamento da Gratificação por Titularidade;
9.3.5. Acerca do desenrolar dos processos 2004.39.00.004846-0, 2003.39.00.010226-6, 2004.39.00.000464-8 e 2004.39.00.001326-3; ;
9.3.6. Sobre as conclusões e medidas adotadas em razão dos PADs instaurados objetivando apurar as irregularidades relacionadas à acumulação irregular de cargos públicos;
9.4. Alertar o Cefet-PA de que estão sendo descumpridas as normas que regem a apresentação de contas a este Tribunal; as Leis nºs 8.429/92 e 8.730/93, que disciplinam a obrigatoriedade da entrega da declaração de bens e rendas por parte dos servidores ocupantes de função de confiança; os arts. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64; a IN 205/SEDAP/PR, relacionada à gestão patrimonial da entidade; a Lei nº 8.745/93, relativa à contratação de professores substitutos, em especial no que se refere à motivação das contratações efetuadas, ao prazo de manutenção dos contratados em seus quadros e à devida organização dos processos administrativos nos quais são processadas as contratações; e a Lei nº 8.666/93, em especial no que se refere à organização dos processos de compras e ao fracionamento de despesas.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A Diretora de Gestão de Pessoas informa que os itens 9.3.1; 9.3.3; 9.3.5 e 9.3.6 não foram atendidos pelos seguintes motivos:
9.3.1 Trata-se de processo do MEC, do qual esta diretoria não tem acesso;
9.3.3 Solicitamos novo prazo para execução da ação, uma vez que, em virtude do grande volume de trabalhos e do reduzido quadro de pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas não foi possível concluir a ação.
9.3.5 Os processos não foram localizados no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, solicitamos novo prazo para prestar os devidos esclarecimentos.
9.3.6 Os processos não foram localizados no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, solicitamos novo prazo para prestar os devidos esclarecimentos.
Os itens 9.3.2; 9.3.4 e 9.4 foram atendidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O Acórdão 1159/2011-1ª Câmara solicitou informações de execuções de processos a qual o IFPA não tem acesso, pois são arquivos do MEC, fato que impossibilitou a apresentação de resposta pela Diretoria de Gestão de Pessoas.
Outro fator que prejudicou a execução das ações foi a não localização interna dos processos administrativos do ano de 2004 de nºs 2004.39.00.004846-0, 2003.39.00.010226-6, 2004.39.00.000464-8 e 2004.39.00.001326-3.
Devido a grande demanda de trabalhos e o número reduzido de pessoal na Diretoria de Gestão de Pessoas, para executar os serviços, foi solicitado novo prazo para a execução de várias ações referente ao Acórdão 1159/2011-1ª Câmara.

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02	S/N	7698/2010-1ª Câmara	9.5.5	DE	Ofício TCU

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	100917

Descrição da Deliberação

9.5.5 Regularize a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAF, nos termos da IN SEDAP 205/88.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**

Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	103709
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
A Pró-Reitora de Administração informou que mensalmente a Coordenação de Patrimônio em conjunto com a Diretoria Financeira atualizam no SIAFI, a movimentação de entrada de bens móveis através da RMB. O Inventário da Reitoria está sendo realizado, conforme cópia da Portaria em anexo, que, após a sua elaboração serão realizados os ajustes devidos no Sistema, evitando essas divergências mencionadas pelos Órgãos fiscalizadores internos e externos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Ratificamos a informação que mensalmente o RMB da Reitoria é conciliado mensalmente com a movimentação de entrada e saída e devidos ajustes contábeis. O inventário dos bens móveis foi realizado conforme determinado na Portaria, pelos membros e que o empenho e a dedicação da comissão foi ponto positivo para o atingimento do objetivo.	

Fonte: PROAD

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	s/n	10.067/2011-1ª Câmara	9.3.3	DE	OF.Nº 1822/2011-TCU-SECEX

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	100917
Descrição da Deliberação	
9.3.3. acumulação irregular de cargos públicos por servidores da instituição, sendo que permanece sem comprovação nos autos a regularização da situação de Antoinette Frances Brito, Clovis Machado de Souza Filho, Evaldo Julio Ferreira Soares, Hercílio Prado de Castro, Izilda Lucia de Camargo Panhussatt, Osvaldo Magalhães da Silva, Raimundo Expedito Vasconcelos e Walber Wolgrand Menezes Marques (subitem 9.2.2.1);	

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
A Diretora de Gestão de Pessoas informou que não foi localizado o processo na Reitoria e pede novo prazo para atendimento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O fato de não ter sido localizado nenhum processo cujo objeto se refere à acumulação irregular de cargos públicos objeto do Acórdão 10.067/2011-1ª Câmara prejudicou a execução de qualquer ação a ser adotada pela DGP. Diligências visando à localização de processo(s) estão sendo adotadas para que seja a ação seja executada.	

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	01 019.547/2008-4	9901/2011-2ª Câmara	9.5	DE	Ofício TCU

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	100917
Descrição da Deliberação	
9.5 Determinar ao CEFET/PA que adote as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário, constituindo a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da lei 8.443/1992, caso reste comprovado dano ao erário na conclusão dos seguintes processos de sindicância: nºs 23051.001910/2005-00, 23051.000021/2006-35, 23051.001331/2005-59, 23051.002651/2005-44, 23051.002652/2005-25, 23051.002650/2005-63, 23051.000022/2006-16, 23051.000019/2006-10, 23051.000023/2006-05, 23051.000020/2006-54, 23051.000025/2006-69,23051.0000563/2005-08 e 23051.000024/2006-88, cujos resultados deverão ser apresentados nas próximas contas	

da entidade.	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
A AUDIN expediu o Memorando nº 097/2011-AUDIN à Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP, solicitando informar/comprovar, mediante Ata da Comissão, Julgamento e ato punitivo, se for o caso, o resultado dos trabalhos das referidas comissões, para fazer prova junto aos órgãos de controle. Até a data de encerramento deste Relatório não houve manifestação da DIGEP.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte:

10.1.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO 59 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
01	201203356	1.1.1.1 1.1.2.1 1.1.2.2 1.1.3.3 4.1.1.1 4.2.1.1	OFÍCIO Nº 28505/2012/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
1.1.1.1 Que o Reitor adote medidas tempestivas de modo a garantir que as metas previamente programadas sejam atingidas do desperdício. 1.1.2.1 Que o Gestor adote as providências necessárias à correta utilização dos indicadores estabelecidos no Acórdão/TCU No. 2.267/2005 – Plenário. 1.1.2.2 Que o IFPA passe a utilizar o SISTEC como fonte de dados para a geração dos indicadores, em obediência ao Acórdão TCU No. 2.267/2005. 1.1.3.3 Instituir atividades da área e os negócios da organização, bem como para otimizar os recursos disponíveis e a redução um Comitê que seja responsável pela implantação do Planejamento Estratégico de TI, objetivando alinhar as 4.1.1.1 Recomenda-se à área de pessoal do IFPA o registro e disponibilização dos atos de admissão e concessórios de aposentadoria e pensão no sistema. 4.2.1.1 (Dispostas de acordo com o código das ocorrências discriminadas na tabela da página 49 do Relatório de Auditoria da Gestão Nº 201203356): 10. Providenciar o cancelamento do complemento de subsídio sem alteração desde sua implantação em face dos aumentos ocorridos 11. Providenciar a correção da aposentadoria de servidora aposentada com fundamentação exclusiva de magistério, sem ser ocupante de cargo de professor. 21. Providenciar o cancelamento do pagamento na forma integral aos servidores e as devidas restituições ao erário público. 22. Providenciar a correção da remuneração de servidores percebendo a opção pelo cargo em comissão DAS/CD ainda nos termos da Lei 8.911/94. 24. Providenciar o cadastramento no SICAJ de parcelas asseguradas judicialmente.			

30. Informar o valor da remuneração no cadastro do servidor cedido.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
1.1.1.1 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) 1.1.2.1 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) 1.1.2.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) 1.1.3.3-Diretoria de Tecnologia da Informação (DTIC) 4.1.1.1-Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) 4.2.1.1-Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	

Síntese da Providência Adotada

1.1.1.1 A gestão interventora do IFPA, por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), identificou as deficiências gerenciais e está implantando Sistema de Gestão Integrada, reformulação de organograma e outras ações de organização e de normatização.
1.1.2.1 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) identificou fragilidades, em setembro/2012, e está elaborando normativa para aprovação pelo Conselho Superior, segundo a qual os Diretores dos Câmpus informarão mensalmente os índices previstos no Acórdão e no Termo de Acordo de Metas e Compromisso, firmado entre a SETEC/MEC e o IFPA.
1.1.2.2 Conforme informação e documentos colhidos junto à PRODIN, houve capacitação de servidores dos Câmpus para a correta utilização do sistema; com o compromisso de comprovar no Relatório de Gestão de 2012.
1.1.3.3 O Comitê Gestor foi nomeado pela Portaria nº 787/2012 e, este comitê gestor, foi convocado pelo seu presidente para a 1ª reunião em 05/11/2012, para estabelecer os procedimentos necessários para alinhas as atividades de TI à área de negócio do IFPA, bem como otimizar os recursos disponíveis e a redução do desperdício.
4.1.1.1 A recomendação foi parcialmente atendida pelos coordenadores de R.H. dos Câmpus, podendo ser comprovado mediante extração de relatório no SISAC, pois há três Unidades Gestoras que ainda não executaram os registros.
4.2.1.1 conforme abaixo:
10. Servidor pertencente ao quadro da Advocacia Geral da União. Em 11/2012 foi encaminhado Ofício à AGU. Em 05/02/2013 a AGU informou que o servidor foi cadastrado sob NUP 00457.010669/2012, com encaminhamento à Divisão de Pagamento da AGU.
11. Procedida a correção no SIAPE no dia 19/02/2013.
21. O IFPA/Diretoria de Gestão de Pessoas solicita à CGU/PA prorrogação de prazo para atender, devido grande volume de trabalho e reduzido quadro de pessoal dessa Diretoria**.**
22. A DGP conclui pela legalidade do registro, com base no Acórdão TCU nº 1619/2003-P, devido preencher os mesmos requisitos.
24. Servidor redistribuído do IFPA para IFCE, publicado na seção 2, pág. 15 do D.O.U. de 31/10/2012. A rubrica foi lançada ainda no órgão de origem do servidor. Impossibilidade de o IFPA proceder ao cadastramento, em virtude de não deter acesso ao cadastro do servidor.

Síntese dos Resultados Obtidos

1.1.1.1- Iniciado processo de saneamento e de organização do IFPA.
1.1.2.1- Informação mensal dos índices previstos no Acórdão pelos dirigentes da Unidades Gestoras.
1.1.2.2- Capacitação dos servidores para a correta construção do Relatório de Gestão.
1.1.3.3- Instituição do Comitê Gestor e início de atividades em cumprimento à recomendação da CGU.
4.1.1.1- Registros no SISAC regularizados, parcialmente, devido 3 Unidades não o terem executado ainda.
4.2.1.1- Regularização de situação funcional e de retribuição de servidores inativos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Pró-Reitoria de Desenvolvimento institucional - PRODIN
1.1.1.1 Com a aprovação pelo Conselho Superior do novo modelo de gestão, novo organograma com definição das competências, normatizações implantadas, em implantação e em fase de preparação, com o Sistema Integrado de Gestão em Implantação e treinamentos a Gestão vai eliminando deficiências gerenciais e desperdícios.
1.1.2.1 Foi nomeada já em novembro de 2012 uma comissão responsável pelo relatório de gestão e todos os campi fizeram seus relatórios para servirem de base ao relatório geral do IFPA. Os indicadores também foram demandados e os campi passaram a ter os indicadores do câmpus e o geral da Reitoria para utilização como ferramenta de gestão. Além disso, está em fase de ser implantado o quadro de pesquisa e informações gerais que periodicamente estará sendo apresentado por todos os campi e os indicadores estão incluídos e desta forma estar presente nas tomadas de decisões.

1.1.2.2 Desde que foi detectado pela gestão interventora que os dados do SISTEC não vinham sendo alimentados tempestivamente ou corretamente, houve um esforço comum para a regularização desses dados. De todos os campi foram treinados servidores, por várias vezes foi solicitado a reabertura do sistema para a SETEC/MEC para que fossem feitas as atualização. O IFPA continua essa ação, e os indicadores do relatório de gestão 2012 foram extraídos do SISTEC pela própria SETEC/MEC e encaminhado ao Instituto.

Diretoria de Gestão de Pessoas- DGP

A atualização do Sistema SISAC tem sido uma das metas prioritárias da Diretoria de Gestão de Pessoas que assumiu a partir de 18/10/2012. Foi localizado um passivo de mais de duzentos registros pendentes de inclusão no SISAC. Mais de 60% do trabalho de atualização do SISAC foi realizado no mês de fevereiro/2013. A meta é que até o final de Maio/2013 todas as pendências sejam saneadas. Um dos fatores que prejudicam a efetivação de conclusão da ação deve-se a descentralização do setor de Recursos Humanos do IFPA, com pastas funcionais que estão localizadas em doze campi.

A ação de nº 4.2.1.1 , item 10. Depende de execução da Advocacia Geral da União, pois se trata de servidor pertencente ao quadro funcional daquela instituição. A Diretoria de Gestão de Pessoas procedeu as medidas necessárias de encaminhamento dos documentos para as devidas execuções na AGU.

A ação de nº 4.2.1.1, item 11 foi realizada em 19/02/2013 com sucesso pela Diretoria de Gestão de Pessoas, não existindo fatores que prejudicassem qualquer ato de execução.

Devido ao grande volume de trabalho e reduzido quadro de pessoal da Diretoria de gestão de Pessoas foi solicitado novo prazo para a execução da ação de nº 4.2.1.1, item 21.

A Diretoria de Gestão de Pessoas conclui pela legalidade do registro da ação de nº 4.2.1.1, item 22, com base no Acórdão TCU nº 1619/2003-P, não havendo necessidade de nenhuma ação de execução diferenciada.

A ação de nº 4.2.1.1, item 24, restou prejudicada de execução em virtude do Servidor ter sido redistribuído do IFPA para IFCE. A rubrica foi lançada ainda no órgão de origem do servidor. Impossibilidade de o IFPA proceder ao cadastramento, em virtude de não deter acesso ao cadastro do servidor.

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Nota de Auditoria nº 201207744/001	01	Ofício CGU/PA

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

Incluir nos referidos Editais a exigência de apresentação da CNDT como condição para habilitação das licitantes, observada a necessidade da republicação.

Que em todos os Editais de licitação deve ser observada a obrigatoriedade de inclusão de cláusula relativa a regularidade trabalhista, mediante a exigência de apresentação da CNDT.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Câmpus Castanhal Reitoria	

Síntese da Providência Adotada

Através do Ofício/DSP/IFPA-Castanhal/nº 029/2012, foi informado que o edital de Concorrência nº 001/2012 supraditado, os itens referentes à Recomendação encontram-se discriminados no referido Edital, conforme segue:

Item 5 – Da Habilitação: Envelope 01. Subitem 5.1, alínea "e", Inciso V – Regularidade Trabalhista, inserido pela Lei nº 12.440/2011 (fl.06).

As demais Unidades Gestoras, tanto os Câmpus como a Reitoria, passaram a adotar essa exigência legal.

Síntese dos Resultados Obtidos

Cumprimento da norma legal e garantia de que os contratados/fornecedores estão em situação não possuem débito trabalhista.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ratificamos a informação que o IFPA adota a inclusão de cláusula relativa a regularidade trabalhista, solicitando a certidão da CNDT em seus editais.

Fonte: PROAD/IFPA

10.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 60 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.			100917
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
01	201203356	1.1.3.1 1.1.3.2 3.1.1.2 4.2.1.1 5.1.1.1 5.2.1.1 5.2.1.2 6.1.2.1 6.1.2.2 6.1.3.1 6.1.3.2 6.1.3.3 6.2.2.1 6.2.2.2 6.2.2.3 7.1.2.1	OFÍCIO Nº 28505/2012/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.			100917
Descrição da Recomendação			
1.1.3.1 Elaborar o Plano Estratégico de TI com vistas a permitir que a aplicação de recursos da Entidade em Tecnologia esteja em consonância com os objetivos da organização. 1.1.3.2 Elaborar uma Política de Segurança da Informação que contenha as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação. 1.1.3.4 Que sejam implantadas as rotinas para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidades do IFPA. 3.1.1.1 Recomenda-se ao IFPA desenvolver uma estrutura de Controle Interno administrativo capaz de: a) Permitir a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet; b) Capacitar pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet; c) Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUnet; e d) Manter rigoroso controle documental dos imóveis não registrados no SPIUnet ou não pertencentes à União, no que respeita a contratos de cessão de uso, comodatos, usucapião, arrendamento, etc. Recomenda-se ao IFPA que: a) Elabore o inventário de bens imóveis no final do exercício; b) Formalize o processo de trabalho relativo à gestão dos imóveis, divulgando entre o pessoal responsável; c) Adote rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis; d) Desenvolva rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob sua responsabilidade, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções; e) Desenvolva rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas; f) Mantenha estrutura de pessoal suficiente para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade e g) Disponibilize estrutura tecnológica adequada e eficiente para gerir os imóveis sob sua responsabilidade. 3.1.1.2 Providenciar a avaliação dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ. Registrar no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União - SPIU os imóveis da União sob responsabilidade do IFPA informados no Relatório de Gestão que ainda estão sem registro no referido sistema. Implantar rotinas de programação e de procedimentos relativos à manutenção e conservação das instalações. Implantar rotinas de vistoria dos imóveis, com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que os mesmos se encontram.			

4.2.1.1 Dispostas de acordo com o código das ocorrências discriminadas:
31. Desvincular a ação de inclusão de informações na folha de pagamento pelo próprio servidor beneficiário do pagamento, com vistas à devida segregação de funções.
35. Corrigir os códigos e pagamentos das pensões, providenciar os necessários ajustes financeiros e o ressarcimento.
5.1.1.1 Atender tempestivamente as solicitações do Controle Interno do Poder Executivo Federal.
5.2.1.1 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e registrar no SIASG aqueles ainda não cadastrados, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.
5.2.1.2 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e atualizar seus valores no SIASG.
6.1.2.2 Recomendamos ao Diretor do Câmpus Belém que aprimore seus controles internos, de modo a rejeitar prestações de contas de suprimentos de fundos cujos comprovantes de aplicação dos recursos via CPGF não demonstrem adequadamente os gastos realizados.
6.1.3.1 Abster-se de autorizar dispensa de licitação sem o prévio parecer jurídico.
Aprimorar os controles internos licitatórios do Instituto com vistas a garantir o fiel cumprimento da legislação, quanto à formalização devida do processo, em especial, quanto ao prévio parecer jurídico, nas contratações que utilizem dispensa em caráter emergencial.
6.1.3.2 Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a garantir o fiel cumprimento da legislação, somente utilizando dispensa com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93 – situação de emergência, estando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
Instruir adequadamente os processos de Dispensa de Licitação com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93 – situação de emergência, com documentos caracterizadores dos fatos ocasionadores da urgência, bem como as consequências prejudiciais para o caso de não se realizar a contratação – art. 26, I da LLCA.
Atentar ao disposto nos arts. 2º, 24, inciso IV, e 26, parágrafo único, inciso I, todos da Lei nº 8.666/1993, bem como ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.
Atentar para somente realizar contratação tida como emergencial, por dispensa de licitação, em situações onde esteja presente o elemento da imprevisibilidade dos acontecimentos futuros, conforme Acórdãos TCU nºs 260/2002, 348/2003, 690/2005 e 771/2005, todos da Segunda Câmara e o nº 343/2008-Plenário.
Abster-se de autorizar dispensa de licitação com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93,sem estarem presentes os elementos caracterizadores da situação de emergência.
6.1.3.3 Fazer cessar a utilização de mão-de-obra terceirizada em cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Entidade, a nível nacional, face descumprimento do que preceitua o art. 37, inciso II da Constituição Federal, assim como o Acórdão 37/1995 - Segunda Câmara, item 2.1, e parágrafo 2° do art. 1° do Decreto n° 2.271/1997.
Abster-se de autorizar contratações indevidamente motivadas pela inclusão de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do IFPA, em afronta aos dispositivos legais citados anteriormente na recomendação 1.
6.2.2.1 Abster-se de autorizar inexigibilidade de licitação com enquadramento no art. 25 da Lei 8.666/93, com instrução inadequada do processo, de modo a possibilitar verificar se a quantidade/qualidade do objeto contratado são coerentes com a real necessidade do Instituto, assim como a pertinência da inexigibilidade de licitação.
6.2.2.2 Abster-se de autorizar a aquisição de materiais/serviços/obras sem a motivação que lhe deu causa.
Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a instruir adequadamente os processos licitatórios, em especial, quanto à necessidade/motivação da aquisição do objeto, conforme determina o Princípio da Motivação estabelecido no art. 2º, da Lei 9.784, de 29.01.1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal e os termos do art. 2º do Decreto 2.271/1997.
6.2.2.3 Abster-se de autorizar contratações indevidamente motivadas pela falta de compatibilidade da compra realizada com o objetivo/finalidade do Programa/Ação de Governo utilizado para a realização da despesa.
7.1.2.1 Abster-se de autorizar dispensa de licitação com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, sem observar o limite máximo fixado de R$ 8.000,00, para a contratação.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
1.1.3.1-Diretoria de Tecnologia da Informação (DTIC) 1.1.3.2-Diretoria de Tecnologia da Informação (DTIC) 4.2.1.1-Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) 5.1.1.1-Reitoria/Gabinete 5.1.1.1-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 5.1.1.1-Diretoria-Geral do Câmpus Castanhal 5.2.1.1-Diretoria-Geral do Câmpus Santarém 5.2.1.1-Diretoria-Geral do Câmpus Belém	

5.2.1.1-Diretoria-Geral do Câmpus Tucuruí 5.2.1.2-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.1.2.1-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.1.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.1.3.1-Diretoria-Geral do Câmpus Altamira 6.1.3.2-Pró-Reitoria de Administração (PROAD) 6.1.3.2-Diretoria-Geral do Câmpus Abaetetuba 6.1.3.2-Diretoria-Geral do Câmpus Rural Marabá 6.1.3.3-Diretoria-Geral do Câmpus Rural Marabá 6.1.3.3-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.2.2.1-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.2.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.2.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Castanhal 6.2.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Bragança 6.2.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Tucuruí 6.2.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Rural Marabá 6.2.2.2-Diretoria-Geral do Câmpus Breves 6.2.2.2-Diretoria Geral do Câmpus Altamira 6.2.2.3-Diretoria Geral do Câmpus Bragança 6.2.2.3-Diretoria Geral do Câmpus Belém 7.1.2.1-Reitoria/Gabinete	

Justificativa para o seu não Cumprimento

1.1.3.1 A Secretaria Federal de Controle fará a revisão da recomendação, pois, por equívoco, o texto da recomendação refere-se à instituição de comitê responsável pela elaboração do planejamento estratégico, mas deve ser considerada a seguinte recomendação:
Instituir Comitê responsável pela implantação da Política de Segurança da Informação.
O Comitê Gestor foi nomeado pela Portaria nº 787/2012, cujos membros realizaram a primeira reunião no dia 05/11/2012.
1.1.3.2 A atual administração se compromete a atender a esta recomendação, para tanto, já solicitou a formação do Comitê de Segurança da Informação do IFPA.
O Comitê Gestor deverá elaborar a Política de Segurança da Informação do IFPA.
A AUDIN considera que não foi atendida no exercício de 2012.
A PROAD informou por meio do Memorando nº 031, de 22/02/2013, que está providenciando os ajustes dos registros dos bens móveis e o saldo SIAFI.
3.1.1.1 A PROAD informou por meio do Memorando nº 031, de 22/02/2013, que expediu documento de orientação aos Diretores-Gerais, sobre os procedimentos de registro dos imóveis que passarão a ser de responsabilidade de cada dirigente de Unidade Gestora, segundo a PROAD.
A PRODIN solicitou aos Diretores-Gerais dos Câmpus os seguintes documentos, para poder adotar as providências de sua competência:
a)Certidão de Registro de Imóvel (CRI);
b)Escritura Pública (compra e venda ou locação;
c)Planta do terreno e benfeitorias;
d)Memorial descritivo do terreno e benfeitorias;
e)Folha de Avaliação Técnica Expedida
f)Alvará e Habite-se.
Informa também a PRODIN que os processos, provindos dos Câmpus Conceição do Araguaia e Rural Marabá, já foram instruídos com Parecer Técnico e restituídos a esses Câmpus.
A AUDIN considera que as recomendações não foram atendidas até 31/12/2012, em que pesem as providências adotadas para regularização.
3.1.1.2 A PROAD informou por meio do Memorando nº 031, de 22/02/2013, encaminhou ao Gabinete da Reitoria, orientações recebidas da Secretaria do Patrimônio da União, ser de competência de cada Unidade Gestora o cadastro e registro dos dados no SPIU NET.
A AUDIN considera que a Recomendação não foi atendida até o dia 31/12/2012.
A PRODIN/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura publicou a Instrução Normativa nº 001, de 29/11/2012, estabelecendo procedimentos para acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia.
4.2.1.1 A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) informou:
30. O IFPA/Diretoria de Gestão de Pessoas solicita à CGU/PA prorrogação de prazo para atender, devido grande volume de trabalho e reduzido quadro de pessoal dessa Diretoria.
35. O IFPA/DGP solicita à CGU/PA prorrogação de prazo para atender, devido grande volume de trabalho e reduzido

quadro de pessoal dessa Diretoria. 5.1.1.1 A Direção Geral do Câmpus Belém informa que está tomando providências junto aos setores responsáveis por prestar informações, para priorizar as solicitações dos Órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal. 5.2.1.1 Conforme informação da PROAD/Contratos e Convênios a recomendação está sendo atendida em 2013. 5.2.1.2 A PROAD informa que a recomendação está sendo atendida em 2013. 6.1.2.1 A Diretoria Geral do Câmpus Belém informa que, a partir dessa recomendação, orientou os supridos com vistas ao cumprimento das formalidades. 6.1.2.2 A Diretoria Geral do Câmpus Belém informa que, a partir dessa recomendação, orientou os supridos com vistas ao cumprimento das formalidades. Nos trabalhos da AUDIN realizados em 2012 na Unidade Gestora, não constatamos tais desconformidades. 6.1.3.2 Os Diretores- Gerais das duas Unidades onde incidiu a impropriedade informam que estão adotando, a partir da recomendação, o devido atendimento. A PROAD informou por meio do Memorando nº 031, de 22/02/2013, encaminhou ao Gabinete da Reitoria que adotou as providências de sua competência para atendimento das recomendações. 6.1.3.3 A Direção Geral do Câmpus Belém e a Direção Geral do Câmpus Rural de Marabá comprometem-se em atender a presente determinação. 6.2.2.1 A Direção Geral do Câmpus Belém compromete-se a dar cumprimento à recomendação. 6.2.2.2 A Direção Geral dos Câmpus Bragança, Rural Marabá, Tucuruí, Castanhal, Breves, Altamira e Belém informam que estarão tomando providências para atender a recomendação. 6.2.2.3 Os Diretores-Gerais dos Câmpus onde a CGU constatou as impropriedades se comprometeram e garantem que passaram a atender devidamente a recomendação. 7.1.2.1 A Pró-Reitoria de Administração compromete-se a dar cumprimento à determinação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Em relação aos itens recomendados à PROAD, informamos que a Reitoria está providenciando a regularização dos imóveis de todos os câmpus junto ao SPU; que esse Órgão fez as solicitações de documentação necessária para que seja dado andamento à demanda do IFPA. É um procedimento demorando, pois depende de cartórios, Prefeituras, Câmaras Municipais dos Municípios, Assembléia Legislativas etc, mas está sendo conduzido com o empenho das Pró-Reitorias de Administração/Diretoria de Administração e de Desenvolvimento Institucional/Engenharia, que estão articulando com os Diretores responsáveis pelos Câmpus para a solução do problema. Os câmpus que estão em estágio avançado para solução das pendências são: Câmpus Bragança: pendente apenas do memorial retificando a área total do terreno, em virtude de redução da área do imóvel; Câmpus Castanhal: faltando apenas o memorial descritivo da área construída; Câmpus Santarém: encontra-se em fase de assinatura de contrato e respectivo desmembramento da área total que ocorrerá entre o IFPA e outros órgãos que foram beneficiados com a doação do terreno pela Prefeitura Municipal do município em que está localizado o câmpus; Reitoria: encontra-se em fase de desmembramento da área total do terreno da União que está inserida (DNIT x IFPA x PRF).

Fonte: PROAD/IFPA

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Superior, conforme prevê o § 3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, conta com uma Coordenação e equipe técnica. No prédio da Reitoria, em Belém, está localizada a Coordenação e mais dois servidores, sendo um Auditor Interno e um Assistente em Administração; no Câmpus Castanhal a Auditoria Interna conta com um Auditor Interno e um Economista. Não há outros servidores da Auditoria Interna ou a serviço desta lotados nos demais Câmpus ou Polo.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Os trabalhos mais relevantes realizados pela Auditoria Interna do IFPA se concentraram nas áreas de Gestão de Pessoas, Gestão do Patrimônio e Gestão de Suprimento de Bens e Serviços; sendo principais constatações as abaixo mencionadas:

Gestão de Pessoas

Assunto: Auxílio Transporte
Constatações registradas no Relatório da AUDIN n°4/2012.
1) Impropriedades caracterizadas pela fragilidade nos controles primários, onde verificam-se desatualização cadastral, bilhetes com horário de embarque incompatível com horário de trabalho e cadastros sem assinaturas do servidor requisitante; acarretando pagamento indevido de auxílio-transporte, em desacordo com a Orientação Normativa/MPOG nº 4, de 15.03.2001.

2) Pagamento de auxílio transporte a servidores que se deslocam no percurso residência/trabalho/residência, com a utilização de veículo particular, comprovado pelo controle de entrada e saída dos veículos.

Assunto: Diárias e passagens
Constatações registradas nos Relatórios da AUDIN n° 2, 5, 7, 9, 10, 11, 12 de 2012.
1) Fragilidade na formalização dos processos de concessões de diárias, uma vez que o SCDP não está sendo devidamente alimentado com todos os documentos que motivam e justificam a concessão de diárias e passagens:
a) ausência de documentos legíveis que motivaram a concessão de diárias e passagens (solicitação do proposto, ordem de serviço, folder ou documentos que informem a duração dos trabalhos ou eventos);
b) falhas na prestação de contas, onde é imprescindível a apresentação (legível) dos seguintes documentos: relatório (descrevendo as atividades desenvolvidas pelo servidor), comprovantes de embarque e desembarque (de passagens aéreas e/ou terrestres), certificados, programação dos eventos, convocações e/ou atas de reuniões e outros documentos pertinentes que justifiquem e comprovem o afastamento e a concessão de diárias e passagens ao servidor.

2) Diárias solicitadas com prazo inferior a 10 dias da viagem, contrariando o disposto no art. 7° Portaria n°403/2009-MEC;

3) Ausência de prestação de contas, que deverá conter Relatório de viagem, comprovantes de embarque e desembarque, se for o caso, conforme exigência do art. 13° da Portaria 403/2009-MEC e itens 9.7.1 a 9.7.3 do Acórdão n° 9.702/2011-1° Câmara;

4) Pagamento das diárias realizado após o período da viagem, em desacordo com o art. 5º do Decreto nº 5.992/2006;

5) Ausência de cotação eletrônica dos bilhetes aéreos das demais empresas consultadas(TAM, Azul e etc.) , em desacordo com o art.1° II da Portaria n° 505/2009-MPOG;

6) Ausência de publicação das diárias no Boletim Interno ou de Pessoal, contrariando o inciso II do art. 1º da Lei de nº 4.965/1966 e o art. 6º do Decreto de nº 5.992/2006.

7) Ausência de justificativa expressa e comprovação da realização das despesas para viagens e pagamentos de diárias em finais de semana condicionados a apresentação de documentos (freqüência dos alunos, lista de presença, certificados de participação, atas de reuniões, comunicados oficiais, convites nominais, registro fotográfico, entre outros) em desacordo com o Acórdão nº 9.724/2011-1ª Câmara, itens 9.10.1 a 9.10.2);

Gestão Patrimonial

Assunto: Bens móveis
Constatações registradas nos Relatórios da AUDIN n° 2, 5, 7, 9, 10, 11, 12 de 2012:
1) Bens sem as respectivas placas de tombamento, embora adquiridos em exercícios anteriores;
2) Instalações inadequadas para o armazenamento de materiais;
3) Armazenagem de materiais permanentes;
4) Ausência de uma política de gestão patrimonial padronizada e supervisionada pela Pró-Reitoria de Administração;
5) Deficiência dos controles primários evidenciados pela ausência dos relatórios mensais de Almoxarifados – RMA e do inventário físico anual dos bens em almoxarifado, exercício 2011, caracterizando descumprimento das normas que regem a elaboração de inventários anuais, especialmente o art. 96 da Lei nº 4.320/64 e o subitem 8.1 da IN/SEDAP nº 205/1988.

Gestão de Suprimento de Bens e Serviços

Assunto: Obras e Serviços de Engenharia
Constatações registradas nos Relatórios da AUDIN n° 2, 3, 6, 7 de 2012
1) Ausência no processo da motivação ou de estudos que aponte a real necessidade de contratação do objeto;
2) Ausência de estudos da comprovação da realização de estudos de impacto ambiental, previsto na Lei nº 6.938/91 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, e Resolução nº 001/86, do CONAMA;
3) O endereço do objeto, constante da Anotação de Responsabilidade Técnica Nº 2646D PA/44, não coincide com o efetivo endereço da obra licitada e em construção em (fls.8);
4) Inexistência de comprovação da regularidade do terreno em nome do IFPA, onde está sendo construído o Câmpus, contrariando o Acórdão n° 1.373/2003-Plenário e Ofício Circular n°33/2011/CGINF/DDR/SETEC/MEC;
5) Ausência do Alvará de autorização expedido pela Prefeitura Municipal, conforme legislação municipal;
6) Ausência de elaboração de estudos técnicos preliminares quanto a topografia, análise de solo e aos objetivos a serem atingidos pelo uso da edificação, conforme orientado no Ofício Circular n°33/2011/CGINF/DDR/SETEC/MEC;
7) Ausência de Memorial Descritivo contendo identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, conforme o disposto no do art.6° XI da Lei n°8.666/93 e Acórdão n° 1.373/2003;
8) Ausência da assinatura e de rubrica no Edital n° 03/2011(fls.67 a 91) em desacordo com o art.40 parágrafo 1° da Lei 8.666/93 e Acórdão n° 1.429/2005 -Plenário;
9) Não consta do Edital de licitação e do Termo de Contrato, cláusulas que expressem minuciosamente as penalidades cabíveis a serem aplicadas aos responsáveis pelos erros porventura constatados nos projetos, de conformidade com o subitem 9.1.5 do Acórdão TCU nº1414/2003;
10) Ausência no Edital de Licitação e no Termo de Contrato, de cláusula que inclua como responsabilidade do licitante vencedor, a adequação do projeto ao terreno a fim de evitar aditivos destinados a movimentação de terra após assinatura do contrato em desacordo com o Acórdão n° 1.373/2003-Plenário e Ofício Circular n°33/2011/CGINF/DDR/SETEC/MEC;
11) Divergência da vigência do contrato, visto que na cláusula 19.1 do Edital n° 03/2011(fls.82) está 360(trezentos e sessenta) dias enquanto que na cláusula segunda do contrato 22/2011|(fls.465) consta 180(cento e oitenta) dias;

12) Ausência do Projeto Executivo de Engenharia constante da Planilha Orçamentária que deveria ser apresentada no início dos serviços conforme cláusula 20.3 item "g" Edital n°03/2011;
13) A Nota de Empenho nº 2012NE800510 (fls.460) e a de n° 2012NE800073(fls.478) não estão preenchidas as fundamentações legais no campo "inciso" em desacordo com Lei nº 8.666/93;
14) Ausência da Matrícula da Obra em desacordo com a cláusula 27.5 item "a" e "b" do Edital n°03/2011;
15) Ausência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, do responsável técnico pela execução dos serviços, conforme Cláusula 20.3 item "c" e Cláusula 20.2 item "t" e "u" do Edital n°03/2011;
16) Ausência no processo do ato de designação pelo IFPA do fiscal do Contrato, conforme exige a Cláusula 24.1 do Edital n°1/2011 e art. 67 da Lei nº 8.666/93;
17) Ausência da Ordem de Serviço, devendo compor o processo e apresentar cópia da mesma à AUDIN.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Os recursos humanos da Auditoria Interna não são suficientes para se certificar, durante o exercício, se todas as recomendações foram (ou não) efetiva e tempestivamente implementadas. Mesmo com a utilização das modernas ferramentas da comunicação, precisaria fazer essa avaliação de modo presencial. Registre-se, a propósito, que a AUDIN deixou de atuar em 2012 em três Câmpus, cuja causa foi a insuficiência de pessoal. Há que registrar também que, devido o descompasso entre a estrutura de pessoal e o volume de trabalho, o 3º Relatório Reitoria e o Relatório Câmpus Rural Marabá foram concluídos e entregues somente no mês de fevereiro de 2013.
Desse modo, a cotejamento entre as Recomendações e Implementações, na tabela abaixo, tem por base o atendimento pelos dirigentes destas Unidades, consignadas no Plano de Providências Interno (PPI), disponibilizado à Auditoria Interna. Daí, a atribuição correspondente a "zero" para a ausência de implementação das recomendações expedidas decorrentes de uma Fiscalização de obras no Câmpus Rural Marabá que, segundo o seu Diretor-Geral, as ações de atendimento são de competência da Reitoria devido a licitação e a fiscalização terem sido processadas e executadas por servidores da Reitoria. A expressão "sem informação", na tabela abaixo, significa que o Câmpus não informou as providências de atendimento das recomendações.
A Auditoria Interna-AUDIN, no exercício de 2012 expediu 331(trezentos e trinta e um) Recomendações, constantes dos 12 (doze) Relatórios de Auditorias realizadas nos Câmpus e na Reitoria, conforme abaixo:

QUADRO 61 – RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS E IMPLEMENTADAS EM 2012.

RELATÓRIO/UG	RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2012	RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS EM 2012
Relatório n°1/Rural de Marabá	4	0
Relatório n°2/Bragança	30	30
Relatório n°3/Reitoria	11	11
Relatório n°4/Castanhal	17	17
Relatório n°5/Santarém	34	Sem informação
Relatório n°6/Reitoria	17	17
Relatório n°7/Altamira	35	35
Relatório n°8/Conceição do Araguaia	34	Sem informação
Relatório n°9/Industrial de Marabá	38	37
Relatório n°10/Reitoria	21	11
Relatório n°11/Tucuruí	47	45
Relatório n°12/Rural de Marabá	43	43

Fonte: AUDIN/IFPA

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

Em relação às rotinas de acompanhamento e de implementação das Recomendações, esta Auditoria Interna necessita e depende de melhor estrutura de recursos humanos para poder exercê-las com tempestividade, qualidade e resultados satisfatórios. Em 2012 foram produzidas pela AUDIN/IFPA 327 (trezentas e vinte e sete) Recomendações distribuídas pelos 12(doze) Relatórios de Auditoria; devendo ressaltar que há um expressivo percentual de Recomendações coincidentes entre as Unidades Gestoras, devido iguais achados de auditoria.

A Auditoria Interna, ao entregar o Relatório de Auditoria ao gestor da Unidade, anexa o formulário "Plano de Providências Interno", solicitando que o dirigente registre as medidas que serão adotadas e prazo para atendimento, com restituição do formulário assinado à Auditoria Interna, no prazo determinado. O monitoramento da implementação é realizado de modo presencial por ocasião da próxima auditoria na Unidade Gestora, ou à distância, quando possível.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

A sistemática de monitoramento se dá através do Plano de Providências Interno do IFPA onde a Auditoria Interna encaminha juntamente do Relatório de Auditoria o formulário contendo as recomendações que deverão ser atendidas pela Unidade Gestora e a confirmação da implementação através próxima visita à mesma.

O IFPA ainda não dispõe de Sistema informatizado de Monitoramento dos Resultados dos trabalhos da AUDIN.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

Conforme informado na letra "d" acima, os Relatórios de Auditoria contendo as constatações, recomendações e opinião sobre implementação das últimas recomendações, são entregues ao Presidente do Conselho Superior, órgão máximo de deliberação colegiado do Instituto Federal do Pará.

Além dos Relatórios de Auditoria, no início de cada exercício a Auditoria Interna elabora e apresenta à Controladoria-Geral da União e ao Presidente do Conselho Superior, o Relatório Anual de Atividades, contendo os dados relevantes dos trabalhos realizados no exercício anterior e os seus resultados na gestão, conforme previsto nas Instruções Normativas nº 07/2006 e nº 01/2007, da Controladoria-Geral da União.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Conforme informado na letra "f" acima, os Relatórios de Auditoria contendo as constatações, recomendações e opinião sobre implementação das últimas recomendações, são entregues ao Presidente do Conselho Superior, órgão máximo de deliberação colegiado do Instituto Federal do Pará.

Além dos Relatórios de Auditoria, no início de cada exercício a Auditoria Interna elabora e apresenta à Controladoria-Geral da União e ao Presidente do Conselho Superior, o Relatório Anual de Atividades, contendo os dados relevantes dos trabalhos realizados no exercício anterior e os seus resultados na gestão, conforme previsto nas Instruções Normativas nº 07/2006 e nº 01/2007, da Controladoria-Geral da União.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 62 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	**Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DGP/IFPA

10.3.2 Análise Crítica

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO 63 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria de Lourdes de Vasconcelos Feio**, CPF nº 059.842.892-53, **Coordenação de Contratos e Convênios**, exercido na **Reitoria/IFPA** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 13 de março de 2013.

Maria de Lourdes de V. Feio

Maria de Lourdes de Vasconcelos Feio

CPF:059.842.892-53

Coordenadora de Contratos e Convênios/Reitoria/IFPA

FONTE: IFPA

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. Informações contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Não está sendo adotado aplicação da depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima.

Ausência do registro da depreciação, amortização e exaustão conforme estabelecem a Portaria STN nº 833/2011, o MCASP, as NBCASP e Manual SIAFI macrofunção 02.03.30, em virtude de ainda estar em fase de implantação do SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos adquirido através de Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que será utilizado para gerar os relatórios de depreciação, amortização e exaustão dos bens do IFPA.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO 64 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	158135 158306 158307 158308 158481 158506 158507 158508 158509 158512 158518 158567
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, disponibilizados no SIAFI, os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. **EXCETO** no tocante a:	

a) Conta 199130000 – Diversos Responsáveis em Apuração, no valor total de R$ 17.932,04, a saber: Câmpus Castanhal R$ 1.241,00 e Câmpus Belem R$ 16.691,04, referente falta ou irregularidade de comprovação, multa e juros sobre pagamento efetuados em atraso, divergência de prestação de contas de suprimento de fundos e falta de devolução de valores não utilizados, desde o exercício de 2009, quando da migração das escolas agrotécnicas e cefet para o surgimento do IFPA, que ainda não foram apuradas as responsabilidades e/ou efetuadas as baixas nas contas.

b) Conformidade de Registro de Gestão – No decorrer de 2012 a maioria dos Câmpus e Reitoria não realizaram a conformidade de registro de gestão em tempo hábil no sistema. Continua sendo orientado através de comunica aos gestores sobre a execução da tarefa, cujo monitoramento é efetuado pelo sistema automaticamente, uma vez por semana, relacionando as UJ que estão pendentes de realização de registro.

c) Conformidade Contábil – No exercício de 2012 a conformidade contábil do IFPA como Órgão foi registrada "COM RESTRIÇÃO".

d) Depreciação – Ausência do registro da depreciação, amortização e exaustão conforme estabelecem a Portaria STN nº 833/2011, o MCASP, as NBCASP e Manual SIAFI macrofunção 02.03.30, em virtude de ainda estar em fase de implantação do SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos adquirido através de Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que será utilizado para gerar os relatórios de depreciação, amortização e exaustão dos bens do IFPA.

e) O Balanço Patrimonial, no que diz respeito ao ativo permanente, não condiz com a realidade, pois quando da criação dos novos câmpus em 2010 e 2011, os bens móveis foram transferidos fisicamente para os novos câmpus, mas não foi realizada a transferência dos mesmos via sistema, impossibilitando assim o fechamento dos relatórios mensais de bens, sendo somente os bens adquiridos/contabilizados pelas UJ, nos exercícios financeiros, fazerem parte do RMB dos câmpus.

f) SPIUNET x SIAFI – Encontra-se registrado no SPU somente 03 imóveis, os demais ainda estão pendentes de registros devido ao processo demorado do SPU e também a documentação incompleta dos prédios onde funcionam os câmpus Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Belém (PA)**	**Data**	**11/03/2013**
Contador Responsável	Elza Olivia S. da Silva Contadora - CRC 7797/PA IFPA Port. 420/2010 - GAB	**CRC nº**	**7797/O-8**

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012
INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

12 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

12.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005.

a) Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU, formado pelos Indicadores: Acadêmico, Administrativo, Socioeconômico e Gestão de Pessoa.

INDICADORES INSTITUCIONAIS – Acadêmicos

QUADRO 65 - INDICADOR: RELAÇÃO NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS / VAGAS OFERTADAS - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Identificar a relação candidato/vaga.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos;
b) Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
c) Em caso de resultado fracionado, deve-se considerar duas ordens decimais.

Fórmula de Cálculo:

Número de candidatos inscritos por vagas = $\frac{\text{Número de Inscrições}}{\text{Vagas ofertadas}}$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I
Abaetetuba				955	100	9,55	546	140	3,90	1648	480	3,43	2350	290	8,10
Altamira				974	270	3,61	1339	550	2,43	1240	710	1,75	1681	280	6,00
Belém				0	0		0	0		0	0		0	0	
Bragança				0	0		1100	440	2,50	564	200	2,82	1313	40	32,83
Breves				0	0		0	0		1361	572	2,38	0	0	
Castanhal	941	325	2,89	0	0		2845	887	3,21	2898	795	3,65	6952	470	14,79
Conceição do Araguaia				0	0		146	40	3,65	100	100	1,00	1230	560	2,20
Itaituba				0	0		0	0		770	940	0,82	133	120	1,11
Marabá Industrial				0	0		0	0		0	0		0	0	
Marabá Rural				0	0		0	0		121	121	1,00	0	40	
Santarém				0	0		47	90	0,52	67	80	0,84	323	400	0,81
Tucuruí	1475	285	5,18	597	100	5,97	2049	806	2,54	5600	520	10,77	6079	354	17,17
Geral IFPA	**2416**	**610**	**3,96**	**2526**	**470**	**5,37**	**8072**	**2953**	**2,73**	**14369**	**4518**	**3,18**	**20061**	**2554**	**7,85**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: INSC- Número de Inscritos; I- Índice.

Análise crítica

Os dados de 2008 foram informados somente pelos Câmpus Castanhal e Tucuruí a partir das informações extraídas do controle acadêmico interno.

Os dados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC e enviados pela SETEC/MEC. O número de vagas ofertadas demonstrada no Quadro acima referem-se a todas as modalidades de ensino ofertadas no IFPA, com exceção das vagas referentes aos cursos FIC - PRONATEC. Esses indicadores poderiam ser desagregados por área, curso ou modalidade de ensino, o que permitiria o acompanhamento das metas previstas na Lei 11.892/2008 e no PDI do IFPA, o qual prevê o crescimento da oferta de vagas ao longo dos anos em 50% para o ensino técnico de nível médio e 20% para os cursos de Licenciaturas. Esses indicadores sugerem ações para o atendimento das metas previstas na Lei 11.892/2008.

Ao analisar o triênio 2010-2012, observa-se que a procura pelos cursos ofertados no IFPA cresceu consideravelmente, em média 150%, considerando que em 2010 tivemos 8.072 inscritos enquanto que em 2012 esse quantitativo foi de 20.061 inscritos, de acordo com o quadro apresentado. Podemos destacar um aspecto importante para esse crescimento que foi a adesão do IFPA ao Processo Seletivo Unificado – SISU, do Ministério da Educação. Desde 2010 o SISU que vem proporcionando a democratização do acesso ao ensino superior. A demanda gerada pelas empresas em busca de técnicos de nível médio também aumenta a procura pelos cursos ofertados pelo Instituto, e está sendo um grande atrativo para os jovens que precisam se inserir no mundo do trabalho. Dentre as ações fomentadas pela Gestão junto aos câmpus do IFPA foi a de incentivar a implantação de ações afirmativas nos processos de seleção de candidatos a cursos, visando garantir o acesso a instituição de estudantes de etnias indígenas, quilombolas, filhos de agricultores, jovens de assentamentos rurais, trabalhadores e jovens em situação de vulnerabilidade social, identificados como minorias nas listas de aprovação dos processos seletivos. A aprovação da Lei nº. 12.711/12 (Lei de Cotas) contribuiu para a ampliação da procura dos cursos do IFPA, quando se reservou 50% das vagas ofertadas para o atendimento da lei.

De modo geral, percebe-se que há uma evolução no indicador de 2012 comparado aos anos de 2010 e 2011. Entretanto, o indicador de 7,85 não reflete precisamente esta evolução, por conta de falta de informações de alguns câmpus na data limite do registro dos dados a serem considerados na construção do indicador. Quando tomamos especificamente o processo seletivo SISU 2012/1, o quantitativo de inscrito foi de 87.664 e o quantitativo de vagas foi de 905, logo, aplicando-se a fórmula do indicador, tem-se a taxa de 96,86 inscritos por vagas, dados estes não inseridos no sistema SISTEC.

O Câmpus Belém no ano de 2012 ofertou para os cursos técnicos subsequentes e integrados 490 vagas e para a educação superior 530 vagas, e para estas últimas teve-se 70.726 inscritos, dados não informados no SISTEC, o que levou a Gestão a adotar medidas para alimentação do sistema SISTEC nos últimos meses.

O Câmpus Santarém apresentou um quantitativo de 440 vagas para cursos técnicos subseqüentes e integrados, com 3.815 inscritos. Esta realidade de dados inconsistentes é a realidade também dos demais câmpus. Acredita-se que na data em que os dados foram extraídos do SISTEC as atualizações por parte dos câmpus ainda estavam sendo realizadas.

Podemos atribuir essa divergência de informações a erro de registro por parte dos câmpus do IFPA no SISTEC, isto é, os quantitativos de inscritos nos processos seletivos realizados pelos câmpus não foram devidamente registrados no referido sistema. A gestão do IFPA tem feito esforços constantes para a atualização do SISTEC a fim de se ter indicadores fidedignos à realidade do IFPA. Espera-se que no próximo relatório de gestão os dados possam refletir a realidade do IFPA. Enfim, considerando a necessidade de indicadores precisos, para tomada de decisão e evitar fragilidades dessa natureza, foi providenciado orientações a todos os câmpus sobre os

procedimentos de atualização do SISTEC, com ações específicas de monitoramento da alimentação do referido sistema.

Percebe-se que o quantitativo de vagas ofertadas pelo Instituto é bem inferior ao quantitativo de demandas. Nesse sentido, o IFPA vem desenvolvendo ações para propiciar um aumento gradativo no número de vagas a serem ofertadas, dentre elas: a) pactuação de cursos técnicos na modalidade subsequente no âmbito do PRONATEC/BOLSA FORMAÇÃO; b) criação de novos cursos em cinco novos câmpus, sendo que dois destes têm previsão de entrar em funcionamento até o ano de 2014; c) implementação de ações para institucionalizar a oferta de cursos na modalidade a distância.

QUADRO 66 - INDICADOR: RELAÇÃO DE NÚMERO DE INGRESSOS / ALUNOS MATRICULADOS - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).

b) Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Fórmula de Cálculo:

Relação de Ingressos por Alunos = $\frac{\text{Número de ingressantes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I
Abaetetuba	290	323	89,7	0	2		1523	1525	99,9	503	2028	24,8	297	2205	13,5
Altamira	20	55	36,3	157	157	100,0	532	689	77,2	681	1361	50,0	273	1313	20,8
Belém	1973	4617	42,7	3937	6894	57,1	3213	10107	31,8	1740	11847	14,7	42	11458	0,4
Bragança	210	210	100	0	0		487	487	100,0	144	631	22,8	0	631	
Breves				0	0		0	0		645	645	100,0	3	648	0,5
Castanhal	322	749	42,9	352	364	96,7	964	1315	73,3	729	1947	37,4	463	1899	24,4
Conceição do Araguaia	167	167	100	2	49	4,1	731	780	93,7	366	1146	31,9	639	1785	35,8
Itaituba				0	0		263	263	100,0	845	1108	76,3	133	1241	10,7
Marabá Industrial	327	483	67,7	0	277		491	768	63,9	0	768		0	768	
Marabá Rural				85	85	100,0	132	217	60,8	351	568	61,8	54	622	8,7
Santarém				1	1	100,0	906	907	99,9	67	974	6,9	399	1373	29,1
Tucuruí	275	569	48,3	291	528	55,1	724	1252	57,8	536	1760	30,5	405	1923	21,1
Geral IFPA	**3584**	**7173**	**49,9**	**4825**	**8357**	**57,7**	**9966**	**1831**	**54,4**	**6607**	**24783**	**26,7**	**2708**	**25866**	**10,5**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: ING: número de ingressantes; M: número de alunos matriculados; I: índice

Análise Crítica

Os dados de 2008 referentes aos Câmpus Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Tucuruí são referentes à situação de Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas ao Câmpus Belém enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Esses dados foram extraídos do sistema de controle acadêmico interno, assim como os dados de 2008 do Câmpus Castanhal.

Os dados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC. Para análise da relação do número de ingressantes pelo número de alunos matriculados é preciso considerar que os números apresentados no Quadro acima não estão de acordo com o que efetivamente o IFPA apresenta em seus registros acadêmicos. As inconsistências comparadas entre os dois sistemas devem-se, especialmente, a falta de alimentação dos dados no SISTEC, em especial pelos Câmpus Belém, Bragança e Marabá Rural, e da inexistência da oferta de novas vagas em processo seletivo no ano de 2012, pelos Câmpus, Breves e Marabá Industrial.

Desse modo, a quase inexistência do registro de ingressantes e do número de matrículas de um ano para outro, como ocorre, por exemplo, no câmpus Bragança, deve-se à falta de alimentação dos dados. O registro atualizado do número de ingressantes nesse câmpus, conforme sistema de registro acadêmico do IFPA foi de 552 alunos. Entretanto, a inconsistência apresentada no Câmpus Breves, deve-se a não oferta de novas vagas em 2012.

O sistema de registro acadêmicos do IFPA apresenta, em 2012, 5.576 alunos ingressantes e de 13.835 alunos matriculados o que difere consideravelmente dos dados registrados do SISTEC, no referido ano.

O indicador de 2012 apresenta uma ligeira queda em comparação ao ano anterior, declinando de uma taxa de 26,7, em 2011, para 10,5, em 2012. Representando uma redução de alunos ingressantes na instituição em detrimento a fatores internos como a não oferta ou oferta reduzida de novas vagas em alguns câmpus.

Em relação ao atendimento do que preceitua o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e considerando o indicador, objeto dessa análise, destaca-se o atendimento parcial da meta estabelecida para direcionar, no mínimo, 50 das vagas e matrículas para o ensino técnico de nível médio, preferencialmente integrado. Em 2012, 76 dos alunos ingressantes foram de cursos integrados ao ensino médio, conforme sistema de controle acadêmico do instituto. Considerando os dados registrados no SISTEC, obtêm-se um percentual de 68. Em relação ao número de matrículas, estes índices são de 56 (SISTEC) e 54 (sistema de controle acadêmico do IFPA).

Cabe ressaltar que a queda do índice da relação de alunos ingressantes por matriculados no comparativo de 2012 com 2011, em alguns campi, deve-se também à região de atuação do câmpus, conforme estabelece o PDI, em seu macro-objetivo: “Ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos campi, cursos e serviços educacionais, levando em consideração a região de atuação dos câmpus”. Situação esta observada, notadamente, no Câmpus Altamira que priorizou a oferta de cursos estratégicos para as regiões do Xingu e da Transamazônica; e do Câmpus Breves, que priorizou ofertas de cursos para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica – EPT – em áreas demandadas em sua região de atuação, além do PARFOR e Mulheres Mil.

QUADRO 67 - INDICADOR: RELAÇÃO DE NÚMERO DE CONCLUINTES / ALUNOS MATRICULADOS - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.
b) Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Fórmula de Cálculo:

Relação de Concluintes/Aluno = $\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I
Abaetetuba	0	323		0	2		0	1525		112	2028	5,5	854	2205	38,7
Altamira	11	55	20,0	0	157		0	689		268	1361	19,7	344	1313	26,2
Belém	867	4617	18,7	0	6894		0	10107		414	11847	3,5	2061	11458	18,0
Bragança	0	210		0	0		0	487		0	631		120	631	19,0
Breves							0	0		0	645		104	648	16,0
Castanhal	208	749	27,7	0	364		30	1315	2,3	362	1947	18,6	208	1899	11,0
Conceição do Araguaia	0	167		0	49		0	780		0	1146		403	1785	22,6
Itaituba							0	263		0	1108		58	1241	4,7
Marabá Industrial	145	483	30,0	0	277		0	768		0	768		154	768	20,1
Marabá Rural				0	85		0	217		0	568		41	622	6,6
Santarém				0	1		0	907		0	974		136	1373	9,9
Tucuruí	57	569	10,0	0	528		0	1252		154	1760	8,8	276	1923	14,4
Geral IFPA	**1288**	**7173**	**17,9**	**0**	**8357**		**30**	**18310**	**0,2**	**1310**	**24783**	**5,3**	**4759**	**25866**	**18,4**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: C- Concluintes; MAT- Matriculados; I- Índice.

Análise Crítica

Os dados de 2008 referentes aos Câmpus Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Tucuruí são referentes à situação de Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas ao Câmpus Belém enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Esses dados foram extraídos do sistema de controle acadêmico interno, assim como os dados de 2008 do Câmpus Castanhal.

Os dados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC e enviados pela SETEC/MEC. Observa-se que em 2009 o índice entre alunos matriculados e concluintes é de 0. Enquanto que no ano de 2010 situa-se em 0,2 e em 2011 teve-se um aumento para 5,3. É importante frisar que esses dados diferem do relatório do exercício de 2011. Esses dados levam a um diagnóstico de inconsistência e que sinalizaram para uma ação no âmbito da Gestão do IFPA no sentido de refletir e propor atividades para a alimentação do sistema SISTEC.

Nesse sentido, a Gestão realizou em 2012 e início de 2013 várias ações em todos os câmpus para atualização dos dados nos sistemas SISTEC, como: a) realização de capacitação para dois servidores por câmpus responsáveis pela alimentação do sistema; b) inclusão do assunto em pautas de reuniões sistemáticas com os dirigentes (Colégio de Dirigentes – CODIR); c) acompanhamento e assessoria às ações realizadas nos câmpus pela equipe multisetorial das Pró-Reitorias de Ensino e de Desenvolvimento Institucional/Pesquisadora Institucional.

Com essas ações percebe-se que no ano de 2012 houve um aumento significativo do índice de alunos concluídos por matriculados para 18,4, permitindo-se visualizar um resultado mais próximo da realidade no IFPA. Esses dados revelam que as ações planejadas no âmbito da gestão do ensino em parceria com os câmpus têm mostrado melhorias na alimentação, atualização e validação dos dados do sistema SISTEC.

Sinalizamos que as fragilidades de alimentação do sistema SISTEC e do sistema de controle acadêmico interno dificultou a construção de uma análise mais aprofundada, o que, de certa forma, alertou a Gestão para tomada de decisão que priorizasse uma atuação mais sistêmica de atualização de dados já citadas. É importante destacar que outras variáveis podem interferir na quantificação de alunos concluintes. Apontamos para ações da Gestão que visem fortalecer as políticas de permanência de nosso corpo discente, principalmente os alunos dos cursos noturnos, que exercem atividades profissionais durante o dia e estudam à noite. É através dessas ações que se torna possível buscar a ampliação do número de concluintes, com o desafio de incentivar a permanência do aluno durante todo o curso.

Quando analisamos os dados referentes à relação entre o número de alunos matriculados e o número de alunos concluintes, percebemos que há um número reduzido de concluintes, porém, observamos que muitos alunos constam no registro de matrícula inicial, mas não frequentam regularmente o curso, e não havia a atualização do sistema SISTEC quanto ao status dos alunos (evasão, trancamento, concluintes, desistentes, etc,). Da mesma forma, o sistema de controle acadêmico interno também necessitou de ajustes técnicos de atualização. Como o IFPA vem ampliando as suas ações, um novo sistema integrado de gestão foi adquirido. Entre os seus módulos consta o de registro acadêmico, ainda não implantado, mas já em fase de preparação pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIC, para implantação do módulo de registro acadêmico dos alunos dos cursos de pós-graduação, e posteriormente, dos outros níveis de ensino.

QUADRO 68 - INDICADOR: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a eficiência da Instituição.
- ✓ **DEFINIÇÕES: (SISTEC)**

a) Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.

b) Matriculados Finalizados 2013: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status depois de 25/01/2013 e que foram matriculados no SISTEC antes de 01/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo foram finalizados em 2013 (com ou sem sucesso), porém, que estiveram matriculados durante o exercício de 2012.

Fórmula:

Índice de Eficiência Acadêmica =

$$\frac{\sum \text{Números de concluídos e integralizados fase escolar}}{\sum \text{Números de Matriculados finalizados}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	CI	MF	I	CI	MF	I	CI	MF	I	CI	MF	I	CI	MF	I
Abaetetuba	0			0	0		0	0		112	120	93,3	854	1166	73,2
Altamira	11			0	0		0	9		268	321	83,5	344	557	61,8
Belém	867			0	0		0	0		414	431	96,1	2061	3851	53,5
Bragança	0			0	0		0	0		0	0		120	163	73,6
Breves				0	0		0	0		0	0		104	208	50,0
Castanhal	208			0	13		30	97	30,9	362	511	70,8	208	416	50,0
Conceição do Araguaia	0			0	0		0	0		0	0		403	679	59,4
Itaituba				0	0		0	0		0	0		58	436	13,3
Marabá Industrial	145			0	0		0	0		0	0		154	344	44,8
Marabá Rural				0	0		0	0		0	0		41	54	75,9
Santarém				0	0		0	0		0	0		136	299	45,5
Tucuruí	57			0	0		0	28		154	246	62,6	276	754	36,6
Geral IFPA	**1288**			**0**	**13**		**30**	**134**	**22,4**	**1310**	**1629**	**80,4**	**4759**	**8927**	**53,3**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: CI: número de concluídos e Integralizados fase escolar; MF: número de matriculados finalizados; I: índice

Análise Crítica

Os dados de 2008 referentes aos Câmpus Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Tucuruí são referentes à situação de Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas ao Câmpus Belém enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Esses dados foram extraídos do sistema de controle acadêmico interno, assim como os dados de 2008 do Câmpus Castanhal.

Os dados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC. Ao se fazer um comparativo dos dados fornecidos pelo sistema SISTEC percebe-se um crescimento vertiginoso no quantitativo de matrículas finalizadas de 1.629, em 2011, para 8.927, em 2012. Observa-se um aumento de 548% de matrículas finalizadas em 2012 em comparação com 2011, mas percebe-se uma redução no índice do indicador de eficiência acadêmica de 80,4%, em 2011, para 53,3%, em 2012. Essa queda na eficiência acadêmica pode ser atribuída a fatores como greves dos servidores da Rede Federal de Ensino, o que alterou o calendário acadêmico, finalizando o ano letivo de 2012 somente no ano de 2013, mas também pelo processo de intervenção institucional no final do primeiro semestre de 2012.

O comparativo entre fontes de dados distintas indica que será necessário rever o fluxo de alimentação dos dados, uma vez que dados de exercícios anteriores foram alimentados e atualizados somente em 2012, o que coloca em situação de fragilidade a análise da eficiência acadêmica do Instituto Federal de Educação do Pará. Faz-se necessário desenvolver ações austeras junto aos gestores dos câmpus a fim de ser dada a devida importância à alimentação do sistema SISTEC e de atualizações do sistema de controle acadêmico interno; estabelecer no Plano de Trabalho Anual, ações periódicas e sistematizadas de alimentação dos referidos sistemas, bem como prever cursos de capacitação aos gestores acadêmicos para o gerenciamento das informações, assim como outras medidas necessárias para redução dessa problemática.

Tomando-se como base uma análise comparativa dos Câmpus Breves e Altamira, observam-se duas situações distintas quanto a eficiência acadêmica da instituição, mas ambas importantes a serem consideradas para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – do IFPA, ao encerrar seu período letivo 2012 somente no ano de 2013. Em Altamira, as demandas oriundas do mundo do trabalho de cunho governamental são elevadas, pelo impacto que vem ocorrendo com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte (ações do PAC). Porém, o atendimento à demanda ainda é incipiente, pois com o problema da falta de dominialidade do terreno onde está localizado o câmpus, não tem sido possível ampliar ou expandir sua infraestrutura. No Câmpus Breves, a pressão social para atendimento a demanda foi tamanha que o câmpus precisou iniciar suas atividades em espaços provisórios. Mesmo assim, tanto o Câmpus Breves como o Câmpus Altamira tiveram seu atendimento ampliado por meio da oferta de cursos na modalidade a distância, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR – realizados nos meses de janeiro e julho); e de cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A política de expansão da rede, em um processo célere pela necessidade de atendimento a demanda nacional de formação de profissionais técnicos, tem permitido o funcionamento de unidades em implantação. É o que vem ocorrendo com o Câmpus de Breves que apesar de já funcionar instalações provisórias, somente terá a conclusão de suas instalações próprias no segundo semestre de 2013.

Neste sentido, alguns câmpus refletem problemas que esbarram no desenvolvimento dos cursos pela dificuldade de infraestrutura. Outra dificuldade enfrentada foi a de conciliar o andamento dos cursos com momentos de greve, ocorrida em toda Rede Federal de Ensino nos últimos anos, afetando consideravelmente todos os IFs no Brasil, interferindo assim na eficiência da instituição, apesar das ações implementadas pela gestão no sentido de neutralizar tais interferências, como reprogramação do calendário acadêmico, reposição de aulas, etc.

QUADRO 69 - INDICADOR: ÍNDICE DE RETENÇÃO DE FLUXO ESCOLAR - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.
b) Retenção Escolar refere-se à sub-divisão: reprovação e trancamento.

Fórmula:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Nº de alunos retidos (reprovação+trancamento)}}{\text{Número total de alunos matriculados}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I
Abaetetuba	20	323	6,1	0	2		0	1525		195	2028	9,6	929	2205	42,1
Altamira	6	55	10,9	0	157		0	689		343	1361	25,2	741	1313	56,4
Belém	686	4617	14,8	0	6894		1509	10107	14,9	3007	11847	25,4	8654	11458	75,5
Bragança	32	210	15,2	0	0		0	487		104	631	16,5	336	631	53,2
Breves				0	0		0	0		0	645		601	648	92,7
Castanhal	9	749	1,2	0	364		2	1315	0,2	433	1947	22,2	723	1899	38,1
Conceição do Araguaia	0	167	0	0	49		13	780	1,7	13	1146	1,1	593	1785	33,2
Itaituba				0	0		0	263		55	1108	5,0	250	1241	20,1
Marabá Industrial	34	483	7,0	0	277		44	768	5,7	44	768	5,7	737	768	96,0
Marabá Rural				0	85		13	217	6,0	48	568	8,5	266	622	42,8
Santarém				0	1		0	907		18	974	1,8	387	1373	28,2
Tucuruí	96	569	16,8	0	528		34	1252	2,7	262	1760	14,9	744	1923	38,7
Geral IFPA	**883**	**7173**	**12,3**	**0**	**8357**		**1615**	**18310**	**8,8**	**4522**	**24783**	**18,2**	**14961**	**25866**	**57,8**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: R - Número de alunos Retidos; M – Número de alunos Matriculados; I- Índice.

Análise crítica

Os dados de 2008 referentes aos Câmpus Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Tucuruí são referentes à situação de Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas ao Câmpus Belém enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Esses dados foram extraídos do sistema de controle acadêmico interno, assim como os dados de 2008 do Câmpus Castanhal.

Os dados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC. O indicador do Quadro acima permite identificar que o índice de retenção de fluxo escolar tem sofrido um acréscimo em todos os câmpus do IFPA, em especial no último triênio, de 8,87%, em 2010, para 18,2%, em 2011, e para 57,8%, em 2012. Esta situação deve-se ao fato de que muitos câmpus passaram por greve de servidores nos anos de 2011 e 2012, ocorrendo um atraso na finalização dos respectivos períodos letivos, o que impossibilitou a inserção/atualização dos dados no sistema SISTEC no prazo devido, em especial, virtude do fechamento do sistema não coincidir com a finalização das turmas no semestre.

Outro fato deve-se alimentação inadequada do sistema SISTEC, em especial, pelos Câmpus de Belém, Breves e Marabá Industrial, comprovado pela divergência de informações ao confrontarmos os dados do sistema de controle acadêmico interno do IFPA com os do sistema SISTEC, que não condizem com a realidade dos câmpus.

Diante desta situação, o IFPA, por meio das Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional e de Ensino, vem trabalhando no sentido de amenizar ou mesmo solucionar as fragilidades existentes entre os dois sistemas de controle o mais breve possível. Para tanto, tem-se trabalhado para resolver pendências relacionadas aos cursos ofertados por este IFPA, promovendo-se cursos de capacitação e orientações a servidores dos câmpus e, consequentemente e ao mesmo tempo, sanar as fragilidades na alimentação dos dados no sistema SISTEC.

Outra ação planejada pela Gestão, em especial da Pró-Reitoria de Ensino, para fazer declinar o índice deste indicador, é o desenvolvimento da regulação dos cursos técnicos. A construção, consolidação e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, com vista à expedição dos atos internos autorizativos dos mesmos, possibilitará a inserção de dados no sistema SISTEC imediatamente após a aprovação dos cursos.

QUADRO 70 - INDICADOR: RELAÇÃO ALUNOS MATRICULADOS / DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

b) O Docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).

Fórmula:

Relação Alunos / Docentes em Tempo Integral =

$$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de Docentes em tempo integral}}$$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	M	**DTI**	**RAD**	**M**	**DTI**	**RAD**	**M**	**DTI**	**RAD**	**M**	**DTI**	**RAD**	**M**	**DTI**	**RAD**
Abaetetuba	323			2			1525			2028			2205		
Altamira	55			157			689			1361			1313		
Belém	4617			6894			10107			11847			11458		
Bragança	210			0			487			631			631		
Breves				0			0			645			648		
Castanhal	749	46,5	16,1	364			1315			1947			1899		
Conceição do Araguaia	167			49			780			1146			1785		
Itaituba				0			263			1108			1241		
Marabá Industrial	483			277			768			768			768		
Marabá Rural				85			217			568			622		
Santarém				1			907			974			1373		
Tucuruí	569			528			1252			1760			1923		
Geral IFPA	**7173**			**8357**			**18310**			**24783**			**25866**	**718**	**36,02**

Fonte: SISTEC/SIAPE/PROEN/DGP/IFPA Legenda: M – Número de Alunos Matriculados; DTI – Número de Docente em tempo integral; RAD – Relação de Aluno por Docente em Tempo Integral.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Administrativos

QUADRO 71 - INDICADOR: GASTOS CORRENTES POR ALUNO - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e pensionistas.
b) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.
c) Total de Gastos = total de gastos – Investimentos – Precatórios – Inativos / Pensionistas.

Fórmula:
Gastos correntes por Aluno = $\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$

CÂMPUS/IFPA	2008			2009			2010			2011			2012		
	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M
Reitoria	-	-	-	-	-	-	12.492.550,38	-	-	13.138.929,66	-	-	13.596.461,40	-	-
Abaetetuba	-	323	-	-	2	-	107.022,52	1525	70,18	1.137.437,88	2028	560,87	1.391.153,04	2205	630,91
Altamira	-	55	-	-	157	-	179.382,67	689	260,35	910.896,69	1361	669,28	1.254.851,10	1313	955,71
Belém	-	4617	-	-	6894	-	4.063.883,68	10107	402,09	7.558.076,87	11847	637,97	9.730.254,14	11458	849,21
Bragança	-	210	-	-	-	-	8.474,80	487	17,40	1.422.173,64	631	2253,84	1.624.962,77	631	2575,22
Breves	-	-	-	-	-	-	0,00	-	0,00	-	645	0,00	0,00	648	0,00
Castanhal	-	749	-	-	364	-	1.963.492,45	1315	1493,15	3.768.175,29	1947	1935,38	5.191.566,42	1899	2733,84
Conceição do Araguaia	-	167	-	-	49	-	114.149,02	780	146,34	1.512.359,14	1146	1319,69	1.665.861,79	1785	933,26
Itaituba	-	-	-	-	-	-	0,00	263	0,00	1.048.291,89	1108	946,11	1.712.054,95	1241	1379,58
Marabá Industrial	-	483	-	-	277	-	269.914,06	768	351,45	683.293,69	768	889,71	993.498,01	768	1293,62
Marabá Rural	-	-	-	-	85	-	138.987,87	217	640,50	1.677.176,66	568	2952,78	2.574.054,03	622	4138,35
Santarém	-	-	-	-	1	-	156.759,62	907	172,83	2.212.183,42	974	2271,24	2.039.199,55	1373	1485,21
Tucuruí	-	569	-	-	528	-	332.638,29	1252	265,69	1.104.563,09	1760	627,59	1.794.938,76	1923	933,41
Geral IFPA	**-**	**7173**	**-**	**-**	**8357**	**-**	**19.827.255,36**	**18310**	**1082,86**	**36.173.557,92**	**24783**	**1459,61**	**43.568.855,96**	**25866**	**1684,41**

Fonte: SIAF/SISTEC Legenda: M: Número de alunos Matriculados; CG/M: Gastos Correntes por Aluno Matriculado.

Análise Crítica

Os dados de 2008 de alunos matriculados referentes aos Câmpus Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Tucuruí são referentes à situação de Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas ao Câmpus Belém enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Esses dados foram extraídos do sistema de controle acadêmico interno, assim como os dados de 2008 do Câmpus Castanhal.

Os dados referentes a alunos matriculados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC e os dados orçamentário do sistema SIAFI, sendo que somente foi possível detalhar por câmpus a parti de 2010.

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos correntes por alunos, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU. Este indicador refere-se aos gastos que a instituição teve nos anos de 2008 a 2012, e tem como referência de cálculo o número de alunos matriculados na instituição em cada ano, o que possibilita a Gestão fazer uma análise de como esta sendo aplicado o recurso orçamentário da instituição em relação ao quantitativo de alunos matriculados, inclusive por câmpus.

O Câmpus Abaetetuba vem apresentando um crescimento superior a 300 de gasto com alunos, nos últimos três anos. Em 2010 Câmpus Abaetetuba tinha um quadro de 1.525 alunos matriculados e gastou R$70,18 por aluno. Em 2011, o número de alunos matriculados cresceu em 24,80 comparado ao ano de 2010, quando verificamos a relação alunos matriculados e gastos correntes percebemos que a há um crescimento no valor de investimento por aluno matriculado, que ultrapassa 200 de gasto. Esse número, para o ano de 2012, tem uma alteração mínima de 11 nos gastos com alunos matriculados.

O Câmpus Altamira apresenta um crescimento no gasto com alunos matriculados. Em 2009 o câmpus tinha 689 alunos matriculados e um gasto de R$260,00. Em 2011 o Número de alunos matriculados cresceu em 49 e o gasto corrente foi de 220 por aluno, em 2012 há uma diminuição no número de alunos matriculados, de 1.361 cai para 1.313, mas o gasto com os matriculados, ainda apresenta um crescimento de quase 35 comparado ao ano de 2011.

O Câmpus Belém, apresenta um crescimento proporcional ao crescimento de alunos matriculados, em 2010 o CG/M foi de R$ 402,35, em 2011 o número de aluno matriculado cresce em 15, e o gasto corrente chega a atingir uma média de 20. Em 2012 há uma diminuição de alunos matriculados, mas apresenta um crescimento de 25 no CG/M desse ano. É importante, observa-se que os gastos de inativos/pensionistas manteve-se estabilizado.

QUADRO 72 - INDICADOR: PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações:
- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**
  - **a) GASTO COM PESSOAL:** Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.
  - **b) GASTOS TOTAIS:** Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Fórmula:

Percentual de gastos com pessoal = $\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais do IFPA}} \times 100$

2010			2011			2012		
Gastos c/ Pessoal	Gastos Totais do IFPA	%	Gastos c/ Pessoal	Gastos Totais do IFPA	%	Gastos c/ Pessoal	Gastos Totais do IFPA	%
97.662.430,83	128.678.318,71	**75,90**	112.708.745,20	190.512.823,30	**59,16**	127.566.455,57	220.470.186,24	**57,86**

Fonte: DGP/PROAD/IFPA

QUADRO 73 - INDICADOR: PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (EXCETO BENEFÍCIOS) - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais.
- ✓ DEFINIÇÕES:

a) GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS: gastos totais de OCC menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras)

Onde: O Total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxilio alimentação);

b) GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Fórmula:

Percentual de gastos com outros custeios =

$$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais do IFPA}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2010			2011			2012		
	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%
Reitoria	12.492.550,38	113.119.535,51	11,04	14.138.887,66	130.021.473,02	10,87	13.596.461,40	144.615.661,91	9,40
Abaetetuba	107.022,52	2.086.081,94	5,13	1.137.437,88	1.192.883,06	95,35	1.391.153,04	1.437.400,39	96,78
Altamira	179.382,67	316.048,67	56,76	910.896,69	1.090.866,95	83,50	1.254.851,10	2.019.253,76	62,14
Belém	4.063.883,68	5.963.934,53	68,14	7.558.076,87	10.595.532,82	71,33	9.730.254,14	14.450.011,53	67,34
Bragança	8.474,80	14.248,40	59,48	1.422.173,64	2.454.395,00	57,94	1.624.962,77	1.981.894,35	81,99
Breves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Castanhal	1.963.492,45	2.273.274,73	86,37	3.768.175,29	4.362.051,56	86,39	5.191.566,42	5.921.751,02	87,67
C.Araguaia	114.149,02	114.149,02	100,000	1.512.401,14	1.847.348,23	81,87	1.665.861,79	1.905.750,51	87,41
Itaituba	0,00	0,00	0,00	1.048.291,89	1.503.928,23	69,70	1.712.054,95	1.854.012,03	92,34
Marabá Industrial	269.914,06	669.157,57	40,34	683.293,69	868.060,95	78,71	993.498,01	1.893.662,56	52,46
Marabá Rural	138.987,87	3.365.152,43	4,13	1.677.176,66	3.340.150,40	50,21	2.574.054,03	2.728.000,98	94,36
Santarém	156.759,62	216.998,12	72,24	1.212.183,42	1.283.033,58	94,48	2.039.199,55	2.267.552,07	89,93
Tucuruí	332.638,29	539.737,79	61,63	1.104.563,09	1.444.677,95	76,46	1.794.938,76	1.848.046,24	97,13
Geral IFPA	**19.827.255,36**	**128.678.318,71**	**15,41**	**36.173.557,92**	**160.004.401,75**	**22,61**	**43.568.855,96**	**182.922.997,35**	**23,82**

Fonte: IFPA/PROAD

QUADRO 74 - INDICADOR: PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.
- ✓ DEFINIÇÕES**:**

a) INVESTIMENTOS: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de Caráter comercial ou financeiro.

b) INVERSÕES FINANCEIRAS: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

c) GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Fórmula:

Percentual de Gastos com Investimentos=

$$\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimento e Inversões Financeira}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2010			2011			2012		
	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%
Reitoria	3.010.645,01	113.119.535,51	2,66	3.184.841,16	130.021.473,02	2,45	32.343.282,27	144.615.661,91	22,36
Abaetetuba	1.979.059,42	2.086.081,94	94,87	55.445,18	1.192.883,06	4,65	46.247,35	1.437.400,39	3,22
Altamira	136.666,00	316.048,67	43,24	179.970,26	1.090.866,95	16,50	764.402,66	2.019.253,76	37,86
Belém	1.900.050,85	5.963.934,53	31,86	3.037.455,95	10.595.532,82	28,67	4.719.757,39	14.450.011,53	32,66
Bragança	5.773,60	14.248,40	40,52	1.032.221,36	2.454.395,00	42,06	356.931,58	1.981.894,35	18,01
Breves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Castanhal	309.782,28	2.273.274,73	13,63	593.876,27	4.362.051,56	13,61	730.184,60	5.921.751,02	12,33
C.Araguaia	0,00	114.149,02	0,00	334.989,09	1.847.348,23	18,13	239.888,72	1.905.750,51	12,59
Itaituba	0,00	0,00	0,00	455.636,34	1.503.928,23	30,30	141.957,08	1.854.012,03	7,66
Marabá Industrial	353.152,80	669.157,57	52,78	184.767,26	868.060,95	21,29	900.164,55	1.893.662,56	47,54
Marabá Rural	3.226.164,56	3.365.152,43	95,87	1.662.973,74	3.340.150,40	49,79	153.946,95	2.728.000,98	5,64
Santarém	60.238,50	216.998,12	27,76	70.850,16	1.283.033,58	5,52	228.352,52	2.267.552,07	10,07
Tucuruí	207.099,50	539.737,79	38,37	340.114,86	1.444.677,95	23,54	53.107,48	1.848.046,24	2,87
Geral IFPA	**11.188.632,52**	**8,70**	**2,45**	**11.133.141,63**	**160.004.401,75**	**6,96**	40.678.223,15	**182.922.997,35**	**22,24**

Fonte: PROAD/IFPA

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Socioeconômico

QUADRO 75 – INDICADOR: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM RENDA PER CAPITA FAMILIAR - ACÓRDÃO 2.267/2005

Objetivo: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.					Não há formula	
CÂMPUS	**Faixa de Renda Per Capita Familiar**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Abaetetuba	0 < RPF <= 0,5 SM	134	333	415	646	617
	0,5 < RPF <= 1 SM	104	395	494	549	518
	1 < RPF <= 1,5 SM	57	171	222	285	250
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	15	24	57	58	28
	2,5 <RPF <= 3 SM	08	23	47	44	25
	RPF > 3 SM	05	12	28	29	24
Altamira	0 < RPF <= 0,5 SM	17	78	205	268	218
	0,5 < RPF <= 1 SM	12	76	187	283	183
	1 < RPF <= 1,5 SM	04	49	116	145	118
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	15	32	50	52	72
	2,5 <RPF <= 3 SM	04	15	36	38	57
	RPF > 3 SM	03	13	25	23	36
Belém	0 < RPF <= 0,5 SM	2362	3147	3087	3083	3450
	0,5 < RPF <= 1 SM	1568	2146	2274	1910	1308
	1 < RPF <= 1,5 SM	1217	1699	1515	1305	922
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	798	957	797	637	464
	2,5 <RPF <= 3 SM	596	726	547	404	271
	RPF > 3 SM	386	390	264	212	174
Bragança	0 < RPF <= 0,5 SM	74	118	230	759	715
	0,5 < RPF <= 1 SM	67	61	283	272	250
	1 < RPF <= 1,5 SM	42	47	106	169	136
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	16	15	34	44	26
	2,5 <RPF <= 3 SM	06	08	17	24	21
	RPF > 3 SM	05	07	16	16	13
Breves	0 < RPF <= 0,5 SM			17	341	259
	0,5 < RPF <= 1 SM			22	238	181
	1 < RPF <= 1,5 SM			03	149	102
	1,5 < RPF <= 2,5 SM			02	26	19
	2,5 <RPF <= 3 SM			03	27	17
	RPF > 3 SM			00	21	12
Castanhal	0 < RPF <= 0,5 SM		77	328	451	451
	0,5 < RPF <= 1 SM		11	91	96	99
	1 < RPF <= 1,5 SM		17	73	55	49
	1,5 < RPF <= 2,5 SM		17	47	18	18
	2,5 <RPF <= 3 SM		14	30	12	14
	RPF > 3 SM		02	07	07	06
Conceição do Araguaia	0 < RPF <= 0,5 SM	60	213	275	446	424
	0,5 < RPF <= 1 SM	49	90	276	302	278
	1 < RPF <= 1,5 SM	35	63	168	229	200
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	13	21	83	101	70
	2,5 <RPF <= 3 SM	07	30	59	78	51
	RPF > 3 SM	03	12	14	15	08
Itaituba	0 < RPF <= 0,5 SM			123	762	692
	0,5 < RPF <= 1 SM			92	130	61
	1 < RPF <= 1,5 SM			54	79	35
	1,5 < RPF <= 2,5 SM			25	37	16

	2,5 <RPF <= 3 SM			25	27	06
	RPF > 3 SM			11	19	09
Marabá Industrial	0 < RPF <= 0,5 SM	131	53	117	298	120
	0,5 < RPF <= 1 SM	86	64	139	164	62
	1 < RPF <= 1,5 SM	103	66	144	152	51
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	84	42	68	61	31
	2,5 <RPF <= 3 SM	44	16	41	49	11
	RPF > 3 SM	67	13	29	28	07
Marabá Rural	0 < RPF <= 0,5 SM		24	52	263	276
	0,5 < RPF <= 1 SM		31	31	79	75
	1 < RPF <= 1,5 SM		26	24	53	48
	1,5 < RPF <= 2,5 SM		04	52	51	50
	2,5 <RPF <= 3 SM		02	09	24	24
	RPF > 3 SM		0	0	11	10
Santarém	0 < RPF <= 0,5 SM			523	630	631
	0,5 < RPF <= 1 SM			320	241	274
	1 < RPF <= 1,5 SM			123	125	106
	1,5 < RPF <= 2,5 SM			56	58	33
	2,5 <RPF <= 3 SM			16	18	17
	RPF > 3 SM			14	19	09
Tucuruí	0 < RPF <= 0,5 SM	218	278	609	644	508
	0,5 < RPF <= 1 SM	110	167	282	323	340
	1 < RPF <= 1,5 SM	87	119	193	233	257
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	75	66	77	74	66
	2,5 <RPF <= 3 SM	46	36	42	45	36
	RPF > 3 SM	33	16	18	21	11
Geral IFPA	0 < RPF <= 0,5 SM	**2996**	**4321**	**5981**	**8591**	**8361**
	0,5 < RPF <= 1 SM	**1996**	**3039**	**4491**	**4637**	**3629**
	1 < RPF <= 1,5 SM	**1545**	**2257**	**2741**	**2979**	**2274**
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	**1016**	**1178**	**1348**	**1222**	**893**
	2,5 <RPF <= 3 SM	**711**	**870**	**872**	**792**	**550**
	RPF > 3 SM	**502**	**465**	**1026**	**421**	**319**

Fonte: Sistema de Controle Acadêmico – SCA/PROEN/IFPA, em 19/02/2013 Legenda: RPF: Renda per capita familiar.

Análise Crítica

Os dados de 2008 referentes aos Câmpus Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Tucuruí são referentes à situação de Unidades de Ensino Descentralizadas, vinculadas ao câmpus Belém enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Não se tem os dados de 2008 do Câmpus Castanhal em razão da falta de declaração dos dados pela referida unidade, e os Câmpus Breves, Itaituba, Marabá Rural e Santarém por ainda não terem sidos criados.

O Quadro acima referente ao indicador de quantitativo de alunos matriculados de acordo com a renda per capta familiar revela-nos que de 2008 a 2012 o quantitativo de alunos com a menor renda (RPF maior ou igual a 0,5 salário mínimo) seguiu em constante elevação, e que o número de alunos que recebiam até três salários mínimos em 2009 até 2012 diminuiu, demonstrando uma queda na renda do alunado da referida faixa de renda familiar per capita.

Considerando que a situação de menor renda somente subiu no período em análise é de se considerar necessária a identificação dos motivos das ações implementadas não terem surtido efeito, no que se refere à permanência do aluno na Instituição, já que a retenção (leia-se evasão também já que o SISTEC não contempla o item evasão, levando-se a concluir que este esteja equivocadamente inserida no item retenção) também somente aumentou durante atinente período, levando-se ao entendimento que há uma relação direta entre a situação de renda do aluno e a

permanência deste na instituição demonstrada no alto percentual de retenção que chegou a 57 em 2012.

Outra informação digna de nota feita com base na análise crítica deste indicar, refere-se ao fato de que apenas o sistema de controle acadêmico interno possui as informações acerca da situação socioeconômico do discente, em especial no que se refera à renda familiar per capita, elemento crucial para definir as ações de assistência ao educando. Sugere-se que essas informações também sejam contempladas no sistema SISTEC, até mesmo para que os dados sejam cruzados e tenham mais consistência.

Como mencionado, considera-se grave o fato do sistema SISTEC não contemplar expressamente o indicativo de evasão escolar no sistema. Vê-se aqui um possível equívoco entre os conceitos de evasão e retenção, possivelmente tratados como sinônimos no sistema. Supõe-se então que a evasão esteja inserida nesse item, não vislumbrando o verdadeiro número de alunos que abandonam (evadem) seus cursos. Isso pode levar a um possível e grave erro de análise, resultando em ações ineficientes e ineficazes por parte da Gestão na aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil, em especial.

Por fim, considerando que mais de 50 do alunado do Instituto Federal de Educação do Pará apresenta renda inferior a um salário mínimo, e que o índice de retenção demonstra um aumentou vertiginoso nos últimos anos, faz-se necessário a Gestão reavaliar suas ações na área de assistência ao educando, em especial as dos câmpus que já possuem ações voltadas para auxiliar o educando ao longo de sua vida acadêmica, como auxílio transporte, alimentação e outras voltadas à situação econômico-financeira do aluno, o que podem repercutir consideravelmente na redução do índice de retenção escolar, e na elevação do índice de eficiência acadêmica.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Gestão de Pessoas

QUADRO 76 - INDICADOR: ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU – 2008/2009/2010

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivo e Substitutos).
- ✓ **DEFINIÇÕES:** A titulação do Corpo Docente é dividida em 5sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

Onde:
G= qtd de docentes Graduados; A= qtd de docentes Aperfeiçoados; E= qtd de docentes Especialistas; M= qtd de docentes Mestres; D= qtd de docentes Doutores. Com os respectivos pesos: G= 1, A=2, E=3, M=4, D=5.

Fórmula:

$$\text{Índice de titulação do corpo docente} = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G+A+E+M+D}$$

CÂMPUS	2008						2009						2010					
	Peso					Índice	Peso					Índice	Peso					Índice
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
	G	A	E	M	D		G	A	E	M	D		G	A	E	M	D	
Abaetetuba																		
Altamira																		
Belém																		
Bragança																		
Breves																		
Castanhal																		
Conceição do Araguaia																		
Itaituba																		
Marabá Industrial																		
Marabá Rural																		
Santarém																		
Tucuruí																		
Geral IFPA																		

Fonte: DGP/IFPA Legenda: **Titulação do corpo docente** = G: nº de Graduados, A: nº de Aperfeiçoados, E: nº de Especialistas, M: nº de Mestres, D: nº de Doutores. **I** – Índice.

QUADRO 77 - INDICADOR: ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU – 2011/2012

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivo e Substitutos).
- ✓ **DEFINIÇÕES:** A titulação do Corpo Docente é dividida em 5sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

Onde:
G= qtd de docentes Graduados; A= qtd de docentes Aperfeiçoados; E= qtd de docentes Especialistas; M= qtd de docentes Mestres; D= qtd de docentes Doutores. Com os respectivos pesos: G= 1, A=2, E=3, M=4, D=5.

Fórmula:

$$\text{Índice de titulação do corpo docente} = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G+A+E+M+D}$$

CÂMPUS	2011						2012					
	Peso					Índice	Peso					Índice
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
	G	A	E	M	D		G	A	E	M	D	
Abaetetuba												
Altamira												
Belém												
Bragança												
Breves												
Castanhal												
Conceição do Araguaia												
Itaituba												
Marabá Industrial												
Marabá Rural												
Santarém												
Tucuruí												
Geral IFPA												

Fonte: DGP/IFPA Legenda: **Titulação do corpo docente -** G: nº de Graduados, A: nº de Aperfeiçoados, E: nº de Especialistas, M: nº de Mestres, D: nº de Doutores. **I** – Índice.

12.2 Relação dos Projetos desenvolvidos pelas fundações

A Fundação de Apoio à Educação Tecnológica e Extensão do CEFET/PA – FUNCEFET foi criada em 11/01/2007 e tinha como objetivo ser uma fundação de apoio ao antigo CEFET PARÁ, hoje inserido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Foi criada por 30 pessoas ligada ao CEFET que, segundo estatuto, foram classificadas como Sócios Instituidores, com direito à voz e voto nas Assembleias Gerais, no entanto, o Estatuto não prevê a existência de Assembleia Geral.

Mesmo não sendo uma fundação baseada no que dispõe a Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, ela foi utilizada pelo CEFET e depois pelo IFPA, como se assim o fosse.

Segundo informações obtidas em agosto de 2012 junto ao então Diretor Financeiro da FUNCEFET, desde a criação dessa fundação, o IFPA firmou cerca de 90 contratos com repasse de recursos para a fundação administrar, sendo estes oriundos do próprio orçamento do IFPA, destinados à obras ou provenientes de convênios com instituições e órgãos públicos e privados voltados à implementação de programas, projetos e cursos de formação profissional, somando o valor de R$ 67.956.548,00. Esse valor necessita ainda ser confirmado, visto que o IFPA não tem, até o momento, acesso aos documentos e contas bancárias da FUNCEFET, considerando o processo de Busca e Apreensão **16551-10.2012.4.01.3900,** que promoveu o recolhimento de toda documentação envolvendo, principalmente, os contratos firmados entre o IFPA e a FUNCEFET, e, ainda, os processos **0016549-40.2012.4.01.3900** e **0016701-88.2012.4.01.3900** do Ministério Público Federal que promoveram os procedimentos investigatórios e a ação penal que culminaram no afastamento da gestão anterior do IFPA em Junho/2012.

Alguns dos contratos firmados já encerraram. Outros ainda estão em vigência, mas nunca houve prestação de contas relativas aos mesmos, estando as contas anuais da FUNCEFET de 2008 a 2010 em suspeição no Ministério Público Estadual, conforme certidão emitida por aquele orgão, não havendo registro de prestação de contas do exercício de 2011. Portanto, não há informação de saldo nas contas bancárias da fundação.

Após a intervenção do IFPA, vários conselheiros da fundação renunciaram aos cargos. O diretor presidente e o diretor financeiro foram afastados e o diretor de projetos assumiu como diretor financeiro até 14/11/2012. Embora houvesse a exigência de duas assinaturas nos cheques o diretor financeiro podia fazer movimentações de contas *on line*, pois detinha as senhas do *home banking*.

Todos os programas e projetos relativos aos vários convênios firmados pelo IFPA, cujos recursos eram geridos pela FUNCEFET, foram paralisados em razão da impossibilidade de pagamento pela FUNCEFET. Após a intervenção o IFPA solicitou, por diversas vezes, à FUNCEFET prestação de contas com informação do saldo de recursos existentes em cada programa, mas não obteve êxito no atendimento às solicitações.

Desde que o Reitor Pró-Tempore assumiu, em 05 de julho de 2012, vem solicitando ao Ministério Público Estadual (responsável pela regulamentação das fundações) para que seja decretada a intervenção na Fundação para tornar possível, legalmente, o acesso à documentação da FUNCEFET, bem como ter acesso aos dados bancários da mesma. O acesso às informações permitirá uma avaliação concreta quanto a possibilidade de cumprimento dos objetos dos convênios firmados entre o IFPA e os orgãos convenentes e de fomento.

Em novembro, o Ministério Público Federal recomendou que o IFPA providenciasse Tomada de Contas Especial quanto aos convênios/contratos firmados. Foram instituídas seis comissões, com três membros em cada, para analisar os 90 contratos firmados e os trabalhos iniciaram em 26/11/2012.

Em 14/11/2012, o diretor financeiro também renunciou ao cargo, sem prestar contas, encerrando as atividades da fundação, impossibilitando os trabalhos das comissões uma vez que o IFPA não detém poderes para adentrar às instalações da FUNCEFET.

Na manhã do dia 14/11/2012, segundo a proprietária do imóvel onde funcionava a FUNCEFET, foram retirados vários bens e possivelmente documentos e transportados através de

um caminhão baú. O IFPA comunicou estes fatos ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Federal e Advocacia Geral da União – AGU, bem como solicitou às agências bancárias e ao Banco Central o bloqueio de todas as contas da FUNCEFET para evitar que ocorressem movimentações ou evasões de recursos.

Em março de 2013, o Ministério Público Estadual acatou as inúmeras solicitações do IFPA de proceder a intervenção na FUNCEFET e, após finalização das oitivas e depoimentos de várias partes, informou que estaria encaminhando documento ao IFPA delegando competência ao Reitor Pro-Tempore para indicar o Interventor da fundação e assim proceder todos os levantamentos necessários. Estamos no aguardo da manifestação formal daquele orgão par as providências cabíveis.